

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LETÍCIA ROSSIGNOLI

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS EM TEMPOS DE PERSEGUIÇÃO: A  
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO JUDEU NO JORNAL *FOLHA DA MANHÃ*  
(1933-1945)**

NITERÓI  
2014

LETÍCIA RAFAELA ROSSIGNOLI

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS EM TEMPOS DE PERSEGUIÇÃO: A  
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO JUDEU NO JORNAL *FOLHA DA MANHÃ*  
(1933-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Resende

NITERÓI  
2014

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

R834Rossignoli, Letícia Rafaela.

Narrativas jornalísticas em tempos de perseguição: a construção discursiva do judeu no jornal Folha da manhã (1933-1945) / Letícia Rafaela Rossignoli. – 2014.

210 f.

Orientador: Fernando Resende.

Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

Bibliografia: f. 205-210.

1. **Jornalismo**. 2. Judeu. 3. Antissemitismo. 4. Identidade. 5. Memória. I. Resende, Fernando. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 079.81

LETÍCIA RAFAELA ROSSIGNOLI

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS EM TEMPOS DE PERSEGUIÇÃO: A  
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO JUDEU NO JORNAL *FOLHA DA MANHÃ*  
(1933-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Aprovada em 15 de agosto de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Fernando Resende  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Kleber Mendonça  
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Monique Sochaczewski Goldfeld  
Fundação Getúlio Vargas

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que transbordam do meu coração são frutos da alegria de ver mais uma fase da vida sendo concretizada. Num contexto de uma pesquisa acadêmica é sabido como o “estar só” às vezes se faz obrigatório para que a mesma possa rumar em direção ao caminho epistemológico proposto. “A vida acadêmica é muito solitária” é uma das frases que muito ouvi durante o mestrado. E diante deste dito permito-me repensá-lo, neste momento de gratidão, para dizer que, durante a travessia acadêmica, vivi a solidão, não a solidão. Estive só em alguns momentos, porém nunca solitária.

E a certeza que tenho em proclamar desse modo a prática acadêmica se dá, primeiramente, porque tenho certeza de que Jesus foi quem pleiteou todo esse projeto acadêmico do começo ao fim. E Ele não só me convenceu e capacitou, como bem esteve ao meu lado porque sei que Suas palavras: “Estarei com você até a consumação dos séculos” ecoavam a cada desfalecimento de ânimo e me davam fôlego de vida para continuar. E em segundo lugar, nunca estive sozinha, pois muitas foram as pessoas que afetaram de algum modo a feitura desta pesquisa.

Nesse sentido, quero agradecer aos meus familiares. Minha mãe Laureli e meu irmão Gustavo pela alegria e orgulho estampado nos rostos de vocês quando me viram inclinada a permanecer mais dois anos em Niterói em prol de um projeto profissional mais amplo. Digo que as conversas ao telefone e as idas à Varginha foram essenciais no sentido de propor um respirar das leituras e escritas. O apoio de vocês foi decisivo para que as páginas que aqui apresento se tornassem reais. Amo vocês.

Agradeço de todo coração à minha parentela. Tio Jesús, tias Leonora, Iracélia e Célia, primas Rhaissa, Waleska, Priscila, Paloma e Alessandra. Obrigada pela comunhão nos momentos de descontração. As risadas foram ótimas e os finais de semanas são muito mais alegres com vocês.

Ao meu namorado, Israel, obrigada pelo seu *instigante e provocativo* interesse pela minha pesquisa. Apesar de ter participado somente da reta final deste trabalho aguentou bravamente o meu stress “final de dissertação”. Tenho profunda admiração por suas convicções e raras são as suas qualidades nos dias de hoje. Nutro (e sei que será em ascendência) grande carinho por ti.

À minha comunidade religiosa, Igreja Comunidade Cristã S8. O meu muito obrigado pelo acolhimento e incentivo. Entre alguns irmãos, queria ressaltar a

companhia sempre presente de alguns amigos: Patrícia, Luciana, Fátima, David, Sérgio, Darlan e Dirlene.

Ao meu orientador, prof. Fernando, muito querido por mim. Orientada por ele desde a graduação, posso dizer que desde 2009 tenho sido presentada com a sua gentileza no trato e dedicação nas pesquisas realizadas pelos seus orientandos. Sua ética na prática acadêmica e disposição de estar sempre aprendendo são exemplos para mim.

Às minhas amigas que moram comigo: Lívia, Mariana e Thaís, o meu agradecimento pela convivência, pelas risadas, por suportarem as chatices domésticas do dia a dia comigo e por serem as pessoas especiais que são.

Ao PPGCOM-UFF, pela seriedade e amabilidade com que recebe e capacita seus alunos. Aprecio muito o trabalho da direção, secretaria, professores e grupos de pesquisas afiliados. Tanto as aulas como os eventos realizados trouxeram belas e preciosas contribuições para minha vida intelectual.

Ao grupo de pesquisa LAN (Laboratório de Experimentação e Pesquisa de Narrativas da Mídia) que desde a graduação me presenteia com ideias e pensamentos perspicazes em meio a conversas afetuosas. Leo, Patrícia, Bia, Ana Cláudia, Adilson, Natália, Caio e outros queridos que lá passaram, valeu a pena estarmos juntos.

Ao professor Kleber Mendonça (UFF), pelas observações feitas durante o meu exame de qualificação e interesse em continuar participando da banca de defesa. Muito obrigada!

À professora Monique Goldfeld (FGV) pela disponibilidade e gentileza de estar compondo a banca da minha defesa.

À CAPES e FAPERJ, pelo apoio a esta pesquisa.

Cinco judeus reúnem-se para decidir o que é importante para a raça humana. Moisés coça a cabeça e diz: “A capacidade de pensar”. Jesus pousa a mão sobre o coração e diz: “A compaixão”. Marx esfrega a barriga e diz: “A alimentação”. Freud leva a mão às virilhas e diz: “O sexo”. Einstein tamborila nos joelhos e diz: “É tudo relativo”.

Anônimo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - O jornal que saber: afinal, o que é ser judeu?</b> .....	25
1.1 Identidades em deslize.....	32
1.2 Traduzindo o judeu .....	48
1.3 O jogo narrativo no quebra-cabeça: as peças simbólicas na montagem do “judeu” .....	58
<b>CAPÍTULO 2 - O jornalismo em tempos de (in)determinação</b> .....	68
2.1 A história e contexto do <i>Folha da Manhã</i> .....	69
2.2 Ódio e repulsa aos judeus e suas diferenciações.....	82
2.3 Os meandros de um descompasso: o antissemitismo moderno no jornal <i>Folha da Manhã</i> . .....	97
<b>CAPÍTULO 3 – As notícias e seus enquadramentos de memória: os judeus no pós-guerra.</b> .	113
3.1 Fim da guerra. Cadê os judeus? .....	116
3.2 O campo é lembrado! O campo é esquecido.....	122
3.3 Em análise: a narrativa do campo a partir da notícia.....	125
3.3.1 Muçulmano .....	129
3.3.2 Experiência com seres humanos .....	133
3.3.3 Zona cinzenta .....	139
<b>CONCLUSÃO</b> .....	145
<b>ANEXO</b> .....	149
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	205



## RESUMO

Esta pesquisa analisa como o jornal *Folha da Manhã* moveu as peças simbólicas disponíveis acerca dos judeus em tempos de perseguição (1933-1945). Abordaremos as notícias enquanto narrativas (RESENDE, 2011; MOTTA, 2007) que fragmentadas e dispersas no imenso quadro do noticiário (re)constróem saberes sobre o mundo e a partir dele. O intuito é dar a ver nas notícias os processos complexos de indução e naturalização de sentidos que são reafirmados como também questionados por meio da mobilidade das representações nas narrativas. Neste sentido, iremos pontuar as rotas simbólicas oferecidas pelas notícias sobre os judeus advindas das agências internacionais e dar relevo a como eram tecidos os comentários de tais notícias no Brasil. Para isso, foram erguidas três temáticas para análise. Numa primeira abordagem, discutiremos a questão da identidade enquanto construto (HALL, 2006; BHABHA, 1996, 2011) e como o jornalismo (re)inventava uma identidade judaica em face dos signos em movimento. Em seguida, daremos destaque à formação do discurso jornalístico brasileiro que ora ocorria nas décadas de 1930 e 1940 por meio do projeto editorial do jornal *Folha da Manhã* (MOTA; CAPELATO, 1981). Somado a isso, mostraremos como a gama de signos atrelada ao ódio e repulsa ao judeu dado na História foi apropriada pelo jornal na construção da identidade judaica no contexto do antissemitismo moderno. No último e terceiro capítulo iremos nos concentrar na questão da memória e do esquecimento (RICOEUR, 2008) em face da cobertura jornalística em torno do pós-guerra (1945). Nesse sentido, o intuito é mostrar como se deu o enquadramento da memória (POLLAK, 1989) a partir de narrativas sobre o campo, abordando modos outros de se conceber a representação do que atualmente entendemos como Holocausto.

**Palavras-chave:** jornalismo, judeu, antissemitismo, identidade, memória

## ABSTRACT

This research analysis how the *Folha da Manhã* newspaper has moved the symbolic pieces about jewish people on persecution times (1933-1945). We will approach the news as narratives (RESENDE, 2011; MOTTA, 2007) which as being fragmented and sparse in the enormous news' scenarium (re)built knowledge about and through the world. The will is to unveil the complex processes of induction and naturalization of senses that happen to be reaffirmed as well as inquired by the representation's mobility in the narratives. Thus, the symbolic routes offered by the news about jewish people arised from international agencies will be shown by us. Other of our aims is to revamp how were the comments on those news in Brazil. Therefore, we have built three themes to analyse. First, we will discourse the identity question as construct (HALL, 2006; BAHIA, 1996, 2011) and how the journalism was (re)inventing a jewish identity making use of the moving signs. Second, we will highlight the brazilian journalistic discourse formation present on the 1930's and 1940's through *Folha da Manhã's* editorial project (MOTA; CAPELATO, 1981). In addition to that, we will expose how the amount of signs related to hate and repulse against jew from world's history was appropriated by the newspaper in the process of building jewish identity inside modern anti semitic global context. Third, in the last chapter, we will focus on the memory and forgetting (RICOEUR, 2008) in light of post war news' coverage (1945). Our purpose is to present how did the memory's framework happened (POLLAK, 1989) basing ourselves on narratives about the topic, mentioning other ways to conceive the representation of what we nowadays understand as holocaust.

**Keywords:** journalism, jewish, antisemitism, identity, memory

## INTRODUÇÃO

Quando aceitei ser pesquisadora num trabalho PIBIC/UFF<sup>1</sup> não pensei que chegaria a tal persistência acadêmica quanto ao tema. Nesta dissertação se dá a perseverança em estudar as narrativas jornalísticas nas décadas de 1930 e 1940 no jornal *Folha da Manhã*<sup>2</sup>. Tanto o corte temporal quanto o jornal são pouco pesquisados nos estudos em jornalismo. Posso dizer que este é um relato de uma teimosia... que não para por aqui.

Num trabalho árduo de coletar centenas de notícias relacionadas ao conflito árabe-israelense, percebi que dentre elas havia matérias interessantes acerca dos judeus. O contexto histórico era delicado. O antissemitismo perpetrado por Hitler causou simpatia no governo Vargas e estudos aprofundados no assunto demonstram que, no Brasil, o governo e as elites apresentavam posicionamentos antissemitas<sup>3</sup>. Entretanto, algumas matérias, muitas redigidas por brasileiros, traziam narrativas que ultrapassavam, em sentidos, o fundo histórico aterrador que as acompanham. *Touché*. Daí tive certeza de que deveria me candidatar a um programa de Mestrado.

A relação entre brasileiros e judeus perduram por longa data. Seja através do recrutamento de imigrantes judeus, ditos, cristãos-novos pela Coroa Portuguesa para a nova colônia, do estabelecimento de outras glebas hebreias durante a ocupação de Pernambuco pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ou através das emigrações resultantes do antissemitismo moderno<sup>4</sup> ocorrido na Alemanha de Adolf

---

<sup>1</sup> No desdobrar das ideias expostas serão compartilhadas informações, percepções e análises importantes contidas na pesquisa PIBIC-UFF, intitulada “Narrares incertos: ditos e desditos à luz do conflito árabe-israelense (1900-1950)”. Esta pesquisa que, posteriormente, tornou-se tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), consistiu na análise de matérias acerca do conflito árabe-israelense na primeira metade do século XX nos jornais *Folha da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Numa abordagem quantitativa da pesquisa foram coletadas 410 matérias, sendo que 345 são do jornal *Folha da Manhã* e 65 do *Jornal do Brasil*. Todas essas matérias foram organizadas e arquivadas e, justamente neste conjunto de textos, foram extraídas muitas das notícias para a análise dessa pesquisa.

<sup>2</sup> Em julho de 1925 foi criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina do *Folha da Noite*. Instalado na cidade de São Paulo e endereçado à classe média, o *Folha da Manhã* teve significativa influência na região sudeste do Brasil. Interessante notar que o grupo *Folha*, no período histórico recortado nesta pesquisa, estava em plena expansão. A escolha por este jornal se deu pelo fácil acesso às matérias através do acervo online ([acervo.folha.com.br](http://acervo.folha.com.br)) e pelo vasto conjunto de matérias já coletadas que possui.

<sup>3</sup> Ver Robert Levine (1980; 1986) e Maria Luiza Tucci Carneiro (2001).

<sup>4</sup> Uma proposição que alcançou amplo consenso entre pesquisadores dedicados a temáticas relativas ao antissemitismo parte da diferenciação de dois importantes tipos de discriminação judaica: uma de caráter tradicional e outra de caráter moderno, isto é, o antissemitismo tradicional (antijudaísmo) e o antissemitismo moderno. O ingresso na modernidade, como sustenta Carneiro (2007): “modificou de

Hitler; o Brasil, ao longo de sua história, tornava-se, aos olhos dos israelitas, uma terra de relativa tolerância e oportunidade. Nesse ínterim, a figura do judeu, longe de ser um personagem recente, mostra-se intenso em vários capítulos da história brasileira. De acordo com Igel (1997) uma negligência prolongada fez com que se minimizasse tal influência, em termos de ensino e pesquisa, contribuindo para uma consciência vaga e imprecisa acerca do judeu no território nacional.

Porém, a provocação inicial que motivou o presente estudo não se limita a uma pesquisa histórica do judeu em terras brasileiras, nem se fixa a um estudo de caso acerca da representação do judeu em tempos de perseguição. A motivação que fulgura esta dissertação se dá ao olhar para a mediação primeira que vem “dos signos, linguagem e pensamentos que eles [os meios] veiculam” (SANTAELLA, 2003, p. 222). O meio escolhido é o jornal, a linguagem é a jornalística e o signos e pensamentos que nele se veiculam se tornam o nosso interesse.

Em face disso, as questões referentes aos estudos da narrativa trabalhadas por Ricoeur (1987a), Bhabha (2011), Resende (2004; 2011) e Motta (2005; 2007) pervadem este trabalho e se apresentam com um problema de pesquisa dado no jornalismo. Neste sentido, como salienta Resende (2011), a narrativa excede o cumprimento da função do jornalismo de informar ou dar ao outro a possibilidade de vir a conhecer ou saber a respeito de um fato, pois ao narrar sopra-se vida aos objetos de que se fala e aos sujeitos referidos ou com quem se pretende falar. Já Homi Bhabha (2011) nos diz que o seu interesse pela narrativa vai além dos aspectos formais da intriga, do encadeamento da trama, do campo figurativo, do sistema textual ou espacial. O seu foco está na narrativa enquanto discurso do autodesvelamento, a produção de sujeitos e o posicionamento dos espectadores.

A princípio, tomar as notícias jornalísticas enquanto narrativas nos remete a instigantes interrogantes que ausentes fariam desta presente pesquisa um pensamento inosso. O tempero se dá a medida que nos deixamos salgar pelos questionamentos. Afinal, existe expressão narrativa nos fragmentados relatos jornalísticos? Se o jornalismo produz narrativas, qual é a sua natureza? Como ele configura e nos conta as

---

forma paulatina o quadro das idéias dominantes. Nesse processo de mudança, o anti-semitismo também foi redefinido. Dessa perspectiva, a chamada “questão judaica” não desapareceu com a abertura das sociedades majoritárias às minorias judaicas no quadro de processos emancipatórios, mas suas características e conteúdos ideológicos foram reformulados, abrindo passagem para uma nova forma de antissemitismo denominado ‘moderno’”. (idem, p. 149)

suas histórias? Como estimula e projeta a imaginação dos leitores e ouvintes? Como constrói significações?

De acordo com Motta (2005) as notícias diárias são fragmentos desconexos de sentido, dificilmente contam uma história completa. As notícias são, assim, fragmentos dispersos e descontínuos de significações parciais. Mas que possuem uma narratividade, isto é, narram sucessões de estados de transformação ainda que de forma fragmentada e dispersa. E são através destas fragmentadas e dispersas narrativas que nos movemos, vivemos e existimos. Como bem nos fala Motta (2005):

o jornalismo é uma atividade mimética: representa a vida, as ações dos homens, dos bons e maus homens, relata os dramas, as tragédias, as sagas e as epopéias contemporâneas. As notícias são relatos fragmentados e contraditórios sobre a nossa existência, sobre as nossas dores e os nossos amores, nossos sofrimentos e gratificações, sobre os acasos e contingências que nos afetam. O jornalismo conta continuamente as histórias dos nossos heróis, nossas batalhas e conquistas, nossas derrotas e frustrações. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas. Como atividade mimética, é sobre esse pano de fundo da cultura e do tempo humano, com todas as suas fortunas e infortúnios, paradoxos e ordenações, que o jornalista trabalha, e no qual ele se encontra com seus leitores ou ouvintes. (Idem, p. 36)

Compreendido como “uma prática social, um modo particular de interação entre as pessoas, portanto, dinâmica e sujeita a tensões culturais, políticas e históricas concretas” (MATHEUS, 2011, p. 17) o jornalismo demonstra suas particularidades próprias dadas em contexto. Neste caso, é interessante observar que o recorte histórico escolhido nesta dissertação abarca um momento peculiar na história da humanidade. O antissemitismo moderno enquanto um fenômeno psicocultural, amparado numa ideologia racista a partir das relações de conflito entre judeus e não-judeus e usado para fins políticos tinge com tons escarlates as páginas dos jornais brasileiros. E são através destes vestígios (BARBOSA, 2007) que esta pesquisa irá articular dois termos correlatos “narratividade” e “historicidade”, endossando a ideia de que uma das características da narração é, inclusive, transmitir acontecimentos e experiências históricas.

Buscar no passado um objeto de pesquisa para se pensar o campo da Comunicação e, em específico, o do jornalismo hoje favorece a exaltação desta articulação mencionada. Longe de se prender ao peso histórico, esta dissertação tem como um dos seus cuidados não se deixar embaraçar em construções de pensamentos equivocados, que deem primazia para fatos históricos em detrimento da observação do objeto comunicacional em movimento (FRANÇA, 2004). Entende-se aqui que as

notícias não são crônicas ou documentos históricos, nem tampouco narrações de pura ficção. São narrações de cunho informacional, que descrevem acontecimentos temporais e localmente situados, inserem sujeitos em relação, tem forte referência com a realidade em contexto e possui uma trama narrativa.

Do mesmo modo, o elemento fundamental da narrativa seja ela jornalística ou não é a trama ou intriga (RICOEUR, 1987a). Trata-se da ligação interna que relaciona os personagens, suas motivações e atuações, as relações entre eles, seus conflitos. Ler um texto narrativo, portanto, requer revolver os fios que constituem o texto (do latim *textum*, que significa tecido, textura; o texto é um tecido) e seguir os seus entrecruzamentos. A partir da constatação de que o sentido não existe por si só e que não há sentido sem interpretação, podemos dizer que diante de qualquer objeto simbólico, o próprio do homem é interpretar (MENDONÇA, 2002). Assim, diante das linhas de sentido e de seus entrelaçamentos aqui expostos a postura pretendida visa não recuperar o que de fato ocorreu (até porque o que de fato ocorreu jamais poderá ser recuperado), mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – como foi tecida determinada ação social nas narrativas mediáticas (BARBOSA, 2006).

Outra característica encontrada neste recorte histórico se verifica na trajetória do discurso jornalístico brasileiro. Observou-se que neste momento havia a presença de ambiguidades e permanências no modo de se narrar os acontecimentos nos jornais brasileiros (RESENDE, 2007; ROSSIGNOLI, 2011). Assim, o discurso jornalístico ora se mostra artesanal, ora se deixa influenciar pelo modo de narrar pautado pela técnica americana, supostamente, objetiva, imparcial e transparente. Portanto, além dos vários atravessamentos que afeta o jornalismo – “suas pressuposições teóricas, suas pressões internas e externas, suas rotinas produtivas, os embates ideológicos, o imaginário em jogo e as narrativas tornadas possíveis” (RESENDE, 2011, p. 128) – ainda há nesse momento uma imprecisão quanto ao que o jornalismo *poderia ser* ou o que *deveria ser*.

Aos olhos do homem do século XXI as notícias das décadas de 1930 e 1940 causam um estranhamento e o leitor poderá ter dificuldade de associá-las a um discurso próprio do jornalismo. Ao ler as narrativas jornalísticas em questão pode-se ter a impressão de que a escrita é confusa, emolada e pouco organizada. Entretanto, devemos entender que podemos ter tal percepção porque o discurso jornalístico que contemplamos atualmente é marcadamente mais alinhado a um projeto editorial tecnicista apoiado na objetividade e na suposta imparcialidade daquele que narra.

Não que ao se debruçar em técnicas que transmitam ordem e transparência o jornalismo de hoje se torne isento das desordens, desalinhos e desajustes próprios das narrativas que constroem o seu discurso. A crítica que se levanta nesta pesquisa é contra o discurso usual do jornalismo hegemônico em se legitimar enquanto saber que diz a verdade do fato porque usa de técnicas seguras para a sua apreensão; bem como se posiciona contrária às restrições que ora ocorrem de outros possíveis narrares no campo do jornalismo por não se servirem de tais técnicas como um padrão do que é jornalístico para a construção da notícia. Dizemos, portanto, por meio dessa dissertação que as desordens, transgressões e confusões também nos interessam para a compreensão do que seja um jornalismo que se deu no passado e que vigora nos dias de hoje. Como diz Latour (1994)

As “confusões” que tecem o nosso mundo criam a mistura. Porém os analistas/jornalistas dirão: “Que sejam como se não existissem”. (...) [Afinal disseram a nós] que cabe aos analistas, jornalistas e todo tipo humano dito “qualificado” cortar as linhas que constroem a ampla rede de um determinado assunto e, assim, compartimentá-las em assuntos específicos e isolados. Estranho não conseguirmos perceber isso ao ler o jornal diário. (Idem, p. 8)

A organização das notícias em seções, cada qual, reportada num “caderno” dos jornais atuais transparece um anseio desde a modernidade de ordenar as narrativas sobre o mundo e dispor delas de forma sistematizada. Tal característica aparece de forma atenuada nas matérias de 1930 e 1940 no jornal *Folha da Manhã*. Ainda não tomadas por categorizações dessa ordem, as notícias do tempo histórico da dissertação possuem uma organização mínima no que diz respeito a seções e “cadernos”. Observamos muitas propagandas em meio às notícias publicadas e a diagramação, aos olhos do homem atual, peca no que tange a dar uma imagem mais *clean* ao jornal. As notícias são publicadas muito próximas uma das outras dando a impressão de que não há uma separação nítida do término de uma matéria e do início da próxima enquanto se lê o jornal.

Entretanto, o possível estranhamento que nos causa ao acessar as matérias de 1930 e 1940 se torna da ordem do risível se formos observar com mais cuidado as notícias nossas do dia-a-dia. De acordo com o Latour (1994), as matérias produzidas atualmente versam num mesmo conteúdo de várias questões e trazem certos atores ou vozes autorizadas que não são compatíveis e que, no entanto, estão envolvidos na mesma história. De forma irônica, o autor salienta que “se a leitura do jornal diário é a reza do homem moderno, quão estranho é o homem que hoje reza lendo estes assuntos confusos. Toda cultura e toda natureza são diariamente reviradas aí.” (Idem, p. 8)

Acreditamos que uma das vantagens desta pesquisa se realizar num tempo denominado passado na área do jornalismo brasileiro é a provocação que inevitavelmente se propõe ao leitor. Ao ler as notícias das décadas de 1930 e 1940 o leitor será afetado e tal leitura poderá levá-lo a uma frustração que beira ao desgosto quanto a uma admiração que se afina às delícias das descobertas em relação àquilo que era publicado como notícia no jornal *Folha da Manhã*.

Levando em consideração essas entre outras questões foram reunidas 123 matérias no jornal *Folha da Manhã* no período que compreende a ascensão do governo nacional-socialista na Alemanha em 1933 e o ano que oficializa o fim da Segunda Guerra Mundial, 1945. Este arquivo possui muitas matérias acerca da Questão Judaica no Brasil e no exterior. Portanto, tive o cuidado de separar entre as décadas de 1930 a 1940 as matérias que potencializem as discussões as quais este estudo se propõe a debater. Ao contrário de outras abordagens que visam à análise do texto priorizando algum gênero jornalístico, dentre eles: reportagem, entrevistas, artigo, entre outros; o que busquei no jornal era ler as narrativas no que elas apresentavam como características intersticiais (RESENDE, 2010).

As matérias selecionadas foram digitadas em uma tabela contida no Anexo desta pesquisa, deixando discriminada a data da publicação (dia, mês e ano), o título, o tamanho da matéria (1/4, 1/3 e 1/2 da página), a origem das matérias contendo o nome dos autores dos textos (caso fosse publicado), se eram matérias feitas no Brasil (produção interna) ou advindas de agências internacionais e os respectivos nomes das agências e, por último, foram digitadas trechos relevantes de todas as matérias catalogadas.

Diante deste robusto *corpus* de análise houve a necessidade de organizar uma metodologia que auxiliasse num maior aproveitamento das matérias recolhidas. Buscou-se, portanto, na metodologia trabalhada por Motta (2007), denominada a operação da recombinação da intriga, traçar um *modus operandi* eficaz para a análise das notícias.

Tal método entende que na análise da narrativa jornalística é preciso, pois, conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o conjunto de notícias como um todo. Para organizar de forma coerente uma série de narrativas jornalísticas o analista precisa observar a continuidade e justaposições temáticas a partir da recorrência de um dado tema nas notícias contidas no período histórico requerido para análise. Este método organizacional ajuda a separar as narrativas de acordo com os



campos temáticos específicos; recompondo, assim, retrospectivamente uma história maior, formada pelas múltiplas e dispersas narrativas inseridas naquele tema<sup>5</sup>.

Após a dedicação na organização das notícias, veio o trabalho de olhar para o que nelas se torna expressivo para análise. Neste momento outro da pesquisa, ocorre uma aproximação do método indiciário, que “parte das características existenciais do objeto para delas inferir elementos explicativos e modelares capazes de gerar a autonomia do campo, com bases mais sólidas do ponto de vista empírico” (FERRARA, 2008, p. 11).

Assim, as narrativas jornalísticas escolhidas a partir deste critério serão analisadas por três ordens de problemas referidos à noção de narrativa (ANTUNES, 2011). Primeiramente, veremos como esse acontecimento é narrado para se transformar em informação. Segundo, como essa informação é dotada de um valor e significação que mantêm relação direta ao seu contexto. E, terceiro, como o fato retratado, tornando-se, deste modo, num acontecimento jornalístico, (re)modela a percepção do assunto abordado

Diante da metodologia exposta e da análise das notícias inferimos que uma das características vívidas encontradas na observação do signo judeu foi a questão da identidade judaica. O judeu enquanto um ser em diáspora vem a ser caracterizado não mais pelas suas supostas origens somente, mas através de seus desvios, dos afastamentos do que antes fermentava essência. Sem território e espalhados nos quatro cantos do mundo, o judeu teve sua identidade talhada. O povo judeu parece-nos um reverso de um complicado bordado, onde não se vê o desenho tramado, mas o emaranhado dos fios e das cores numa confusão inextrincável.

Perceber uma formação identitária através da metáfora do bordado, cuja tônica se estabelece nos emaranhados dos fios e na confusão das cores, demonstra um modo de pensar que recentemente tem se colocado em debate e em negociação, principalmente, por alguns teóricos dos Estudos Culturais (HALL, 2003; BHABHA, 2011).

Bright (2003) indica que sempre houve uma tensão entre a comunidade judaica e o mundo e ela se dava entre a fé monoteísta e a noção de eleição. O povo judeu sempre

---

<sup>5</sup> As análises realizadas nas 121 micro-narrativas coletadas do jornal *Folha da Manhã* permitiu que fossem construídos 16 eixos temáticos referentes aos principais assuntos publicados no jornal. Estes eixos temáticos foram denominados da seguinte forma: Lar Judaico; Judeu/Comunismo/Bolchevismo; Imigração; Problema Judaico; Identidade Judaica; Protocolos dos Sábios de Sião; Os judeus como a razão de todo o mal; Sionismo; Os judeus e as riquezas; Questão Judaica no Brasil; Noite dos Cristais; Manifestações antinazistas; Campos de concentração; Homicidas de Cristo; Decretos nazistas; Ações violentas contra os judeus e Hibridismo.

acreditou que era um povo peculiar, escolhido por Iahweh. A ideia da eleição forjada nos textos sagrados produziu, entre as muitas interpretações, a concepção de um elitismo dado ao povo hebreu em relação aos outros povos.

Havia no povo judeu antigo um sentimento de dignidade pessoal que em seus excessos contribuía para um conceito elevado ou exagerado de si próprio. Para Bright (2003) os judeus orgulhavam-se de possuírem posições peculiares dadas a eles pela fé em Iahweh. Desse modo, eles se orgulhavam

de possuir a lei (por exemplo, Sl 147:19; Tb 4,19), orgulhavam-se da posição privilegiada de povo de Deus (Eclo 17:17), orgulhavam-se de falar a língua usada por Deus na criação (Jub 12:25), cuja Cidade Santa era o Centro da Terra (Jub 8:19; 1 Em 26). (Idem, p. 529).

Daí advém o desejo de autocentramento da cultura judaica e a crença de que por ser o povo eleito os judeus devem, portanto, promover um severo separatismo em relação a outras culturas. O não contato com os outros povos, desse modo, era o que garantia a preservação da identidade judaica. Ao analisar o modo como a cultura judaica foi sendo configurada há mais de quatro mil anos podemos apontar certos pontos de estrangulamento construídos pela tradição judaica e que se atualizam no presente de acordo com os interesses a serem alcançados pelas ideologias que se servem do judaísmo e de todo o acervo simbólico contido no signo judeu.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que nenhuma cultura é completa em si mesma (BHABHA, 1996), o olhar que se quer ressaltar propõe que todas as culturas trazem consigo uma incompletude sentida no âmago de suas (re)significações. A dinamicidade que as caracterizam se faz justamente no desejo de encontro que as impelem a procurar novas formas de se configurarem, através das relações travadas umas com as outras.

O que paulatinamente ocorre no processo de construção de uma cultura é o mascaramento ideológico em torno do anseio pelo encontro com outras culturas. A alusão a uma identidade pura, completa em si mesma e contendo uma origem é um dos artifícios dados nas narrativas a fim de que se ocultem os processos de aculturação e assimilação resultantes da dinâmica da relação. Devemos desconfiar de tais manobras, pois trazem consigo interesses próprios, visando ao fechamento de sentidos e, conseqüentemente, aos autoritarismos em prol de uma perspectiva considerada única e verdadeira. E são através dessas manobras discursivas, inclusive, que relações de poder forjadas na costura do simbólico poderão ser desveladas, mostrando suas reverberações na política e na economia em certo contexto, povo e território.

Assim, perante essa visão, podemos entender que

nenhuma cultura se encontra a rigor em plenitude, não só porque há outras que contradizem sua autoridade, mas também porque sua própria atividade formadora de símbolos, sua própria interpelação no processo de representação, linguagem, significação e constituição de sentido, sempre sublinha a pretensão a uma identidade originária, holística, orgânica. (BHABHA, 1996, p. 36)

Desde os primórdios da dispersão, dissertar acerca do povo judeu se torna da ordem do incomensurável. Os judeus, desde a destruição dos reinos de Israel e de Judá formam cada vez menos um “povo”, uma realidade baseada em traços étnicos, nacionais e apego comum às tradições e crenças. O que se tem conhecido, substancialmente, como “povo judeu” vem a ser a organização tramada pelas comunidades diáspóricas em momentos de perseguição, que se afiliaram, apesar de suas explícitas diferenças, por conta do apego à Torá e a crença de que esta norteava a identidade das inúmeras comunidades diaspóricas espalhadas pelo mundo.

Neste sentido e sob muitos aspectos, Friedmann (1965) diz que o ódio e repulsa ao judeu através do antijudaísmo religioso e do antissemitismo moderno, visto numa perspectiva global, e o feroz apego às metanarrativas religiosas, assegurou o prolongamento da consciência judaica que constituem, no essencial de seu conteúdo, a noção de “povo judeu” na Diáspora. Desse modo, os fenômenos do antijudaísmo e do antissemitismo moderno tiveram papel primordial para uma possível formulação no que tange ao complicado conceito de “povo judeu”, pois

sem as perseguições, sem o gueto, seus avatares e sucedâneos, os judeus, dispersos através das nações mas participando da evolução para as liberdades políticas e para as “luzes”, teriam sido mais rápida e completamente assimilados, como aconteceu no Ocidente após o fim do século XVIII. Seu separatismo, enfraquecendo-se com suas raízes religiosas, teria deixado de torná-los “outros”, “estrangeiros”, “suspeitos”. O anti-semitismo *produz* a consciência judaica, a persistência judaica, sua perseverança no ser. Mas o separatismo judeu o ajudou nesta tarefa e (na medida em que é prolongado pelo anti-semitismo) ainda hoje o ajuda. (FRIEDMANN, p. 237, 1965)

Ora, o objeto de estudo desta pesquisa se movimenta justamente num período de fortes medidas antissemitas por parte do governo nazista e ao olhar para o *corpus* de narrativas percebemos quão intensamente eram publicadas notícias advindas das agências internacionais narrando informes políticos nazistas acerca das restrições sociais e políticas aos judeus alemães e, posteriormente, aos semitas dos territórios anexados ao Reich.

Neste momento, faz-se necessário evidenciar outra característica que produz vivacidade à esta pesquisa em relação ao objeto em movimento: o antissemitismo.

Podemos observar que o movimento antissemita de influência nazista é o que norteia a publicação das matérias em relação aos judeus no período. O tom dado às representações do judeu sofre influência direta dos avanços e recuos ecoados pelas políticas nacionais e internacionais que se serviam do antissemitismo como ferramenta útil para garantir o poder.

A maioria das matérias publicadas no jornal *Folha da Manhã* contem em suas narrativas ideologias pró antissemitismo, ativando através dos signos e marcas textuais encontradas nas notícias efeitos de sentido que veiculam os judeus ao conceito de raça inferior, parasita social e econômico do país em que vivem, homens ligados a bancos internacionais e ao capitalismo, agiotas (prática condenada pela Igreja Católica Romana), comunistas, inimigos de Jesus Cristo, inassimiláveis e formadores de quistos sociais.

Enfatizamos, contudo, que a postura crítica contida nesta pesquisa não visa à denúncia do antissemitismo perpetrado pelo governo Vargas. Desse modo, não fazemos uso de um gesto redutor, vindo a dizer como os jornais manipularam ou determinaram o imaginário social da época. Como salienta Barbosa (2006), não se trata apenas de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas interpretar por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades, que difere profundamente do que ocorre em outro espaço com historicidade diversa.

No capítulo um, tocaremos na questão da identidade judaica através de um questionamento: *o que é ser judeu?* Discutiremos a questão da identidade enquanto construto (HALL, 2006; BHABHA, 1996, 2011) e como o jornalismo por meio da narração dos fatos reinventa os sujeitos históricos articulando, assim, o conceito de identidade em face dos signos em movimento.

Assim, a partir das notícias coletadas abordaremos o momento histórico em face da identidade judaica de duas maneiras. Primeiro, iremos tecer algumas considerações sobre a mudança de paradigma que ora operava em torno do conceito de identidade. As sociedades modernas no final do século XX passam por uma mudança estrutural no modo como concebem suas identidades. O que era dada como fixo e coerente será descentrado por meio de uma noção de identidade fragmentada e em constante mudança (HALL, 2006). Abordaremos, portanto, um momento histórico no qual a identificação de si ainda operava por uma lógica do indivíduo da razão e centrado em si mesmo e que, ao mesmo tempo, já apresentava indícios de que um deslocamento em torno da noção de identidade desse homem moderno estava ocorrendo.

Em segundo lugar, iremos lançar nosso olhar para como o conceito de identidade era pensado em dois territórios diferentes: a Alemanha de Adolf Hitler e o Brasil de Getúlio Vargas. Ambos os governos, com diferentes níveis de atuação, iniciaram uma política cultural com orientações nacionalistas visando promover a homogeneização cultural de seus países (CARNEIRO, 2001). De acordo com as notícias contidas no *corpus* de análise procuramos levantar questões dadas em cada uma dessas sociedades que fossem relevantes para a interpretação dos textos jornalísticos apresentados. E dentre essas questões decidimos por em relevo a ideia de raça que se tornou preciosa para o entendimento de como a identidade judaica estava se significando em meio aos fios narrativos tecidos na Europa e no Brasil.

Posteriormente, o capítulo segue trazendo nuances alinhadas à proposta desta pesquisa que seria procurar nas subseqüentes notícias sobre os judeus narrativas que deixam verter, em sentidos, os desvios e as desordens. Em face disso, trabalharemos com o conceito de tradução cultural (BHABHA, 1996) abordando a cultura judaica em relação com outras culturas e as dificuldades que se colocam na escrita jornalística de traduzir o judeu sem desenhá-lo enquanto um sujeito fruto de uma cultura holística e com ênfases essencialistas.

Diante disso, iremos fechar o capítulo promovendo análises jornalísticas em torno de matérias que complexifiquem a difícil tarefa dos jornais de conceituar o que é ser judeu em tempos de perseguição. Para isso, a pesquisa faz um voo estratégico e traz dos dias de hoje linhas de sentido que promovam aberturas de significação em torno desta questão que exala sua indefinição há milênios. A metáfora do “quebra-cabeça” se apresenta no final do capítulo a fim de elucidar como as variadas peças simbólicas referentes aos judeus eram “encaixadas” de acordo com um outro jogo: o narrativo dado no jornalismo brasileiro.

Com efeito, nesta dissertação a discussão em torno do conceito de identidade não para de ser debatida com o fim do primeiro capítulo. A pergunta *o que é ser judeu?* continua com sua presença e formular sua conceituação se mostrou um dos esforços do jornal *Folha da Manhã*. Para isso, muitas foram as histórias tecidas acerca dos judeus. Seja narrando os judeus como alvos das perseguições nazistas, seja como um povo errante, diaspórico, sem pátria os sentidos em trânsito nas narrativas jornalísticas trataram de tornar as possíveis histórias sobre os judeus em histórias possíveis para os leitores do jornal.

Diante disso, podemos conceber que os judeus em tempos de perseguição só puderam ser narrados do modo como foram porque, dentre outros fatores, o meio comunicacional em análise – o jornal *Folha da Manhã* – assim pôde fazê-lo. Portanto, a história do jornal, bem como a análise do seu projeto editorial serão de suma importância para a pesquisa como modo de compreender o porquê dos judeus terem sido narrados fazendo uso de algumas estratégias em detrimento de outras.

Assim, no capítulo dois trataremos de associar as notícias recolhidas no *corpus* de análise desta pesquisa como vestígios, rastros e traços de ações comunicacionais ocorridas no passado (BARBOSA, 2007). Desse modo, por meio da análise dos vestígios narrativos poderemos prefigurar a produção de notícias do jornal *Folha da Manhã* em dado tempo e lugar.

No momento do nascimento do *Folha da Manhã* o jornalismo brasileiro já havia iniciado uma operação industrial-comercial que contrasta com a tradição boêmia, ativista e idealista das fases anteriores. Este capítulo irá mostrar que as décadas de 1930 e 1940 são peculiares dentro da formação histórica do discurso do jornalismo brasileiro, pois se caracterizam por confluir em seus discursos linhas editoriais antigas e modernas.

Nesse ínterim, iremos expor as discussões entre os fundadores do *Folha da Manhã* que propunham tentativas de construção de uma linha editorial própria. A respeito disso, mostraremos a recusa pelo traço literário por parte dos redatores na construção das notícias, visando dar contornos modernos e mais adequados quanto ao que se esperava de um jornal da época (MOTA; CAPELATO, 1981). O intuito é mostrar, por meio do jornal *Folha da Manhã*, algumas estruturas de pensamento que auxiliaram na formação do discurso jornalístico brasileiro que, hoje, contemplamos. Neste caso específico, podemos perceber que a noção do que era moderno e, portanto, desejável como linha editorial na fase do jornalismo-empresa incluía o rechaço de traços próprios de uma das fases anteriores do discurso jornalístico brasileiro.

Não só a linha editorial do *Folha da Manhã* se revela como fator de influência direta no modo como foi narrado os judeus, mas também iremos, neste capítulo, levar em consideração o mosaico de interesses políticos e ideológicos do *Folha da Manhã* que acompanham a mobilidade do signo judeu através da inscrição do imigrante. Assim, mostraremos que as notícias constroem a representação do judeu com base num movimento de hostilidade/hospitalidade tramado em solo brasileiro. O imigrante judeu enquanto branco e europeu carrega em si traços que viabilizam o acolhimento. Entretanto, diante da sua não assimilação ao meio da cultura dominante em que vive,

sentidos outros que induzem à repulsa ao judeu são encontrados em meio às matérias escritas por brasileiros no jornal *Folha da Manhã*.

Percebam que a dissertação se ocupa com uma questão primordial no campo do Jornalismo: o *como narrar*. Por isso, optamos por trazer, ainda neste capítulo, como o pano de fundo contextual das narrativas jornalísticas coletadas, isto é, o antissemitismo moderno foi apropriado e usado para possíveis explicações diante da pergunta *o que é ser judeu*.

Para isso, mostraremos que as narrativas jornalísticas evidenciam, naquele contexto, que um novo tipo de ódio e repulsa ao judeu estava ocorrendo em solo europeu e sendo ressignificado em terras brasileiras. Iremos expor, portanto, que as notícias trazem em suas tessituras uma amálgama de linhas de sentido que inclui resquícios de um tipo de ódio ao judeu próprio do antijudaísmo mesclados com características que vinham sendo desenhadas a partir desse novo antissemitismo, intitulado como moderno, que se instalava no imaginário social da época. Preferimos incluir, inclusive, o antissemitismo contemporâneo como modo de expor como essa temática foi e ainda é usada nos jornais como modo de (re)inventar o povo judeu.

Para isso, fizemos uso do documentário *Difamação – A indústria do antissemitismo* (2009) de Yoav Shamir que propõe uma discussão crítica em torno do que seria o ódio atual contra os judeus. O documentário irá nos ajudar a entender como os meios de comunicação servem aos interesses de uma intrincada rede de poder no que tange ao uso da memória do povo judeu e do seu sofrimento em busca de direitos e privilégios a esse povo nos dias de hoje. Para isso, a exacerbação de sentidos em torno do que se chama de antissemitismo contemporâneo a partir dos jornais israelenses será o estopim para que outras questões, mais sutis, sejam explorados ao longo da trama fílmica.

Retornando ao contexto da época, sem dúvidas, o Brasil foi menos intenso em relação à política antissemita efetuada pela Alemanha nazista e outros países europeus e apresentou um engendramento político disfarçado, paradoxal e menos diretivo no que concerne à cooptação das massas em face do “problema judeu”. E para encerrar o capítulo, procuramos trazer notícias que possuíam marcas textuais próprias do solo brasileiro em relação aos judeus que foram sendo produzidas através da apropriação das notícias vindas das agências internacionais de notícias e de outras fontes simbólicas vindas também do exterior e que modelaram as representações daquela época sobre o judeu.

Como qualquer pesquisa que se vê flertando com o passado muito das questões apresentadas se veem tomadas por demandas dadas no presente. Com esta dissertação não seria diferente. Atualmente, quando falamos do povo judeu muitas insígnias, encontradas no senso comum, surgem: Israel, conflito árabe-israelense, religião, Holocausto... E é justamente o último termo citado que, nos dias atuais, tem produzido múltiplas histórias sobre este povo em larga escala nos meios de comunicação.

Filmes como *O Pianista* (2002), *O Menino do Pijama Listrado* (2008) e *Operação Valquíria* (2008) são algumas das narrativas participantes de uma torrente de tessituras que, atualmente, tem retomado o acontecimento do Holocausto evidenciando o sofrimento dos judeus perseguidos e dos milhões mortos em campos de concentração. Seja na literatura, minisséries, arte ou na História podemos verificar que este tema permanece latente e muitas são as estratégias criadas para que a memória do Holocausto se atualize, tornando-se um tema corrente na memória social de grande parte da sociedade ocidental.

Em face disso e diante de um momento histórico que contempla o desenrolar do genocídio dos judeus na Europa irrompe uma curiosidade: o que os jornais falam sobre o Holocausto no momento em que o mesmo não pode ser narrado enquanto História, mas, quando muito, somente como notícia? A raridade que há em se estudar tal assunto se tornou o motivo de articular o terceiro capítulo dando relevo para o trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1989).

Assim, no último e terceiro capítulo iremos nos concentrar na questão da memória e do esquecimento (RICOEUR, 2008) em face da cobertura jornalística em torno do pós-guerra (1945) no jornal *Folha da Manhã* e como estava sendo construída uma memória social acerca das vítimas judias que diverge do que presenciamos hoje como a memória do Holocausto. O que evidencia o caráter dinâmico da memória, que provoca mudanças qualitativas sem sua textura ao longo do tempo.

O capítulo abordará, inclusive, o jornalismo não somente como um saber que (re)inventa discursivamente o judeu de acordo com os jogos de poder e estratégias narrativas em contexto, mas também como um lugar em que se constrói e armazena a memória social (FERREIRA; RIBEIRO, 2007). Para isso, autores como Halbwachs (1990), Ricoeur (2008), Pollak (1989) e Huyssen (2005) comporão o quadro teórico para o esboço dos conceitos de memória social, uso e abuso da memória, esquecimento e enquadramento da memória em face do jornalismo e suas tessituras. Até este momento o capítulo irá mostrar como foram raras as notícias acerca dos judeus no pós-2º. Guerra



Mundial, pontuando como o não noticiar torna-se uma forma de esquecimento que coaduna com interesses contidos nas relações de poder que vigoravam naquela época.

Em seguida, diferentemente dos dois capítulos anteriores, será realizada a análise de uma matéria que não foi produzida por punhos brasileiros. Ainda tomado pelas questões midiáticas que envolvem o acontecimento do Holocausto, o desenrolar do capítulo se debruçará na análise de uma matéria que noticia o campo de concentração de Buchenwald nos momentos posteriores ao encerramento do conflito na Europa.

Não há como narrar sobre o Holocausto sem levar em consideração a experiência do campo. Diante disso, a matéria em questão se torna extraordinária no sentido de que foge ao comum em relação às outras notícias do pós-guerra. Advinda das agências internacionais de notícias a reportagem “Crueldades nazistas no campo de concentração de Bunchewald” trata da ida de uma delegação do Parlamento britânico ao campo de Bunchewald a fim de organizar um relatório sobre o campo alemão e apresentá-lo ao Rei Jorge VI.

A tessitura é dramática e preenche de questões importantes em relação à tessitura da intriga e à construção de uma memória social pelo jornal. Dentre estes atravessamentos, iremos abordar a partir da notícia a ideia de testemunho no jornalismo; a análise do muçulmano (PRIMO LEVI, 1988; AGAMBEN, 2008), enquanto o Outro, na tessitura do campo; a descrição dos judeus por meio do mote da coisificação da vítima no contexto da narração de experiências científicas no campo e a compreensão de uma zona cinzenta (AGAMBEN, 2008) que oblitera as relações maniqueístas algozes x vítimas comumente usadas pelo jornalismo em narrativas de conflito.

E estas foram as rotas de entendimento tecidas nesta pesquisa a fim apresentar ar peças que foram se encaixando nas narrativas jornalísticas em torno do signo judeu. Assim, convido o leitor a compreender o jornalismo por meio de um regresso a um passado recente. Que o movimento das peças simbólicas apresentado nessa dissertação venha a propor encaixes que vão além das que são aqui apresentadas e que o leitor ao acompanhar a mobilidade do signo judeu possa, ao final, montar outro quadro em torno do que antes lhe era concebido como jornalismo. Boa leitura!

## CAPÍTULO 1 - O jornal que saber: afinal, o que é ser judeu?

Às vezes eu lhe perguntava:

- O que é ser judeu?

Respondia gravemente:

- É um povo com uma religião

E eu:

- Não é também uma raça?

Ela dizia:

- Cale-se, você está falando como os nazistas.

*O amor mais forte que a morte*(1983)

Maria Thèrese Lacaze

A narrativa enuncia uma sucessão de transformações. Através dos vários enunciados nos é possibilitado colocar as situações num desenrolar lógico e cronológico. É em busca de uma narrativa que estamos, querendo ou não, introduzir algum tipo de concórdia no discordante e fragmentado cotidiano. Porém, desenvolver uma forma narrativa que explicita de maneira inteligível as sucessões dos acontecimentos não traduz ausência de descontinuidades, rupturas e desvios.

Partimos do pressuposto de que a narrativa se estrutura através do conflito e se torna o lugar privilegiado no qual as lutas, disputas e desordens são expressadas, reconhecidas e apropriadas pelos homens (RESENDE, 2004; MOTTA, 2007). A partir dessa perspectiva do conflito como elemento estruturador de qualquer narrativa podemos usar as palavras de Motta (2007) que nos diz que

a situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É, portanto, uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambigüidades. Pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto (Idem, p. 153).

O jornalismo se sobressai no mundo simbólico por trazer explicações sobre acontecimentos inusitados, fatos contraditórios, ajuntar peça por peça do quebra-cabeça da vida e propor aos leitores fundamentos para o transcorrer das situações cotidianas. Por exemplo, se a informação sobre a explosão de uma bomba nos alcança, recorreremos aos *media* para saber quem praticou o ato, o motivo que gerou tal ação, se houve vítimas, quantas morreram e outros possíveis detalhamentos do fato. À procura de tais informações acessamos sites de jornalismo web, ligamos a TV e compramos jornais e revistas que contemplem o acontecimento que ansiamos entender.

O nosso interesse está na história, na trama que se estabelece através da narração do fato. As perguntas tão usadas nas redações como rota para a escrita jornalística (o que? quem? onde? quando? como? por que?) auxiliam na construção daquilo que Ricoeur (1987a) designa como intriga. Este “filósofo do sentido”, qualificação dada por Barbosa (2006), elaborou um complexo aporte teórico tentando pensar a relação entre narrativa e tempo. Dentro deste escopo, o autor ao falar das questões referentes à narrativa nos impele a refletir acerca das diversas perspectivas do tempo. Essa relação entre tempo e narrativa torna-se o fio condutor pelo qual Ricoeur (1987a) irá (des)costurar seu pensamento, no qual enaltece que “tudo o que se narra acontece no tempo, desenvolve-se temporalmente; e o que se desenvolve no tempo pode ser contado” (Idem, p. 24).

Bem sabemos que aquilo que é contado inclui uma história, tem começo, meio e fim e se organiza na linguagem. Para Ricoeur (1987a) é imprescindível “o sentido do ponto final” (Idem, p.106) na narrativa, pois a própria configuração da intriga impõe à sequência indefinida dos incidentes um sentido de totalidade que se dá com um começo, meio e fim<sup>6</sup>.

A partir daí, usufruiremos do conceito de intriga trabalhado por Ricoeur (1987a) para entendermos como se dão as narrativas no tempo. Uma das distinções proposta por Ricoeur (1987a) em relação à intriga de Aristóteles é a exaltação do seu caráter dinâmico. Para o autor há uma “operação de configuração que nos faz preferir o termo da *tessitura da intriga* ao de *intriga* (...) Esse dinamismo consiste em que a intriga já exerce, no seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, fora desse próprio campo” (RICOEUR, 1987a, p. 102 – grifo meu).

O que o autor anseia mostrar é que a configuração da tessitura da intriga não se dá somente no campo textual, como defendia Aristóteles. A peculiaridade de Ricoeur (1987a) é ressaltar os aspectos temporais da tessitura da intriga e abordá-la através do seu papel mediador entre os aspectos temporais prefigurados no campo prático e a

---

<sup>6</sup>O sentido do ponto final tratado por Ricoeur (1987a) propõe que as histórias a serem narradas necessitam de um fechamento a fim de tomarem uma forma que traduza uma totalidade. Neste quesito, a noção de totalidade das narrativas se vincula a uma função estrutural dada no texto através da sequência início, meio e fim - e este trazendo o encerramento da configuração textual. Por isso, ressaltamos que o sentido do ponto final aqui expressado não tem a intenção de oferecer uma ideia de fechamento de sentido do texto. O uso de alguns termos como totalidade e encerramento pode propor tal rota de compreensão, porém fora o caráter estrutural do texto, esta pesquisa reconhece e se aplica em analisar e entender as narrativas como textos indefinidamente abertos nas suas possibilidades de produção de sentido.

refiguração da nossa experiência temporal por esse tempo construído que nos é materializado numa configuração textual.

Desse modo, entramos em contato com o arco hermenêutico descrito por Ricoeur (1987a) que tomando a interpretação de *Poética* de Aristóteles vem a ser descrito por três momentos da *mimese*. Numa revisão desta teoria podemos expressar suas operações da seguinte forma.

A mimese I se caracterizaria pela voz narrativa do autor, em essência, uma voz cultural, com suas tradições, representações e visões de mundo. Nesse momento temos o tempo prefigurado, isto é, o tempo em si mesmo, atrelado a uma pré-compreensão da vida cotidiana ou o seu “agir”. Salientemos, de forma metodológica que a mimese I baseia-se na figura do *autor*, no “agir” e na *prefiguração* do tempo narrativo.

A mimese II é o pivô da análise, pois o que vivenciamos, seria o tempo em si mesmo, porém quando narramos criamos um discurso que constrói uma *ideia de tempo*. Assim, na mimese II, o mundo do texto vai entrar em colisão com o mundo real para o (re)fazer, confirmando-o ou recusando-o. O tempo narrativo, desta forma, está configurado. E ocorre uma operação de seleção e configuração dos acontecimentos, permitindo à história contada ser completa e uma com começo, meio e fim. A *obra* então é construída por meio de uma mimese, um “*como se*” se estabelece na tessitura da intriga e surge daí uma *configuração* do tempo narrativo.

A mimese III demonstra o aspecto inacabado do texto. E isso se dá porque o mundo que o texto propõe é marcado pela incompletude. A “leitura” irá refigurar o tempo narrativo e (re)organizará a experiência temporal do leitor. Desse modo, o tempo apreendido será ativamente marcado pelo preenchimento de lacunas, brechas e lugares de indeterminação pelo leitor. Vemos, portanto que, o *leitor*, sua “*leitura*” e a *refiguração* do tempo narrativo se mostram características próprias desta operação mimética.

Assim, vale a pena perguntar: o que toda narrativa articula em discurso? Nada menos do que o caráter temporal da experiência humana. A complexidade que reside nesta resposta se dá no fato de que as operações mimética elencadas acompanham uma característica intrínseca do (ser)humano: não seguem uma linearidade, não comporta fundamentos tácitos e nem obedecem a sequências pré-elaboradas.

Nesse arco hermenêutico a preocupação é reconstruir o conjunto de operações pelas quais se dá obras, autores e leitores. Entretanto, não há entre estas três instâncias uma hierarquia que as possam sobrepor umas as outras. O autor não detem a primazia

do texto ao escrevê-lo, a obra não contém uma imanência em si e o leitor não possui autonomia hermenêutica absoluta por meio da sua leitura.

Se o tempo torna-se tempo humano quando narramos um acontecimento, podemos vislumbrar, portanto, a potência que há nas escritas contidas nas matérias jornalísticas para a compreensão do homem enquanto ser do mundo e no mundo. Nas palavras de Ricoeur (1987a) as intrigas que inventamos tornam-se o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda. E é justamente quando a narrativa articula a nossa experiência temporal difusa e fugidia é que atestamos que a tessitura da intriga, por outro lado, nunca é o triunfo da ordem!

Pois bem, levando em consideração os aspectos temporais envolvidos na construção da trama textual, como se dá essa operação de configuração? Quanto a isso, pode-se dizer que a tessitura da intriga opera na medição entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história a ser considerada como um todo. Ela extrai, assim,

uma história sensata *de* – uma pluralidade de acontecimentos ou de incidentes (os pragmata de Aristóteles); ou que transforma os acontecimentos ou incidentes *em* – uma história. As duas relações recíprocáveis expressas pelo *de* e pelo *em* caracterizam a intriga como mediação entre acontecimentos e história narrada. (...) Em resumo, a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração (RICOEUR, 1987a, p. 103).

Soares (2009) ao propor uma diferenciação entre narrativa e discurso nos diz que a primeira vem a ser pensada como relato de uma transformação, a passagem de um estado inicial para o final; enquanto o discurso possui uma estrutura ou organização narrativa. E Antunes (2011) diz que “a noção de narrativa especifica uma maneira pela qual o texto é tratado no discurso jornalístico” (p. 128).

Ao olhar o jornalismo, conseguimos pensar as notícias enquanto relatos que exprimem a passagem de um estado inicial para um estado final. Porém, ao olharmos as notícias jornalísticas enquanto histórias (com contextos, personagens, criados a partir da interpretação do homem ante ao ocorrido e, assim, passível à ingerência da imaginação humana) ficamos receosos quanto à falta de uma “lei” que operacionalize o aparecimento da verdade do fato.

De uma forma simplista, podemos incorrer ao erro de pensar a narrativa somente dentro do gênero ficcional, como um recurso encontrado na literatura ou como “um artifício do qual o jornalismo – ou algum jornalista em particular – às vezes lança mão”

(RESENDE, 2011, p. 121). Nesta visão, subtraímos o conceito de narrativa dos discursos de contornos verossímeis, como os encontrados no jornalismo.

Neste sentido, percebemos que há uma preferência no senso comum em não relacionar narrativa e relato jornalístico. Este vem a ser tratado como discurso que possui uma estrutura narrativa, porém que segue regras adequadas para a não interferência da imaginação criadora do homem.

Se o tempo se torna tempo humano na medida em que o narramos (RICOEUR, 1987a) percebemos que os estudos em Comunicação trazem na sua envergadura a questão do (ser) humano. E assim o faz porque só há comunicação através do tempo e este emerge numa compreensão humana quando o homem o narra.

Penetrar a comunicação enquanto “instância de produção de sentido instalada num contexto relacional” (FRANÇA, 2004, p.13) faz com que nos aproximemos da reflexão de Soares (2009) que procurou pensar a comunicação não somente através do que dela surge, mas, inclusive, do que lhe falta e falha. Para a autora o que “falta e falha nas reflexões sobre a comunicação é o enfrentamento da questão do sujeito e de seu estatuto singular” (SOARES, 2009, p.45). D’Amaral (1995) acrescenta a tal perspectiva ao salientar a urgência de se “pensar a comunicação-linguagem como o próprio homem, ao invés de se contentar em conhecê-la como fenômeno sócio-cultural” (Idem, p.16).

Diante do enfoque no ser humano nos estudos em Comunicação, como tais reflexões podem revelar formas outras de relação no jornalismo? Ao pensarmos a Comunicação como o próprio homem se torna mais propício enxergarmos que se resvala nas narrativas jornalísticas justamente o que há e é próprio do homem. Portanto, são nas narrativas que os conflitos, visões de mundo e imaginário humanos, formados no bojo das relações travadas uns com os outros, irão tornar-se presentes e atuais.

O homem é um “nó de relações voltado para todas as direções” (BOFF, 1978, p.17), se move sob a trama das relações vividas e, assim,

[mobiliza] as emoções e os afectos, representando, vendo e imaginando, sentindo e pensando, interpretando e significando, saltando de uma referência a outra, de uma memória a outra, seleccionando e esquecendo, substituindo, reunindo, seriando... (MARCOS, 2007, p.27).

Portanto, partimos do pressuposto que a Comunicação está totalmente imbricada com a linguagem e esta se circunscreve *a priori* num âmbito relacional do humano. Por isso, insistir no princípio da relação

significa enfatizar que toda a actividade cognitiva (a emotividade, o pensamento, a sensibilidade, a imaginação, a afectividade) procede por circuitos, por ligações, por jogos entre variáveis, por cruzamentos de dados,

por sobreposições de imagens, enfim, pelos movimentos tensionais mais diversos que excedem sempre e em cada caso qualquer termo isolado, absolutamente considerado (MARCOS, 2007, p.32).

Ao buscar no jornalismo fragmentos, retalhos, relatos do mundo, percebemos que são nessas pequenas frações do cotidiano que se narra uma história sobre aquilo que se viu, ouviu e observou. Desse modo,

seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na conclusão (...) compreender a história é entender *como* e *por que* os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão (RICOEUR, 1987a, p. 105 – o grifo é meu).

A dinâmica da tessitura da intriga evidenciada nas narrativas jornalísticas acerca dos judeus reúne uma série de contingências e peripécias transcritas nas páginas do jornal *Folha da Manhã* de forma seriada, porém que não encerra a história juntamente com o fim da matéria do dia. A dinâmica se estabelece na narração de histórias que vem a mostrar as suas sucessões de eventos, muitas das vezes, no desenrolar das subsequentes notícias.

O reaparecimento periódico ou frequente do questionamento *o que é um judeu?* se torna uma constante nas narrativas jornalísticas do período do antissemitismo moderno. A urgência de uma resposta também é verificada na tessitura da intriga que deixa verter, na prática da enunciação, possíveis respostas que, muitas das vezes, apresentam afirmações tácitas sobre uma questão que exala entre os milênios sua indefinição.

Fora a atenção dada à recorrência de um mesmo assunto nas notícias publicadas no jornal *Folha da Manhã* acerca dos judeus, a outra abordagem de análise colocada em relevo é a da contextualização. No tocante às narrativas jornalísticas percebemos que um dos engendramentos de alienação do leitor pelo jornalismo se dá através da não-contextualização das notícias.

Motta (2007) salienta que pensar e observar as narrativas jornalísticas somente como jogos e estratégias na linguagem, sem levar em consideração o contexto das mesmas empobrece as diversas camadas significativas do objeto empírico. Ao incluirmos uma contextualização percebemos que os objetos não mais sofrem o reducionismo como forma de explanação dos temas conflitantes que integram a vida. O isolamento do objeto, através do princípio da simplificação em partes trazido pelo racionalismo, padece diante da dinâmica contida na ligação da parte com o todo, operada pela contextualização dos fatos. Vemos que “tudo é sempre relacionado ao todo

no qual ganha significação e para o qual contribui, tornando-o mais significativo.” (MOTTA, 2007, p. 148).

Deste modo, ocorre um esforço em nos desenlaçarmos de uma perspectiva isolacionista no que se propõe à investigação das notícias acerca dos judeus no período do antissemitismo moderno. Somos herdeiros de um pensamento cartesiano no qual a concepção do universo se metaforiza a um sistema mecânico que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, são isolados e analisados na sua radical especificidade. A concepção cartesiana foi estendida ao homem, considerado uma máquina constituída de peças separadas. Neste quesito, veremos, como aponta Capra (1982):

que tal concepção mecanicista do mundo ainda está na base da maioria de nossas ciências e continua a exercer uma enorme influência em muitos aspectos de nossa vida. Levou à bem conhecida fragmentação em nossas disciplinas acadêmicas e entidades governamentais e serviu como fundamento lógico para o tratamento do meio ambiente natural como se ele fosse formado de peças separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesse (Idem, p. 32).

Neste sentido D’Amaral (2004) aponta que à guisa da história do Ocidente há a história das substituições paradigmático-modelares. Uma visão cartesiana fundada no racionalismo vem a ser o *modelus* (em latim, pequena parte) vigente e que engendra seus contornos ideológicos a partir da fractalização do todo. Daí, inclusive, advém o jornalismo enquanto saber que explicita uma lógica de percepção do mundo através da construção discursiva da realidade em partes.

Para D’Amaral (2004) diante da objetividade fractalizada da lei, ficcionar possíveis se torna um dever. Encaixar as peças do quebra-cabeça equipara-se a uma forma ativa, donde compondo ficções joga-se com a verdade, e até aprende-se dizer não a verdade. É no próprio saber que investe numa verdade que se concentra o máximo risco: jogar com o ficcional para traduzir o verdadeiro.

Entretanto, nem tudo são cadeias. É, inclusive, no jornalismo que se empreende a coragem humana que se arrisca a narrar e a jogar com os possíveis. D’Amaral (2004) nos fala que

as palavras precisam ser ditas; não há mais do que palavras, que possam ser ditas; uma vez enunciadas, tem seu peso e sua força: ganham mundo. Produzirão efeitos? É improvável. Mas se não forem ditas nunca se saberá. (...) Se não se jogar... o resultado pode ser o mesmo. – Mas que coragem mais humana se arriscaria a isto? (Idem, p. 56 e 57).



Se é através de uma técnica que o jornalismo opera e engendra suas narrativas, é também a partir dela que o mundo se torna possível. O risco se dá - não em saber dar a ver o mundo operando a técnica - mas de falar no compasso do mundo.

A tendência em obter uma pureza no que tange à verdade do fato revela sobre a identidade do homem moderno – contexto no qual nasceu o jornalismo. Neste momento a identidade era conceituada em termos essencialistas. A herança do Iluminismo dotava à pessoa humana

como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa (HALL, 2006, p. 10 e 11).

Desse modo, o período histórico desta pesquisa (1933-1945) incide num momento quando as identidades nacionais possuíam características baseadas numa essência, como algo fixo, estável e coerente. Em face desta consciência de si somadas a fatores contextuais os mais diversos propomos uma discussão sobre o conceito de identidade a partir da questão “identitária” do judeu no jornal *Folha da Manhã*.

### **1.1 Identidades em deslize**

Trabalhar com o conceito do que é ser judeu nos remete à questão da identidade. Igel (1997) nos ensina que geralmente, quando um estudo lida com termos “tais como *judeus*, *judaísmo*, *temática judaica* e outros pertinentes ou similares, questiona-se, primeiramente, *o que é ser judeu*.” (Idem, p. 2). Diante da complexidade que envolve tal conceituação, a autora toma como base o conjunto de definições de ordem religiosa, cultural e prática emitida da seguinte forma:

Judeu é aquele que aceita a fé judaica. Esta definição é religiosa. Judeu é aquele que, sem uma filiação formal religiosa, encara os ensinamentos do judaísmo – sua ética, seu folclore e sua literatura – como pertencentes a ele mesmo. Esta definição é cultural. Judeu é aquele que se considera judeu ou assim é visto por sua comunidade. Esta definição é prática. (KERTZER, 1978, p. 3 apud IGEL, 1997, p. 2)

É ilusório pensar que os conceitos acima transcritos solucionem a intricada questão da definição sobre o que é ser judeu. Nas narrativas jornalísticas do período do antissemitismo moderno a conceituação do judeu transita nas esferas religiosa, cultural e étnica. E esta última conceituação é bem própria desse tempo, no qual o ódio ou repulsa ao judeu não mais se engendra atacando um grupo religioso deicida, mas, sim,

contra uma etnia pernicioso. E como diz Morin (2007) assim “o antijudaísmo torna-se antissemitismo” (p. 167).

Como falado anteriormente, o jornalismo como saber que pretende explicar o mundo que nos rodeia, intui que há um assunto que inquieta a sociedade e, desta forma, propõe uma síntese. No caso da representação jornalística do judeu, temos que considerar os sentidos dados no imaginário ocidental, as relações econômicas, políticas e sociais em jogo, o transcorrer dos acontecimentos e a rotina produtiva própria do jornal. O que será dado nos jornais, obviamente, não consta como “a” conceituação derradeira, última, verdadeira – apesar de ser construída com este propósito e, muitas das vezes, ser assim reconhecida pelos homens – e isso se dá porque o jornalismo, como a comunicação é nada menos que “o lugar da observação do mundo em movimento” (FRANÇA, 2004, p. 23).

Lembremos que regressar aos jornais do século passado, nas décadas de 1930 e 1940 faz com que retornemos a um conceito de identidade diferente do que vem sendo proposto atualmente pela pós-modernidade.

À guisa dos pensamentos de Stuart Hall (2006) e Homi Bhabha (1996; 2011) iremos tomar a identidade como um construto, como algo em constante processo de (re)construção. Tal modo de iniciar uma discussão em torno do conceito de identidade se torna lugar comum, atualmente, no meio acadêmico. Entretanto, importa notarmos que a mudança de paradigma em torno deste assunto é recente, datada desde o final do século XX.

Sabemos que a complexidade do mundo moderno e o entendimento de que a identidade era formada por meio da relação com outros trouxeram questões que se esbarravam na formação da identidade a partir da interação entre o eu e a sociedade. Hall (2006) diz que

um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia de que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de duplo deslocamento – descentramento dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (Idem, p. 9).

Podemos ver, portanto, que, no final do século XX, o que era dado como “fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 43 *apud* HALL, 2006, p. 9). Sendo assim, nas décadas de 1930 e 1940 a

identificação de si ainda operava por uma lógica do indivíduo da razão, centrado em si mesmo e, concomitantemente, havia indícios de que uma fratura em torno desse homem moderno estava ocorrendo. Enfatizamos essa transição dada na modernidade tardia para deixar claro que será em meio a esse terreno deslizante que o conceito de identidade se moveu nas décadas de 1930 e 1940. O que as notícias mostram, portanto, são estratégias enunciativas a fim de traduzir e, assim, (re)inventar o judeu e que, ao mesmo tempo, evidenciam como estava sendo articulado o conceito de identidade dentro deste signo em movimento. E para pensarmos melhor nesta ideia devemos pontuar a interação do homem e da sociedade na sua formação “identitária”.

A essa sociedade podemos incluir a ideia de nação<sup>7</sup> que vigora a partir do século XIX. Neste momento surgiu uma série de identidades de cunho geopolítico, principalmente na Europa. A ideia de nação se consolida por meio de noções essencialistas que pautam sua sustentação como algo natural. “Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” (HALL, 2006, p. 49).

Sendo assim, podemos comparar a nação a uma comunidade simbólica e é justamente por meio do seu simbolismo que se explica o poder que ela detém em gerar um sentimento de identidade e lealdade num grupo de pessoas. Desta forma, tanto a identidade individual como a coletiva, neste momento, se deslizam em termos rijos, proporcionando uma costura do sujeito à estrutura.

Para pensar a discussão da identidade dos judeus a partir jornal *Folha da Manhã*, primeiramente temos que lançar o olhar para como este conceito era pensado em dois territórios diferentes: a Alemanha de Adolf Hitler e o Brasil de Getúlio Vargas.

Como falávamos, a ideia de nação era forte na Europa e se baseava num conceito de nacionalismo denominado de nacionalismo “romântico”. Nas palavras de Rajagopalan (2002) este tipo de nacionalismo

vem recheado de boa dose de “saudosismo” histórico, que faz com que as pessoas se transportem simbolicamente para um passado glorioso que já não existe mais, ou melhor dizendo, existiu somente no imaginário coletivo (...) antecedeu o período marcado pela corrida desenfreada atrás das riquezas alheias e a colonização e/ou a escravização dos povos da África e da Ásia, quando o conceito de nacionalismo adquiriu conotações de superioridade racial e auto-estima calcada em mitos de civilização mais avançada etc.. (Idem, p. 80).

---

<sup>7</sup> Estamos cientes de que a ideia de nação trazida por este capítulo pouco abarca a sua complexa conceituação. Entretanto, é imprescindível indicar a correlação existente entre identidade e nação durante o recorte histórico delimitado por esta pesquisa para o desenvolvimento das análises das narrativas jornalísticas apresentadas neste capítulo.

Em meio a esse nacionalismo que perpassava a Europa, a Alemanha se viu necessitada, após a derrota da Primeira Guerra, a buscar uma nova identidade que elevasse a estima da nação em face de sua desoladora realidade. Pois é neste tempo que o movimento nazista aproveitou de ocupar o vazio da identidade nacional alemã oferecendo ao povo, em estado de baixa autoestima, um novo orgulho de ser e, com isso, uma nova identidade.

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre uma nação, constroem significados com os quais podemos nos identificar, constroem, assim, identidades. Toda a gama de significados presentes nas histórias dos povos, suas memórias, eventos históricos, rituais, mitos e imagens constroem o que Anderson (1983) chama de comunidade imaginada.

Parece insensatez atestar que um grupo de pessoas imagina um viver unificado e transcorrem suas vidas a partir desta imaginação. Na verdade, os sentidos contidos nas narrativas que contornam uma identidade nacional dão significado e importância à nossa existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte.

No Brasil, outras questões acerca da formação de uma identidade brasileira emergem. O contexto brasileiro das décadas de 1930 e 1940 se insere justamente nesta necessidade de formular uma imagem do povo brasileiro. De acordo com Queiroz (1989) um dos primeiros problemas que os cientistas sociais brasileiros buscaram resolver em fins do século XIX foi o da existência e características da *brasilidade*.

Havia um desejo de formar um conjunto cultural nacional homogêneo no qual poderia apresentar diferenças através do tempo e do espaço, mas que seriam diferenças vistas como superficiais. O ensejo era na formação de um núcleo central profundo que persistiria igual a si mesmo pelas idades afora, em todos os níveis sociais, configurando-se, assim, uma ideologia/utopia da homogeneidade.

Contudo, o desejo de formar um Brasil homogêneo entrava em choque com a realidade da heterogeneidade que aqui imperava. A crença de que o desajustamento sócioeconômico se explicaria pela heterogeneidade biológica e cultural do país, levando os habitantes até mesmo à loucura individual e coletiva era encontrada nas ideias de intelectuais como Raymundo Nina Rodrigues, Sylvio Romero e Euclides da Cunha.

Estes tinham sempre presente um questionamento que poderia ser expressado

da seguinte forma: “chegaria um dia todos os brasileiros, apesar da variedade de seus grupos étnicos e de suas posses a configurar um patrimônio cultural harmonioso e refinado, que seria partilhado por todos, em todas as regiões, em todas as camadas sociais?” (QUEIROZ, 1989, p. 19).

Facilmente percebemos que a maneira de pensar dos intelectuais indicava que a identidade nacional não podia existir sem certa homogeneidade de traços culturais. Suas ideias se espalharam pelas camadas cultas do país e tiveram sucesso em meio a outros intelectuais do início do século XX.

Tal visão acompanhou a ideologia do governo de Vargas principalmente durante o Estado Novo. Parada (2007) diz que a política cultural deste tempo

realizada por diversos órgãos do Estado, trabalhou para construir um sentido coletivo e partilhável de nação. Esse projeto não se assemelhava aos valores da cultura política da “República Velha” ou ao curto momento liberal de 1933 a 1935. O elitismo das oligarquias e a política conflitiva do liberalismo deviam ser evitados e substituídos por um sentido orgânico e unitário de nação. Uma comunidade mais extensa e menos fraturada parecia ser o projeto que sustentava a legitimidade discursiva do estado autoritário de 1937 (Idem, p. 36).

Já na Alemanha a urgência de um alicerce simbólico que viesse a criar uma ideia de nação foi sanada por meio dos pensamentos eugênicos de Hitler. Este ditador buscava resgatar narrativas do passado de um povo heroico e valente e que transparecia seus valores por meio da pureza racial.

Carneiro (2001) diz que

em nome da *comunidade nacional* e da *raça germânica* definem-se os critérios para a construção desta *nova Alemanha* e do *novo homem alemão*. A transição entre as instituições da República de Weimar e as do Terceiro Reich ocorreu de forma brusca e agressiva. (...) Modelou-se toda a vida alemã favorecendo uma revolução cultural comandada por Hitler e pelo ministro Goebbels. O Terceiro Reich armou-se de elementos de efeitos psicológicos, interferindo no comportamento do povo alemão. Modificaram-se os nomes das ruas, retratos foram substituídos nas paredes, trocados pelo do Führer” (Idem, p. 32).

Sabemos também que fora as mudanças de ordem cultural que ora ocorriam havia na construção da identidade alemã uma estratégia de negação do Outro. Como diz Rajagopalan (2002):

o contrapeso, da qual se valeu o demagogo para erguer a nova identidade ariana foi a figura do judeu. Não é à toa que Hitler inventou a figura do judeu-demônio. As suas palavras “Creio que a minha conduta está de acordo com a vontade do Criador Todo-Poderoso; ao montar guarda contra o Judeu, estou defendendo a criação do Senhor” demonstram claramente como o judeu serviu de contraponto para que ele pudesse moldar a raça ariana como a raça escolhida para reinar no mundo. Nesse sentido, a figura do Judeu (na verdade, um símbolo para tudo que Hitler queria subtrair do seu ideal)

também é um artefato (Idem, p. 84).

A esta nova identidade somaram-se questões outras sobre a identidade dos próprios cidadãos alemães. Afinal, o que é ser alemão a partir de 1933? A notícia a seguir transparece as questões fronteiriças contidas no conceito de identidade que, naquela época, tinham que lidar com uma ditadura “identitária” que se impunha, leiamos:

Um empregado do banco, de Neukoeln, bairro bem conhecido na capital allemã, que responde pelo nome de Theodoro B., forçado à desocupação depois do advento do nazismo ao poder, procurou, recentemente, um advogado muito conhecido, para submeter aos cuidados desse juriconsulto o seu caso, realmente pouco banal. Theodoro B., judeu de nascimento, casou-se com uma ariana de que ainda não teve filho algum; contou que seu pae, Emanuel B., era descendente de uma velha família germânica, de *pura raça ariana*. Entretanto, um bello dia cerca de quarenta annos passados o pae se apaixonou por uma joven judia, e, para se casar com ella, não hesitou em se converter ao judaísmo. Depois de três annos casados, a joven morreu e Emanuel B., tornou a casar-se, desta vez com uma *authentica ariana*, de religião protestante. Por um sentimento de respeito para com a sua primeira esposa, sem dúvida, Emanuel continuou fiel ao judaísmo, que passou a ser a religião do seu filho Theodoro, nascido do segundo matrimonio.

- Coloque-se no meu lugar, doutor – disse, ao contar as suas desventuras, o homem em questão – eu não tenho *uma gotta de sangue judeu* nas minhas veias; meu pae e minha mãe descendem de velhas famílias germânicas e, apesar disso, e independentemente de minha vontade, *sou um judeu*, perdi o meu emprego e o respeito de meus amigos, e me encontro posto à margem da sociedade actual. Não peço outra coisa que não seja a faculdade de retomar a religião dos meus avós e de ter, portanto, direito ao título de *bom ariano*. O advogado submetteu o caso à opinião de vários juristas e, sendo elle próprio um membro influente na seção local do Partido Nazista, expoz o problema também aos seus amigos políticos. As opiniões se dividiram extremamente, sobre um caso tão pouco banal, pois se uns julgam que Theodoro B. é, de accôrdo com as leis de racismo, *um ariano puro*, os outros, ao contrário, consideram que o facto de ter nascido na religião judia, cercado pelas suas cerimoniaes rituais, lhe fez perder, em definitivo, todas as suas qualidades germanicas. Como a questão não ficou resolvida, é possível que o caso seja enviado ao conselho legislativo da Côrte Suprema de Leipzig, e será esse conselho que dirá por ultimo, sobre esta maiúscula mas embaraçante difficuldade surgida no selo do Terceiro Reich Racista (*Folha da Manhã* - Nos bastidores do Terceiro Reich - 25/07/1934 – os grifos são meus).

Podemos perceber que a trama é dramática. Um homem nascido de pais arianos é considerado judeu (por ele e pelos outros membros da sociedade) por sua filiação à religião judaica e está prestes a perder seus direitos enquanto cidadão alemão. O como foi narrado a notícia traz traços enunciativos peculiares. O texto começa em terceira pessoa e alterna a sua escrita ao introduzir, em primeira pessoa, as falas de Theodoro. O jornalismo, assim, para além de informar ou dar ao outro a possibilidade de vir a conhecer ou saber a respeito de um fato, possibilita, pelo narrar, que se dê vida aos objetos de que se fala e aos sujeitos a quem se refere ou pretende falar (RESENDE,

2011).

Podemos considerar também que as marcas textuais contidas no texto reafirmam sentidos que colocam em relevo a pureza da raça ariana. As expressões “pura raça ariana”, “authentica ariana”, “bom ariano” e “um ariano puro” se ligam à religião protestante e se mostram o padrão de identidade individual requerido no Terceiro Reich.

Diante disso, Theodoro B., à revelia, se vê como um judeu. À margem da sociedade, mesmo sendo filho de pais arianos e sem “uma gota de sangue judeu” Theodoro B. se autorepresenta como alguém multifacetado, complexo e fragmentado. Características estas que vão de encontro com o padrão de identidade fixa e autocentrada que também atuava neste momento. Havia, ainda, a investida do Estado que pela coerção detinha o poder de sentenciar a identidade de Theodoro B. – judeu *ou* alemão.

Percebamos, então, que antes da ascensão do nazismo na Alemanha a identidade judeu *e* gentio transcorria sem restrições por parte do Estado-nação. Após a tomada de Hitler ao poder não mais se toleraria um judeu-gentio. A partir deste momento, ou se era judeu *ou* gentio. Ou melhor, *ou* judeu *ou* alemão.

Os deslizamentos dos padrões “identitários” se aguçam por meio desta tessitura jornalística. As multiplicidades que fragmentam o indivíduo moderno são restringidas, nesta época, por padrões culturais de cunho político. O uso do antissemitismo permitiu o afunilamento da representação do homem moderno e o força à integração do eu à sociedade por meio de ênfases nacionalistas. Este mecanismo se dá somente pela exclusão do seu componente judaico e a exaltação do seu caráter gentílico. Sobre os judeu-gentios Morin (2007) diz que

o componente judaico de sua identidade, a não aceitação que sofrem da parte de nacionalismos integristas, os restos esparsos do antigo antijudaísmo, a separação na própria integração fazem com que os judeu-gentios não possam eliminar um sentimento complexo de diferença na identidade e de identidade na diferença (Idem, p. 106).

Para Morin (2007) a partir do momento em que os judeus participaram da cultura e da cidadania dos gentios, a distinção rígida entre judeu *ou* gentio mascarou as aculturações efetuadas entre estas duas identidades, que se tornaram, desse modo, complementares. Porém, em contextos históricos turbulentos como o antissemitismo moderno, tais identidades aparecem de formas antagônicas, como se pudessem ser separadas e isentas de suas complementaridades culturais. Daí o desafio dos jornais ao

explicar quem seria o povo judeu nos conturbados tempos do antissemitismo moderno.

O texto publicado no Folha da Manhã em 12 de abril de 1936 explicita bem essa tensão judeu *ou* gentio em tempos de perseguição, leiamos:

Para os perseguidores, o judeu permanece judeu queira ou não queira, seja religioso ou não seja, nacionalista ou internacionalista. Aquelles que querem se convencer de que são judeus apenas no sentido religioso e esperam por isso ser respeitados, logo se convencem do impossível. Os judeus allemães foram os primeiros a começar a negar a sua nacionalidade. Foram os primeiros a argumentar que não eram mais do que uma “comunidade religiosa”. Converteram-se em allemães mais “verdadeiros” do que os próprios allemães. Porém veio Hitler e ensinou-lhes que classe de allemães eram. E a Allemanha não é o único paiz do mundo e nem Hitler, o único Aman. Há outros paizes e outros Hitlers que nos perseguem. (*Folha da Manhã* – Constituem os judeus uma nação ou uma simples comunidade religiosa? – 12/04/1936).

Ainda em relação à questão da identidade em deslize, Thompson (2008) diz que a abertura do *self* dada na modernidade foi também estimulada pela difusão das experiências mediadas pela comunicação de massa. Diz o autor que a este respeito

a mídia é um “multiplicador da mobilidade”: ela torna disponível aos indivíduos um vasto arsenal de experiências que diversamente permaneceriam encobertas (...) Além disso, precisamente porque a experiência mediada é uma experiência do outro, ela cultiva a faculdade de imaginação do indivíduo, que se torna cada vez mais capaz de se ver no lugar do outro – numa nova situação radicalmente diferente. A rigidez das maneiras tradicionais de vida se quebra quando os indivíduos se confrontam com alternativas anteriormente inimagináveis. (Idem, p. 244)

O contato com inúmeras narrativas dadas no jornal possibilitou que os leitores se distanciassem imaginariamente das circunstâncias imediatas e se interessassem por assuntos que não lhes afetassem a vida cotidiana. Thompson (2008) argumenta que, deste modo, “o self se torna mais expansivo, ansioso, aberto; e ao invés de se ver localizado num ponto fixo de uma ordem imutável de coisas, percebe a própria vida como um ponto que se move ao longo de sua trajetória de coisas imaginadas” (Idem, p. 244).

Por exemplo, a notícia que relata a identidade fragmentada de Theodoro B. confronta o ideal de uma identidade fixa, nacionalista e comum a todos. A partir da narrativa são evidenciados os intrincados desdobramentos que ora surgem diante da construção de um conceito/imagem de si em face de um projeto de identidade coletiva baseada em diretrizes políticas. E o leitor ao entrar em contato com tais questões por meio das notícias poderá colocar em reflexão a própria formação identitária.

Por isso, num momento no qual a sociedade brasileira estava sendo trabalhada em torno de uma ideia de brasilidade que homogeneizaria a nação e diluiria as



diferenças étnicas vemos que as notícias sobre os judeus ajudam a problematizar o conceito proposto pelo Estado. Desse modo, podemos dizer que os deslizamentos identitários dados nas narrativas sobre os judeus podem ter afetado a própria identidade do leitor brasileiro por meio de uma contínua assimilação de experiências narradas acerca desse Outro.

Em consonância com o que ocorria na Alemanha, o Brasil também tratou de articular o conceito de raça na formação da sua identidade nacional. Mostrou-se, portanto, importante na análise das narrativas entendermos como ideias racistas construíram pensamentos acerca da identidade judaica e da identidade nacional brasileira no jornal *Folha da Manhã* nas décadas de 1930 e 1940. Para isso, precisamos discernir nuances históricas, ocorridas em solo europeu, que nos ajudarão numa abordagem crítica sobre a ideologia do racismo.

Arendt (1989), de modo enfático, desmistifica uma correlação presente no senso comum que nos impele a uma coligação de sentidos entre ideologia racial e os alemães neste período histórico. Para a autora se a ideologia racial fosse uma invenção alemã

então o “modo de pensar alemão” teria influenciado uma grande parte do mundo intelectual muito antes dos nazistas se engajassem na malograda tentativa de conquistar o mundo. Pois se o hitlerismo exerceu tão forte atração internacional e intereuropéia durante os anos 30, é porque o racismo, embora tenha promovido a doutrina estatal só na Alemanha, refletia a opinião pública de todos os países (ARENDR, 1989, p.188).

As raízes da ideologia racista se encontravam no século XVIII, porém ainda contendo pouca força, as opiniões dessa ordem e neste contexto não tiveram fôlego suficiente para transformar o racismo em ideologia. Foi a partir do século XIX, que a ideologia racista emergiu com relevância em meio às ideologias que já existiam e, simultaneamente, em todos os países.

Neste momento, o pensamento racista competia com muitas outras ideias dentro do contexto do liberalismo, todas elas disputavam entre si a aceitação da opinião pública. A batalha de sentidos travada em busca de consenso colocou em relevo duas ideologias em detrimento das outras: a que interpreta a história como uma luta econômica de classes, e a que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Estas tiveram aceitação popular e puderam arrolar o apoio do Estado e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais.

No Brasil, a burguesia do século XIX aceitou com facilidade a ciência determinista e positiva que imperava. Teóricos como Darwin, Spencer e Comte “fizeram tal sucesso que pareciam corresponder mais a uma espécie de Trilogia Santa.”

(HASENBALG, MUNANGA, SCHWARCZ; 1998, p. 80). Nisto, podemos perceber que a sociedade brasileira, mais estritamente a elite e burguesia, coroavam a narrativa científica como peça articuladora do quebra-cabeça da vida, como nos narra HASENBALG, MUNANGA e SCHWARCZ (1998), vejamos:

Esta é a época do modelo da biologia, do modelo da aferição e essa é a época em que a ciência se transforma num grande mito. Um grande mito no sentido de que ninguém discute e ninguém pergunta. Trata-se de uma ciência premonitória, de uma ciência determinista, que acredita que pode dar conta de tudo e de todos. (Idem, p. 79)

O que observamos neste momento histórico tanto no Brasil como nos outros países ocidentais é o engendramento ideológico do racismo, servindo a interesses políticos, econômicos e culturais. As ideias racistas constituíam uma fonte de argumentos de conveniência para diversos conflitos políticos. É necessário dizer que o pensamento racial era um dos que figuravam no pensamento hegemônico da época e era usado para acirrar e explorar interesses opostos dentro dos conflitos existentes. Porém, jamais criou novos conflitos, nem produziu novas categorias de pensamento político.

Portanto, entraremos em contato com alguns delineamentos feitos por Arendt (1989) para entendermos como meras opiniões acerca de conceitos raciais se transformaram em ideologias plenamente desenvolvidas. Em concordância com a autora, podemos dizer que ideologias são

sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna. Pois a ideologia difere da simples opinião na medida em que pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos “enigmas do universo” e dominar o conhecimento íntimo das leis universais “ocultas”, que supostamente regem a natureza e o homem. (ARENDDT, 1989, p.189)

Como dito anteriormente, a ideologia de classes e a ideologia racial foram as que sobreviveram à dura concorrência entre outros pensamentos tidos, cada qual, como a “chave da história”. Entretanto, ao olhar para o nosso recente passado percebemos a extraordinária força de persuasão decorrente destas principais ideologias, que formaram moldes obrigatórios de pensamentos. Estes foram apropriados pela opinião pública livre, bem como pelos intelectuais e, assim, se tornaram incrivelmente fortes, chegando a ser irrevogáveis, mesmo diante das apresentações de fatos que não se ajustavam a elas.

A convicção encontrada no homem do século XX em face de modelos de pensamentos que apresentavam uma dada explicação sobre a natureza, o mundo e o homem não se baseava nos fatos científicos e nem nas leis da história. Arendt (1989) nos diz que “a persuasão não é possível sem que o seu apelo corresponda às nossas

experiências ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas” (Idem, p. 189).

Desse modo, podemos dizer que o aspecto científico que norteia, por exemplo, a ideologia racial se mostra secundário. Uma ideologia que se torne relevante é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como resultado de certas pesquisas científicas ou de interpretações históricas acerca das civilizações.

Na verdade, as pesquisas científicas não são a causa e, sim, consequências da ideologia racista. No modo operacional da ideologia existe

a necessidade de proporcionar argumentos coesos, e assumir características reais, porque seu poder persuasório fascina também cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo. É graças a esse pregadores “científicos”, e não a quaisquer descobertas científicas, que não há praticamente uma única ciência cujo sistema não tenha sido profundamente afetado por cogitações raciais. (...) A culpa não é da ciência em si, mas de certos cientistas não menos hipnotizados pelas ideologias que os seus concidadãos menos cultos (ARENDR, 1989, p. 189 e 190).

Além disso, se revela surpreendente ver como o racismo recebeu tantos referentes teóricos já que tal pensamento mostra severa incompatibilidade com todos os padrões morais e políticos ocidentais, firmados a partir da Revolução Francesa que pleiteia a igualdade entre todos os homens.

Nas análises que fizemos, vemos que em algumas narrativas jornalísticas a distinção-primeira dos judeus se dá numa suposta essência e esta vindo a ser caracterizada pela ideia de raça. No desenrolar do texto, na construção da intriga, muitos são os questionamentos em torno dos judeus, porém o que se destaca nestas narrativas é a dupla-vinculação. Primeiro, de judaísmo e raça, criando uma nova categorização na humanidade, raça judia. Segundo, antissemitismo e racismo, que pleiteia uma luta não a uma classe, povo ou etnia, mas a uma raça.

Hall (2003), por meio de seus estudos em relação à Jamaica, nos ajuda a colocar em questão o pensamento da elite e burguesia brasileira do século XIX ao dizer que a categoria “raça” não é científica e, sim, uma construção política e social. Ao tratar o termo “raça” discursivamente verifica-se o funcionamento de um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Portanto, devemos desconfiar da prática discursiva que o racismo opera. O intento do racismo é justificar as diferenças sociais e culturais se amparando em distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.

Sabemos que o código genético de uma pessoa não é imediatamente visível. Filhos de mesmos pais podem nascer com aparências físicas diferentes um do outro, por exemplo, um filho de cabelos louros e o outro de cabelos pretos. E é a partir destes significantes corporais visíveis que o discurso racista engendra uma “materialização” e “leitura” das diferenças genéticas contidas nos indivíduos. Assim, o discurso racista evidencia a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto (por exemplo, o nariz aquilino do judeu) e o tipo físico como modo de operar seu funcionamento enquanto mecanismos de fechamento discursivo em situações cotidianas.

Nas matérias analisadas, encontramos algumas delas que trazem na textura do texto signos que produzem efeitos de sentidos inscritos na ideia de que os judeus são uma raça. Incrivelmente, constatamos nos textos esta máxima de forma irrevogável e é a partir dela que questões outras são contestadas. Em suma, vemos que havia um combate ideológico na pretensa ideia do que seria um sujeito judeu, porém os ataques eram feitos numa “parte do todo”.

Por exemplo, na matéria adiante o autor relata a fala do sr. Alfredo Ellis Junior, fazendo o uso do discurso indireto, como podemos ver:

A seguir, falou o Sr. Alfredo Ellis Junior que concluiu o seu discurso sobre o problema ferroviário, iniciado em sessão anterior. Antes, porém, de abordar o assumpto que o levará à tribuna, o Sr. Ellis Junior esclareceu referências feitas, na primeira parte do seu discurso, sobre os judeus. Disse que o seu pensamento estava sendo mal interpretado, porquanto não combate a raça israelita, mas a mentalidade dos judeus onzenários (*Folha da Manhã* – O problema ferroviário -15/08/1935).

Neste texto relata-se um suposto “mal-entendido” que poderia ter sido causado, num primeiro momento, no discurso do, então, deputado estadual Alfredo Ellis Junior. A matéria coloca em relevância a postura de Ellis Junior de esclarecer certas referências feitas em relação aos judeus. Lembremos que a matéria trata do problema ferroviário no Brasil, o que não tem, aparentemente, nenhuma ligação com a Questão Judaica no país.

Assim, atentemos que há uma recorrência de assuntos relacionados aos judeus em matérias que não tem, necessariamente, como intuito falar a respeito dos mesmos. Nesta matéria em específico, a costura narrativa jornalística se dava em torno do problema ferroviário e a inserção de um esclarecimento em torno da fala de Ellis Junior em relação aos judeus parece destoar do objetivo da notícia. Percebemos que este recuo narrativo feito pelo autor, com ares de retratação, talvez, tivesse relevância na época, de tal modo, a ser discernido como uma fala importante e que deveria ser noticiada.

Acrescentado a isso, percebemos que ao falar dos judeus as muitas peças que podem formar o quebra-cabeça de uma possível conceituação emergem e cabe ao autor discriminar qual peça narrativa será usada em relação a este sujeito histórico. A peça-parte do jogo narrativo pinçada por Ellis Junior e relatado pelo autor da notícia é o judeu onzenário, isto é, aquele que empresta dinheiro a juros. Diante das muitas peças, foram escolhidas aquelas que davam conta de uma parte do todo simbólico que constitui a figura do judeu.

E quanto à questão da raça? Tanto nessa como nas outras matérias, a questão do judeu ser uma raça é um fato por si só. Interessante observarmos que não é somente a ideologia da época que tinge o texto com a máxima científica de que os judeus são uma raça. Atrelado a isso, o *como* narrar jornalístico endossa tal ideologia e a articula na escrita de forma a mostrá-la como um dado natural, através do uso de uma linguagem, aparentemente, neutra e, por isso, verdadeira. Afinal, neste caso, quem diz que os judeus são uma raça é o sr. Ellis Junior e não o autor do texto. A estratégia é introduzir uma fala autorizada que respalde uma ideologia que irá aparecer na superfície do texto de forma natural e verdadeira.

A seguir será exposta uma notícia advinda das agências internacionais e que apresenta na tessitura da intriga deslocamentos de sentidos em torno dos termos “raça” e “racismo”, vejamos:

Roma, 5 (H) – O órgão semi-oficial “Informazione diplomática” publica, sobre o problema de raça, a seguinte nota, em que é fácil reconhecer o *estilo* peculiar ao sr. Mussolini: “(...) os judeus foram sempre os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e até certo ponto admirável racismo. Os judeus sempre consideraram-se pertencentes a outro sangue e outra raça e chegaram a proclamar-se o “povo eleito”, dando assim prova de uma solidariedade racial acima de todas as fronteiras. E não queremos falar aqui da equação historicamente controlado, no correr destes últimos 20 anos, de vida européa entre judaísmo, bolchevismo e maçonaria. Não resta dúvida, portanto, que o ambiente esteja maduro para um racismo italiano (*Folha da Manhã* – Os judeus foram sempre os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e até certo ponto admirável racismo - 6/08/1938).

Ao trazer a fala de Mussolini para a narrativa, o autor do texto usa um tom irônico, que se evidencia ao dizer do “*estilo* peculiar” de Mussolini que se caracteriza por uma fala inflamada, regada de adjetivos fortes, bem característica de um dizer ditatorial e totalitarista. Por isso, não é coincidência que a partir da frase mais forte dita por Mussolini em sua declaração é que o autor constrói a manchete de sua matéria: “Os judeus foram sempre os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e até certo ponto admirável racismo” (*Folha da Manhã* – 6/08/1938).

Podemos perceber que o autor da matéria coloca uma das frases do ditador como manchete, porém não o indica como o autor da mesma. Nisto, podemos presumir que o texto realça tais aspectos relacionados aos judeus elencados por Mussolini, oferecendo uma manchete que atrai a atenção dos leitores e que também se torna sedutora, pois altera os sentidos hegemônicos.

Os deslocamentos de sentido se dão, num primeiro momento, na transposição de papéis em torno dos judeus. Ao invés de vítimas do racismo que impera na Itália, os judeus são considerados autores de práticas racistas desde suas origens, como podemos ver nas seguintes frases: “Os judeus sempre consideraram-se pertencentes a outro sangue e outra raça e chegaram a proclamar-se o “povo eleito”, dando assim prova de uma solidariedade racial acima de todas as fronteiras” (*Folha da Manhã* – 6/08/1938).

O autor quer explorar a troca de sentidos construída na fala de Mussolini que diz que, na verdade, são os judeus que são racistas. E ao veicular a imagem dos judeus a de apóstolos Mussolini provoca esta leitura. A palavra apóstolo é usada comumente nos textos do Novo Testamento, nos quais os primeiros cristãos são judeus e designados como apóstolos para propagar o cristianismo. Neste caso, os judeus são apresentados como propagadores de ideias racistas, porém difundidas por outros mecanismos. Ao contrário do que ocorria naquele tempo - práticas racistas que visavam a eliminação do Outro, os sentidos sugerem que os judeus praticavam racismo ao propor um isolamento cultural que pela via da tradição incute um não-relacionamento com outros povos.

Outra característica do texto se resvala no uso de adjetivos para o racismo atuante dos judeus que intercala palavras que produzem um sentido negativo para a prática racista dos judeus, como “intransigente” e “feroz” e inclui, também, uma palavra que produz um sentido positivo, “admirável”, para a mesma prática: “os judeus foram sempre os apóstolos do mais integral, *intransigente*, *feroz* e até certo ponto *admirável* racismo” (*Folha da Manhã* – 6/08/1938 – o grifo é meu). Conclui-se que há no texto uma mobilidade simbólica em torno do termo “racismo”.

Uma das propostas do partido fascista na Itália era a exclusão de “raças inferiores” e, neste sentido, a prática racista e sua vinculação em uma ideologia de Estado indica que o racismo, em sua totalidade, não se apresenta como uma prática nociva e, sim, uma postura de um dado povo e/ou Estado no que tange a se uniformizarem e se protegerem de outras raças e das temidas variações que poderiam ocorrer de uma miscigenação.

Os judeus são um povo que ancestralmente, nesta perspectiva do texto, fazem uso de uma prática racista que os protegem de se misturarem com outros povos, constituindo-se enquanto “povo eleito”. E este é o gancho trazido na fala de Mussolini de modo a aliviar possíveis tons pejorativos em torno da prática racista do seu governo e mostrar ao público leitor que, na verdade, não há vítimas. Portanto, exclui-se uma antítese usual como estratégia de escrita nas narrativas jornalísticas (bom x mal; agressor x vítima; vilão x mocinho; fortes x fracos), tanto os judeus como os fascistas italianos são racistas.

Em meio a tais narrativas jornalísticas, surge um texto que ergue uma suspeita quanto à ideologia racista que emana nas notícias da época. A matéria intitulada “Homens e raças”, redigida por Oliveira Ribeiro Netto<sup>8</sup>, possui em seu estilo marcas textuais semelhantes às matérias de opinião que lemos atualmente nos jornais, vejamos:

Sob a capa de simples biologia e atingindo em cheio as multidões, procuram ideias racistas substituir todos os outros valores históricos e se tornar a base constructora de grandes povos. Disfarçadas com tinturas pseudo-científicas, accusam essas novas theorias a intenção cada vez mais evidente de se tornarem ideologia política, como arma de propaganda ou meio de luta, violando as mais elementares noções biológicas. A ideia fixa de sangue e de outras qualidades de raça pura, seduziu certos povos que não compreendem que no terreno histórico a científico, a pureza racial humana, a linha recta e sem mistura, se tornam, como já disse alguém “tão difíceis de verificar quanto de definir.” (...) Assim também seria impossível procurar definir as características da raça dos judeus actuaes. Afora certas regiões, como a Tunísia, onde a população israelita mais ou menos se isolou ou foi isolada, por suas crenças religiosas ou pelos preconceitos dos que a cercaram, os grupos israelitas do mundo possuem os mais variados typos ethnicos. Isso se explica se verificarmos que além da raça judia há a religião e a cultura judaica, e que há muito judeu de religião e de cultura que não tem uma gota de sangue judeu. (*Folha da Manhã* – Homens e raças - 23/02/1940)

O conflito que se torna o eixo-articulador da matéria “Homens e raça” é a intenção encontrada no texto em desmistificar a ideia de um projeto de nação baseado na “raça pura”, perspectiva trabalhada pelas ideologias científico-biológico-racistas. Ribeiro Netto estava inclinado a mostrar o que Ricoeur (1990) analisa como o que há de pejorativo numa epistemologia acerca da ideologia, que é a capacidade da ideologia de operar *em nós* e a partir dela virmos a pensar sobre o mundo. O que há de negativo nisto é que não a tomamos como um tema a ser refletido. É a partir da ideologia que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela.

---

<sup>8</sup>Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Netto (São Paulo, 20 de janeiro de 1908 - São Paulo, 1989) foi diplomado em Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Largo de São Francisco. Ademais, foi promotor público, juiz, adido cultural do Itamarati, membro e presidente da Academia Paulista de Letras, jornalista, crítico literário, escritor, poeta e tradutor brasileiro. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira\\_Ribeiro\\_Neto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_Ribeiro_Neto). Acesso: 20/06/2013.

Sabemos da dificuldade de, enquanto indivíduos e, mais ainda, como grupo, formular tudo, tematizar tudo e propor tudo como objeto de pensamento. Daí que Ricoeur (1990) nos diz que é nesta relutância humana diante do reflexivo que faz com que as ideias sejam, por natureza, uma instância não-crítica. O conceito de ideia dado aqui se baseia numa característica vital para a ideologia – sua esquematização e simplificação. São através de códigos que a ideologia opera *em* nós e estas se substancializam através de ideias esquemáticas, simplistas que são propagadas através de opiniões.

A matéria apresenta, portanto, um contrafluxo do seu tempo no qual o autor deseja salientar, que a ideia racista está se tornando “a base constructora de grandes povos”, “violando as mais elementares noções de biologia” e se tornando “ideologia política”. Ao dizer que a sociedade brasileira estava substituindo os valores históricos antes vigentes para dar espaço às ideias racistas, o autor denota o esvaziamento de narrativas tradicionais como rota simbólica para o homem. Vale atentar que o autor diz somente “valores históricos” e não faz menção às narrativas religiosas, demonstrando um processo de secularização do pensamento, que timidamente tomava corpo no Brasil.

Porém, Ricoeur (1990) salienta que ocorre de forma processual no fenômeno ideológico uma mutação de um sistema de pensamento em sistema de crença. A idealização de uma imagem que um grupo faz de si se torna um exemplo. É através do imaginar-se de modo ideal que

um grupo se representa sua própria existência; e é essa imagem que, por contra-reação, reforça o código interpretativo. Isso pode ser visto no seguinte exemplo: desde as primeiras celebrações dos acontecimentos fundadores, aparecem os fenômenos de ritualização e de estereotipia; já nasceu um vocabulário e, com ele, uma ordem de “denominações corretas”: é o reino dos ismos. A ideologia é, por excelência, o reino dos ismos: liberalismo, socialismo, etc. É possível que só haja ismos, para o próprio pensamento especulativo, por assimilação a esse nível de discurso: espiritualismo, materialismo, etc (RICOEUR, 1990, p. 69).

No *cientificismo* logra-se que não há opinião e, sim, verificações, provas, demonstrações dadas por um método científico, empirista e, supostamente, neutro. Como se os resultados não passassem pelo crivo da interpretação. Toda ideologia para Ricoeur (1990) se exprime “por meio de máximas, de slogans, de fórmulas lapidares. Também é por isso que nada é mais próximo da fórmula retórica – arte do provável e do persuasivo – que a ideologia” (Idem, p.69). As ideologias políticas demonstram isso.

Tomemos a política nazi-facista como um exemplo deveras louvável. É através do que reluz na política que faz com que fique obscurecido o *modus operandis* da



ideologia cientificista, enquanto não cooptada pela política mantinha sua capa de neutralidade; cooptada pela política revela quão ideológica é. E somente através dessa relação política-ciência é que a infra-estrutura ideológica da última se apresenta no texto de Ribeiro Netto.

Importa, ressaltar, que não há ciência sem ideologia. Igualmente, acrescentamos, inclusive, que não há jornalismo sem ideologia. São através dos textos jornalísticos em seus variados estilos que opiniões, ideias, máximas e slogans estão sendo veiculados. A forma de construção do texto jornalístico, através de narrativas curtas, objetivas e intensamente informacionais fazem com que o seja de fácil leitura para o público ao qual se direciona. Isto não quer dizer que não havia textos densos no que tange a uma articulação primorosa de uma estrutura de pensamento. E, neste contexto específico, existia um maior espaço no uso de caracteres e liberdade editorial por parte dos autores para comporem matérias com profundidade de reflexão acerca de um fato ou acontecimento.

Partimos do mesmo pressuposto de Thompson (2008) que não reduz o termo “massa” vinculado aos jornais como uma questão de quantidade. As notícias publicadas não são feitas pensando na quantidade de indivíduos que a recebem, mas partem do princípio que estavam sendo disponibilizadas para uma grande pluralidade de destinatários. O que queremos evidenciar é o círculo hermenêutico (Ricoeur, 1978) dado no qual “para compreender o texto, deve crer naquilo que o texto me anuncia; mas o que o texto me anuncia não é dado em parte alguma senão no texto. É por essa razão que precisamos compreender para crer” (Idem, p. 327).

Muitos dos fatos noticiados da época somente se tornavam de conhecimento do público através dos jornais. Eram nestes textos que o mundo emergia com toda a sua diversidade, contraste, conflito e sentido. Fazia-se necessário montar um texto compreensível para que os leitores fossem convencidos a crer naquilo que lhes era narrado. Por isso a intenção do texto jornalístico é responder a perguntas ordinárias acerca do fato (o que? quem? onde? como? por que?) dando notoriedade para dados informacionais, escritos de forma sucinta e que consiga chegar a um denominador comum no âmbito da compreensibilidade dos múltiplos destinatários.

## **1.2 Traduzindo o judeu**

Os judeus trazem consigo bagagens históricas e culturais singulares. Eles são o povo escolhido, chamados para serem santos, isto é, separados dos outros povos. Em

Levítico, livro que contém as leis propostas por Iahweh ao Seu povo, um muro é levantado e seus limites devem ser obedecidos: “E ser-me-eis santos, porque Eu, o Senhor, sou santo, e separei-vos dos povos para serdes meus” (Lv 20:26).

Michel Asheri (1995) relembra a peculiaridade contida na tradição judaica ao dizer que, “quanto aos judeus, eles também são do mundo, mas, diferentemente dos outros, pertencem a algo mais que o mundo: são o povo que Deus escolheu para ser o Seu” (ASHERI, 1995, p. 29).

Entretanto, Bhabha (1996) nos diz que todas as formas de cultura estão de algum modo relacionadas umas com as outras, porque cultura é uma atividade significativa ou simbólica. No que tange à cultura hebraica muitas são as relações estabelecidas com outras culturas que vieram a se dar num processo de aculturação.

Sendo assim, o modo de vida estabelecido pela Lei tende a ser modificado através de adaptações à cultura dominante. O perigo, entretanto, reside na forma intensificada do processo de aculturação, a assimilação. Em vista dessas considerações, podemos perceber que o judaísmo estabelece aquisições e trocas culturais em meio a outras culturas e, ao mesmo tempo, sustenta a manutenção de regras rígidas visando estabelecer um grupo cultural fiel à sua tradição milenar.

Quando os jornais se propõem a narrar acerca dos judeus ocorrem traduções culturais a partir de um Eu que se dispõe a dizer sobre o Outro. Aliás, são através dos “processos de traduções culturais que entramos em contato com culturas as mais diversas e as localizamos dentro de nossos próprios circuitos culturais.” (BHABHA, 1996, p.35).

Assim, Bhabha (1996) ao pensar a tradução cultural distancia-se, por exemplo, da conversão técnica de um texto do francês para o inglês; e se aproxima de uma teoria da linguagem, como parte de um processo de traduções. Desse modo, o processo de tradução torna-se “um motivo ou tropo para a atividade de deslocamento dentro do signo linguístico” (Idem, p. 36). O autor quer dizer que a tradução cultural é um exercício de colocar culturas distintas em relação e neste momento de encontro/tradução poderá ocorrer um desvio do signo, efeitos de sentido outros podem surgir e a narrativa que dela decorre diz muito sobre como se deu este contato.

A noção de desvio é cara ao pensarmos a representação do judeu. Deste modo, abordaremos com mais amplitude a característica do desvio bebendo do cálice da ciência que nos traz uma máxima dada no mundo natural: a vida é uma expressão perfeita da imperfeição.

Gleiser (2010) ao falar da ciência como uma construção humana, “uma narrativa que criamos para explicar o mundo à nossa volta” (p. 11), propõe a desconstrução de um pensamento dado desde a Grécia Antiga no qual o sentido da beleza e da perfeição é relacionado ao mundo natural. E que com o passar dos séculos, esta tradição filosófica fundiu-se ao monoteísmo judaico-cristão que propunha que a Criação, sendo obra de Deus, era perfeita e bela.

O que justamente Gleiser (2010) quer nos dizer é que o poder criativo da Natureza reside nas suas imperfeições, e não na sua perfeição. Aquilo que é perfeito na Natureza, essencialmente não muda. A mola propulsora da criatividade no mundo natural é o desequilíbrio que vem da imperfeição de tudo o que existe. Um exemplo clássico é a reprodução animal.

O homem nunca poderia alcançar o estágio atual de complexidade se não houvessem acontecido erros genéticos na combinação dos genes ocasionados no processo da reprodução humana. É precisamente a mutação que dá espaço aos erros e acidentes na configuração genética do indivíduo ocasionando possibilidades de mudanças na sua descendência - para o bem e para o mal. Nesta concepção é a imperfeição que gera o novo.

Assim, podemos constatar que as contínuas renarrações das narrativas tradicionais são imperfeitas quanto a um rigor analítico ante a uma pretensa originalidade textual pura e sagrada e esta sendo vista como não passível a mudanças ou inovações. Desvelar o conceito-chave de que “qualquer obra singular é desviante em relação a outra obra” (RICOEUR, 1987a, p. 109), torna-se tarefa de interpretação do leitor. Afinal, à medida que nos afastamos da narrativa tradicional, o desvio, o afastamento torna-se a regra.

Entendamos, deste modo, outro contorno na relação perfeição/imperfeição no que tange ao jornalismo. O cosmo, a vida, a cotidianidade e o transcorrer no tempo transmitem a olhos vistos a imperfeição que nos constitui e nos envolve. Porém, o fascínio pela perfeição encontrado no homem transcende as provas de que não há primor em nós e no que nos rodeia. Diante deste fato desalentador, criamos escapes. A poesia e as artes se tornam o exemplo deste exercício de criar beleza naquilo que verte assimetria e imperfeição.

O jornalismo engendra um mecanismo de tradução da realidade, narra-se a partir da vida e sobre ela. Lidando de tal modo íntimo com as imperfeições latentes do tecido social o jornalismo lançou mão da perfeição refletida na técnica para traduzir o

imperfeito. É através de imputações de regras, acreditadas como perfeitas, para a transcrição do fato em texto, que o jornalismo sugeriu se relacionar com as imperfeições intrínsecas à vida.

E neste quesito, devemos atentar para a escolha requerida que ao propor uma perfeição na narração do fato afeta a própria dinâmica da narrativa e o lugar do narrador. Sobre estas duas instâncias Resende (2011) diz que ao almejar a ordem a narrativa jornalística também desestabiliza, pois carrega em si uma simbolização complexa referente ao real imediato.

Todas as narrativas e, inclusive, as jornalísticas, passam-se num contexto conflitivo com signos similarmente em choques. Logo, mesmo se utilizando de técnicas ordenadoras, o jornalismo transcorrerá em seus efeitos de sentido o que também é próprio do conflito: a desordem, o desalinho e o inaudito.

Quanto ao narrador o uso de um modelo tecnicista garantidor da transcrição perfeita do fato promove a retirada do próprio homem do seu estatuto singular: o de narrador da vida. O jornalista

diante dos pressupostos conceituais que formatam o seu texto – a necessária busca da verdade, valor encravado na pressuposta imparcialidade de quem relata o fato – se esvai do narrado e raramente se apresenta enquanto autor. Não há, na perspectiva da narrativa jornalística tradicional, alguém que conta a história (RESENDE, 2005, p. 4).

Ainda em relação aos possíveis desvios encontrados nas narrativas jornalísticas, vale dizer que narrar sobre os judeus requer revisitar signos que se movimentam ao longo da história milenar deste povo. Ou seja, narrativas que dizem respeito à tradição histórica dos judeus, muitas das vezes, são resgatadas no momento da tessitura das notícias tendo como ponto desencadeador do processo de renarração o contexto histórico que ora transcorria.

Longe de ser uma “transmissão inerte de um depósito já morto” (RICOEUR, 1987a, p. 107) as narrativas que envergam a configuração da tradição em sua tessitura demonstram no momento de sua propagação desvios. A estes desvios, ditos pelo autor como calculados, denotam-se a transmissão viva de uma inovação, isto é, sempre é trazido um traço novo quando renarramos narrativas tradicionais.

Sendo assim, na tessitura da intriga de narrativas tradicionais trabalhamos com dois jogos: o da inovação e o da sedimentação (RICOEUR, 1987a). A cultura ocidental denota este jogo duplo ao conjugar as tradicionais narrativas hebraicas e cristãs que perpassam séculos com variados graus de desvios, porém reconhecíveis

ainda enquanto narrativas tradicionais. Isso se dá porque nas narrativas que configuram códigos tradicionais “muitas das regras mudam pressionadas por novas invenções, mas mudam lentamente e até resistem à mudança, em virtude do próprio processo de sedimentação” (RICOEUR, 1987a, p. 108).

Inclusive, vale ressaltar que, como mencionado anteriormente, o desvio é calculado. Isso quer dizer que “a inovação permanece uma conduta governada por regras: o trabalho da imaginação não nasce do nada. Ele liga-se, de um modo ou de outro, aos paradigmas da tradição” (RICOEUR, 1987a, p. 109).

Como podemos ver, as narrativas jornalísticas que buscam na História rastros simbólicos dos judeus em face de uma demanda do presente assim fazem como uma forma do próprio jornalismo se autoafirmar enquanto um saber que legitima fatos históricos dados no passado. No momento da (re)narração desses fatos ocorre uma (re)invenção do Outro. O signo do judeu desloca-se, sofre um desvio e as narrativas jornalísticas com sua forte referencialidade com a verdade inventa o Outro por meio da contínua reconstrução de sua identidade social no âmbito do simbólico. Vejamos:

Como se sabe, quando os impiedosos decretos do Sr. Hitler tornaram por assim dizer impossível a vida dos israelitas na Alemanha, muitos milhões desses indivíduos, cujas famílias ali viviam há vários séculos, tiveram que emigrar e procuraram um novo lar na Palestina, nos Estados Unidos, na França ou aqui no Brasil, onde tantos Judeus estão ao abrigo de quaesquer perseguições ou preconceitos. Outros, em número não pequeno, procuraram o território de Hespanha, ou mais especialmente Barcelona, onde a população teve a surpresa de verificar que esses homens, mulheres e até crianças, residentes desde o nascimento na Alemanha e descendentes de outros Judeus ali estabelecidos há séculos... falavam hespanhol. Soube-se então, que eram Sefardistas, isso é, descendentes dos Israelitas expulsos pelo rei Ferdinando o Catholico, no fim do século XV, há mais de quinhentos annos. Feridos, então, como hoje, por uma ordem brutal de banimento, os Israelitas tiveram que deixar o território de Hespanha, como agora deixam o da Alemanha. E como nenhum paiz podia recebê-los em massa, espalharam por todo o mundo desde o norte da Europa até ao Extremo Oriente e o sul da África, mas até hoje conservam o idioma e os costumes, que haviam adoptado, durante longa permanência na península ibérica. (*Folha da Manhã* - Um povo que não muda - 10/11/1935).

Podemos perceber que o texto jornalístico optou em apresentar e, assim, (re)inventar as identidades “Judeus”, “Israelitas” e “Sefarditas”. O contexto de perseguição citado em temporalidades diferentes encharca o texto. E é nesse fundo conflitivo que a tessitura da narrativa revela o judeu “Sefardista”. Fragmenta-se, deste modo, a identidade judaica. O texto jornalístico anuncia uma nova etnia que no imaginário da época entende que era descendente dos Israelitas: “Soube-se, então, que eram Sefardistas, isso é, descendentes dos Israelitas expulsos pelo rei Ferdinando”.

Nesse momento, notamos que há uma inclinação no texto em propor fronteiras

entre as identidades relatadas. O uso de letras maiúsculas e no plural (Judeus, Israelitas e Sefarditas) exalam sentidos ligados a conceitos de coletividade, isto é, a povos que constroem suas identidades em meio a deslocamentos territoriais.

Interessante observar que a narrativa jornalística aponta a multiplicidade étnica resultante do movimento diaspórico do povo judeu com certa perplexidade. Há uma surpresa em atestar que os judeus alemães estabelecidos há anos nessa pátria possuem fluência na língua espanhola. Outra ideia que se estabelece no texto é a naturalização da condição do povo judeu enquanto povo sem território. Para a tessitura da intriga aqui tramada a ideia do povo judeu enquanto comunidades diaspóricas torna-se cristalizada. A eles cabem o deslocamento territorial, a incorporação em culturas majoritárias e a preservação eminente de sua “judeidade” diante dos processos diaspóricos que os acompanham.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ocorre o desvio, vê-se também a intenção do texto de fazer com que o signo judeu produza sentidos que revelem uma essência em sua identidade seja ela Israelita, Judia ou Sefardita. Desse modo, demonstrando essa intenção de busca de uma essência, o texto jornalístico diz que os Sefarditas, como nova etnia, seriam aqueles que mesmo enfrentando processos diaspóricos “conservam o idioma e os costumes, que haviam adoptado durante longa permanência na península ibérica.”

Como lembra Bhabha (1996) o “originário” está sempre aberto a tradução, portanto, nunca pode ser dito que tenha um momento antecedente, totalizado de sentido ou de ser - uma essência. Ou ainda

nenhum cultura é completa em si mesma, nenhuma cultura se encontra a rigor em plenitude, não só porque há outras que contradizem sua autoridade mas também porque sua própria atividade formadora de símbolos, sua própria interpelação no processo de representação, linguagem, significação e constituição de sentido, sempre sublinha a pretensão a uma identidade originária, holística, orgânica (BHABHA, 1996, p. 36).

Percebemos que Bhabha (1996) nega a bandeira do essencialismo levantada por qualquer cultura. Na visão do autor todas as formas de cultural estão continuamente num processo de hibridação. Entender, desta maneira, o movimento intrínseco à qualquer cultura faz com que reconheçamos que o produto da hibridação não é somente o híbrido em si, mas antes disso a possibilidade de um “terceiro espaço” que permite a outras posições emergir.

Nas matérias a seguir conseguimos ver uma ruptura na ideia de “raça pura” em voga para dar a luz a este “terceiro espaço” – que desloca as histórias que constituem

os sujeitos, gera novas estruturas de identificação e que podem ser inadequadamente compreendidas por meio do *como narrar* transmitido ao leitor. Vejamos:

Os acontecimentos que sacudiram o mundo desde a expulsão dos judeus da Alemanha, até aos primórdios do choque entre árabes e israelitas, na Palestina, puzeram na ordem do dia uma raça que já parecia olvidada no mundo. Pouco, muito pouco se sabia da grande e misteriosa família de Israel, além do que as passagens bíblicas ofereciam. Agora, em pleno século de Marte – o século XX merece tal título – são contínuos os estudos que se fazem a respeito da “raça errante”.

Assim, uma das revelações interessantes que se refere ao “Typo judaico”. Não há uma classe única de judeus, nem se pode considerá-los membros de uma raça pura, pois desde a eternidade constituíram producto do cruzamento de varias raças. A primeira derivação compreende o typo antigo ou oriental. A segunda é daqueles cujo elemento mediterrâneo se reforçou pelo cruzamento com os árabes ou com os europeus do sul. A terceira compreende os que, ao emigrar da Palestina para os Balkans e para a Europa Oriental, reforçaram seu cruzamento com a raça slava.

Nenhum desses grupos viveu isolado. Os sephardins, expulsos da Hespanha, mesclaram-se aos judeus orientaes da Turquia, com os askenázicos (alemães) na Bohemia e Hollanda.

A importância dos israelitas americanos surgiu durante a guerra e se afirmou depois della quando, graças à sua philantropia dotada de tão poderosos meios econômicos, puderam favorecer os seus compatriotas que se encontram na Europa sofrendo necessidades. Pensam os dirigentes judeus-americanos que o yiddish deve substituir o inglez, conservando ainda a tradição hebraica na religião, na ethica dos prophetas, na vida familiar e no folclore. (*Folha da Manhã* - O povo judeu e seu futuro - 28/10/1939)

A palavra “raça errante” contida na primeira narrativa demonstra a hibridação decorrente da relação das culturas. Antes a palavra “errante” era somente associada à palavra “povo” e assim reconhecidas como referência aos judeus. À época da matéria, entretanto, não mais se veriam os judeus somente como povo, mas, sim, como raça e esta em processo de hibridação constante ao longo dos anos.

Assim, o “typo judaico” se multiplica e metamorfoseia ao longo dos séculos. As mutações começam com os cruzamentos entre raças que derivam em outros subgrupos de tipos judaicos. Daí resultam o “elemento mediterrâneo”, os “sephardins”, os “judeus orientaes da Turquia”, os “askenázicos”, os “judeus-americanos”, etc. O interessante é notarmos que o texto deixa claro que “nenhum desses grupos viveram isolados”, quebrando o paradigma do judeu enquanto uma cultura isolada dotada de uma identidade holística e originária em si mesmo.

O *como* foi narrada a narrativa jornalística mostra marcas enunciativas que tornam confusas a sua tessitura – uma marca própria deste período da escrita jornalística. Mas que ao mostrar de forma pouco coesa as sequências de sentido deixa transparecer um deslocamento dentro do signo linguístico ao narrar sobre a “raça errante”. Sem dúvida, por meio dela, compreendemos que o contato com a cultura

judaica será totalmente diferente dependendo do sujeito ao qual a ela se vinculou – seja por nascimento, tradição ou afiliação. Além disso, o texto deixa antever as disputas de sentido que ocorrem entre uma minoria dentro da cultura dominante: “Pensam os dirigentes judeus-americanos que o yiddish deve substituir o inglês, conservando ainda a tradição hebraica na religião, na ética dos profetas, na vida familiar e no folclore.”

A matéria a seguir mostra os desdobramentos mais surpreendentes quando culturas são noticiadas em relação, como podemos ver:

Em junho de 1605, há mais de 300 anos, um chinês da cidade de Kai-Fang, chamado Fonan, perguntava pelo padre Matteo Ricci, num dos estabelecimentos da mansão jesuíta de Pequim. O chinês contou ao missionário que a comunidade de Kai-Fang concentrava várias famílias que observavam as práticas judaicas centralizadas numa sinagoga. No templo se conservavam as escrituras hebraicas e a comunidade era presidida por mestres e rabinos. PRÁTICAS JUDAICAS Os judeus, além de observarem as festas e dias de jejuns, praticavam a circuncisão. Não comiam carne de porco, descansavam no sábado e rezavam três vezes por dia. (...) É muito interessante notar que o nome chinês das sinagogas hebraicas “Ching Chen Ssu” – “templo da pureza e da verdade” – se estende actualmente a todas as mesquitas dos muçulmanos chineses. O judaísmo chinês está intimamente ligado ao mahometanismo do mesmo povo e este último emprega parte da terminologia e das práticas religiosas do primeiro, que já estavam estabelecidas quando se produziram as primeiras manifestações de religião mahometana. É curioso porém, que o mahometanismo se estendeu rapidamente, chegando a figurar, actualmente, entre as principais religiões da China, enquanto que o judaísmo, apesar da sua longa história e tenacidade de sua existência em outras partes do mundo está ameaçado de completo desaparecimento na China. (*Folha da Manhã* – Judeus chineses – 13/09/1936)

Vemos na tessitura do texto a exposição das relações entre as culturas chinesa e judaica, tendo como pano de fundo conflitivo o intrincado movimento das religiões em solo chinês. O Oriente aparece totalmente diverso do que podiam esperar os leitores. Novas posições de sujeitos históricos entram na cena narrada por meio do deslocamento de sentidos do que antes se acreditava ser o chinês, o muçulmano e o judeu.

A tessitura propõe culturas em relação e confere ao texto jornalístico um dinamismo. Em poucas linhas foram apresentados personagens que irrompem no cenário oriental reapropriando práticas religiosas e as ressignificando. Desse modo, por meio da hibridização à flor da pele narrada e os efeitos de sentidos que traduzem mudança e movimento fica mais claro entender que

O mundo e os sujeitos no qual e do(s) qual(is) falamos ao narrar pelas mídias é “em” acontecimento. Podemos até nos esforçar em estancá-los, de fato os enquadramentos – também jornalísticos – nos obrigam que assim seja, mas todo esforço se esvai na própria realidade que segue seu curso enquanto é narrada (RESENDE, 2011, p. 128).

Em outra perspectiva, Seligmann-Silva (2005) propõe discutir a tradução cultural entendendo a tradição judaica enquanto tradição aberta, isto é, a cultura judaica



só pôde permanecer porque manteve constante diálogo com a sua tradição. Nesse sentido, o autor aborda que a cultura judaica mostra-se como um modelo do constante movimento intrínseco à cultura, que se inclina a um empolgante trabalho de tradução da tradição do passado para o presente. Como nos explana o autor, os judeus mantêm uma relação com a tradição que pode ser pensada nos termos de uma relação tradutória:

A relação com o passado pode ser também pensada nos termos de uma relação tradutória: a tarefa da tradução deve ser vista como, a um só tempo, parcial e infinita. Por um lado, a cultura depende essencialmente da tradução; mas, por outro, esta nunca é total, perfeita. A tradução não é apenas importação de modelos – de literatura, de formas de pensamento e mesmo de formas de expressão e de vocabulário – mas também um modo de abalar as certezas quanto à essencialidade e “a-historicidade” do “próprio” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 155).

Tal incompletude no processo de tradução garante as mudanças dadas nas práticas culturais que contribuem no abalo das certezas quanto à essencialidade e a-historicidade do Eu. Diante disso, podemos dizer que a tradução cultural revela-se um exercício de colocar culturas distintas *em relação*, como, também, em colocar a própria cultura num incessante processo de transformação do passado em face do presente.

Ainda contemplando a cultura judaica, o autor traz a relação do judaísmo com a Torá ao tratar as complexidades da tradução e de sua compreensão. Para os judeus o rolo da Torá que é aberto e lido na sinagoga é escrito com uma técnica especial pelo sôfer, isto é, o escriba, em pergaminho de couro de animal *kosher*<sup>9</sup> e tinta à pena. Qualquer letra a mais, a menos, falhada ou apagada, invalida todo o rolo da Torá e sua santidade. O meticuloso processo de copiar um rolo à mão leva mais de duas mil horas (trabalho de tempo integral por um ano). E para eliminar qualquer chance de erro humano, o *Talmud*<sup>10</sup> enumera mais de vinte fatores relevantes para que um rolo de Torá possa ser considerado *kosher*, apto. Este é o sistema de segurança embutido na Torá. Se faltar algum destes fatores, ela não terá a santidade necessária nem poderá ser usada para leitura em público.

As regras rígidas servem para garantir que o material uma vez escrito e fixado não venha a sofrer nenhuma alteração. Ligado a essa rigidez há o caráter dinâmico da compreensão do texto que ao procurar o esclarecimento da Lei produz interpretações as mais diversas face às necessidades do presente.

Há, portanto, uma estrutura dupla que conjuga, simultaneamente, fidelidade

---

<sup>9</sup> Alimentos kosher, são todos aqueles que obedecem à lei judaica.

<sup>10</sup> O Talmud é o livro sagrado dos judeus, um registro das discussões rabínicas que pertencem à lei, ética, costumes e história do judaísmo.

extrema “à letra” e transformação/adaptação do texto ao contexto vivido. Portanto, neste trabalho de atualizar o passado em face do presente (que está em aberto) é que o jornalismo se apresenta como um saber apropriado. É no jornalismo que o fato ocorrido num passado recente será atualizado no presente. E nesse processo de tessitura da notícia o exercício de colocar culturas distintas em relação poderá ocasionar o deslocamento do Outro relatado, um desvio em relação ao que antes era propagado. E tal rachadura na representação dita pura, imparcial, a-histórica, contida nas matérias jornalísticas vem a remeter ao que Bhabha (2011) intitula como tempo disjuntivo.

No ato da enunciação, faz-se necessário que situemos um momento presente, que é temporalmente desprendido e percebido em conflito. Assim, no momento em que o discurso jornalístico tenta estancar o sujeito discriminado, muitas das vezes, não reconhece as temporalidades disjuntivas e fronteiriças das culturas minoritárias e parciais.

Quando o Outro, assim, é tecido nas narrativas jornalísticas ocorre um lapso de tempo no lugar da enunciação e da identificação. Podemos dizer que o Outro, como Mesmo, está detrás do Eu. Ao narrar sobre o judeu os jornais trazem, em sua maioria, um Mesmo, atrasado, temporalmente, em relação ao Eu. O sujeito ou a comunidade discriminada “ocupam um momento contemporâneo que está sempre retardado e prematuro, em termos históricos” (BHABHA, 2011, p.86).

Examinemos as narrativas adiante que irão nos ajudar a perceber a escrita jornalística em relação ao Outro:

Devido ao preconceito que se gerou millenariamente, o Israelita, o Judeu, não tem pátria. Desunida, não a restabeleceram. Trata-se de um estigma que se transmite de pais a filhos, onde quer que se encontrem e embora integrados no país há muitos anos. Em Nova York nos foi narrada uma deliciosa pilheria, que diz o seguinte: um Israelita, ao deixar uma synagoga, foi recebido a socos por um Irlandez. Aquelle, com a maior surpresa, interrogou sobre o motivo de semelhante aggressão, obtendo esta resposta: “por haver crucificado Jesus Christo” Mas o Israelita, com a maior surpresa, objectava que “aquele crime havia sido perpetrado há mais de mil annos” ao que o Irlandez retruca que só agora delle tivera conhecimento... (*Folha da Manhã* – Sem pátria, mas influindo em todas as pátrias - 4/02/1933).

Podemos perceber que nenhum fato, necessariamente, está sendo narrado. O que a matéria narra, em densidade, é uma piada popular sobre o judeu valendo-se de signos do antijudaísmo para que se promova o riso. Notemos, inclusive, que a historieta é situada em Nova Iorque e tem como protagonistas não um americano nova-iorquino e um judeu, mas, sim, um “Irlandez” e um “Israelita” – ambos com letras maiúsculas.

Podemos supor que o “Irlandez” simboliza o *catolicismo* e o “Israelita” o

*judaísmo* e todo o transcorrer da trama se dando em solo majoritariamente *protestante*. Ressaltemos, inclusive, que o mote da tessitura está na crucificação de Jesus Cristo. Um acontecimento datado há milhares de anos deflagra a trama citada.

Atentemos, assim, às disputas de sentido dadas na religião como forma de representar de maneira irônica e risível as relações de repulsa/atração em relação ao judeu nas diversas fronteiras culturais. Ao trançar as cordas de sentido dadas na religião a intriga nos limites fronteiraços das culturas é tramada. O conflito se dá através do entrelaçamento simbólico dos rivais: não há rixa sem o entrançar das cordas. Construindo desta forma o texto, fica claro o resgate de signos de uma forma de repulsa ao judeu – o antijudaísmo – que perde sua força simbólica no contexto de 1933.

A próxima narrativa também segue o mesmo recuo na História para de lá retirar signos que possam dar a ver o Outro judeu. Vejamos:

Entramos em Jerusalém e percorremos suas ruas, estreitas e novas, sem nenhuma semelhança com aquela Jerusalém dos tempos bíblicos. Centenas de judeus, com suas levitas negras largos chapéus de pelles aqueles mesmos chapéus que eles eram obrigados a usar na Idade Média e que, com o correr dos séculos, não se transformou. Hombros curtos, mãos cruzadas atrás, passos curtos, arrastando os pés – o judeu é imutável em qualquer século e em qualquer paiz. (*Folha da Manhã* – A velha e a nova Palestina - 5/04/1936)

O autor ao relatar o que via retoma traços discursivos erigidos na Idade Média, cujo período os judeus eram obrigados a usar um chapéu pontiagudo e suas respectivas moradias eram concentradas em guetos na Europa. Em face disso, o autor argumenta que os judeus são “imutáveis em qualquer século e em qualquer paiz” e que até os seus chapéus em meio ao fluir dos séculos não se transformaram.

Diante dessa afirmação podemos perceber a insistência da escrita jornalística de construir a figura do Outro sempre retomando traços discursivos de um tempo remoto àquele que vigora, na tentativa de manter o signo fixo, isto é, sustentar a representação dos judeus de forma imutável. Contrariando, assim, o entendimento de que o significado de judeu não possui origem, nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e “posicionado” ao longo de seus termos relacionais.

### **1.3 O jogo narrativo no quebra-cabeça: as peças simbólicas na montagem do “judeu”**

Nesse ínterim, cabe trazer um adendo enriquecedor. Justamente na primeira publicação do jornal *Folha da Manhã* foi redigida uma matéria sobre o povo judeu

intitulada “Os judeus, povo errante” (1º./07/1925)<sup>11</sup>. A matéria preenche meia página do jornal e se destaca pelas seis belas e exóticas ilustrações de diferentes rostos judeus, cada qual representando o povo hebreu em nações destoantes entre si: Espanha, Turquia, Angola, Marrocos e Jerusalém.



Fig. 1 - Exemplar da matéria “Os judeus, o povo errante” publicado no jornal *Folha da Manhã* em 1º. de julho de 1925

Nela nos é revelado que não há um judeu, mas, sim, muitos judeus. A diversidade cultural foi deflagrada através do título da reportagem que traz a palavra “judeus” no plural e, de forma conjunta, o vocábulo “povo”. Transmite-se, ao mesmo

<sup>11</sup> Tal matéria foge do período cronológico proposto por esta pesquisa, porém por ser a primeira edição do jornal *Folha da Manhã* por ter em seu conteúdo questões interessantes, achamos apropriado incluí-la no *corpus* de análise da dissertação

tempo, a multiplicidade formada num conjunto singular, acrescentado do adjetivo “errante”.

O termo “errante” possui o mesmo nome em latim e designa: 1. Que erra, que vagueia; 2. Vagabundo; 3. Erradio; 4. Errabundo, nômade, vagante (FERREIRA, 2010, p. 169). Diante do repertório de peças disponíveis para a formação desse quebra-cabeça preferiu-se montar um desenho do judeu pária, excluído, quiçá vagabundo, que atrai desconfiança no solo hospedeiro, pois vagueia incerto, sem destino.

Há de se lembrar que esta matéria preenche metade de uma página inteira da primeira publicação realizada pelo jornal *Folhada Manhã* e contém várias ilustrações – o que não é comum nas matérias desse período – tendo, cada qual, como legenda as seguintes inscrições: “Antigo judeus hespanhol”, “Mulheres judias orando num templo de Jerusalém”, “judeu da Turquia”, “linda rapariga judia”, “judeu da Angola” “judeu marroquino”, “judeu de Jerusalém” e “principal synagoga de Lemberg”.

Diante deste rico repertório imagético iremos nos voltar para o jogo narrativo contido nesta matéria. Ali apreciaremos o movimento das peças que irá trazer algo

Voltaire disse: Quando se considera a matança de judeus durante o reinado de alguns imperadores romanos e a carnificina a que deram lugar em vários países cristãos, surpreende, não só que esse povo ainda exista, mas seja até mais numeroso do que foi em tempos antigos. Mas como saber quantos são os hebreus? Eles vivem espalhados pelo mundo inteiro. Os judeus possuem no rosto, na expressão orgulhosa de seus lábios vermelhos, na robustez de suas orelhas, no atrevimento do seu nariz curvo, alguma coisa de especial e característico que é fácil reconhecer (...) As mulheres ainda que menos típicas que os homens, são baixas, sem delicadeza nas maneiras, mas possuem uma cara linda, que lhes dá graça e encanto (*Folha da Manhã* – Os judeus, povo errante - 1º./07/1925).

A tessitura da intriga demonstra que em meio a perseguições os judeus persistem em ser numerosos. Tanto as ilustrações como a pergunta: “Mas como saber *quantos* são os hebreus?” nos indica uma intenção dada no texto em apresentar a variedade dos judeus num sentido quantitativo. Após a pergunta *quantos* são os hebreus? o texto segue a sua rota simbólica indicando que apesar de serem muitos, possuem características próprias que lhes garantem serem reconhecidos por outros povos.

Propor um encadeamento de sentidos nesta ordem faz com que a diferença cultural não venha a ter lugar no texto. O intento de mostrar o que seria um judeu no formato de um texto jornalístico das décadas de 1930 e 1940, então, se dá por caracterizações de uma suposta personalidade única a todos os judeus e por traços físicos semelhantes em todos. Ocorre um fechamento de sentidos, pois qualitativamente as representações dos judeus no jornal se esbarrariam em adjetivações coligadas a peculiares traços físicos, como nos demonstra no texto:

“expressão orgulhosa *nos* lábios vermelhos”, “robustez *nas* orelhas”, “atrevimento *do seu* nariz curvo.”

Desse modo, a diversidade cultural existente entre aqueles que se autodenominam judeus é enfocada através do que Bhabha (1996) denomina de moldura universalista. Vejamos nas palavras do autor:

Culturas diferentes, a diferença entre práticas culturais, a diferença na construção de culturas dentro de grupos diferentes, com grande frequência fazem existir em seu meio, e entre elas próprias, uma *incomensurabilidade*. (...) A suposição de que, em algum nível, todas as formas de diversidade cultural sejam passíveis de compreensão com base num conceito particular universal, seja este o de “humanidade”, “classe” ou “raça”, pode ser a um só tempo muito perigosa e muito limitadora na tentativa de compreender os modos pelos quais as práticas culturais constroem seus próprios sistemas de significação e organização social (BHABHA, 1996, p. 36).

Assim, apesar de apresentar uma diversidade cultural através de marcas textuais que endossam como são numerosos os judeus e como se encontram espalhados no mundo inteiro, não há no corpo do texto espaço para a abordagem de uma *diferença cultural* seja entre os judeus e a cultura dominante na qual se instalam ou entre o amplo conjunto de judeus, diferentes entre si, cada qual atribuindo sentidos diversos ao judaísmo que praticam e vivem.

A noção derridiana de *différance* vem nos ajudar a entender modos outros de expor a diferença nas narrativas. Neste conceito a diferença cultural pode ser delineada na carne do texto através dos seus pontos de contato e na dinamicidade de seus movimentos relacionais. O intuito é propor uma perspectiva que olha a diferença não somente através de dualidades, maniqueísmos e fronteiras veladas. O instigante é pensar a diferença para além do que, num primeiro momento, lhe condiciona as separações e os binarismos. Mas, inclusive, pensá-la como

*places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize e ao longo de um espectro sem começo, nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado essencial à cultura. Sempre há o “deslize” inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto que aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado. (HALL, 2003, p. 33)

Atualmente, quando pensamos na caricatura de um judeu podemos alçar mão dos traços simbólicos desenhados a partir dos judeus ortodoxos do Israel de hoje, os quais apresentam pele branca, cabelos pretos ou castanhos, encaracolados (principalmente com duas mechas encaracoladas feitas uma em cada lado da face do homem), nariz adunco, bigodes e barbas, chapéus pontiagudos pretos ou o uso do kipá<sup>12</sup> e roupas semelhantes ao estilo social ocidental nas cores preto e branco.

Porém, a uniformização da representação do povo judeu é uma evidência dos

---

<sup>12</sup>O quipá (em hebraico כיפה, kipá, "cobertura") são os chapéus utilizado pelos judeus tanto como símbolo da religião como símbolo de "temor a Deus".

tempos atuais e uma preocupação política constante dos sionistas e do governo de Israel. Shohat (2007) complexifica a questão dizendo que apesar de o sionismo se apresentar como um movimento de libertação de *todos* os judeus fica evidente que sua ação política na Palestina expressa a defesa de interesses de judeus europeus e norte-americanos e dos países ocidentais aliados à Israel.

A ligação dos termos “sionista” e “judeu” como sinônimos nas narrativas jornalísticas atuais, por exemplo, mostram os esforços ideológicos da hegemonia dominante em Israel de sufocar a autorepresentação de minorias étnicas que lá já existiam ou que se fixaram naquele país após a sua proclamação. Expõe, assim, as relações de influência e poder entre a grande mídia e os poderes instituídos, corroborando para a inexistência de autorepresentação das minorias e a veiculação de modelos culturais que não dão a ver a multiplicidade cultural que fermenta em Israel.

Na verdade, Israel tem uma alta diversidade cultural que se caracteriza pelo seu (re)nascimento, Estado criado em meio a um Estado já existente, a Palestina. E, portanto, estritamente enlaçado pela cultura árabe, que possui, como representantes, 20% da população atual de Israel (SHOHAT, 2007). Atrelado a isso, o que se concebe como “nação israelita” só conseguiu se estabelecer como tal através das levas significativas de imigrantes de todo o mundo para a região da Palestina.

Desse modo, as múltiplas formas culturais dadas em Israel tornam-na uma “nação” cuja incumbência é dar sequência a uma tradição milenar em meio a um caldeirão de povos, raças, idiomas e idiossincrasias. Ao contrário do que é observado atualmente - a uniformização e o estreitamento de sentidos em torno da representação do judeu – o jornal *Folha da Manhã* traz, justamente, a diversidade cultural deste povo como fonte de explicação para conceituar o que é ser judeu.

Mas voltando aos textos citados, como falar da *diferença* contida no todo? Como montar o quebra-cabeça? É na ordem do conflito – gerador máximo do embate de visões de mundo – que se constata os “deslizes” dos significados através da pluralência social do signo, que se dará nos seus termos relacionais. Assim, as tensões e disputas por sentido é o que torna o signo vivo e móvel. Subtraído da ordem do conflito o signo perde vitalidade, “irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á o objeto de estudos dos filólogos.” (BAKHITIN, 1981, p. 48).

Porém, como o Ocidente atualiza a narrativa de uma memória que se fundou no Oriente Próximo a partir *do* e *no* presente? Como conceituar o sujeito judeu em vista da sua história milenar que traça sua identidade e sua condição *no* mundo hoje?

Completar o quebra-cabeça do mundo é tarefa inalcançável. No quebra-cabeças o jogador deve montar uma imagem idêntica ao modelo dado. A imagem-modelo é escolhida, impressa, colada num papel resistente e cortada por uma prensa. As peças criadas são espalhadas de forma desordeira. A tarefa é encaixar peça por peça, *configurando* o desenho.

Para que a imagem seja decifrada o jogador observa cada peça: suas formas, cores e traços. No caso do jornalismo, o modelo almejado na construção do quebra-cabeça é a vida. Cada peça tem o seu lugar, é encaixável no quebra-cabeças e o jornalismo através do seu jogo narrativo assim almeja “encaixar” os fatos do cotidiano. Contudo, na vida há mais desencaixes que perfeita união. E se o jornal imita a vida, sempre será apresentado em suas narrativas os desencaixes e as peças que sobram.

Na rítmica do jogo, sempre haverá aquele lugar de indeterminação para a continuação da formação do desenho e somente uma peça servirá. Logo, a cada peça encaixada, peças outras são descartadas. E o jogo, assim, irá tentar encaixar a realidade. Há também as peças que não se encaixam, mas propositalmente são postas em relação, conformando um desenho controverso diante da imagem-modelo proposta.

Quando o jornalismo se assegura que, enfim, a imagem será montada, vem o movimento da vida e transforma o desenho representado. Ainda em posse da peça derradeira do que antes lhe era proposto, o jornalismo se (re)organiza e de acordo com o novo desenho escolhe as peças disponíveis para a conformação da imagem. O intuito é o enquadramento perfeito da representação, igual à imagem-modelo proposta para que se inicie o jogo. E tudo se desmancha antes que a imagem se complete.

Pensar o jogo narrativo dado no jornalismo através da metáfora de outro jogo, o quebra-cabeças, nos ajuda a entender como as narrativas jornalísticas são montadas a fim de explicar o que seria o judeu. Este sujeito histórico amplamente representado nos jornais através de caricaturas e, por isso, absorvido no imaginário social de forma imagética, torna-se a realidade a ser narrada, montada e encaixada para os leitores brasileiros.

No contexto atual, o conflito israelense-palestino nos parece interessante enquanto pano de fundo para continuarmos nos reportando ao questionamento *o que é ser judeu?* que atravessa este capítulo. Desse modo, iremos saltar décadas e ir ao encontro de uma notícia que surge com ares de humor e comicidade o questionamento cardinal no qual concentramos nossas forças e donde observamos os deslocamentos de sentido do signo em relação ao judeu.



No dia 11 de abril de 2013 o colunista Clóvis Rossi traz um provocativo texto no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado “Já viu seu vizinho hoje?” que faz menção à exposição “Toda a verdade – O que você sempre quis saber sobre os judeus”, realizada durante a Páscoa, no Museu Judaico em Berlim.

A exposição tenta responder a várias perguntas em torno dos judeus acumuladas há anos e que eram redigidas em folhas de papel pelos visitantes dos museus. A proposta do evento é atacar os clichês e preconceitos, apresentando de forma bem humorada o modo de vida e de pensar judaicos. Desse modo, as respostas para as perguntas são dadas de maneiras nada convencionais, através de objetos, fotos, obras de arte e até pelos próprios judeus. Em uma das salas temáticas judeus de diferentes países entravam dentro de uma caixa de vidro, cada qual no seu “turno”, para contar àqueles que se aproximavam da caixa, que foram em torno de 300 a 400 visitantes por dia, toda a verdade acerca do que eles sempre quiseram saber sobre os judeus.



**Fig. 2 - Judeu dentro da caixa de vidro na exposição “Toda a verdade – O que você sempre quis saber sobre os judeus” no Museu Judaico em Berlim.**

Clóvis Rossi abre seu texto com as descrições da exposição e logo lança mão da conjuntura dada na sala temática, que contém um judeu dentro da caixa de vidro, para tratar do entrave entre israelenses e palestinos. Primeiramente, o colunista diz que o objetivo da caixa de vidro serviria para o próprio, assim ele se colocando numa caixa de vidro, talvez se tornasse visível para os seus vizinhos. Rossi fez, neste caso, clara referência ao ambiente das grandes cidades nas quais os vizinhos tornaram-se invisíveis uns para os outros.

O colunista, então, retoma a questão do conflito árabe-israelense sugerindo que “em algum museu de Israel repita a experiência de Berlim com palestinos na caixa” a fim de que os vizinhos, enfim, venham a se conhecer. A explicação se debruça na tentativa política dos sucessivos governos de Israel de tratarem os palestinos como se fossem invisíveis para os judeus de Israel.

Neste tocante, os judeus citados na coluna de Rossi são os “de extrema-direita” ou “colonos nacionalistas”. Vemos, assim, algo em comum na matéria de 1925 e na de 2013. Ambas começam suas narrativas evocando a diversidade cultural dos judeus. Na matéria “Os judeus, povo errante” (*Folha da Manhã* – 1º./07/1925) a diversidade de culturas existentes dentro do judaísmo não é bem tecida pelo texto em si, porém as ilustrações nos conduzem a pensar nas multiplicidades culturais e numa certa incomensurabilidade que as tomam. Já no texto de Clovis Rossi a diversidade cultural se faz presente quando o autor discorre sobre a exposição ocorrida na Alemanha. No momento em que várias pessoas que se autodenominam judias se propõem relacionar com um público não-judeu a fim de dizer o que é ser um judeu, vemos que há uma articulação de culturas que se interpelam, questionam, contestam e reforçam sentidos. Novamente, percebemos a diversidade cultural sendo tramada tendo como eixo propulsor de encontros o judaísmo.

Entretanto, em ambas as matérias a diversidade cultural que lá são narradas acaba não dando espaço para que a diferença cultural seja experimentada. Isto acontece porque na tessitura do texto o que se propunha como múltiplo vem a perder suas potencialidades ao propor rotas de sentidos universais. Neste caso, o judeu errante da matéria de 1925 e o judeu colonizador de 2013 se sobressaem e reduzem a diferença cultural das múltiplas culturas evidenciadas no texto. A maneira como foram tecidas as matérias tornam tais representações como o que há de comum a todos os judeus.

Num outro viés, ao propormos um salto no tempo de 88 anos podemos perceber como a representação acerca do judeu se modificou. Em tempos de perseguição, a descrição do judeu enquanto um sujeito errante se difere com a representação do judeu atual, israelense, cidadão do seu próprio Estado, colonizador e fundamentalista. Como nos diz Morin (2007): “O *israelense* está à vontade na sua pátria “eterna”; o *judeu* guarda em si um sentimento de exílio.” (p. 139 – grifo meu)

Nas narrativas jornalísticas colhidas podemos perceber que a questão “o que é ser judeu” tornou-se um problema devido à difícil conceituação. Vejamos:

Muito se tem falado e escrito, sobre a essência deste problema. Há muitas dezenas de anos que discutimos continuamente a questão: Que somos nós? Uma nação ou uma simples comunidade religiosa? (*Folha da Manhã* – Constituem os judeus uma nação ou uma simples comunidade religiosa? - 12/04/1936).

Foge aos propósitos dessa dissertação apontar quais narrativas trazem a resposta correta quanto à pergunta que, como vimos, ainda ressoa no imaginário mundial e permanece sem uma conceituação concreta. Na exposição, os vários judeus que, um a um, se revezavam na caixa de vidro à disposição do público para explicar acerca do modo de vida e pensamento judaicos, também traziam, cada qual, uma perspectiva do tema. Ocasionalmente, pode ter ocorrido de uma mesma pergunta feita a diferentes judeus obtivesse respostas discrepantes umas das outras.

Logicamente, o que é ser judeu no Brasil se diferencia drasticamente do mesmo questionamento desferido na Alemanha ou em Israel. Entretanto, as narrativas jornalísticas contidas no nosso *corpus* de análise demonstram que a concepção do que seria um judeu no tempo do antissemitismo sofria influências diretas da política nazista perpetrada na Alemanha.

Do total das matérias selecionadas, 65% vieram das agências internacionais de notícias, 12% não traziam especificação de sua produção de origem e somente 23% foram escritas por punhos brasileiros. Portanto, das diversas peças simbólicas difusas nos quatro cantos do mundo para a formação da representação do judeu, as que encaixavam sentidos no imaginário simbólico da Alemanha foram as que mais apareceram no jogo narrativo brasileiro.

Por exemplo, a matéria “Continua a agitação contra os judeus” (*Folha da Manhã* – 25/08/1935) relata a efetuação de medidas antissemitas na Alemanha, trazendo em seu conteúdo a sumária descrição de um judeu. Vejamos:

Em Rathenow, pequena villa situada a 100 quilômetros de Berlim, foi impressa uma lista dos judeus estabelecidos na localidade, com os nomes, sobrenomes, endereços e profissões. A primeira parte da lista traz um desenho representando “um explorador” judeu, puchando um operário irmão preso por um cadeado no nariz e abaixo do desenho a seguinte inscrição: “*Que é um judeu?* um indivíduo vindo do Egipto que maldiz os anti-semitas, renega a sua origem, odeia a carne de porco, empresta dinheiro sobre penhores, pratica a “scroquerie”, anda descalço, não trabalha, entrega-se à mendicidade e à usura, sangra os animais e explora os homens. Não prestam para nada.” (*Folha da Manhã* – Continua a agitação contra os judeus 25/08/1935 - grifo meu)

A conceituação acima agrega várias peças para a montagem da representação a partir do jornal sobre o judeu. Porém, atentemos que cada descrição dada proporciona a construção de uma representação hermética, fechada para a multiplicidade existente do

povo judeu. O artigo indefinido verificado na pergunta “Que é um judeu?” não cumpre a sua função de denotar uma in-definição diante do sujeito da frase. O que percebemos ao longo da leitura é a justaposição de peças simbólicas que não propõem relação umas com as outras. O que seria *um* judeu possível se torna *o* judeu único, sem liberdade para o movimento das peças.

Quando o tabuleiro do jogo torna-se espesso, denso, sem lugares de indeterminação para o encaixe de peças outras, cristaliza-se, no jogo narrativo, o movimento das imagens no mundo. E neste sentido, o sentido de judeu toma contornos que espelham vivências específicas dentro de determinadas sociedades e, ao mesmo tempo, compartilha quadros de sentido, compreensões e ideias que organizam e dão coerência à vida social.

Entretanto, tal conceituação do judeu que paralisa as peças do jogo não se adéqua, aparentemente, ao que a sociedade brasileira experimentava em seu cotidiano com relação à comunidade judaica. Ocorre, portanto, um choque de sentidos. O que é espelhado nas páginas dos jornais brasileiros traduz os ânimos da sociedade alemã, emergida em outro contexto político e cultural.

## CAPÍTULO 2 - O jornalismo em tempos de (in)determinação

Jornalismo e literatura são irmãos gêmeos que nasceram muito diferentes e que hoje são mais parecidos do que nunca.

Zuenir Ventura

Diante do *corpus* de análise construído para este presente estudo, convém perguntar qual era a história acerca dos judeus que estava sendo narrada no jornal *Folha da Manhã* no período de 1933 a 1945. Diante do nó de relações evidenciados na representação do judeu como poderemos compreender o *como* e o *por que* dos episódios sucessivos dados nas notícias? O panorama é amplo e munido de disputas de sentidos no transcorrer de sua trama. Dentre algumas histórias possíveis acerca dos judeus narradas no jornal, podemos elencar as seguintes:

- 1) Uma história sobre a presença judaica no Brasil;
- 2) uma história que reflete o contexto das perseguições políticas aos judeus durante o governo de Hitler e de medidas similares, porém com menor intensidade, efetuadas pelo governo Vargas;
- 3) uma história sobre o trânsito cultural efetuado pelos judeus através das diásporas ao redor do mundo em tempos de perseguição;
- 4) uma história que mostra os primórdios do conflito árabe-israelense;
- 5) uma história que evidencia a construção simbólica do estabelecimento do Lar Judaico na Palestina, antes de sua efetiva implantação;
- 6) uma história que narra a luta por território entre judeus, árabes e ingleses tendo a região da Palestina como pano de fundo e a cidade de Jerusalém enquanto ponto nodal;
- 7) uma história que demonstra os poucos relatos de violência disseminados através da política de extermínio em massa dos judeus na 2ª. Grande Guerra.

No recorte histórico proposto pela dissertação somente a segunda e a sétima histórias citadas poderiam ser narradas tendo um começo e um necessário desfecho dado no tempo cronológico. Todas as demais extrapolam o recorte histórico de 1933 a 1945, no sentido de que ressoam suas narrações numa temporalidade já anterior.

Porém, tais tentativas de organização do tempo tornam-se frágeis diante da confluência de distintas temporalidades coabitando num mesmo texto. Não queremos

cair nessa armadilha cartesiana. A ideia presente neste estudo é demonstrar que as narrativas se dão no fluxo do tempo, de acordo com a tessitura da intriga. Por isso, falar sobre a representação dos judeus no jornal *Folha da Manhã* excede as sete histórias citadas acerca deste povo. Na verdade, os fios de uma história se embaraçam com os de outra num emaranhado de linhas simbólicas: desatar um fio requer revolver tantos outros.

Assim, nas narrativas jornalísticas as múltiplas histórias sobre os judeus tornam-se histórias possíveis acerca deste povo. Disseminadas no tecido social as matérias reinventam a identidade judaica, tornam imagináveis modos outros de conceber o Outro e, deste modo, reinscrevem as fronteiras dadas nas identidades daqueles que as leem.

Além disso, acrescentamos que as notícias acerca dos judeus publicadas no jornal *Folha da Manhã* e recolhidas no *corpus de análise* desta pesquisa trazem vestígios, rastros e traços de ações comunicacionais ocorridas no passado. Para Barbosa (2007) os rastros são signos de representação e um dos seus objetivos é pressupor, imaginar, prefigurar os sistemas de comunicação existentes em dado momento e lugar. Nesse momento, diz a autora, a História se torna História da Comunicação. Portanto

se o objetivo do pesquisador é recuperar a historicidade dos meios de comunicação num determinado tempo e lugar, há que se construir um nexo a partir de narrativas configuradas em outros tempos e que chegaram ao presente sob a forma de rastros. Portanto, metodologicamente a noção de vestígio é fundamental para um certo olhar que se lança em direção à história dos meios. (BARBOSA, 2007, p. 26)

Desse modo, os rastros de significação que possuímos se reúnem nas histórias possíveis dos judeus. E são a partir destes vestígios narrativos que uma história sobre o jornal *Folha da Manhã* pôde ser desenhada nessa pesquisa. O objetivo é buscar nos rastros traços importantes que auxiliaram no modo como este periódico, por meio de suas narrativas jornalísticas, tornou possível o mundo da década de 1930 e 1940. O peso e a força contidos nas palavras publicadas serão deste modo analisadas em vista do projeto editorial e das influências políticas e sociais pelas quais estava submetido o jornal.

## **2.1 A história e contexto do *Folha da Manhã***

Antes de 1930, o Brasil era governado pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo por meio da política “café com leite”. Nas eleições de 1930 as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo entraram em conflito. Era a vez de Minas Gerais indicar o

candidato a presidência, porém os paulistas apresentaram a candidatura de Júlio Prestes. Descontentes, muitos políticos mineiros apoiaram o candidato de oposição da Aliança Liberal, o gaúcho Getúlio Vargas.

Neste período, o governo de Washington Luiz recebia severas críticas e aumentava a insatisfação política em vários níveis da sociedade em seu mandato. Em face disso, chefes militares do Exército e Marinha depuseram o presidente, instalaram uma junta militar que, em seguida, transferiu o poder para Getúlio Vargas.

Com o Golpe de 1930 terminou o domínio das oligarquias no poder e Getúlio Vargas começou a governar o Brasil de forma provisória entre 1930 e 1934. Em 1934, foi eleito pela Assembléia Constituinte como presidente constitucional do Brasil, com mandato até 1937. Porém, através de um golpe com apoio de setores militares, permaneceu no poder até 1945, período conhecido como Estado Novo (LEVINE, 1980).

O cenário político apresentava profundas mudanças que reverberavam em outros setores da sociedade. De acordo com Miceli (1979):

as décadas de 20, 30 e 40 assinalam transformações decisivas nos planos econômico (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do Estado em setores-chaves da economia, etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado, etc), político (revoltas militares, declínio da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do Estado, etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial, etc.) (Idem, p. XVI).

O Brasil tinha aproximadamente 41.500.000 habitantes em 1935 e a estimativa era de que 65% dos brasileiros adultos não liam nem escreviam (LEVINE, 1980). São Paulo detinha mais de um milhão de habitantes e o interior rural, estagnado na monocultura, dava lugar a um outro Brasil, urbano.

No caso específico de São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, tradicional órgão da imprensa paulista, assumiu nesse período papel de opositor no cenário político, como representante de frações dissidentes da oligarquia agrária. Próximos à linha editorial do *O ESP*, surgiram os jornais:

*Diário da Noite* (1925), dirigido por Léo Vaz e Plínio Barreto, pertencente à rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand; *São Paulo Jornal* (1926), sob direção de Oduvaldo Viana e Quadros Jr.; *Diário Nacional* (1926), órgão do recém-criado Partido Democrático; *Diário de São Paulo* (1929), dirigido por Rubens do Amaral, também propriedade dos Diários Associados, e criado com a finalidade de fazer a propaganda da Aliança Liberal. Todos eles faziam frente aos jornais governistas: *Correio Paulistano*, *A Gazeta* e *Jornal do Comércio*. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 25)

Ainda nessa linha surgiu em 1921, o *Folha da Noite* – jornal vespertino - fundado por iniciativa de um grupo de jornalistas, até então integrantes do corpo redacional do jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com os seus diretores o *Folha da Noite* tinha como proposta editorial ser “um jornal leve, informativo e crítico, jornal de notícias rápidas e mais acessível ao povo. Sério nos objetivos mas sem o ser nas maneiras como soem os matutinos” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 26).

Devemos levar em consideração que neste momento, por razão das intensas publicações que ocorreram durante a Primeira Guerra, tornou-se parte do jornalismo a veiculação de informações de “última hora”. A velocidade com as informações eram propagadas se relacionam, inclusive, ao uso do sistema telegráfico. Em decorrência disso, a criação de um jornal vespertino torna-se propício neste período. A cidade de São Paulo em processo de crescimento necessitava de um jornal que reportasse não só pela manhã as notícias, mas, inclusive, à tarde. Esta nova gestão no jornalismo favorecia principalmente a classe operária que poderia, então, consumir os jornais ao final do dia, após saírem das fábricas.

Em 1924 o jornal *Folha da Noite* já se firmara definitivamente no mercado. Isso encorajou seus dirigentes a criar um periódico matutino. Assim, em 1º de julho de 1925, Olival Costa e Pedro Cunha resolveram fundar mais um periódico, o *Folha da Manhã*, circulando com esse nome até 1960. O jornal *Folha da Manhã* foi fundado num período da história do jornalismo denominado por Sodré (1999) como a Grande Imprensa.

Sodré (1999) divide a história do jornalismo brasileiro em seis fases. A primeira seria a *Imprensa Colonial*: caracterizada por um tempo de censura na circulação de livros e jornais no Brasil colônia, sendo impostas medidas contra a instalação de tipografias. A situação se modificou a partir da transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808. Neste mesmo ano houve a publicação de dois jornais, a 1º de junho, o *Correio Brasiliense*, redigido por Hipólito José da Costa e a 10 de setembro de 1808, a “oficial” *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A segunda fase seria a *Imprensa da Independência*. A partir de 1821 foram sendo fundados novos jornais no Brasil com perfis diferentes daqueles da fase anterior. Para Sodré (1999) a Imprensa da Independência não provou da democracia e nem da liberdade de imprensa. Entretanto, este período deve ser saudado como “rico (...), quando aparecem e proliferam os periódicos (...) de combate, de linguagem virulenta,



em que a historiografia oficial tem visto apenas os aspectos negativos, sem ver neles o fecundo exemplo (...) de avanço no esclarecimento da opinião.” (SODRÉ, 1999, p. 82).

A fase seguinte seria *O pasquim*. Neste contexto de pós-independência houve o alastramento do jornalismo em território brasileiro, fruto de iniciativas individuais ou de grupos, normalmente de liberais, de esquerda ou de direita. A linguagem dos pasquins era cravada de tons contestatórios e, muitas vezes, faziam uso da injúria em seus textos. Havia um profundo envolvimento dos redatores dos pasquins com as discussões de interesse público, “chegando, ocasionalmente, ao insulto, porque outra linguagem não conheciam” (SODRÉ, 1999, XV-XVI).

A quarta fase denominada a *Imprensa do Império* inicia-se após o golpe da Maioridade (1840) e apresenta a conjugação da imprensa com a literatura. Deste modo, declina-se a imprensa doutrinária e panfletária. Embora não panfletários, surgiram outros jornais politicamente engajados. Começa-se a vender os jornais nas ruas e não mais somente por assinatura e a fazer uso de ilustrações em suas páginas.

Em seguida, dá-se origem a *Grande Imprensa*, também denominada imprensa industrial de massas, surgida no período republicano, que se caracterizou mais pela remodelação dos jornais já existentes do que pela fundação de outros. A virada do século XIX para o século XX consolida o jornal-empresa. De acordo com Sodré (1999) os jornais-empresa eram, em sua maioria, politicamente independentes e apartidários, obedeciam a uma organização empresarial, tinham o lucro por objetivo, ancoravam a sua estratégia comercial à captação de anúncios publicitários e propunham linhas editoriais predominantemente noticiosas.

Interessante observar que havia no discurso jornalístico desta época uma mistura entre jornalismo e literatura que, aos olhos de Sodré (1999), fez com que a escrita das notícias se tornassem confusas: “o noticiário era redigido de forma difícil, empolada” (SODRÉ, 1999, p. 283). Constata-se, assim, uma forte influência das relações públicas e a instauração de sólidos grupos editoriais que tomaram conta do mercado. Esta fase encerra-se nos anos 1970 e, para Sodré (1999), a partir deste período inicia-se os tempos de crise no jornalismo brasileiro.

Os tempos de crise (1960 – dias atuais), citados por Sodré (1999), são relatados por Marcondes Filho (2000) como a era da informação eletrônica e interativa, caracterizada pela velocidade da informação e por mudanças nas funções do jornalista, onde a tecnologia é a grande vedete, com valorização visual e crise da imprensa escrita.

No momento do nascedouro do *Folha da Manhã* o jornalismo brasileiro já havia entrado, ainda que timidamente, numa faixa de operação industrial que contrasta com a tradição boêmia, ativista, idealista das fases anteriores. Nestas fases os jornais eram mais conhecidos pelos nomes dos seus proprietários do que pelo seu título. Bahia (1990) diz que a partir de 1930 o jornal identificado com a visão personalista do seu proprietário, isto é, o jornal mito, cede lugar ao jornal empresa.

Porém, ainda na década de 1930 os leitores mantinham a tendência de fundir o jornal com a pessoa que o fundara. No caso do jornal *Folha da Manhã* eram muitos os leitores que confundiram a figura de Olival Costa com o próprio jornal. De acordo com Mota e Capelato (1981) “na boca do povo existia ‘A Folha do Olival’” (p. 17).

Este importante traço vindo de outra fase do jornalismo brasileiro e que permanecia em jornais fundados numa fase posterior, como o *Folha da Manhã*, faz com que avistemos as décadas de 1930 e 1940 como um período no jornalismo em que confluíam linhas editoriais antigas e modernas. Um dos dilemas deste momento histórico consiste em formar jornais voltados para uma gestão empresarial tendo como contrapeso o traço literário que esteve presente na fase anterior àquele período do jornalismo brasileiro.

Pelo que parece, para os fundadores dos jornais, a nuance literária nos textos jornalísticos tornou-se um recurso que impediam as classes populares de participarem do consumo dos periódicos da época. Neste caso, tomaram o trato literário nas notícias como um problema de acesso cognitivo das camadas populares. Supostamente, era isso o que latejava nas intensas tentativas de construção de uma linha editorial por parte dos representantes do *Folha da Manhã*.

Assim, na visão dos fundadores do *Folha da Manhã* modernizar-se era rechaçar as marcas enunciativas que expressavam tais tons. Como podemos ver na voz de Olival Costa:

Um jornal não é uma poliantéia. Quem quer literatura busca-a nos livros. A função do jornal é informar. Mas informar não é apenas noticiar: é, a um tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar se acha subtendida a obrigação de criticar (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 15).

Para Resende (2007) o traço literário tão aviltado pelos representantes das *Folhas*, em se tratando do discurso jornalístico significa, basicamente, contextualização dos fatos e descrição dos personagens. O engano contido numa rígida separação entre o que é notícia (fato) e o que é história (ficção) se baseia na crença de que ao dar contornos literários à narrativa jornalística, a verdade do fato pode vir a desprender-se

do texto. Sendo que, na realidade, a verdade do fato há muito lá não está contida, seja no texto literário ou no jornalístico. Se informar é narrar a partir de alguém que descreve e contextualiza o fato, então, o traço literário “apresenta-se muito mais como característica intrínseca a qualquer ato de fala do que tão exclusivamente ao literário” (RESENDE, 2007, p. 84).

Sendo assim, podemos perceber que os textos ficaram mais curtos e concisos. O uso dos telégrafos ampliou a penetração de relatos jornalísticos no país, tornando a notícia veloz e imediata. Constatamos, assim, uma tendência em publicar um maior número de notícias nos periódicos. A contextualização e a descrição dos personagens, deste modo, perdeu sua densidade nos textos jornalísticos e a escrita em primeira pessoa foi cedendo lugar ao uso em terceira pessoa.

Quanto ao discurso jornalístico que ora se implantava, podemos supor que a escrita telegráfica afetou o modo como se narravam os fatos, inclusive, a maneira de narrar estabelecida internamente pelos jornais brasileiros. A escrita telegráfica se caracteriza pela forma sucinta, contida e objetiva que detêm ao relatar o fato. Na prática, os operadores dos telégrafos necessitavam dar conta de narrar o acontecimento com poucas palavras. Os modos operacionais não possibilitavam, portanto, a construção de um texto que se deixasse delongar na contextualização e na descrição dos personagens.

Acrescentado a isso, havia uma formatação do discurso jornalístico, pautado pela técnica, que já era amplamente utilizado pela imprensa da Europa e dos Estados Unidos. Muitos dos correspondentes das agências internacionais utilizavam dos moldes dados no discurso jornalístico tecnicista para a escrita do fato. Em relação aos telégrafos Maciel (2001) cita que

após sua apropriação pela imprensa empresarial — por meio de seções para notícias telegráficas, a colaboração de correspondentes e a compra de informações via agências internacionais de notícias —, os leitores de periódicos não teriam mais paciência ou interesse para longos relatos, dados minuciosos sobre local, personagens, sentimentos, etc. Depois do telégrafo, a notícia seria breve, seca, rápida, telegráfica (Idem, p. 128).

Desse modo, não queremos dizer que foi o uso desta tecnologia que ocasionou o modelo tecnicista no jornalismo. E também não defendemos a ideia de que a escrita tecnicista impulsionou a criação de uma tecnologia que a pudesse consagrar. Entendemos que tanto a técnica da escrita no jornalismo quanto a tecnologia em voga afetaram e influenciaram a maneira como eram construídas as notícias internacionais da

época. E ambas trabalhando lado a lado contribuíram na redução de outros modos de narrar possíveis no que tange ao discurso jornalístico.

Entretanto, torna-se interessante analisar que contar de maneira sintetizada e objetiva não faz, necessariamente, com que seja resvalado o autor do seu lugar de fala, sabemos que “não há texto que prescindia do homem que o constrói e vive o mundo.” (RESENDE, 2007, p.82).

Assim, é necessário se voltar com olhos críticos à linguagem praticada nos telégrafos, trabalhando a mesma enquanto “espaço de disputas, de tensões sociais, e como prática concreta que realiza tarefas de dominação e de poder, ainda que apareça, naquela época, como um dado natural e neutro da vida social” (MACIEL, 2001, p.129).

No Brasil as transformações pelas quais passavam o discurso jornalístico foram se dando sem que houvesse uma linha editorial fortemente marcada que orientassem os periódicos da década de 1930 e 1940. O *Folha da Manhã*, por exemplo, foi criado sem ter um projeto editorial estruturado. O direcionamento por parte de seus diretores indicava que a prática no dia-a-dia seria a norteadora de como as notícias seriam produzidas. Portanto, “a experiência é que deveria iluminar a trajetória do periódico, implicando inclusive na autocrítica frequente e na denúncia sistemática dos erros cometidos pelo poder público, pelas oligarquias ou até pelos redatores da *Folha* em avaliações políticas” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 16).

A única interdição feita pelo corpo editorial, como dito anteriormente, era de não mais servir-se do jornal para assuntos literários, distantes e tratados em linguagem sofisticada para um círculo fechado. O intuito era produzir “um jornal que não sobrepairasse à sociedade, mas que internalizasse, veiculando as novas e difusas aspirações de setores intermediários da população” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 23).

A situação de indefinição da *Folha da Manhã* em relação à formação de um projeto editorial traduz, em partes, como estava ocorrendo o delineamento do que seria um discurso marcadamente jornalístico. De acordo com Resende (2007) não havia, nesta época, ainda, nenhum paradigma teórico que definisse como o discurso jornalístico tinha que ser redigido. Entretanto, a partir do *Folha da Manhã*, percebemos que havia uma intensa preocupação em fazer com que o texto publicado nos jornais se diferísse em seus contornos enunciativos, dos textos literários ou de outros gêneros. Podemos, assim, supor que os textos eram construídos levando em consideração duas prerrogativas: o que o texto jornalístico *poderia ser* e o que ele *deveria ser* (RESENDE, 2007).

Assim, neste período, vemos que ocorre uma discussão que ainda hoje agrega valor aos debates em torno do jornalismo. Afinal, o que um texto jornalístico *pode ser* e o que dizem que ele *deve ser*? Sendo assim, ressaltamos como se torna importante olhar para este tempo no jornalismo no qual encontramos a tensão entre o *pode* e o *deve* à flor da pele.

Na primeira fase do *Folha* (1924-1931) a visão que preponderava era de cunho urbanista e fiscalista e orientada para informar a classe média paulista, bem como o operariado. Ora, não era de se estranhar que neste momento houvesse uma preocupação na grande imprensa paulista de se reportar, de forma mais específica, às camadas populares urbanas. A transição do Brasil essencialmente rural para um país que busca modernizar-se teve os meios de comunicação enquanto um dos setores que auxiliaram na propagação de uma imagem do Brasil com ênfase no seu lado urbano. De acordo com Levine (1980)

os meios de comunicação contribuíram sobremaneira para transformar o estilo urbano de vida. Os cinemas ofereciam, em 1935, um variado elenco de filmes estrangeiros. As revistas femininas excitavam as donas-de-casa com histórias de estrelas de cinema e romances glamorosos. As agências de publicidade, uma novidade no Brasil, alardeavam a excelência de uma pletera de produtos modernos, muitos deles fabricados no Brasil por firmas estrangeiras, como a aveia Quaker, e Flit, as giletas (que se tornariam logo, em português, um sinônimo corrente de “lâminas de barbear”) e a pasta Colgate (Idem, p. 40).

Acrescentado a isso o *Folha da Manhã*, nesta primeira fase, se caracterizava pelo oposicionismo ao Governo. A década de 1920 foi marcada pela contestação à política vigente por meio de insurreições armadas efetuadas pelo Exército, descontentamento por parte das classes médias urbanas, eclosão de greves e por tentativas de organização pelo movimento operário. O *Folha*, portanto, nasceu imerso numa conduta de oposição ao governo, dando voz para as classes médias urbanas e o operariado. No entanto, a linha de oposição foi se diluindo a partir de 1929 – momento em que Pedro Cunha se retirou da sociedade e, deste modo, o jornal passou a ser governista.

A Revolução de 1930 impulsionou o fechamento de vários jornais nos grandes centros urbanos e o *Folha da Manhã* sofreu o empastelamento. No Rio e em São Paulo os revoltosos depredam e incendeiam as instalações de *O País*, *Jornal do Brasil*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *Folha da Manhã* e muitos outros. Em virtude do posicionamento político de Olival Costa, na noite de 24 de outubro de 1930, a multidão

que comemorava a deposição do, então, presidente Washington Luiz em São Paulo destruiu as instalações do *Folha da Manhã*.

Pilagallo (2012) afirma que a depredação foi efetuada por partidários da Aliança Liberal aos jornais que haviam se contraposto a Vargas. As máquinas de escrever e os móveis foram jogados na rua e incendiados. O jornal *Folha da Manhã* ficou sem circular até 15 de janeiro de 1931, quando Octaviano Alves de Lima, de uma família de fazendeiros de café, comprou a empresa de Olival que morreria em dezembro de 1932.

A proposta de Octaviano Lima era tornar o *Folha* a “voz da lavoura” (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 63). Podemos, então, perceber que a primeira fase da história desse jornal possuía uma visão urbana e, posteriormente, na segunda fase, com a entrada em cena do grupo de Octaviano Lima, o *Folha da Manhã* assumiu uma conduta editorial marcadamente rural.

Como podemos ver nas “Diretrizes” publicada na primeira edição do jornal *Folha da Manhã* após o seu empastelamento, vejamos:

A FOLHA DA MANHÃ, assim como a FOLHA DA NOITE, que reaparecerá na próxima semana, não terá compromissos outros senão os que assume perante os seus leitores, de propugnar pela causa da lavoura, que deve ser considerada a causa de S. Paulo e do Brasil (*Folha da Manhã* – 15/01/1931).

A segunda fase do *Folha da Manhã* (1932-1945) coincide com o período escolhido por esta pesquisa para a análise das narrativas jornalísticas acerca dos judeus. Neste momento estabeleceram-se dois regimes políticos – a República Nova (1930-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Estado Novo foi também o nome que receberam outras ditaduras na mesma época: a de Franco, na Espanha, e a de Salazar, em Portugal, por exemplo. De acordo com D’Araujo (2000) “o ‘novo’ aqui representava o ideal político de encontrar uma ‘via’ que se afastasse tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo” (Idem, p. 8).

Neste momento, o *Folha da Noite* foi perdendo sua importância e a proposta inicial que o acompanhava, enquanto jornal para as classes populares, foi dando lugar para outro tipo de público leitor. Deste modo, decaiu o interesse por parte do operariado na leitura deste jornal ao fim da tarde, já que lá não havia mais a preocupação das causas urbanas e populares.

O jornal *Folha da Manhã*, como matutino, aumentou a sua audiência e com uma tônica diversa da anterior, o jornal da nova fase vai se firmando no debate político e econômico sempre se dirigindo à classe dominante. Dentre a classe dominante a qual se

endereçava o *Folha da Manhã* destaquemos os cafeicultores paulistas que, no plano político, pleiteavam um projeto liberal que se contrapunha ao governo de Vargas no período do Estado Novo.

As características do Estado Novo enquanto um poder centralizado, intervencionista e promotor da aliança com as massas destoava dos interesses do campo. No ideário agrarista do *Folha da Manhã* não havia lugar para a indústria nacional. Para Octaviano Lima e seu grupo editorial o Brasil deveria continuar ocupando o lugar de país agrícola, sendo assim, fornecedor de importantes matérias-primas.

Combatendo o Estado Novo que ia se configurando nesse período, o projeto do *Folha da Manhã* defendia um Estado liberal no qual o indivíduo deveria se sobrepor às massas e onde a “liberdade” se afirmaria como valor contrário ao intervencionismo. Desde o século XIX, a ideologia liberal reelaborava os pressupostos das Luzes, reafirmando o sentido de progresso, busca da verdade e transparência.

Tal projeto político contido no *Folha da Manhã* reforça ainda mais, o jornalismo enquanto um saber-poder. E tal manobra se estabelece fazendo uso de uma liberdade formal, controlada, submetida às influências do governo vigente. Deste modo, o projeto liberal transparece no jornal ao excluir a contradição e apontar para a neutralidade, mas na prática política transparece o seu oposto – a ênfase na sustentação da dominação social.

Durante a Segunda Guerra, o jornal *Folha da Manhã* deu atenção para as massas de imigrantes que transitavam no país. O intuito era reafirmar a necessidade da vinda de imigrantes para o trabalho no campo, considerando que o elemento nacional não resolvia o problema, pois significava um simples deslocamento e não aumento populacional.

Devemos salientar que o ideal agrário contido no *Folha da Manhã* defendia a vinda de trabalhadores imigrantes para o campo e não para a cidade. Em prol desse fluxo para a agricultura ocorreu um embate ideológico entre as medidas varguistas que causavam dificuldades para a entrada de imigrantes no Brasil e os interesses do corpo editorial do jornal que desejava a vinda de imigrantes para o campo.

Para percebermos os conflitos de interesses contidos entre o jornal e o Estado segue a seguinte narrativa retirada deste contexto. Vejamos:

Temos visto na imprensa referencias à probabilidade de grandes imigrações européas, em consequência da guerra, depois de liquidado o tremendo conflicto que exhaure o velho continente. Dantes era assim. Depois de um período de choques guerreiros, as devastações materiaes e os desequilíbrios econômicos lançavam fora dos paizes belligerantes numerosas massas de

trabalhadores, que procuravam outros recantos mais pacíficos do mundo, onde pudessem compensar-se dos prejuízos soffridos. (...) Por isso, houve grandes esperanças, a esse respeito, durante a conflagração de 1914. Mas logo se desfizeram as ilusões. (...) E o facto é que os immigrants que recebíamos minguardam depois da paz, *estancando-se as fontes que alimentavam as correntes de trabalhadores para o Brasil*. A não ser que um grande cataclysm abata sobre a Europa e a subverta na miséria e na ruína, não devemos esperar a retomada do antigo rythmo da immigração. (*Folha da Manhã* – O problema imigratório - 30/05/1940 – grifo meu)

Interessante observar como no texto deixa-se transparecer um anseio pela retomada do movimento imigratório europeu no país. Como citado na matéria, as esperanças aumentavam quando havia algum conflito e logo se esvaíam quando era sinalizada a paz na Europa. Logo, os efeitos de sentido propostos no texto deixam transparecer o desejo que até um “cataclysm abata a Europa” em prol do trânsito da massa de trabalhadores europeus para o Brasil.

Podemos perceber, assim, que o jornal *Folha da Manhã* não mantinha um direcionamento de incitação do movimento imigratório de forma aleatória ou ingênua. Era de total interesse dos cafeicultores paulistas a implementação de políticas que liberassem a entrada de estrangeiros no país para o trabalho na lavoura. Como podemos ver na narrativa jornalística que se segue:

Assim, quando installamos serviços de atracção e acolhimento do immigrant, o que fazíamos, antes de tudo, era collectar braços para a lavoura. Nem outro qualquer instinto nos animou, jamais, nesse sector das nossas actividades. (...) Evitávamos, assim, a formação dos quistos raciaes. Numa fazenda de café havia sempre colonos de todas as raças e línguas, que tinham um denominador commum: o elemento nacional, com o idioma portuguez. Ao sahirem, ainda mais se baralhavam, homens oriundos de vários recantos da Europa, vizinhando entre si em misturas tão bem feitas que melhor seriam se as houvesse planeado. (...) Aliás não sabemos qual será a situação, a tal respeito, no novo após-guerra. É possível que os nacionalismo exacerbados continuem a obstar à sahida de trabalhadores ou que os serviços de reconstrucção exijam o emprego de numerosa mão-de-obra. Mas também é possível que a pressão política, social e econômica seja de tamanha força, no velho mundo, que haja como uma explosão demographica, seguida da formação de irresistíveis correntes immigratórias. O Brasil de clima temperado precisa estar em condições de receber as massas em marcha para a America. Povos eugênicos trarão injeccões abundantes de sangue sadio. Com elles, virão capitaes e technicas de que carecemos. Ajudar-nos-ão a vencer o peor inimigo, que é o deserto, a cultivar nossas terras, a consolidar a nossa economia, a construir maior o nosso futuro. (*Folha da Manhã* – Braços e colonos - 14/10/1939)

O trabalhador nacional, representado pelo negro recém-liberto, pelo caboclo “indolente e improdutivo” – o Jeca Tatu – todos eles expressões das “raças inferiores”, eram considerados inaptos para as relações de trabalho e, por isso, postos fora do mercado, ignorados e desqualificados. O imigrante desejável numa visão eugênica para



o trabalho no campo e para a formação da identidade nacional do país encontrava-se nos perfis dos imigrantes europeus, como salienta o texto jornalístico.

Há um pano de fundo conflitivo que gera a trama jornalística. A imposição da identidade nacional brasileira colidia com a autonomia cultural étnica dos múltiplos imigrantes. A formação de quistos sociais deveria ser combatida e laços comuns de significações culturais seriam incentivados e reivindicados no meio agrário, como o uso da língua portuguesa entre os colonos.

Poucas são as matérias escritas por brasileiros no *Folha da Manhã* que trazem claramente o perfil eugênico europeu como o padrão requerido pela política cultural brasileira na formação da identidade nacional. Apesar de tal constatação ser ratificada como fato histórico, no *Folha da Manhã* vemos que as matérias possuem uma postura menos diretiva em torno deste assunto. A ideia de que “povos eugênicos trarão injeções abundantes de sangue sadio” demonstra, portanto, uma inclinação por parte do jornal a propagar ideias de cunho totalitárias e afinadas ao governo vigente, porém incluindo uma reivindicação. O imigrante desejável não é somente o branco, europeu e assimilável pela sociedade brasileira, mas também aquele que “cultiva a terra” e, deste modo, move a economia do país.

No caso dos imigrantes judeus a lavoura não lhes enchia os olhos. Um povo que durante séculos se concentrou em centros e profissões urbanas, que desenvolveu suas aptidões na área mercantil, artesanal e intelectual não iria mudar para se ajustar àquilo que dele se esperava. Considerados como não assimiláveis e não sensíveis ao discurso da homogeneidade cultural do novo homem brasileiro que o Estado Novo objetivava criar, os judeus foram considerados formadores de quistos sociais e, por isso, vistos como uma comunidade étnica que dificultaria a promoção das diretrizes políticas culturais do governo. Dessa forma, entendemos que tal tendência da comunidade judaica brasileira de preferir residir em solo urbano também contrastava com os direcionamentos políticos do jornal *Folha da Manhã*.

De acordo com Lesser (1995), por volta de 1940, mais de 80% de todos os judeus do Brasil viviam em São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre, onde se concentravam, respectivamente, nos bairros do Bom Retiro, Praça Onze e Bom Fim, dedicando-se a ocupações urbanas, que iam da atividade de mascate à pequena indústria. Desse modo, em relação à ocupação territorial dos judeus na cidade de São Paulo o *Folha da Manhã* tece as seguintes linhas de sentido, vejamos:

São Paulo, por exemplo, já possui – e é coisa que pode ser facilmente observada por todo mundo – arrabaldes que se distinguem pela raça que os povos. Temos o “bairro sírio”, o “bairro japonês”, o “bairro lituano”, o “bairro judeu”. (...) O Bom Retiro é tipicamente o bairro semita da Capital, como a Móoca é o lituano e como o “Jardim Paulista” e o “Jardim América” principiam a transformar-se em “enquistamentos” dos judeus acoissados, mas de melhores posses. (*Folha da Manhã* – Os “enquistamentos” de São Paulo – 8/06/1940)

Em outra matéria, entretanto, mostrou-se que medidas políticas<sup>13</sup> estavam sendo executadas por parte do governo para restringir a entrada de imigrantes indesejáveis<sup>14</sup>. O texto se constrói perante uma trama igualmente conflitiva, pois o que antes era desejado, em um ano, torna-se um problema. Neste momento, mostra-se preferível o elemento nacional para suprir a falta de contingente de trabalho no país. Como podemos ver:

Abordamos o problema do povoamento com a convicção segura de que não queremos mais as facilidades do passado, no que diz respeito à imigrantes indesejáveis. Os regimes vigorantes nos países de alta densidade já haviam criado restrições à transferência do potencial humano e, a guerra atual, dando ensejo a grandes perdas e vultuosa reconstrução certamente reduzirá mais ainda as possibilidades de recebermos mais correntes migratórias. *O Brasil terá que ser povoado, desbravado e cultivado pelos brasileiros.* (...) A entrada de imigrantes continua adstrita ao regime de quotas, que permite distribuir convenientemente os contingentes indispensáveis ao nosso caldeamento racial pelo critério da utilidade e adaptação à vida social (*Folha da Manhã* – 1º/01/1941 – grifo meu).

O jornal, assim, mostra o mosaico de interesses políticos e ideológicos que acompanham o signo do judeu através da inscrição do imigrante nas narrativas jornalísticas. Tais narrativas tomadas como estratégias culturais em contexto (MOTTA, 2004) constroem a representação do judeu com base num movimento de hostilidade/hospitalidade tramado em solo brasileiro. O judeu enquanto branco e europeu carrega em si traços que viabilizam o acolhimento. Entretanto, diante da sua não assimilação ao meio majoritário em que vive, sentidos outros que induzem à repulsa ao judeu são encontrados em meio às matérias escritas por brasileiros no jornal *Folha da Manhã*.

---

<sup>13</sup>De acordo com Fabio Koifman (2012) durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), intensificaram-se as políticas restritivas à imigração. Essas medidas de controle da entrada de estrangeiros, chamadas de “circulares”, atingiram diretamente os judeus e eram apresentadas ao público como fundamentais para reforçar os valores e ideais de nação.

<sup>14</sup> Nesse contexto, as ideias eugenistas ganharam expressivo espaço. Seguindo essa lógica, o Estado deveria fazer intervenções para melhorar as gerações futuras. Para isso, foram estabelecidos critérios de valorações de características humanas para produzir a mais “adequada” seleção de elementos reprodutivos. No grupo dos inadequados, os indesejáveis, foram incluídos os orientais, negros, indígenas, judeus, todos os “não brancos”, assim como os portadores de deficiências físicas congênitas ou hereditárias, os doentes físicos ou mentais, além de homens e mulheres fora da idade reprodutiva.

A segunda fase do *Folha da Manhã* se encerra no ano de 1945. Neste ano, ainda com Vargas no poder, Octaviano vendeu os jornais para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. Com o nome *Empresa Folha da Manhã* os novos donos tinham como intuito defender a democracia e manter absoluta imparcialidade em relação a partidos em prol dos interesses públicos.

O *Folha da Manhã* juntamente com o *Folha da Noite*, em 1º. de janeiro de 1960, foram reunidos num só jornal: o *Folha de S. Paulo*. E encerra-se, assim, o *Folha da Manhã*. Reunimos até aqui informações acerca da história do jornalismo no Brasil tendo como ponto nodal o jornal *Folha da Manhã* e seu modo de conceber o mundo por meio de narrativas.

A contextualização histórica do jornal em questão nos ajudar a entender como eram tecidas as mais variadas notícias acerca dos judeus. Neste intuito, abordaremos o tema do antissemitismo no Brasil que, durante as décadas de 1930 e 1940, ganhou relevância na produção jornalística do jornal *Folha da Manhã* de diversos modos.

Atualmente, quando falamos sobre a perseguição e o extermínio de judeus realizados por um sistema político de cunho totalitário na Europa entende-se claramente que se trata do acontecimento do Holocausto inserido no contexto da Segunda Guerra Mundial. A palavra “Holocausto”, juntamente com as palavras “nazismo” e “antissemitismo” evocam, no senso comum, uma relação simbólica direta com o povo judeu.

Dentre elas, a palavra antissemitismo é a que possui, em densidade, maior correlação simbólica com os judeus. Afirmar isso requer que entendamos que, num viés histórico, tanto o Nazismo como o Holocausto foram acontecimentos provenientes de um fenômeno sócio-cultural de ódio e repulsa ao judeu que tem atravessado séculos e séculos.

Este complexo fenômeno, denominado como antissemitismo, se torna uma chave de entendimento preciosa para a análise das narrativas aqui apresentadas. Portanto, a seguir, nos debruçaremos a entender o que é este conceito e como foi apropriado e usado no jornal *Folha da Manhã* nas décadas de 1930 e 1940. Para isso, iremos nos movimentar no fluxo do tempo e pontuar as diferenças contidas na forma como o ódio e repulsa ao judeu foi e está sendo operacionalizado na História.

## **2.2 Ódio e repulsa aos judeus e suas diferenciações**

Cohen, 67 anos, possui um quipá na cabeça, conserva as barbas longas, gosta de afofá-las enquanto pensa, seu nariz é adunco e acaba de pegar um ônibus em frente à sinagoga que frequenta. No meio do trajeto, Cohen é interpelado pelo motorista a sair do ônibus que o leva até à sua casa. Consternado, o velho rabino sai do coletivo. Após um tempo, já a caminho de casa, no ritmo de suas longas pernas, reflete na calçada sobre o motivo da sua retirada do coletivo. Um pensamento veio certo em sua mente, porém afastou tal resposta imperiosa e preferiu se debruçar em outras hipóteses. Depois de fazer suas análises cuidadosas, novamente lhe veio a tal resposta que desejava adormecer. Mais uma vez, a tradição do seu povo lhe adverte: és judeu, Cohen!

Em qual época esta situação deveras aconteceu? Ontem na França ou na década de 1930 na Alemanha? Ainda vivemos no Ocidente resquícios de práticas antisemitas ou esta cena enquadra-se num passado recente da História? De acordo com o chefe do Centro Internacional dos Estudos do Antisemitismo da Universidade de Jerusalém, Robert Wistrich, em entrevista concedida ao correspondente Marcelo Ninio e publicada no *Folha de S. Paulo* (26/03/2012), o antisemitismo ainda permanece latente na sociedade europeia.

**A16 entrevista da 2ª** \* \* \* SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2012

**FOLHA DE S. PAULO**

**MARCELO NINIO**  
em entrevista

**ROBERT WISTRICH**  
em entrevista

**RAIO-X**  
**ROBERT WISTRICH, 67**  
Nascido no Catarajá, filho de poloneses que fugiram do comunismo na Lúbia

**FORMAÇÃO**  
Faz carreira acadêmica em Londres, em 2008 é chefe do Departamento de Estudos do Antisemitismo em Jerusalém. Participou da comissão de investigação dos crimes do papa Pio II sobre o Holocausto (1999-2003)

**OBRAS**  
Escritos recentes de artigos e livros de seu livro sobre o antisemitismo: "O Antisemitismo e o Holocausto" (Ed. Objetiva)

**ENTREVISTA DA 2ª ROBERT WISTRICH**

### Distorção do termo genocídio justifica esse tipo de matança

**PARA PROFESSOR, ANTISSEMITISMO É REFORÇADO PELA MÍDIA. QUE CHAMA DEFESA DE ISRAEL CONTRA TERROR DE EXTERMÍNIO DE PALESTINOS**

**“O ataque foi um ato antisemita, mas também contra a França como símbolo do Ocidente. Seu pretexto foi o casamento de um Afegânisto e uma vingança pelas mortes de palestinos em Gaza, o que é uma ultrajante peça de propaganda”**

**“A palavra antisemitismo significa dolo sem provas nem, que também incluem os debates. De certo prevejo os resultados”**

**“Isso não justifica o dolo aos israelenses, porque a matança se identifica com essas ações. O problema é que há grupos que culpam todos os judeus por isso”**

**“Se você diz que um Estado com população de 7 milhões é um erro, está implicitamente dizendo que não deveria estar lá. Isso pode alimentar o antisemitismo, porque está culpando o por tudo o que deu errado na região”**

**“Isso não justifica o dolo aos israelenses, porque a matança se identifica com essas ações. O problema é que há grupos que culpam todos os judeus por isso”**

**“Se você diz que um Estado com população de 7 milhões é um erro, está implicitamente dizendo que não deveria estar lá. Isso pode alimentar o antisemitismo, porque está culpando o por tudo o que deu errado na região”**

Fig. 3 – Exemplar da matéria “Distorção do termo genocídio justifica esse tipo de matança” publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 26/03/2013

Para Wistrich “o antissemitismo clássico que existia em quase toda a Europa antes do Holocausto foi para o subterrâneo. O antissemitismo tradicional passou por uma metamorfose em que foi absorvido sob o rótulo de hostilidade a Israel” (*Folha de S. Paulo* - Distorção do termo genocídio justifica esse tipo de matança– 26/03/2012). A entrevista é uma tentativa do jornal *Folha de S. Paulo* em explicar aos leitores brasileiros o que está por trás do atentado ocorrido em Toulouse, França. A morte de três crianças judias e um rabino por um muçulmano francês eclodiu o debate no cenário mundial sobre a questão do antissemitismo contemporâneo.

Em outra matéria “Judeus na Europa querem mais segurança” houve a divulgação de dados alarmantes. A notícia dizia que 593 episódios de violência ou ameaça contra comunidades judaicas ocorreram na Europa em 2011. O jornalista descreve que “pelas ruas de capitais como Londres, Madri, Lisboa e Paris, é comum ver pichações em muros e prédios contra o governo de Israel e os judeus e até desenhos da suástica” (*Folha de S. Paulo* - 25/03/2012).



Fig. 4 – Matéria “Judeus na Europa querem mais segurança” publicada no jornal *Folha de São Paulo* em 25/03/2012

Percebam que em ambas as notícias o nome do Estado sionista, Israel, foi citado em correlação às manifestações antissemitas. Atualmente o ódio ou repulsa ao judeu não está estritamente ligado às estereotípias cristalizadas a partir de concepções de judeus imaginários criados ao longo dos séculos. A veiculação na *web* de pronunciamentos de líderes dos países árabes que se posicionam contra a política sionista na Palestina tem alcançado audiências em todo o mundo. Nestes discursos

Israel é identificado como aliado do Ocidente no Oriente e, desta forma, é tratado como inimigo dos países árabes.

Alguns pesquisadores acreditam que tais direcionamentos de sentidos em relação a Israel fazem com que sejam redirecionados aos judeus da Europa uma carga simbólica que os tornam alvos de grupos violentos. De acordo com Sorj (2007) os contornos de um “novo” antissemitismo na Europa estariam ligados a Israel pelo viés da oposição. Portanto,

o antissemitismo atual seria basicamente definido como oposição à existência do Estado de Israel, um Estado criado como resultado das atividades do movimento sionista entre 1897 e 1948, bem como da decisão das Nações Unidas em 1947. Segundo essa visão, os ataques à existência de Israel seriam manifestações inerentemente antissemitas, pois recusam aos judeus o direito nacional à autodeterminação, isto é, o direito de decidir sobre sua própria vida comunitária, suas leis e suas regras, suas instituições, seus símbolos e seu destino político (Idem, p. 107).

Os atos antissemitas evocados até agora ficaram detidos na Europa. Porém qual outro lugar no mundo onde a palavra antissemitismo é exaustivamente pronunciada e ações desta ordem são incansavelmente combatidas? Não há nação mais interessada neste termo do que Israel.

Intrigado em ver repetidas vezes nos jornais israelenses as palavras “Holocausto”, “nazista” e “antissemitismo”, Yoav Shamir, acadêmico judeu e israelense, decidiu entender o motivo de tanta repercussão midiática em torno de práticas antissemitas se em toda a sua vida em Israel jamais sofreu nenhuma violência pelo fato de ser judeu.



Fig. 5 - Cena do documentário destacando as notícias sobre o antissemitismo publicadas no jornal de Israel.

Para isso Shamir se propôs a filmar um documentário no qual narra a sua saga, que se traduz na busca por ações concretamente antissemitas que correspondam à política rígida empregada pelo governo de Israel. O documentário feito em 2009 levou o

nome de *Difamação – A indústria do antissemitismo*<sup>15</sup>. As descobertas são fantásticas e são encontradas basicamente em dois territórios: Israel e Estados Unidos.

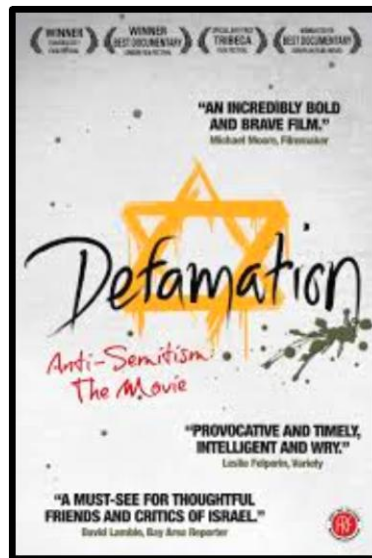


Fig. 6 - Cartaz do filme Defamation (2009).



Fig. 7 - Cena do documentário na qual Yoav Shamir é apresentado aos espectadores.

Em Israel, Shamir mostra como o governo israelense trabalha esta temática com os seus jovens. Ele vai até uma sala de aula com dezenas de adolescentes israelenses que estão sendo preparados para visitarem os campos de concentração na Polônia. Existe toda uma longa preparação que envolve a exibição de imagens dos campos de concentração em plena atuação na Segunda Guerra, visitação ao Yad Vashem<sup>16</sup> e conversas em roda com a conselheira escolar, encarregada da “preparação mental” dos

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-OOGBF-s2Zs>. Acessado em 10/10/2013.

<sup>16</sup> O Yad Vashem é um complexo de cerca de 18 hectares criado em 1953 como um memorial oficial de Israel para lembrar as vítimas judaicas do Holocausto.

estudantes. A fala da conselheira para os estudantes é forte e diretiva e os convoca a uma responsabilidade diante do passado do seu povo, vejamos:

Tratem de entender a conexão entre aquele momento e o agora. O antissemitismo não acabou. Israel foi fundado como resultado do Holocausto, mas o antissemitismo ainda existe. Se vocês lerem os jornais verão que há incidentes antissemitas na Europa e em outros países. Vocês, como judeus, como nova geração que estão por ingressar no exército, terão que enfrentar este aspecto da nossa vida (DIFAMAÇÃO..., 2009, 8min).

As reações dos adolescentes diante da preparação que recebem são traduzidas através de expressões que denotam desconfiança e irredutibilidade. Por exemplo, um jovem diz à câmera que o seu desejo é que as frases que sempre ouviu de seus antepassados: “Nunca perdoar. Nunca esquecer” - venham a fazer sentido para ele por meio da experiência desta viagem. Outra adolescente diz que os judeus são criados sabendo que são odiados e “se um jovem sabe desde o começo que é odiado, sobre o que aconteceu com os seus antepassados no Holocausto... isto evoca raiva contra o outro lado”. Podemos ver que o ódio ao Outro se faz na medida em que os jovens judeus são instruídos do ódio que, supostamente, esses Outros têm deles.

Shamir decide filmar de maneira não-linear fazendo com que as várias histórias que conta venham a se sobrepor umas as outras. Logo após a cena com os estudantes que visitarão os campos na Polônia, Shamir decide cortar a narrativa e iniciar outra que começa na edição do jornal mais influente de Israel. O filme, agora, mostra Shamir dentro do prédio do jornal *Yedioth Ahronoth*.

Lembra que Shamir deseja entender o por quê de serem publicadas tantas notícias relatando atos antissemitas em Israel? Para elucidar a razão das recorrentes notícias Shamir vai até a sala de Noah Klinger, um dos responsáveis por repassar aos israelenses as notícias que tenham como tema o antissemitismo. Klinger é sobrevivente do Holocausto, traz no braço esquerdo a sua numeração tatuada no campo de concentração e reafirma a sua postura de combate ao antissemitismo. Para isso, Klinger se serve do jornalismo aliado aos interesses do Estado israelense.

Sabemos que diante da diversidade e quantidade de acontecimentos a serem reportados pelas mídias informativas supõe-se que as mesmas terão um trabalho de seleção e crítica dos fatos a serem noticiados. Shamir anseia mostrar que a postura ideológica de Klinger diante da política de combate ao antissemitismo se tornava o critério para a seleção e publicação de fatos sobre este assunto.

Ao perceber que Klinger não levava em consideração critérios básicos de noticiabilidade no jornalismo, Shamir lhe pergunta sobre a objetividade jornalística. O



idoso jornalista lhe responde com outra pergunta: “Por que eu tenho que ser objetivo? Eles (os antissemitas) foram objetivos?”. Shamir insiste: “Mas como jornalista...” e Klinger corta a sua fala dizendo que “Não existe essa coisa de ‘como jornalista’. Não num caso como este.”. Um soco certo na postura imparcial do jornalista foi dado neste diálogo.

O desenrolar desta história se dá com Shamir conversando com outros jornalistas bem mais jovens e instruídos por Klinger que deixam claro que as notícias sobre ações antissemitas sejam locais ou a nível internacional são automaticamente publicadas no jornal. Não há averiguação, há sempre o uso de palavras que intensificam as ações antissemitas, como “*brusca* elevação de atos antissemiticos nos EUA” e essas notícias recebem lugares centrais na diagramação do jornal.

Quando Shamir perguntou sobre qual era a “fonte” que lhe forneciam a maioria das notícias acerca do antissemitismo, um dos jovens jornalistas lhe responde que foi a LAD dos Estados Unidos. Esta organização denominada Liga de Anti-Difamação (Anti-Difamation League) e liderada por Abraham Foxman torna-se a chave do enredo de Shamir. A política de combate ao antissemitismo revela contradições e lacunas em sua retórica.

Neste momento, Shamir decide fazer um voo panorâmico em sua narrativa vindo a se fixar, temporariamente, em Nova York, cidade sede da LAD. Neste cenário entramos em contato com a realidade política que envolve Israel, EUA e a política de combate ao antissemitismo contemporâneo. Shamir tenta buscar nas denúncias mais recentes feitas a LAD bons casos de ações antissemitas para compor o seu documentário. Infelizmente, pouco lhe rendeu esta investigação. As averiguações lhe proporcionaram poucos e inofensivos relatos de supostos ataques a judeus em Nova York.

Em contraste a esta perspectiva, surge na trama fílmica de *Difamação (2009)* a presença do poder político da comunidade judaica. A relação diplomática entre EUA, Israel e grupos judaicos é exposta como uma rede de poder que influi em todo mundo. Uma das formas de demonstrar as capilaridades de poder que se ramificam no globo em *Difamação (2009)* foi por meio das viagens internacionais realizadas pela LAD.

A cada ano, uns poucos membros do conselho da LAD e contribuintes conseguem unir-se a Foxman durante suas viagens a vários países, reunindo-se com chefes de Estado, políticos e outras pessoas influentes que possam ajudar na luta contra o antissemitismo. E porque toda uma gama de autoridades internacionais, tais como o

Papa, dedicam seu tempo a estar conversando com um pequeno grupo de judeus que lutam contra o antissemitismo? Esta foi a pergunta de Shamir para Foxman. A resposta resvala no poder que a comunidade judaica exerce no meio político internacional, como fala Foxman:

É a percepção deles sobre o poder da comunidade judaica, o que é um desses sinais de antissemitismo. Há uma linha muito fina, sabe como é... Eles creem que somos mais poderosos do que somos. (...) A verdade está num meio termo. Mas eles creem de fato, até certo ponto, que nós podemos fazer a diferença em Washington e nós não vamos convencê-los do contrário. Ou seja, como você luta contra esta sinistra visão conspiratória dos judeus sem usá-la? (DIFAMAÇÃO..., 2009, 33min.).

Entretanto, o poder simbólico que a comunidade judaica detém e utiliza não pode ser exercido sem a questão da culpa. A fala do jovem israelense: “Nunca esquecer. Nunca perdoar” - mostra uma nação que evoca a memória dos sofrimentos do seu povo como respaldo para a sua política de ocupação de terras na Palestina. A irredutibilidade desta retórica toma forma na atitude dos grupos judeus de lembrar aos outros a culpa que possuem em seus sofrimentos históricos para, então, satisfazer seus interesses. A culpa, neste caso, torna-se a moeda de troca política.

Intrigado com a relação que os líderes da LAD fazem entre a culpa e os direitos que os judeus podem conseguir através dela, Shamir pergunta a uma das assessoras da LAD o motivo da referência ao Holocausto nos discursos da instituição ser tão importante para a luta do antissemitismo nos dias atuais. O pensamento da assessora Suzanne Prince é engenhoso e próprio de um poder que é exercido através da memória coletiva de um povo. Assumir a responsabilidade do que ocorreu no passado se faz necessário para que mudanças efetivas sejam concretizadas no presente. Por isso, “nós temos que jogar com essa culpa” – diz Suzanne.

Ao tocarmos neste ponto de discussão sobre a reparação de uma dívida por meio do exercício de uma memória coletiva constatamos que a memória longe de ser um repositório rijo e contundente de um passado mostra-se, como nos diz Nora (1984)

(...) em perene evolução, aberta à dialética do lembrar e do esquecer, inconsciente a suas sucessivas deformações, vulnerável a manipulações e apropriações, suscetível a longos repousos e periódicos renascimentos. (...) abriga apenas aqueles fatos que nela se encaixam; ela nutre lembranças que podem estar desfocadas, telescopicamente aumentadas, que podem ser gerais ou detalhistas, particulares ou simbólicas – de acordo com a conveniência de cada caminho ou de cada cenário, de acordo com cada censura ou projeção. (Idem, p. 3)

Desse modo, podemos dizer que a memória judaica era apropriada e manipulada de acordo com os presentes interesses dos líderes da LAD. A forma como essa memória

foi evocada no documentário faz com que desenhe de forma peculiar a noção de dever em torno da mesma. Para Ricoeur (2008) falar sobre o dever da memória requer relacioná-lo à ideia de justiça, pois “o dever da memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (Idem, p. 101). O trabalho da justiça em face da memória, neste sentido, se verifica quando a justiça torna a memória num projeto. O “lembrar” se torna um “dever lembrar” – processo este que dá traços típicos à memória. Agora, a memória toma a forma do futuro e do imperativo.

A parte que sustenta tal processo do “lembrar” para o “dever lembrar” ou do “não esquecer” para o “não se deve esquecer” é a justiça. Na verdade, seu mecanismo visa a extrair das lembranças traumatizantes um valor exemplar que as traduza como uma memória que não deve ser esquecida. Entretanto, “como é possível dizer ‘você se lembrará’, ou seja, deve contar a memória no modo imperativo, quando cabe à lembrança poder surgir à maneira de uma evocação espontânea (...)?” (RICOEUR, 2008, p. 100).

Para que o “dever lembrar” seja atualizado se faz necessário que a memória seja ativada por meio de mecanismos que a propaguem e legitimem os sentidos por ela pretendidos. O jornalismo enquanto um saber que possibilita a renarração de acontecimentos passados torna-se um campo cardinal para que o “dever lembrar” se instale enquanto uma dívida a ser cobrada.

O documentário *Difamação – A indústria do antissemitismo (2009)* não tem como pretensão diminuir a importância do debate sobre violências feitas a judeus pelo fato de serem, simplesmente, judeus. A questão vai além. O objetivo inicial de Shamir era investigar se há, de fato, correntes atos violentos contra judeus como é propagado nos jornais israelenses num âmbito local e internacional. Porém, como podemos ver, existem questões outras, sutis, que extrapolam a intenção primeira de Shamir.

A “preparação mental” dos estudantes israelenses num foco local correlacionado com os trâmites de interesses políticos de Israel e EUA numa projeção internacional conferem ao tema do antissemitismo um novo olhar menos ingênuo e mais crítico sobre o peso desta temática, atualmente, no cenário político internacional. Contudo, não são somente nos dias atuais que a questão do antissemitismo se mostra cravada de desdobramentos complexos e é apropriada nas narrativas jornalísticas como também delas se serve para a propagação de seus sentidos.

Diante desta percepção, sairemos do cenário contemporâneo e iremos convocar alguns estudiosos que distinguiram as formas e modos de ódio aos judeus na História a

fim de entendermos como foram tecidas na Europa as notícias que atravessaram o oceano e se fixaram no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 no jornal *Folha da Manhã* em relação aos judeus no exterior.

Para entendermos os percursos dados na História acerca do ódio ou repulsa ao judeu teremos que, primeiramente, desmistificar alguns pensamentos sobre o assunto. Entre eles, a noção de que foram ininterruptamente contínuas as perseguições, expulsões e massacres dos judeus desde o fim do Império Romano até a Idade Média, e, depois, sem parar, até o nosso tempo. Para Arendt (1989) pensar deste modo se traduz num erro histórico e faz com que o fenômeno do antissemitismo tenha em si só sua existência, reforçando a ideia de um “eterno antissemitismo”. Assim, os judeus sempre serão eternas vítimas de um eterno ódio voltado a eles. Através esta doutrina, Arendt (1989) diz que

o ódio aos judeus é apresentado como reação normal e natural, e que se manifesta com maior ou menor virulência segundo o desenrolar da história. Assim, as explosões do antissemitismo parecem não requerer explicação especial, como consequências “naturais” de um problema eterno. É perfeitamente natural que os antissemitas profissionais adotassem essa doutrina: é o melhor alibi possível para todos os horrores. Se é verdade que a humanidade tem insistido em assassinar judeus durante mais de 2 mil anos, então a matança de judeus é uma ocupação normal e até mesmo humana, e o ódio aos judeus fica justificado, sem necessitar de argumentos (ARENDR, 1989, p. 27).

Outra explicação, igualmente simplista, é a do “bode expiatório”. No livro de Levítico contido na Torá, há uma instrução quanto ao ritual de remissão dos pecados do povo de Israel dado por Iahweh (Deus). Nesta cerimônia dois bodes sem defeitos eram separados e o sacerdote tirava sortes para saber qual seria o bode que seria morto no altar e qual seria o bode que seria deixado no deserto selvagem.

Este último bode era apresentado diante do sacerdote que lhe imporia as mãos e faria uma oração pedindo perdão pelos pecados do povo a Iahweh. Durante a oração estava sendo transferido para o animal todo o mal que manchava o povo judeu. Todos os males nele recairia. Posteriormente, o bode seria abandonado no deserto para vagar em terras áridas até sua morte.

Percebam que a teoria do “bode expiatório” tributa à vítima total inocência, pois é escolhida aleatoriamente e nela o mundo transfere a culpa de todos os seus pecados a fim de escapar do castigo que lhe é imputado. Outra característica perceptível é a maneira como é tratada a questão da culpa em relação aos judeus neste momento histórico. É evidente a diferença entre aquele tempo e o modo como, atualmente, algumas organizações judaicas jogam com a culpa.

Hoje, os discursos destes grupos negociam com as funestas ideias do “bode expiatório” e do “eterno antissemitismo” a fim de conquistar seus interesses políticos, econômicos e territoriais. Entretanto, na década de 1930, tais retóricas serviam como possíveis explicações aos acontecimentos violentos contra os judeus europeus que eram relatados à sociedade brasileira através das agências internacionais de notícias. Vejamos:

Os judeus serviram sempre de explicação, de bode espiatorio. Nos primeiros séculos as inundações como as seccas corriam por sua culpa. A exasperação dos camponeses por uma safra miserável ou pela fome della decorrente não chegava a incomodar o clero e os senhores porque antes uma voz intelligente insuflara a possível causa do mal: o judeu maldicto que matara Jesus. (...) Os Protocollos lembram muito a velha manobra occidental de attribuir ao judeu a culpa de todos os males e misérias que padecem os homens. Mostram o judeu como um todo uno, organizado e indivisível, omnisciente, omnipresente, o omnipotente, cheio de ódio e de fel, devorando as entranhas da hiumanidade. E’ elle próprio, desta vez, quem se attribue a causa da decadência e da corrupção do mundo actual. Os políticos se vendem? Por culpa dos judeus que os compram. A imprensa de todo o mundo mente, pertuba e desnorteia o publico? Por culpa do judeu que a corrompe. Os christãos se embriagam e se desmoralizam em noites de farras? Por culpa do judeu organizado que as propicia. O christão sahiu de casa, contou o dinheiro e foi contrahir moléstias injuriosas? Maldito judeu! Crise, fomes e epidemias? E’ o judeu! (*Folha da Manhã* – Anti-judaísmo - 12/11/1936)

Percebemos na narrativa que há uma relação de antagonismo entre judeus e cristãos. O autor diz que se “os christãos se embriagam e se desmoralizam em noites de farras” torna-se culpa do judeu, pois “as propicia”. Se o “christão sahiu de casa, contou o dinheiro e foi contrahir moléstias injuriosas”, a culpa recai no “maldito judeu”. Esta matéria, escrita pelo brasileiro Origenes Lessa, revela algumas características de um ódio ao judeu encontradas num tempo bem anterior às décadas de 1930 e 1940.

Percebam que o autor reafirma a ideia de uma eterna e injusta perseguição aos judeus ao tomar o conceito de “bode expiatório” em sua escrita. Num primeiro momento, para embasar a ideia do eterno ódio, o autor busca traços da repulsa aos judeus em face do cristianismo.

Como podemos ver, o texto não diz que o eterno ódio é perpetrado pela humanidade não judia. O autor escolheu um grupo singular para ser o efetuator do conflito: os cristãos. De forma irônica Lessa relembra traços típicos de uma forma de repulsa ao judeu denominada antijudaísmo (MORIN, 2007) ou antissemitismo tradicional (CARNEIRO, 2001)<sup>17</sup>. Esta forma de perseguição aos judeus remonta desde

---

<sup>17</sup> Para fins metodológicos escolhemos utilizar a palavra antijudaísmo ao invés de antissemitismo tradicional. Entendemos que por ser uma forma de repulsa ao judeu baseada no antagonismo de duas

o Império Romano na Palestina e encontra o seu auge no século XIII em países como Espanha e Portugal. Em outras partes da Europa também houve a presença do antijudaísmo a partir do século XI, momento em que os bairros judeus tornam-se guetos e houve a proibição de várias profissões aos mesmos.

Nos primeiros séculos cristãos, o antijudaísmo foi em primeiro lugar teológico. A interpretação da Bíblia pela Igreja Católica Romana formulou os modos de vida no Ocidente bem como influenciou a maneira como o Ocidente se relacionava com o Outro. No caso dos judeus, a Igreja Católica impede qualquer proselitismo judaico e investe na diferenciação entre cristianismo e judaísmo. A religião judaica é vista como cega em relação ao verdadeiro Messias e abomina a representação do Filho (Jesus) e da Mãe (Maria).

O antijudaísmo formado no seio da Igreja Católica, construído a partir de um lugar teológico vem, progressivamente, a se remodelar diante da aderência popular que acrescenta ao povo judeu a denominação de povo deicida. Advém daí, a culpabilidade dos judeus diante da morte do Salvador dos gentios e a extensão desta culpa a todos os males que circunscrevia a ambos. Em relação à crucificação de Jesus encontramos uma matéria que desestabiliza os sentidos cristalizados em torno da culpa tributada aos judeus pela morte de Cristo, vejamos:

O PROCESSO DE JESUS – Não vamos aqui repetir a biographia de Jesus Christo, mas queremos apontar o facto surpreendente, neste último decennio, terem se dedicado à revisão desse processo puramente verbal um grande numero de historiadores, eruditos e juristas de todas as tendências e credos. Nessa revisão defendem-se os judeus. Um professor judeu da Universidade de Salónica pretende proclamar irresponsáveis, excepto Poncio Pilatos, a quantos intervieram no mais celebre processo da História. Segundo estes, os judeus apenas usavam uma forma de execução capital: o apedrejamento. (...) A crucificação era invenção romana e Poncio Pilatos foi o culpado. Não se tratará de uma questão de forma apenas? Os judeus parecem responsáveis da morte, mas não da maneira da morte... (*Folha da Manhã* – Para a revisão dos processos celebres – 31/01/1937)

A costura dos sentidos na narrativa se dá tendo como forro conflitivo a relação cristianismo x judaísmo. Poderia ser só mais uma narrativa na qual reafirma os sentidos dos judeus enquanto homicidas de Cristo, porém a sua publicação no jornal *Folha da Manhã* já demonstra que algo inusitado rompeu a rigidez dos sentidos lá tramados. A narrativa rompe com a tradição cristã no momento em que a posição simbólica dos judeus sofre uma mudança. Afinal, vozes autorizadas de historiadores, eruditos e juristas entendem na década de 1930 que a culpa pela morte do Cristo não cabe aos

---

crenças – a cristã e a judaica – ficaria mais claro o uso do termo judaísmo (somado ao prefixo anti) para o entendimento que tal ódio ao judeu se dá pela via da religião.

judeus, mas sim, a Poncio Pilatos – governador da província da Judéia e escolhido pelo imperador romano Tibério como juiz do julgamento de Jesus de Nazaré há 2000 anos na Palestina.

Entretanto, a matéria não termina perseverando na instauração da quebra desse estigma em relação aos judeus. O texto preferiu apresentar um recuo narrativo que se estabelece por meio de uma pergunta: “Não se tratará de uma questão de forma apenas?”. Nesse momento, redirecionam-se os sentidos para que sejam novamente posicionados de acordo com a tradição cristã. Enfraquece, dessa forma, os efeitos de sentido de um outro lugar simbólico que se desenhava para os judeus, onde seriam retirados de seus ombros o homicídio do Filho de Deus. Apesar de introduzir um possível rompimento em torno de um signo fixo, a tessitura da intriga preferiu reafirmar, de forma velada, os judeus como responsáveis da morte do Cristo. O artifício utilizado, no final do texto, demonstra a indução de sentidos por meio de um sugestionamento: “Os judeus *parecem* responsáveis da morte, mas não da maneira da morte...”.

Essa forma de construir a intriga no texto jornalístico, apresentando uma ruptura no signo, promovendo recuos narrativos, fazendo uso de ambiguidades e ironias e trazendo um final para a notícia que desestabiliza os signos em trânsito se mostrou uma das formas de se construir histórias possíveis acerca dos judeus no jornal *Folha da Manhã*. Podemos, dessa maneira, entender que neste momento do discurso jornalístico tornar ordeiro e inteligível os encadeamentos do cotidiano não pressupõe o manejo de técnicas redacionais preconcebidas pautadas na objetividade, transparência e imparcialidade. A flexibilidade no como narrar encontrada neste tempo faz com que entremos em contato com possíveis narrares que, atualmente, são entendidos como fora do padrão jornalístico. Sobre isso Resende (2011) diz que não compreende

(...) o jornalismo como sendo, exclusivamente, uma instância enunciativa de transmissão de informação e que só pode se fazer valer à luz da ideia de que o enigma da comunicação está em ela ser potencialmente o espaço no qual o discurso possa realizar o seu papel transgressor (RICOEUR, 2005); quando ele, portanto, resvala de suas próprias ordens. Assim, se o jornalismo é “um lugar de circulação e produção de sentidos” (BENETTI, 2007, p. 107), o olhar para a narrativa deve contribuir para que se possa problematizá-lo enquanto espaço de mediações possíveis. Se ele é uma instância na qual o processo de enunciação é constitutivo, há de se haver com o fato de que é este um processo que se dá a partir da “tessitura da intriga”, o que, segundo Ricoeur, “nunca é o simples triunfo da ordem” (1994, v. I, p. 13). (RESENDE, 2011, p. 128 e 129)

Ainda em relação aos sentidos dados no senso comum acerca dos judeus podemos perceber que recaia sobre os mesmos, em caráter popular, a culpa da morte de

Jesus, das tragédias naturais ou decorrentes de doenças e de práticas monstruosas. Isto corroborou para a vinculação da imagem do judeu a demônios, já que todo o delineamento do antijudaísmo se dá pelas linhas de sentido teológicas. Inicia-se, assim, a demonização do judeu, estreitando os efeitos de sentido entre judeus e o Mal.

Se os judeus são a própria malignidade na Terra então se torna fácil associá-los, de forma simplista, a qualquer mal que acomete os não-judeus numa larga escala. É justamente esta manobra discursiva, proveniente de uma interpretação teológica equivocada, que Lessa tenta dissuadir os seus leitores. Afirma ele que “Os Protocollos lembram muito *a velha manobra occidental* de atribuir ao judeu a culpa de todos os males e misérias que padecem os homens” (*Folha da Manhã – Anti-judaísmo - 12/11/1936 –grifo meu*).

Em outro âmbito, a oposição cristãos x judeus se mostra no texto uma metonímia para a complexa relação entre o cristianismo e o judaísmo. Morin (2007) nos diz que havia no antijudaísmo uma lógica dupla que criava e reforçava reciprocamente o fechamento cristão e o fechamento judaico. Esta lógica se perpetua quando

o fechamento cristão, que impede toda comunicação em pé de igualdade, todo casamento misto e, salvo exceção, toda troca intelectual, reforça o fechamento próprio à religião de Moisés, que confere aos judeus o privilégio da eleição divina, considera os gentios como impuros e proíbe os casamentos mistos. Compreende-se a surpreendente sobrevida judaica a partir desse circuito em que o judaísmo fechado é mantido pelo antijudaísmo e, por sua vez, o mantém. A singularidade judaica perpetua-se sob a ação da auto-afirmação de cada crença, que leva um a negar a outra: quanto mais os cristãos asseguram que o Messias chegou, tanto mais os judeus permanecem à espera do Messias (Idem, p. 19).

Um circuito recursivo mantém então o fecho pela reclusão e a reclusão pelo fecho. Isto aconteceu até que as mudanças históricas começadas no século XIX começassem a abrir brechas nesse circuito. Como diz Carneiro (2001)

o antissemitismo, de modo geral, pode se distinguir por suas várias formas de expressão: religioso (o mais antigo), xenófobo cultural, racial e político. Entretanto, a principal diferença encontra-se na fundamentação empregada para justificar essa desigualdade: uma *teológica* (da Antiguidade até o século XIX) e a outra *científica* (séculos XIX e XX) (Idem, p. 11).

No século XVIII, o Iluminismo traz os princípios de liberdade para todos, de igualdade, de fraternidade humana. Nele são desenvolvidas as ideias do valor universal da razão, da autonomia do espírito humano para julgar todas as coisas e, enfim, dos direitos humanos e do cidadão.

A Revolução Francesa (1789) proclamou o pleno reconhecimento dos judeus como cidadãos da nação francesa, o que significa explicitamente sua integração ao povo



francês e ao mesmo tempo a recusa de reconhecer um povo judeu. Diante deste primeiro passo, os judeus são assim integrados pouco a pouco como iguais aos gentios no seio das nações europeias.

Espreitemos com astúcia a igualdade oferecida nos moldes da Revolução Francesa. D’Amaral (2004) nos diz da preocupação de Lenin que dizia que tratar igualmente os desiguais é uma forma de desigualdade. Mas, como pode ser tal artifício? A sutileza se encontra na lógica da igualdade que se relaciona com a ideia de indiferenciação. A metáfora da mãe se torna adequada para tratarmos deste assunto. Vejamos:

Imaginemos que indiferenciar é o próprio das mães; são as mães que amam “igualmente” todos os seus filhos. Associação entre valor igualdade e a função Mãe. Consequência: como a revolução da igualdade também propõe um Estado – embora desejasse aboli-lo – e na lógica da igualdade reina a indiferenciação, o Estado assume a figura de única identidade (por isso não pode ser abolido). A indiferenciação, que segue a lógica da igualdade, é a Mãe do totalitarismo. Ou porque deseja todos iguais aos seus filhos, ou porque não deseja seus filhos iguais aos outros. É sempre uma obsessão do Mesmo que se desenha, como vontade de uniformidade, estejam no leme Stalin ou Hitler, e sejam quais forem as demais, e grandes, diferenças que historicamente vigoram entre seus respectivos projetos. Também conhecemos essa história (D’AMARAL, 2004, p. 59).

Neste período, a crença religiosa diminui simultaneamente entre judeus e entre gentios ocidentais. A religião fechada, que considerava os gentios como impuros por natureza se abre e dá lugar a uma laicização mental. A emancipação judaica favorece a abertura da religião mosaica e o enfraquecimento da rejeição em relação aos gentios. Passagens altruístas da Bíblia tornam-se cada vez mais significativas, como aquelas relativas à amizade pelo estrangeiro, “pois tu mesmo foste estrangeiro em terras do Egito” (Êxodo 23:9).

Descrevemos até agora, por meio de um retrocesso do presente ao passado, o antissemitismo contemporâneo e o antijudaísmo. Relembremos que o primeiro se distancia do antijudaísmo, pois não se debruça pelo viés da religião para o seu funcionamento. No antissemitismo contemporâneo a questão territorial se estabelece como o mote do conflito. Não mais os judeus, mas sim o território por eles ocupado na Palestina, incita uma forma de antissemitismo no Oriente Médio que, ao mesmo tempo, preserva a ocupação israelense. Como vimos a atualização da memória do sofrimento judeu, pelo mecanismo da culpa, retroalimenta o apoio internacional para a ocupação.

Dentro do senso comum, podemos dizer que esta memória do sofrimento judeu possui maior peso histórico nos acontecimentos decorrentes do antissemitismo

moderno. Iremos, agora, abordar a forma de expressão de ódio aos judeus que veio a ser exercida no período de análise desta dissertação.

### **2.3 Os meandros de um descompasso: o antissemitismo moderno no jornal *Folha da Manhã*.**

No contexto da Europa, Lesser (1995) nos diz que os antissemitas começaram a discutir a “Questão Judaica” no início do século XIX, sugerindo que o sucesso econômico e cultural dos judeus significava que eles jamais iriam adaptar adequadamente às culturas majoritárias nos locais onde residiam. No final do século XIX, contudo, judeus e não-judeus europeus utilizaram a frase como forma abreviada para significar a maneira pela qual a elite política e a intelectualidade locais encaravam as populações judaicas que viviam dentro de suas fronteiras nacionais.

A existência de uma Questão Judaica no Brasil não deve levar os leitores a concluir que sua formulação ou aplicação era semelhante à ocorrida na Argentina ou na Europa, onde os antissemitismos popular e oficial pervadiam o tecido social (CARNEIRO, 2007). Nesses casos, aponta Lesser (1995), o antissemitismo estava baseado em imagens distorcidas de judeus verdadeiros com os quais a população não-judaica mantinha contato regular.

No Brasil, contudo, engendraram-se outros modos de relação da sociedade brasileira com os judeus, que se dava principalmente através da construção de um imaginário coletivo a partir de ideais que circulavam, em especial, na imprensa do país. Indivíduos influentes atacavam imagens de judeus imaginários que se supunha ser simultaneamente comunistas e capitalistas, e cujos estilos de vida considerados degenerados haviam sido formados em enclaves étnicos europeus corruptos e indigentes. Em face de uma leitura inadequada do ódio aos judeus e do antissemitismo europeu, aplicada a uma imagem incorreta da vida judaica fora do Brasil, surgiram nas esferas intelectuais e políticas brasileiras julgamentos severos e fantasiosos sobre os judeus.

Na verdade, a Questão Judaica no Brasil se torna ainda mais complexa quando levamos em consideração a vivência dos judeus que aqui residiam com a população brasileira. De acordo com os fatos históricos, os judeus reais que viviam aqui, fossem eles cidadãos ou refugiados, enfrentavam poucos impedimentos de ordem estrutural ou cotidiana para atingir metas tanto sociais quanto econômicas. Expressa-se, portanto, um

descompasso no antissemitismo moderno no Brasil. Assim, podemos dizer que a Questão Judaica no Brasil

consistia, na realidade, em uma luta por parte dos líderes brasileiros para ajustar as visões intolerantes que se tinham sobre os judeus, infiltradas a partir da Europa, à realidade de que aqui a imensa maioria dos imigrantes judeus não era nem muito rica nem muito pobre, raramente se envolvia em atividade políticas e havia se aculturado rapidamente à sociedade brasileira. (...) De forma diversa da que ocorreu na Europa do século XX, onde estereótipos há muito mantidos sobre judeus reforçavam uma furiosa caça a bodes expiatórios em tempos de crise econômica, política e social, no Brasil, o judeu imaginado, não o real, era considerado o verdadeiro perigo (LESSER, 1995, p. 23 e 24).

Podemos entender diante das palavras de Lesser (1995) que a vivência tranquila entre os brasileiros e os judeus natos ou emigrados dadas no cotidiano não se tornava o parâmetro para a construção de uma Questão Judaica no Brasil. Eram, justamente, as múltiplas narrativas acerca dos judeus que teciam um imaginário coletivo em torno dos mesmos que propunham direcionamentos simbólicos para se tratar deste assunto.

Entre as narrativas sobre os judeus que se popularizavam nesse contexto podemos citar o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. A obra em questão foi escrita por Sérgio Nilus, funcionário de uma entidade paraestatal russa e publicada pela primeira vez na Rússia (1905). Em seu conteúdo encontram-se 24 conferências de pretensos judeus “antigos”. O objetivo era mostrar que os “antigos judeus” estavam pretendendo dominar o mundo secretamente, possuindo para isso uma organização que se reunia, de tempos em tempos, para planejar a conquista. Esta dominação judaica secreta seria efetivada através do controle da imprensa, do governo, das finanças etc.

Traduzido para o português em 1933 por Gustavo Barroso<sup>18</sup>, esta obra alcançou a sua terceira edição em 1937 no Brasil e constava na biblioteca de muitos intelectuais brasileiros (CARNEIRO, 2001). Apesar de ter sido escrita em 1905 na Rússia foi justamente no delicado período entre-guerra que marcou a Europa que o *Os Protocolos dos Sábios de Sião* foi resgatado das estantes empoeiradas e colocado a serviço dos nazistas alemães.

Atualmente sabemos que tal livro é considerado como um dos maiores blefes da História (CARNEIRO, 2001). Porém, no Brasil da década de 1930, o debate em torno

---

<sup>18</sup> Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso foi um dos líderes nacionais da Ação Integralista Brasileira e um de seus mais destacados ideólogos. Destacou-se, durante o regime de Vargas, por sua literatura que imprimia expressões de sua conduta política. Entre elas, podemos destacar a obra *A História Secreta do Brasil*, na qual são narrados rituais de sacrifícios feitos por judeus no sertão baiano no século XIX. Profundamente nacionalista, ele defendeu a integridade do Brasil contra dominação estrangeira e de grupos de banqueiros internacionais.

da autenticidade da obra era intenso. Para os integralistas, por exemplo, não havia dúvida da veracidade do livro. E este se tornava a prova cabal de que os judeus estariam desenvolvendo um plano de dominação mundial.

Infelizmente, a obra *Os Protocolos dos Sábios de Sião* atendeu a uma demanda simbólica para respaldar um projeto político totalitarista na Europa que visava a manutenção da ordem por meio de padrões eugênicos. Notemos que a narrativa contida nesta obra são histórias orais que contem marcas de repulsa ao judeu típicas da Rússia. Como pode uma obra dessas, com características tão próprias de um tempo específico, datada antes de 1905, tornar-se tão forte em sua referencialidade com a verdade?

Na matéria intitulada “Livros e ideias”, escrita por Rubens do Amaral, um dos fundadores do jornal *Folha da Manhã* e diretor da mesma até 1947, tem-se uma impressão da importância que possuía o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião* para a formulação da Questão Judaica no Brasil. Vejamos:

A questão judaica, agitada no Brasil sob o figurino alemão, vem sendo posta em termos que não permitem ainda um juízo seguro aos que, sem ideias preconcebidas, estudam o assumpto imparcialmente, à procura da verdade que alicerce uma atitude em face da penetração israelita. Os anti-semitas pecaram pelo exagero e pela paixão com que se atiram ao combate e que lhes diminuem a capacidade de convencer. Sua campanha baseia-se numa obra, “Os protocolos dos sábios de Sião” de autenticidade muito contestada. E daí derivam infinitas conclusões que se tornaram incríveis por si mesmas, tal a sua vastidão, pois fariam dos judeus a molla única da marcha da humanidade. Qualquer catastrophe que rebente no mundo é obra do semitismo. (*Folha da Manhã* – Livros e ideias -16/02/1938)

A matéria deixa transparecer um anseio da época. Podemos perceber que o texto nasce de uma preocupação a respeito da “penetração israelita” no Brasil. No entanto, a matéria mostra que a procura pela “verdade” sobre este tema estava se tornando algo difícil, pois a Questão Judaica no Brasil se modelava a partir de questões dadas num contexto além-mar. O texto mostra que o modo como eram tecidas considerações sobre a presença judaica no Brasil fez com que o assunto em voga se transformasse num mote para a disseminação de ideias antissemitas.

E para propagar as ideias antissemitas o respaldo simbólico encontrado pelas elites foi o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Percebemos que a matéria torna profundamente discutível a veracidade da obra. Entretanto, a perspectiva evidenciada a partir do texto jornalístico não traz uma preocupação em averiguar dados concisos sobre a literatura citada. O intuito era tratar do “assumpto imparcialmente” e, pelo que parece, de forma superficial, sem preocupações com investigações mais aprofundadas a respeito

do tema. Neste caso, portanto, o autor e a estrutura da obra não são tomados como importantes. O interesse está no que Ricoeur (1990) diz ser o *mundo do texto*.

Quando o discurso verbal se torna texto Ricoeur (1990) diz que por mudança da estrutura da obra, altera-se a referência, torna-se problemática a sua pretensão de verdade. No discurso oral, o problema se resolve, enfim, por meio da função ostensiva da fala. A fala retórica, no sentido da persuasão, coopera para resolver o problema da referência quando procura mostrar uma realidade comum aos interlocutores. O intuito é situar a história e seus sentidos de verdade numa rede espaço-temporal à qual também pertencem os interlocutores. Ricoeur (1990) defende que é o “aqui” e o “agora”, determinados pela situação do discurso oral, que conferem referência última a todo discurso.

No caso do discurso escrito, “as coisas já começaram a mudar” (Idem, p. 55). Primeiro, muitas das vezes, não há situação comum ao escritor e ao leitor. Ricoeur (1990) diz que é justamente por se perder essa referência com o “aqui” e “agora” na escrita que se torna possível o fenômeno da literatura.

A literatura contribui para a perda da referência da realidade. Há uma liberdade, podemos sair da pretensão da verdade ao escrever. Porém, não há discurso de tal forma fictício que não vá ao encontro da realidade. O autor diz que fora o encontro com a realidade que o texto oferece por meio da linguagem ordinária, há um outro nível de referência com a realidade designada por Heidegger como “ser-no-mundo”. Como diz Ricoeur (1990):

Se não podemos definir a hermenêutica pela procura de um outro e de suas intenções psicológicas que se dissimularam por detrás do texto; e se não pretendemos reduzir a interpretação à desmontagem das estruturas, o que permanece para ser interpretado? Responderei: interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto (Idem, p. 56).

Assim, o que deve ser interpretado num texto, é a *proposição de mundo*. Há uma proposta de mundo dada em cada texto, único em cada escrito. E isso interpela o sujeito a um poder-ser. No momento da hermenêutica retiramos do texto uma proposição do mundo tal qual podemos habitá-lo para nele projetar um de meus *possíveis mais próprios* (RICOEUR, 1990). Quando ocorre tal dinâmica no momento da leitura revela-se aí o mundo do texto, o mundo próprio a este único texto. O mundo do texto seria o que reverbera da relação autor, texto e leitor e que não se apega a uma referência do “aqui” e “agora” comum aos interlocutores.

Necessitamos esclarecer que um relato, conto ou poema não existem sem referente, mas a ele também não está preso. Pela ficção, abrem-se novas possibilidades de ser-no-mundo na realidade cotidiana. Em relação a realidade Ricoeur (1990) explica que “a realidade cotidiana se metamorfoseia em favor daquilo que poderíamos chamar de variações imaginativas que a literatura opera sobre o real” (Idem, p.57).

Para Soares (2009) os discursos instituem e produzem realidades que dão a ver o mundo, falam o mundo e fazem o mundo. A máxima dessa relação entre realidade e discurso se estabelece, para a autora, na medida em que o primeiro só existe quando é delineado pelo segundo: fora das margens do discurso não há realidade. O que se apresenta fora do discurso seria o caos, não no sentido de confusão ou barbárie, mas enquanto o indiferenciado, sem contorno, ausente do traçado da linguagem, isto é, do verbo. Sem as formas dadas ao caos através das palavras, como nos diz Soares (2009), “esse indiferenciado resta para sempre desconhecido, ilimitado em sua possibilidade de vir a ser conhecido” (Idem, p. 50).

De acordo com a autora, a oposição entre realidade e discurso não se mantém, pois estes dois conceitos não são apresentados como entidades isoladas. Neste sentido, a realidade é entendida enquanto realidade discursiva, ou seja: o discurso é a própria realidade. A realidade é construída por meio do discurso e este dota a realidade de sentido, interferindo no real possível. Arelado a isso, as mídias modificariam a realidade ao construí-la discursivamente.

Ressaltando que, apesar dos símbolos narrados estarem cristalizados e inertes no discurso jornalístico, os seus efeitos de sentido tenderão a se deslocar do que estava arranjado para se organizarem de outra forma. Assim, a realidade dada não apresenta momentos estanques por ser erigida no campo da linguagem; ao contrário, o próprio efeito do discurso a impulsiona a um deslocamento, visando ao rearranjo do que antes foi representado.

Neste caso, poderíamos entender, por meio de uma compreensão hermenêutica, um pouco do antissemitismo perpetrado no Brasil. Como explicado anteriormente, a Questão Judaica no Brasil se diferenciava da que ocorria no Europa por fazer ataques a imagens de judeus imaginários, formuladas por meio de narrativas antissemitas vindas da Europa. Já o antissemitismo europeu estava baseado em imagens distorcidas de judeus verdadeiros com os quais a população não-judaica mantinha contato regular.

Os grupos influentes que atacaram a figura do judeu nas décadas de 1930 e 1940 consumiam as literaturas antissemitas. Possivelmente, criaram um mundo do texto no

qual operacionalizava a transformação da realidade por meio das variações imaginativas que o texto opera sobre o real. Reforça-se, assim a observação feita por Lesser (1995) na qual o judeu imaginado e recriado por líderes brasileiros era considerado um perigo para a nação.

Podemos ver por meio das duas narrativas jornalísticas que se seguem a receptividade da obra *O Protocolo dos Sábios de Sião* em territórios diferentes: uma em solo europeu e outra em terras brasileiras, vejamos:

Numeroso publico achava-se presente para assistir à primeira audiência do tribunal desta cidade, perante o qual se discute a questão da autenticidade dos chamados “protocolos dos sábios de Sião”. O processo é intentado pela União das Comunidades Israelitas de Berna contra a Liga dos Confederados Nacionaes e associações congêneres. Os autores pedem a confiscação e a interdição de vendas de numerosas obras anti-semitas e em particular dessa brochura referida. (*Folha da Manhã* – Os protocolos dos sábios de Sião – 30/10-1934)

Acaba de ser publicado em portuguez, e está sendo um fragoroso sucesso de livraria, a collectanea, dos Protocollos que há mais de 30 annos alarma os leitores do chamado mundo christão, pela revelação de um plano organizado e machiavellico de domínio universal. Os judeus negaram sempre autenticidade aos Protocollos. Os anti-semitas vieram reunindo provas cumulativas, anno após anno, de que esse compendio de cynismo e de maldade era producto exclusivo da mentalidade e da psychologia israelitas. (*Folha da Manhã* – Anti-judaísmo – 12/11/1936)

As matérias distam 2 anos de publicação uma da outra. O fato relatado na primeira narrativa acontece em Berna, capital da Suíça e o segundo foi redigido por um brasileiro e, possivelmente, em São Paulo. Ambos expressam os ânimos da sociedade em relação à obra referida. A posição dos judeus, em ambos os textos, traduzem contundente oposição em relação à veracidade do livro. Entretanto, na matéria escrita no Brasil deixa-se mostrar uma afiliação à ideia de que *O Protocolo dos Sábios de Sião* era um blefe e um artifício simbólico usado pelos antissemitas para legitimarem seus discursos de ódio aos judeus.

Sem dúvidas, o Brasil foi menos intenso em relação à política antissemita efetuada pela Alemanha nazista e outros países europeus e apresentou um engendramento político menos direto, que se engendrava de modo disfarçado e paradoxal no que concerne à cooptação das massas em face da Questão Judaica. Entretanto, ainda assim não minimiza as ações políticas efetuadas pelo governo Vargas. No Brasil houve atos semelhantes ao que ocorriam na Alemanha de Adolf Hitler, como o envio de prisioneiros políticos para campos de concentração, impedindo que navios

com judeus refugiados atracassem nos portos brasileiros e o veto de vistos brasileiros para judeus perseguidos na Europa.

Ao mesmo tempo, os judeus aqui residentes mantinham uma complexa e ativa organização comunitária que foi o fator decisivo para a inserção bem sucedida na sociedade brasileira neste momento. Dentre as instituições e organizações criadas pela comunidade judaica podemos citar as sinagogas, clubes sociais, esportivos e culturais, movimentos políticos e o estabelecimento de uma imprensa atuante. De acordo com as informações publicadas na CONIB – Confederação Israelita no Brasil, pode-se constatar a vitalidade da vida comunitária judaica no Brasil:

Em 1929, existiam 25 escolas judaicas no país. Em São Paulo, por exemplo, nos anos 1920 a 1930 havia seis diferentes entidades assistenciais na comunidade que ofereciam todo o apoio necessário aos imigrantes, desde a chegada no porto, assistência a mulheres grávidas, até mesmo um aporte capital para começar um trabalho, em geral mascatear mercadorias.<sup>19</sup>

No que concerne à política nacional usando como instrumento político o anti-semitismo a comunidade judaica não se manteve indiferente. No Rio de Janeiro, circulavam panfletos entre os judeus que sugeriam que era tempo de defender os interesses legítimos da Coletividade Judaica do Brasil. E, no final de março de 1933, houve um protesto pacífico contra o tratamento tirânico recebido pelos judeus alemães. A marcha foi abafada pela polícia liderada por Filinto Müller que atacou a multidão, promovendo uma agressão brutal contra a população judaica indefesa, chegando a destruir casas na área, atacar judeus nos cafés locais e, por fim, violar uma sinagoga das redondezas.

Lesser (1995) aponta que outros protestos contra as “atrocidades hitleristas” foram pensados pela comunidade judaica, porém foram proibidos devido às pressões da embaixada alemã e do governo Vargas. Outras formas de resistência foram, então, tramadas pela comunidade judaica de São Paulo, como podemos ver no informe a seguir:

AMANHÃ, DIA DE JEJUM – Comunicam-nos da Synagoga Centro Israelita: “De acordo com a resolução do Rabinato, com a aprovação dos representantes de todas as Synagogas, foi proclamada para quarta-feira, dia 23, um dia de jejum em signal de sentimento pelo soffrimento dos nossos irmãos da Allemanha. Quarta-feira, às 16 horas, devem todas as casas commerciais israelitas cerrar suas portas, em demonstração de pezar e protesto contra as perseguições aos israelitas. Às 16:30, do mesmo dia, realiza-se na Synagoga Centro Israelita, à rua Newton Prado, um offício religioso, para o qual todos devem retirar convites.(*Folha da Manhã* - O

---

<sup>19</sup>Disponível em [http://www.conib.org.br/historia-dos-judeus-no-brasildescricao.asp?cod\\_conteudo=87](http://www.conib.org.br/historia-dos-judeus-no-brasildescricao.asp?cod_conteudo=87). Acesso em 04/01/2013.



pezar da colônia israelita de São Paulo pelas perseguições religiosas no estrangeiro – 22/11/1938)

Apesar das ações de resistência e os atos de violência cometidos contra os judeus naquela época, percebemos que, atualmente, em alguns portais judaicos há uma insistência em declarar uma contínua relação de tolerância por parte da sociedade brasileira em relação às comunidades judias aqui estabelecidas.

Para a CONIB (Confederação Israelita do Brasil) o antissemitismo não significou ações públicas contra os judeus natos e imigrantes dentro do Brasil. Sendo assim, a instituição relata que não há registros documentados de ações e violência aberta contra as comunidades judaicas. Outro exemplo é encontrado no texto extraído do site da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro – FIERJ, que relata acerca do histórico da comunidade dos judeus no Brasil. Vejamos:

(...) sobreveio no ano de 1933 o movimento nazista, cujo espectro acabou atingindo as plagas do Brasil; fascinados pelo prestígio alemão, alguns componentes de um partido brasileiro quiseram, numa imitação ingênua, disseminar pelo Brasil o mito racial, mas, mesmo então, com todas as condições conjunturais favoráveis, tanto no país como no campo internacional, a tentativa fracassou redondamente, por falta de ressonância da parte do povo.<sup>20</sup>

Trazer a versão histórica oficial que pontua uma ausência de relações de conflito entre os brasileiros e os judeus natos ou imigrantes não elimina o possível estranhamento que houve entre os mesmos. Na verdade, não podemos fazer a leitura de um descompasso, sem agregar a receptividade e a repulsa. Ou ainda, o estranhamento e a simpatia do nativo em relação ao estrangeiro que aqui chega.

Além disso, sabemos que a entrada do Outro no solo hospedeiro produz nos limites fronteiriços das culturas, desconcertantes semelhanças e berrantes diferenças. Eliot salienta esses traços em relação às imigrações:

As pessoas levaram consigo somente uma parte da cultural total (...) A cultura que se desenvolve em um solo novo tem que ser, ao mesmo tempo, desconcertantemente semelhante e diversa em relação à cultura à qual é aparentada: isso se complicará às vezes dependendo das relações que se estabelecerem com alguma raça nativa ou mais tarde com imigração de outras raças diferentes da original. Assim, tipos peculiares de simpatias e choques culturais surgirão (*apud* BHABHA, p. 82, 2011).

Obviamente que a estratégia de negação do Outro para a formação da identidade brasileira não tomou a proporção do que efetivamente ocorreu na Alemanha. Até momentos antes da eclosão do segundo conflito mundial, Vargas procurou manter

---

<sup>20</sup> Disponível em <http://www.fierj.org.br/>. Acesso em 13/12/12.

relações simpáticas com os países do Eixo, principalmente com a Alemanha, sem, entretanto, opor-se abertamente aos Estados Unidos. Este posicionamento político camuflado de Vargas reflete o modo como o estadista construiu a identidade nacional do Brasil.

A oposição ao Outro se dava de forma, igualmente, pouco explícita. O judeu não foi evocado como uma identidade que deveria ser eliminada— como o caso dos judeu-gentios da Alemanha. A gravidade do Problema Judaico<sup>21</sup> se repousava, neste tempo, em não deixar que estes migrassem para o Brasil. E num segundo plano, havia uma recusa que os que aqui estivessem formassem comunidades fechadas, sem a promoção da miscigenação com o povo brasileiro. Como podemos ver na matéria a seguir:

o anti-semitismo é um monstro de importação que não devemos permitir criar raízes entre nós. Mas como o sr. com seguro critério avança, embora pareça paradoxal, são os próprios judeus que estão preparando o fermento gerador do veneno, capaz de intoxicar o nosso organismo social. Horrorizando-me a incrível perseguição secular de seres semelhantes a nós, em vários pontos do globo, tenho voltada a atenção para esta palpitante questão no Brasil. Assim é que, quando algumas circunstâncias favorecem alguma intimidade com os israelitas, faço com que a palestra encaminhe para esse tema sempre atual. Procuo então convencê-los do grave erro em que reincidentem ao tentarem implantar, em terra nova e vasta, visceralmente cristã, que os acolhe cordialmente, sem discriminação, essa mesma religião, esses mesmos usos e costumes, causa de tanta desgraça para eles próprios em outras plagas. (...) Sobre o tema judaico me tenho entretido com israelitas de várias nacionalidades, fazendo-lhes sentir a conveniência, desde que são recebidos por nós sem qualquer imposição restritiva, de abandonarem suas velhas crenças, seus hábitos peculiares e se espalharem na comunhão brasileira, se confundirem e misturarem conosco. Tenho procurado abrir-lhe os olhos para a vida desassossegada que, eventualmente, estão preparando para os seus descendentes: os vexames, os atritos e quiçá, as lutas brutais (*Folha da Manhã* – Os Ádvenas – 11/09/1943).

Na narrativa exposta torna-se evidente as marcas paradoxais próprias do antissemitismo perpetrado no Brasil. O texto diz que “são os próprios judeus que estão preparando o fermento gerador do veneno, capaz de intoxicar o nosso organismo social”. Isto se relaciona, logo a frente na tessitura, com a insistência dos judeus em permanecer praticando sua cultura em solo brasileiro.

Os sentidos que resvalam no texto mostram a repulsa ao convívio com o Outro. Este só pode ser bem aceito pelos brasileiros se deixarem de serem Outros para serem

---

<sup>21</sup> Por volta de 1935, a Questão Judaica havia se transformado no Problema Judaico. De acordo com Lesser (1995) à medida que o movimento comunista brasileiro atingia seu auge em meados da década de 1930, políticos e intelectuais ressaltavam os supostos laços entre judeus e comunismo. Isto pode ser notado por meio das notícias dadas na imprensa brasileira sobre as prisões dos militantes estrangeiros do Partido Comunista, Olga Benário Prestes e Arthur Ewert, que chamavam atenção para a origem judaica dos dois.

os Mesmos de Nós: “desde que são recebidos por nós sem qualquer imposição restritiva, de abandonarem suas velhas crenças, seus hábitos peculiares e se espalharem na comunhão brasileira, se confundirem e misturarem conosco”.

A narrativa projeta o tear de sentidos. Linha por linha em atrito demonstrando como a diferença se desenha no enlace da disputa cotidiana dos signos culturais. Seja pelo medo, desejo de dominação, interesses políticos ou econômicos há um artifício de retratar a alteridade na sua diferença como algo que devemos rechaçar. No caso específico, torna-se necessário que os judeus “se convertam” à nossa brasilidade, satisfazendo o desejo utópico de uma nação homogênea.

Ao retratar com tons pejorativos a vivência da cultura judaica em solo pau-brasil a narrativa jornalística frustra com o encontro nos limites fronteiraços da cultura entre o nós e eles. Como diz Bhabha (2011): “De fato, o desafio é lidar não com “eles/conosco”, mas com as posições históricas e temporalmente disjuntivas, que as minorias ocupam de forma ambivalente no interior do espaço da nação (Idem, p. 90)”.

Uma das críticas em relação aos jornais brasileiros durante o período do anti-semitismo moderno recai na passividade dos jornais do país diante das notícias que eram veiculadas sobre o tratamento dado aos judeus na Europa. Enquanto nos EUA os jornais sugeriram uma ação internacional em favor dos semitas, no Brasil “os jornais restringiam-se em somente “dar” as notícias, sem críticas” (CARNEIRO, 2001, p. 39).

Em face disso, constatamos uma série de notícias advindas das agências internacionais publicadas no jornal *Folha da Manhã* que proliferam informes políticos nazistas acerca das restrições sociais e políticas aos judeus alemães. Salvo raras exceções, as matérias não contêm nenhum posicionamento vindo por parte da redação do jornal ao que se sucedia com os israelitas da Europa.

Partindo da relação entre realidade e discurso, poderemos intuir os ânimos da sociedade alemã nazista através de algumas narrativas jornalísticas que tratavam de decretos políticos emitidos pelo governo de Adolf Hitler, como podemos ver nos trechos que se seguem da matéria “Pode um cidadão alemão prender um judeu?” (*Folha da Manhã* – 08/08/1935).

A resposta a essa pergunta foi dada pelo dr. Zarck, funcionário da directoria do Partido Nacional Socialista, com instruções e dados explicativos que não deixam margens e dúvidas. De conformidade com essas instruções, qualquer cidadão alemão pode dar voz de prisão a um judeu nos casos abaixo especificados:

Se houver flagrante de desrespeito público, isto é, se um judeu violando a hospitalidade alemã se exhibir em publico com uma mulher alemã; b) Se dansar em um baile com requebros e menelos insolentes; c) Si se singularizar por uma attitude espectacular na alguma estação balnear alemã. Em casos taes considera-se que o judeu põe em perigo a ordem publica interna (...) Se o judeu oppuzer resistência, se não puder provar, cabalmente a sua identidade ou se houver receio de evasão, o allemão tem o direito de empregar a força. As instrucções não permitem amarrar e pôr a ferros o judeu, “se não em casos excepcionaes”(Folha da Manhã – Pode um cidadão allemão prender um judeu - 08/08/1935).

Outras notícias, publicadas no *Folha da Manhã*, vindas das agências internacionais relatam mais acerca de outros decretos nazistas, como podemos ver:

Eram nove horas da noite quando o sr. Goering, presidente do Reichstag, subiu hontem à tribuna, para abrir a sessão. (...) Reinava na sala uma atmospheria suffocante. (...) As leis apresentadas pelo chancellor Adolf Hitler e promulgadas pelo “Reichstag” são as seguintes: 3ª) – Esta lei, no concernente aos judeus, prevê penas severíssimas que vão, até a de prisão. As penas referentes às relações sexuais entre judeus e allemães vão até 10 annos de prisão cellular. O casamento entre judeus e allemães, e vice-versa, é rigorosamente prohibido e será annullado e sujeito a processo quando realizado no estrangeiro, afim de cahir sob a alçada da lei allemã. Penas menos severas, mas que attingem até um anno de prisão, são previstas contra os judeus que usarem a “cruz swastica”, ou as insígnias nacional-socialistas (Folha da Manhã - O inicio dos trabalhos – Foram promulgadas três leis de autoria do chancellor Hitler - 17/09/1935).

Sob a alegação de que os “ventres collosaes são uma coisa supérflua e sem mais razão de ser na nova Allemanha” o órgão anti-semita radical, “Judenkenner”, que se publica semanalmente, sugere a criação de uma taxa especial contra a obesidade por parte do governo nacional-socialista. A taxa poderá ser estabelecida conforme as cintas das pessoas ventrudas, devendo augmentar proporcionalmente, a cada centímetro da cinta, acima dos limites fixados pelas autoridades. Só será permittida isenção para os casos de obesidade resultante de doenças. Taes isenções o “Judenkenner” deseja que sejam concedidas unicamente aos arianos, ao passo que os judeus e franco-mações deverão pagar em quaesquer circumstancias. O articulista propõe para os judeus uma taxa acima de 17 vezes superior à dos arianos, sob a allegação de que “as estatísticas já tem demonstrado que o padrão de vida dos judeus é 17 vezes mais elevado do que o dos arianos” (Folha da Manhã - Sugerida a criação do imposto contra a obesidade na Allemanha - 15/12/1935).

Por decisão do Ministério do Interior foi prohibido a todos os allemães, casados com mulheres de sangue judeu, hastear a bandeira do 3.0 Reich. Essa proibição se estende aos judeus que vivem com pessoas de sangue allemão (Folha da Manhã -O anti-semitismo na Polônia - 17/12/1936).

Na Polônia, havia o mesmo timbre antissemitico nas notícias. Os relatos expressavam uma ruptura no *modus vivendis* dos judeus neste país, que passaram a sofrer restrições em seus direitos civis e perseguições. Na matéria “As manifestações anti-semitas na Polônia” relatava-se que: “Na Universidade de Lwow os estudantes judeus, que não tem podido assistir as aulas há 8 semanas foram expulsos novamente da Faculdade de Direito” (Folha da Manhã – 08/12/1935). Já na matéria “Greve contra os

judeus na Polônia” a narrativa nos mostra a aderência de um significativo setor da sociedade polonesa, os trabalhadores das fábricas, evidenciando o alastramento do ódio aos judeus em meio às camadas populares da Polônia. Vejamos:

Iniciou-se hoje com o maximo vigor a greve dos syndicalistas polacos contra os judeus, à qual se associaram os coveiros, de sorte que a nenhum judeu foi dada sepultura. Todos os syndicatos das cidades polonezas de populações judaicas em geral realizaram manifestações grevistas (*Folha da Manhã – Greve contra os judeus na Polonia -18/03/1936*).

Fora isso, os acontecimentos históricos referidos eram noticiados sem uma preocupação por parte do jornal de contextualizá-los aos leitores. As matérias ocorridas em terras tão longínquas, muitas das vezes, eram estampadas nas páginas dos jornais, sem incluir informações mais detalhadas acerca do acontecimento por parte dos responsáveis pelas publicações, ocasionando lacunas no entendimento do que era reportado aos leitores brasileiros.

A matéria “A campanha anti-judaica na Alemanha” (*Folha da Manhã – 08/08/1935*) traz a fala do Sr. Streicher, pronunciada em Nuremberg e destinada aos jovens alemães que vivem no exterior e que estavam, naquele momento, na Alemanha. O conteúdo se diferencia das demais reportagens porque o Brasil é citado na fala de Streicher, como podemos ler: “Onde quer que os outros povos tenham trabalhado arduamente para converter os desertos em paizes férteis, os judeus aparecem para colher os frutos, tal como está acontecendo agora no sul do Brasil.” (*Folha da Manhã – 08/08/1935*).

Diante disso, podemos nos perguntar: quem era o sr. Streicher? O que estava acontecendo no sul do Brasil que envolvia ativamente a presença da comunidade judaica? Os brasileiros do sul do país estavam sendo prejudicados em seus direitos enquanto cidadãos através da ação dos judeus naquela região? Não há nenhuma explicação a esse respeito. A matéria vinda das agências internacionais simplesmente é publicada, não tendo preocupações maiores quanto à sua contextualização.

E diante da carência de informações encontradas em muitas matérias coloca-se em xeque o jornalismo enquanto instância do saber que se propõe a uma fala demiúrgica, onisciente e, por isso, capaz de trazer a integralidade/verdade do fato. E, ao mesmo tempo, aponta a capacidade do leitor de (re)significar as narrativas preenchendo as lacunas e brechas deixadas no texto jornalístico a fim de costurar a realidade vivida.

Diante do que foi explanado a respeito do descompasso brasileiro em face do antissemitismo moderno, podemos perceber quão impactante deve ter sido para os

leitores encontrar tais notícias nos jornais da época. De fato, as notícias advindas pelas agências internacionais acerca da perseguição dos judeus na Europa não traziam nenhum posicionamento editorial pró ou contra.

Mas tal forma de publicar notícias que condensam dramas e tragédias humanas, sem conter um traço de opinião por parte do jornal, expõe, realmente, uma postura imparcial? Esta pesquisa acredita que ao escolher notícias que trazem conotações antissemitas no leque das mais diversas notícias internacionais à disposição, subentende-se que o jornal optou escolhê-las em detrimento de outras. E isso demonstra uma afiliação àquele tema, mesmo não mostrando um claro posicionamento em relação ao assunto.

Deste modo, como explica Traquina (2008), em relação ao conceito de agendamento introduzido por Maxwell McCombs e Donald Shaw, podemos dizer que as escolhas das notícias pelo jornal direcionam o público leitor a virem a pensar em assuntos específicos que não seriam conhecidos e analisados caso não estivessem nas páginas do jornal. Sendo assim, McCombs e Shaw (1993), diante das investigações recentes explorando as consequências da marcação de agenda e do enquadramento dos media sugerem que os media “não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar” (Idem, p. 65 *apud* TRAQUINA, 2008, p. 16).

Havia, portanto, um interesse por parte do jornal em publicar matérias que relatassem as perseguições dos judeus em solo europeu. O que irá demonstrar os possíveis posicionamentos do jornal diante deste assunto serão as matérias escritas por punhos brasileiros. Muitas dessas matérias não devem ser tomadas como notícias em si, pois apresentam em seus textos marcas enunciativas próprias de comentários, construindo-se por meio de referências, explícitas ou não, às notícias que estão sendo vinculadas no jornal.

Adiante iremos mostrar por meio de matérias escritas por autores brasileiros como foram formuladas ideias e conceitos acerca do judeu a partir do que estava sendo relatado pelas notícias internacionais e por outros meios simbólicos.

Lembremos quão sinuosos se mostravam os aspectos da Questão Judaica em território brasileiro. Circulares secretas emitidas pelo Governo, relevante harmonia existente entre as camadas populares e os judeus emigrantes e constantes transformações do modo como as elites e os políticos tratavam a Questão Judaica se

tornam a base movediça para a formulação de opiniões escritas por brasileiros e publicadas no jornal *Folha da Manhã* sobre os judeus.

Como consequência, afirma Lesser (1995), o discurso antissemita no Brasil era extremamente pouco original. Ironicamente, os comentários antissemitas brasileiros eram também inseridos num contexto de uma suposta ausência de preconceito. A essa falta de originalidade no tratamento discursivo da Questão Judaica no Brasil o autor diz que “todas as acusações comuns eram repetidas, enfocando o suposto bolchevismo judaico, um alegado relacionamento dos judeus com o capitalismo e uma presumida incapacidade para a assimilação, geralmente citando o falso *Protocolo dos Sábios de Sião* (...)” (LESSER, 1995, p. 168).

Como já dito, para o governo Vargas os judeus eram considerados inassimiláveis. As autoridades do governo os classificavam como indesejáveis, pois acreditavam que os israelitas não tinham tendência a se miscigenar com a população não branca brasileira. Assim, as notícias que tratam do Problema Judaico trazem uma série de questões. Dentre elas, a das correntes imigratórias no Brasil, como podemos ver:

O sr. Dulphe Pinheiro Machado, diretor do Departamento do Povoamento, que fez parte da delegação brasileira à Conferência dos Ministros da Fazenda do Brasil. (...) Resolvi, então, atacar o problema de frente, fazendo largo relato de nossa legislação imigratoria, no tocante à defesa do nosso território contra o ingresso dos *indesejáveis* (*Folha da Manhã* - Victoriosa na conferencia dos ministros de fazenda a these brasileira sobre imigração - 08/02/1939 – grifo meu).

E havia, inclusive, aquelas que mostravam marcas textuais próprias do pensamento brasileiro em relação ao Problema Judaico. Ao ler as próximas narrativas jornalísticas que se seguem possivelmente pode surgir a pergunta: os brasileiros queriam ou não a entrada de judeus no país? Os signos inscritos a partir do jornal são contraditórios e espelham a vivência de um momento em que os judeus podem até vir para o Brasil, mas necessitam se adequar ao que aqui se esperam deles. Leiamos:

O caminho que se aponta para o judeu é o da América. Não resta dúvida que a América, de pólo a polo, precisa de braços. Mas a imigração de que a América necessita é a quem vem disposta a ser assimilada pelo meio, e não a que aqui se installa com o propósito de formar kystos raciaes. (...) Assim, é preciso em se tratando do problema da aceitação dos judeus pelas nações das Américas, se pense, preliminarmente, numa re-educação do imigrante, afim de que elle, quando aportar em terras de Colombo, seja capaz de se conduzir de maneira diversa da que lhe era ou é habitual na Europa (*Folha da Manhã* - O problema judeu -14/01/1939).

A ideologia do branqueamento molda o modo como os judeus são imaginados. As elites esperavam que os judeus viessem a se misturar com as camadas populares brasileiras por meio do casamento. Este meio de integrar o judeu à sociedade não foi implementado pela comunidade judaica que até se aculturou ao Brasil, mas não se deixou assimilar pela cultura dominante.

Por conta disso, os judeus começaram a ser identificados como formadores de quistos sociais. Interessante notar como o texto jornalístico naturaliza tal conceituação sobre os judeus e, ainda, reivindica uma “normalização” destes ao inserir a ideia de uma “re-educação do imigrante”, caso queiram se estabelecer no Brasil.

Em outra matéria se diz que

Na América não se odeia o judeu, pelo facto de ser judeu; milhares e milhares de filhos de Israel ahi estão, para attestar a liberdade com que se movem e a lhaneza com que são tratados, em absoluto pé de igualdade, relativamente aos outros mortaes; mas não é justo, do outro lado, que a Europa lance ao novo mundo o que julga que não mais lhe serve, sendo justo, por lógica, o corolário que a America applica, defendendo-se de migrações em massa que não correspondem ao typo mais adequado às suas necessidades. Caberia à Europa a tarefa de resolver o seu problema judeu, de forma claramente humana. (...) (*Folha da Manhã* - Saint Louis”, navio phantasma - 9/06/1939).

Na narrativa encontramos marcas enunciativas que transmitem o desejo de consagrar o Brasil enquanto um lugar onde não há conflitos étnicos. Muitas das vezes, ao escrever transmitindo ausência de preconceito deixa-se, inevitavelmente, transparecer opiniões pré-formadas que suscitam aversões a dado elemento.

Assim, neste texto, deixa-se claro que não se odeia o judeu por ser judeu, porém isso não faz com que ele seja tratado de outra forma a não ser como um “problema judeu”. O texto finaliza pedindo ainda que este “problema judeu”, que não é do Brasil, venha a ser tratado de forma humana pelas autoridades da Europa. Como podemos sentir, ao narrar os dramas e tragédias humanas, estamos todos nós “continuamente testando os limites de nossa cultura, valores, regras e jurisprudências(...) Nas notícias, nossa cultura torna-se problemática em si mesma” (MOTTA, 2006, p.64).

As narrativas a seguir já suscitam um desarme à população: não havia, de modo algum, um perigo semita. Leiamos novamente:

Como vemos, de 80.000 israelitas que abandonaram a Europa e vieram procurar refugio nas livres terras da America, apenas 530 installaram-se no Brasil. Mas seja lá como for, sosseguem os medrosos: não existe perigo. Não tem razão, pois, os indivíduos assustadiços, quando gritam contra a invasão do Brasil pelos judeus. A todo instante ouvimos que o Brasil está inteiramente tomado pela gente mosaica escorraçada da Europa. No entanto, os algarismos que melhor dizem do que qualquer outro argumento, ahi estão enfileirados, precisamente no que respeito aos paizes da America, para



desmentir os que vivem a tremer com medo de supostos phantasmas. Nem estes existem, nem os pobres judeus são o que delles dizem rancorosos inimigos. Mas seja lá como for, sosseguem os medrosos: não existe perigo. Foram somente 530 os israelitas que entraram no Brasil, em 1938, quando no minúsculo Uruguay, aqui bem pertinho, elles se fixaram no elevado número de 3.115 pessoas e, na vizinha Argentina, quase 5.000 ou precisamente 4.919 novos semitas ali se estabeleceram. Se a quota de entrada dos judeus no Brasil for a de 530 por anno, para que aqui penetre o numero que o anno passado entrou na Argentina será preciso apenas... um decennio (*Folha da Manhã* - O “perigo” semita - 25/08/1940).

Sabemos que a partir de 1937 as circulares secretas já tramitavam no Itamaraty. Isto ocasionou a restrição de vistos de judeus para a entrada no país, por isso o baixo número de israelitas que aqui se estabeleceram. Mas, podemos ver que havia um burburinho sobre o aumento demográfico destes no Brasil. Provocar o medo na população redundaria em alicerçar os estereótipos dos judeus enquanto elementos inassimiláveis e perigosos. E onde ronda o perigo se faz necessário o prolongamento do Estado mantedor da ordem. Dessa forma podemos ver como o poder do Estado era alimentado por meio do antissemitismo político. Novamente o texto não demonstra um posicionamento claro ante a presença judaica no Brasil. Até o título com tons irônicos se mostra ambíguo por meio das aspas: o “perigo” semita.

### **CAPÍTULO 3 – As notícias e seus enquadramentos de memória: os judeus no pós-guerra.**

O trabalho do enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas: guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las; esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. POLLAK, 1989, p. 9-10.

Em 2005, as mídias internacionais publicaram acerca da comemoração dos sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, conseqüentemente, o fim dos campos de concentração e extermínio na Europa. Atualmente, grande parte da sociedade ocidental quando se refere às vítimas desse conflito as relacionam, quase automaticamente, às imagens, testemunhos, narrativas históricas e jornalísticas sobre o genocídio de seis milhões de judeus na Europa durante o governo nazista de Adolf Hitler na Alemanha.

O *boom* memorialístico em torno do acontecimento nomeado como Holocausto<sup>22</sup> ramifica-se em narrativas encontradas na história, literatura, arte, cinema, minisséries e internet. No calendário mundial, por exemplo, estabeleceram-se duas datas referentes às vítimas judias do governo nazista: o dia 2 de maio, comemoração da Memória do Holocausto e 27 de janeiro, o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Na Alemanha, a cidade de Berlim ganhou um dos maiores e mais surpreendentes memoriais a céu aberto já construído, cobrindo uma área de aproximadamente 19.000 metros quadrados. Nesse memorial mais de 2.711 blocos de cimento cinza foram construídos lembrando túmulos das vítimas da guerra no centro da capital alemã.

---

<sup>22</sup> Há dois termos consagrados para identificar o massacre nazista de judeus entre 1933 e 1945, Holocausto e Shoá. Preferencialmente, utilizarei o primeiro termo, pois este se tornou o mais corrente nos meios de comunicação.

De acordo com Fingerman (2008) o termo Holocausto chegou até nós através da palavra em latim *holocaustum*, que por sua vez deriva da palavra grega *holocaustos*. Esta última é um composto da palavra *holos* (inteiro) e *kaustos* (queimado). Assim, *holocaustos* (e *holocausto*) significa totalmente queimado.



**Fig. 8 - Memorial do Holocausto em Berlim**

Em Israel, o Yad Vashem, Museu do Holocausto, inaugurou um novo prédio anexo, o maior de seu complexo museológico, com cerca de 4.200 metros quadrados.



**Fig. 9 - Fotos das vítimas judias. Imagem interna do museu Yad Vashem em Israel.**



**Fig. 10 - Imagem externa do museu Yad Vashem.**

Diante das construções motivadas por tal memória pode-se perceber que as reverberações históricas, sociais e midiáticas em torno desse tema ainda permanecem latentes e muitas são as estratégias criadas para que a memória do Holocausto se

atualize, tornando-se um tema corrente na memória social de grande parte da sociedade ocidental.

Porém, há pouco tempo atrás o Holocausto nazista mal figurava no imaginário social da Europa, tampouco no Brasil. De acordo com Finkelstein (2006) entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os últimos anos da década de 1960 haviam sido produzidas poucas obras históricas e literárias, bem como poucos filmes que mencionavam o assunto. Quando Hannah Arendt publicou *Eichmann in Jerusalem*, em 1963, ela só pôde contar com dois estudos acadêmicos em língua inglesa<sup>23</sup>. A situação não era muito diferente na Alemanha. Por exemplo, a biografia feita por Joachim Fest, publicada na Alemanha em 1973, dedica apenas quatro das 750 páginas ao extermínio dos judeus e um mero parágrafo a Auschwitz e outros campos da morte.

Finkelstein (2006) atesta que, controversamente, os próprios judeus, incluindo os intelectuais judeus americanos deram pouca importância ao Holocausto nazista. No tocante a esses fatos o autor suscita um questionamento:

Nenhum monumento ou homenagem marcou o holocausto nazista nos Estados Unidos. Pelo contrário, a maior parte das organizações judaicas se opôs a tais comemorações. A pergunta é: Por quê? A explicação comum é que os judeus ficaram traumatizados com o holocausto nazista e, portanto, reprimiram sua memória. Na verdade, nada comprova tal conclusão. Alguns sobreviventes, sem dúvida, preferiram, por essa razão, deixar de falar sobre o que aconteceu não só na época como nos últimos anos. Muitos outros, no entanto, preferiam falar exaustivamente e, quando tinham chance, não paravam. (Idem, p. 4)

Em face dos dados apresentados, fica evidente a construção de uma memória em torno das vítimas judias no período da Segunda Guerra. O intuito deste capítulo é analisar a cobertura jornalística em torno do pós-guerra (1945) no jornal *Folha da Manhã*. Assim, desejamos mostrar como se deu o silêncio encontrado nas notícias acerca das vítimas judias e como estava sendo construída, a partir dos relatos jornalísticos, uma memória social que não se afina ao que hoje concebemos como o Holocausto nazista. O que evidencia o caráter dinâmico da memória, que provoca mudanças qualitativas em sua textura ao longo do tempo.

Por se tratar de um evento histórico ocorrido na Europa, longe das terras brasileiras, boa parte das notícias foram obtidas através das agências internacionais de notícias. Desse modo, como diz Barbosa (1999) os acontecimentos vão ganhando sentido “pela apropriação e interpenetração dos grandes sistemas de mediação,

---

<sup>23</sup>Gerald Reitlinger, *The Final Solution*, e o de Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews*.

movimento obrigatório para chegar ao público que, assim, forma opinião e uma representação do mundo.” (p. 79).

É inegável que os jornais, assim como outros veículos mediáticos que proliferaram nas primeiras décadas do século passado, tornaram-se fontes preciosas para a pesquisa e reflexão da memória nacional e da história, principalmente no que diz respeito ao imaginário que estava sendo construído – pondo em relevo aquilo que devia ser lembrado e obscurecendo aquilo que devia ser esquecido.

E vários autores têm procurado demonstrar como os meios de comunicação de massa e, mais especificamente, os jornais, ocupam um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social. Neste sentido, ao pensar no conceito de *lugares de memória* de Pierre Nora (1984), podemos ver uma relação íntima entre os discursos mediáticos e a produção da memória. Para Enne (2010) os jornais poderiam ser pensados como construtores e/ou legitimadores de lugares de memória: “mais precisamente: seriam eles, se não os lugares de memória (dadas as interpretações mais restritas do conceito), com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória [social].” (Idem, p. 20).

Portanto, através dos sentidos encontrados nas narrativas jornalísticas acerca das vítimas do pós-guerra (1945) e sua inevitável comparação ao que, nos dias atuais, atribuímos serem as vítimas da 2ª. Guerra Mundial poderemos compreender o conceito de memória trazido por Halbwachs (1990). Este a define, grosso modo, como reconstruções contínuas na relação com os grupos sociais, mediadas pelo tempo e espaço.

### **3.1 Fim da guerra. Cadê os judeus?**

De acordo com Halbwachs (1990) a memória possui uma dimensão individual, porém muitos dos seus referentes são sociais e são eles que permitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, compartilhada e coletiva. Portanto, em busca de uma definição de memória coletiva recorreremos novamente a este autor que nos diz que tal memória consiste numa corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo.

Ao pensarmos numa memória coletiva relacionada aos jornais entendemos que aquilo que os jornalistas atribuem como acontecimento jornalístico, isto é, a narração de

um fato que contém um enredo (começo, meio e fim), personagens, descrições, impressões e os pontos de vista de quem escreve, serão dados como ocorrências verossímeis a um público que juntamente com suas referências individuais irá (re)elaborar uma opinião pública em meio a diversos grupos sociais.

Nesse sentido, os acontecimentos selecionados como pauta jornalística acabam por afetar o imaginário social de um grupo social, bem como instituir os fatos que serão dignos de serem comentados e lembrados. Daí vem a relação entre jornalismo e memória coletiva, pois através dos acontecimentos que serão publicados nas folhas do jornal grupos sociais poderão (re)moldar suas fronteiras sócio-culturais compondo, posteriormente, uma memória fluida e em constante mutação acerca de suas próprias identidades como das de outros grupos sociais.

É possível sentir-se parte de uma memória coletiva sem pertencer ao grupo em que a mesma existe. Tomando como exemplo a memória coletiva do Holocausto, observamos um sentimento de pertença ou identificação intensa em grupos não-judeus. Para Gehlen (2010) em relação ao Holocausto, há uma ultrapassagem da memória coletiva de um grupo vindo a se instaurar como que uma memória do humano. Assim, mesmo quem não viveu a história e não compartilha da mesma cultura, sente-se parte dessa memória e nela se reconhece, simplesmente, por também ser humano.

No recorte temporal delimitado por esta pesquisa, o Holocausto ainda não era um acontecimento histórico tal como hoje, porém, como dito anteriormente, o antissemitismo já figurava na memória histórica de grande parte do mundo ocidental. E desde a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha (1933) eram publicadas matérias acerca dos informes políticos do governo nazista em relação à sua política antissemita no Reich.

Portanto, até o final da 2ª Guerra Mundial (1945) havia sido publicadas muitas matérias que demonstravam o ódio racial e a violência por parte do governo alemão para com os judeus<sup>24</sup>. Não era desconhecido para os leitores o que, minimamente, ocorria na Europa. Grosso modo, sabiam que estava ocorrendo uma ação autoritária, violenta e discriminatória para com o povo judeu. Contudo, em relação aos campos de extermínio, devemos salientar que muitos registros históricos atestam que até os próprios judeus deportados não sabiam para onde estavam sendo levados e,

---

<sup>24</sup> Como podemos ver, tanto as matérias com contornos antissemitas como aquelas que colocam em relevo os estereótipos vinculados aos judeus foram analisadas nos capítulos anteriores desta dissertação. Reiterando a ideia de que os leitores do *Folha da Manhã* tinham ciência sobre o que ocorria com os judeus na Europa.

consequentemente, não tinham ideia de que milhões de pessoas estavam sendo exterminadas; bem como muitos cidadãos alemães não sabiam o que seria a Solução Final no período da guerra.

No dia 3 de maio de 1945, as manchetes sobre a tomada de Berlim por tropas russas tomaram grande parte da primeira página. A morte de Hitler, a rendição dos exércitos nazifascistas na Itália e Áustria, a prisão de oficiais de altas patentes alemãs e a atividade das forças expedicionárias brasileiras na campanha da Itália também foram notícias no jornal *Folha da Manhã*. Estas possuem como conteúdo as falas de políticos e oficiais dos exércitos das nações envolvidas, os posicionamentos das tropas, o processo de declínio do governo nazista, a anexação dos territórios e as negociações de paz.



Fig. 11 - Exemplar da primeira página do jornal *Folha da Manhã* publicado em 3 de maio de 1945

A multiplicidade de assuntos numa mesma edição mostra que o tempo do jornalismo, na verdade, saturado de agoras, tem sido exímio como diz Resende (2006)

em nos fazer ver que há muitas histórias em jogo e não exclusivamente uma. As disputas de sentido estavam sendo travadas e coube ao jornal selecionar o que irá ser informado e, posteriormente, lembrado pelos leitores brasileiros.

Mas e quanto aos judeus? Somente uma matéria fez menção ao povo judeu e, estranhamente, a notícia não veio das agências internacionais e, sim, redigida por jornalistas brasileiros acerca da cobertura de um evento comemorativo em São Paulo. A matéria “O povo paulista comemorará hoje, festivamente, a queda de Berlim” (*Folha da Manhã* – 03/05/1945) narra acerca das dezenas de organizações que se concentraram no Parque do Anhangabaú para festejar o fim do conflito. Dentre as 38 organizações citadas figura a comunidade israelita, que terá como representante no palanque o cidadão judeu Aaron Melitzky.

No dia seguinte, outra matéria relatou aos leitores como foi a festividade dada na capital paulista em relação ao término da guerra. Intitulada “Festivamente comemorado ontem pelo povo paulista, em gigantesco comício, a queda da capital germânica.” (*Folha da Manhã* – 04/05/1945) a matéria traz um pequeno trecho do discurso do cidadão judeu Aaron Melitzky que evidencia por parte da comunidade judaica a ciência do extermínio de judeus na Europa, na qual o orador salienta os “sofrimentos impostos aos israelitas pelo anti-semitismo nazista.” E acrescenta um dado aterrador: “Cinco milhões e quinhentos mil judeus foram exterminados pelos totalitários.”

Nesse breve relato jornalístico, podemos inferir que, provavelmente, a sociedade brasileira e, principalmente, a paulista detinha informações acerca do antissemitismo nazista e que o genocídio de milhões de judeus era, ou tornou-se através desse discurso, um fato de conhecimento público. Entretanto, a ocorrência da morte de milhões de vítimas judias toma somente duas frases numa única matéria que foi escrita no Brasil e em meio a um emaranhado de retalhos jornalísticos vindo das agências internacionais.

Notamos, portanto, que não havia espaço na mídia internacional da época para o relato do sofrimento de milhões de judeus europeus que, oficialmente, desde 1933 passavam por cruéis restrições políticas, ocasionando a morte de muitos. Assim, na construção de uma memória nacional dada pelo jornal *Folha da Manhã*, percebemos que se instaurou um silêncio por parte dos conglomerados de comunicação acerca da experiência do campo de extermínio vivido pelos judeus europeus após a declaração oficial do término do conflito.

Pollak (1989) em seu estudo se propõe a entender o silêncio dos sobreviventes dos campos de concentração que optaram regressar à Alemanha ou à Austria. Para o



autor o silêncio sobre o passado está ligado à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, contribuíram ao menos sob a forma de consentimento tácito, à sua deportação. Assim, o autor diz que “não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia” (POLLAK, 1989, p.5).

Neste sentido, Pollak (1989) afirma que uma memória acerca das vítimas dos campos de extermínio ainda não estaria sendo elaborada por questões peculiares, como a da culpa que as próprias vítimas podem ter ocultas no fundo de si mesmas e da culpa que poderia ser despertada no seio da sociedade em que estavam sendo inseridas. Assim, o autor salienta que desde 1945 a lembrança dos deportados de roupa listrada vai desaparecendo das comemorações oficiais, pois não se integram bem em um desfile de ex-combatentes.

Fora isso, quando as vítimas judias voltam do campo encontram múltiplas versões oficiais, testemunhos e pontos de vista sendo legitimados enquanto uma memória oficial sobre o conflito e a experiência das vítimas. Namer (1986) diz que o ano de 1945 organiza, ideologicamente, o esquecimento da deportação: “os deportados chegam quando as ideologias já estão colocadas, quando a batalha pela memória já começou, a cena política está entulhada: eles são demais” (idem, p. 3 *apud* POLLAK, 1989, p. 6).

Arelado a isso, as disputas de sentido em torno dos acontecimentos do final da 2ª Guerra Mundial são corroboradas pela dinâmica do processo jornalístico nos anos 1940 no qual já imperava, como hoje, a produção de notícias. Neste sentido as organizações jornalísticas

funcionam no interior de um ciclo temporal específico marcado tiranicamente por horas de fechamento. A tirania do fator tempo, a centralidade do conceito de “atualidade” na cobertura jornalística, a importância do “imediatismo como valor fundamental da profissão, o imperativo para os jornalistas a fim de responder à pergunta básica, “o que há de novo?”, tudo se combina para levar o jornalismo a privilegiar a cobertura de acontecimentos. (TRAQUINA, 2005, p.117)

Nas páginas dos jornais eram publicadas a política militar russa, as várias especulações em torno da morte de Hitler, a atuação das forças expedicionárias brasileiras na Itália, os discursos do novo Führer da Alemanha, entre outros acontecimentos. As disputas de sentido e, concomitantemente, os entrechoques de visões de mundo estavam se dando nos jornais, refletindo as reverberações do pós-guerra.

Porém, diante das relações de poder incutidas na propagação de notícias do pós-guerra, temos que ser perspicazes quanto aos fatos que poderiam ser notícia e como deveriam ser contados. As matérias repassadas através das agências internacionais não eram, simplesmente, propagações a esmo do que estava ocorrendo na Europa. Antes, obedeciam, geralmente, a um processo de hegemonia que inclui a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, tais como os meios de comunicação. E são nestes que as teias de poder nas quais os poderes ideológico, econômico e cultural das hegemonias americana e britânica (países-sede das agências internacionais) se entrelaçam a fim de dissuadir forças contrárias e formar uma opinião dócil em relação às suas políticas de Estado.

Para Judt (2008) o pós guerra se configurou de maneira diversa do que ocorreu na Primeira Grande Guerra (1914-1918). Para o autor quando acabou a Primeira Guerra Mundial

as fronteiras é que foram inventadas e ajustadas, enquanto, de modo geral, as pessoas ficaram onde estavam. Depois de 1945, aconteceu exatamente o oposto: com uma grande exceção, as fronteiras permaneceram basicamente intactas e as pessoas foram deslocadas. Entre os estrategistas políticos ocidentais observava-se o sentimento de que a Liga das Nações e as cláusulas relativas às minorias no Tratado de Versalhes haviam fracassado, e que seria um erro qualquer tentativa de ressuscitá-las. Por isso, os estrategistas concordaram prontamente com as transferências de populações. Se as minorias sobreviventes na Europa Central e Oriental não podiam contar com uma proteção internacional eficaz, seria melhor que fossem despachadas para locais mais favoráveis. A expressão “limpeza étnica” ainda não existia, mas é certo que a respectiva realidade sim – e estava longe de suscitar grande desaprovação ou constrangimento. (Idem, p. 41)

Portanto, se o Holocausto em si já traduzia uma limpeza étnica na Europa, podemos de acordo com Judt (2008) entender que a política do pós guerra tratou de continuar a política de limpeza étnica dos prisioneiros judeus e de outras minorias através da transferência de contingente humano realizado pelas organizações internacionais. Importante pontuar que não narrar sobre a situação dos judeus no pós guerra por meio das agências internacionais pode ter sido uma estratégia política escolhidas pelos vencedores do conflito para que se continuasse a transferência de seres humanos sem maiores repercussões no cenário mundial.

Assim, nos dias subsequentes à oficialização do fim do conflito os conglomerados de comunicação que prestavam serviços ao jornal *Folha da Manhã* não disseram uma linha acerca dos judeus. Contudo, um acontecimento noticiado em solo brasileiro foi o canal comunicacional que trouxe aos leitores deste jornal os poucos dados acerca das vítimas judias ao final da guerra, dentre as poucas descrições salta aos

olhos, pelo menos, a quantia referida pelo orador Aaron Melitzky: cinco milhões e quinhentos mil mortos.

### 3.2 O campo é lembrado! O campo é esquecido...

Após 51 dias desde a última publicação (*Folha da Manhã* – 24/07/1945) que fazia menção às vítimas judias o jornal *Folha da Manhã* estampa na página 8 uma matéria extensa<sup>25</sup> e chocante acerca dos campos de extermínio na Europa. Advinda das agências internacionais de notícias a reportagem trata da ida de uma delegação do Parlamento britânico ao campo de Buchenwald a fim de organizar um relatório sobre o campo alemão e apresenta-lo ao Rei Jorge VI.



Fig. 12 - Exemplar da matéria "Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald" publicada no jornal *Folha da Manhã* em 24 de julho de 1945

<sup>25</sup>Uma matéria relativamente grande publicada no jornal nesta época continha cerca de 1500 palavras. A matéria "Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald" é composta por 2.381 palavras.

Portanto, temos a publicação de um documento oficial nas páginas do *Folha da Manhã*, o que demonstra as relações ideológicas entre os meios de comunicação e o poder hegemônico da época. A reportagem possui 5 subtítulos: “O campo de concentração Buchenwald”, “Barracão utilizado como hospital”, “Casa mortuária”, “Experiência científica com seres humanos” e “O pior campo de concentração”. Apesar da intenção das autoridades da delegação britânica em serem comedidos na narração dos fatos que presenciaram, eles deixam claro de que “a lembrança daquilo que vimos e ouvimos em Buchenwald será uma obsessão permanente durante anos” (*Folha da Manhã* – 04/05/1945).

Desse modo, mesmo apresentando descrições esmiuçadas das condições dos sobreviventes e do relato de como viviam os prisioneiros, não há nos dias posteriores nenhuma repercussão no jornal acerca do conteúdo dessa notícia. Assim, evidencia-se que a publicação do horror vivido nos campos não faz com que haja ecos desse assunto em outras notícias relacionadas ao pós-guerra.

O que era publicado correntemente eram notícias que descreviam, até de forma dramática, a condição de penúria das cidades e dos cidadãos alemães. Imagens fotográficas de crianças alemães vasculhando o lixo em busca de comida, matérias descrevendo o choro de intelectuais alemães pelas suas cidades destruídas e as condições de miséria da população eram constantes.

Vemos, portanto, que havia uma insistência em lembrar como foi aviltada a nação alemã com a guerra e, ao mesmo tempo, uma tendência a não lembrar o destino dos judeus perseguidos durante o governo nazista. Em face do repositório de matérias publicadas acerca das políticas antissemitas durante o governo nazista na Alemanha, podemos identificar que ao final da guerra há uma presença da ausência, isto é, um esquecimento desse assunto no jornal *Folha da Manhã*.

A ocorrência de uma extensa matéria acerca da vida no campo de concentração, de contundente veracidade, que é apresentada como o relatório oficial do Parlamento britânico, neste caso, não produz uma demanda acerca do assunto. Nesse sentido, ratifica uma suposta indiferença do jornal *Folha da Manhã*, como do público. Ao não publicá-la na primeira página e ao não constatar nenhuma repercussão nas seguintes edições percebemos que, possivelmente, estratégias foram iniciadas para que este assunto não mais figurasse no jornal brasileiro.

Ricoeur (2008) ao pensar sobre os usos e abusos da memória traz o conceito de manipulação da memória, que nos ajudar a entender a construção memorialística dos acontecimentos pós-guerra. Portanto, estava sendo dado no jornal o que deveria ser lembrado e, assim, o que, inclusive, deveria ser esquecido. Novamente percebe-se que quem tem o poder de manipular a memória também o realiza com o esquecimento. Ou como aponta Ricoeur (2008): “os abusos, no sentido mais forte do termo, se derivam da manipulação da memória e do esquecimento por quem tem o poder.” (Idem, p. 110).

De acordo com Finkelstein (2006), entre outros motivos, o que motivava o silêncio público sobre o extermínio nazista era a política conformista da liderança judaica americana e o clima político do pós-guerra na América. Assim, tanto nos assuntos internos quanto nos externos, as elites judaicas americanas fecharam com a política oficial do EUA. O esquecimento, então, torna-se uma estratégica política para somar forças em prol dos americanos na Guerra Fria, como salienta o autor:

No início da Guerra Fria, as organizações judaicas proeminentes aderiram à luta. Elas “esqueceram” o holocausto nazista porque a Alemanha – Alemanha Ocidental, em 1949 – tornou-se um aliado crucial do pós-guerra americano no confronto dos EUA com a União Soviética. Vasculhar o passado não seria útil; na verdade, era um complicador. (Idem, p. 26)

Outra razão dada pelo autor para promover o esquecimento do Holocausto se baseia na convocação da lembrança do extermínio nazista pelos judeus de esquerda nos EUA a fim de se oporem ao alinhamento da Guerra Fria com a Alemanha em oposição a União Soviética. Desse modo, lembrar o Holocausto nazista foi etiquetado como causa comunista e temendo ser associada à esquerda fora e dentro dos EUA. As grandes organizações judaicas se opuseram a cooperar com os alemães social-democratas antinazistas, assim como ao boicote de produtos alemães e as manifestações públicas contra nazistas fazendo turismo no país.

A relação entre memória e esquecimento ultrapassa uma oposição simplista entre lembrar e esquecer, estabelecendo diferenças entre formas de esquecimento. Para Huyssen (2005) o esquecimento abrange um campo de termos e de fenômenos que se propagavam através de vários mecanismos como “o silêncio, a ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão – que se revelam num espectro de estratégias tão complexas quanto às da memória” (Idem, p. 24)

Assim, tanto nos primeiros momentos do pós-guerra quanto nos tempos atuais, neste caso em relação ao acontecimento intitulado como Holocausto, vemos nos jornais o que Ricoeur (2010) propõe ser o cerne do problema: a mobilização da memória.

Através dessa constante modificação numa memória social percebemos “alguns sintomas inquietantes: *excesso* de memória, em tal região do mundo, portanto abuso de memória – *insuficiência* de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento.” (Idem, p. 94)

### **3.3 Em análise: a narrativa do campo a partir da notícia**

Até o momento expomos como foram raras as notícias acerca dos judeus no pós 2º. Guerra Mundial. Inferimos, inclusive, que o silêncio contido nas sequentes publicações se torna um artifício do jogo de poder instaurado neste contexto histórico. Especialista na produção e publicação de notícias internacionais, Natali (2011) diz que muitos fatos que serão vistos no futuro como de capital importância histórica são diariamente deixados de lado pelo noticiário internacional. E, incrivelmente, certos temas, ao mesmo tempo, sem relevância histórica nenhuma acabam virando notícia porque interpelam a mitologia do nosso mundo cotidiano. Como Natali (2011) cita: “um dos exemplos dessa mitologia consistia, há alguns anos, em atribuir importância à agenda mundana da princesa Diana, ex-mulher do príncipe herdeiro do trono britânico” (Idem, p. 12).

O autor explica que há um mínimo denominador comum nos critérios que levam a valorizar um número muitíssimo reduzido de temas. Entre estes, as notícias de guerras, juntamente com as tragédias são, em princípio, importantes e possuem maiores destaques que as demais se pudéssemos levantar uma hierarquia a este respeito. O que podemos atestar é que a notícia sobre o campo mesmo agregando o tema “guerra” e “tragédia” não obteve uma matéria, tipo comentário, redigido pelos escritores da casa ou por algum colaborador.

Por isso, neste capítulo, diferentemente dos outros dois anteriores, optamos em fazer a análise de uma matéria que não foi produzida por punhos brasileiros. Acreditamos que a notícia sobre o campo escrita pelo Departamento britânico contém questões importantes em relação à tessitura da intriga e à construção de uma memória social pelo jornal. Dentre estas questões, começaremos nossa análise trazendo a ideia de testemunho.

Ao se propor uma conceituação acerca do que seria o testemunho escolhemos como ponto de partida para esta abordagem as lições apreendidas a partir dos relatos

testemunhais do Holocausto. Autores como Primo Levi (1988) e Agamben (2008) constituem casos paradigmáticos para uma elucidação sobre o tema.

Na visão destes sobreviventes os seus testemunhos trazem uma lacuna, uma falta. Aos olhos dóceis conceber que os poucos que sobreviveram não possam ser legitimados como aqueles que têm crédito para, então, contar o que viveram torna-se um disparate. Entretanto, Agamben (2008) descentra a figura dos sobreviventes enquanto aqueles que são autorizados a narrar e apresenta as testemunhas que realmente possuem o testemunho integral, mas que não puderam dá-lo. Estas testemunhas consideradas como verdadeiras são aquelas que tocaram o fundo, isto é, as que experimentaram a morte.

Ao fazer tal deslocamento ético, Agamben (2008) desfia as teias de poder que sustentavam o campo e diz que aqueles que sobreviveram desfrutaram, em alguma medida, de um privilégio. Os sobreviventes não podem narrar a vivência do prisioneiro comum, pois, de algum modo, negociaram. Vejamos:

As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”, os muçulmanos, os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta. Contudo, falar de uma delegação, no caso, não tem sentido algum: os submersos nada têm a dizer, nem têm instruções ou memórias a transmitir. Não tem “história”, nem “rostro” e, menos ainda, “pensamento”. Quem assume para si o ônus de testemunhar por eles, sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar. Isso, porém, altera de modo definitivo o valor do testemunho, obrigando a buscar o sentido em uma zona imprevista. (AGAMBEN, 2008, p. 43).

Percebam que o conceito de testemunho apresentado por Levi (1988) e Agamben (2008) traz em seu âmago o indizível. Traços opostos se mostram, atualmente, em relação ao ato de testemunhar. Lage (2013) diz que nos dias atuais o testemunho se constitui como possibilidade sempre iminente: “a compulsão pela novidade, as possibilidades tecnológicas e a maneira pela qual os indivíduos passam a ser interpelados pela mídia [demandam e favorecem o ato de testemunhar] (...)” (Idem, p. 74).

Atualmente, imagens de sofrimento e tragédias se tornaram componentes rotineiros do incessante fluxo televisivo, por exemplo. Entretanto, numa veia crítica, entrar em contato com uma torrente de vozes na mídia expressando experiências de dor e sofrimento equivale a três posicionamentos em relação ao estatuto do testemunho (LAGE, 2013). Primeiramente, tem-se o aparecimento de testemunhas nos relatos da mídia. Em seguida, há a possibilidade de a própria mídia testemunhar e, por último,

configura-se o posicionamento das audiências como testemunhas de acontecimentos retratados.

No momento, a nossa atenção se dará à matéria sobre o campo de Bunchewald na Alemanha. Desse modo, os três posicionamentos em face do testemunho transcorrerão no decorrer da análise. Tomaremos contato com as testemunhas apresentadas no relato jornalístico, veremos como o jornal testemunhou o fato e, assim, nos tornaremos também testemunhas deste acontecimento por meio de sua narrativa.

Como já dito, a matéria publicada no dia 27 de julho de 1945 supostamente é a cópia do relatório oficial redigido pela delegação do departamento britânico. As autoridades que lá estavam iniciam seus testemunhos da seguinte forma: “Esse trabalho de *observação pessoal*, procedido pela comissão parlamentar britânica, pode ser assim resumido (...)” (*Folha da Manhã* – 24/07/1945 – grifo meu).

Neste caso, os membros do departamento britânico se tornaram testemunhas no momento em que entraram em contato com a experiência do campo. Importa fazermos uma ressalva neste sentido, pois este grupo britânico não entrará em contato somente com os sobreviventes. Eles também tomaram contato com aqueles que viveram até o fundo a experiência do campo. De forma paradoxal, o grupo encontrou as testemunhas integrais e delas não puderam retirar palavras que expressassem os seus testemunhos.

Dessa forma, de acordo com a notícia, podemos conjecturar que havia três tipos de testemunhas no campo, neste momento da libertação. Primeiro, as testemunhas integrais – que vivenciaram a experiência do campo até o fim e, por isso, não podem nos trazer os seus testemunhos. Segundo, as testemunhas sobreviventes – são os que vivenciaram sem tocar o fundo e que, portanto, podem testemunhar (mas sempre a partir de uma falta). E, terceiro, aqueles que lá estiveram após o desmanche do funcionamento do campo e que testemunharam a partir do que entenderam e do que lhes foi falado a respeito.

A posição dos que escreveram este relatório e que será, mais tarde, uma matéria no jornal *Folha da Manhã* é uma posição deveras complexa. *Comonarrar*, por meio de uma descrição minuciosa, um acontecimento nunca antes visto na humanidade? *Como narrar* algo que não se compreende? Com o que comparar para que seja minimamente imaginável o que lá ocorreu? E há de ter palavras, pois é preciso relatar, tornar público e depois arquivar o que lá aconteceu. Mas como atribuir palavras ao inenarrável?

Agamben (2008) diz que a aporia de Auschwitz se traduz pela não coincidência entre constatação e compreensão. Como o autor ressalta: “tal verdade é, (...)”



inimaginável, ou seja, irreduzível aos elementos reais que a constituem” (AGAMBEN, 2008, p. 20). Diante desta complexidade no *como narrar* os nossos autores escolheram um caminho que pende a uma aparente objetividade na qual não convém dar letras aos sentimentos. Leiamos:

Os membros dessa delegação encerram o relatório organizado com as seguintes palavras: “Esforcemo-nos ao preparar este relatório, em escrever com comedimento e objetividade, procurando evitar inoportunas reações pessoais ou comentários emocionais” (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald - 24/07/1945).

Devemos contextualizar que o campo de Bunchewald apresenta algumas diferenças em relação ao campo de Auschwitz – este descrito pelos autores Agamben (2008) e Primo Levi (1988). Bunchewald era um campo de trabalhos forçados, não foi construído com o intuito de promover o plano de extermínio de judeus, como foram os outros seis campos levantados na Polônia<sup>26</sup>.

Entretanto, aqueles que não eram aptos para o trabalho passavam a integrar outro mecanismo de morte no campo: a morte pela falta de alimento. Os relatos jornalísticos dizem que morriam com extrema magreza cerca de 100 pessoas por dia no campo de Bunchewald. Após a chegada dos americanos esse número decresceu para 35 mortes por dia.

Algumas descrições contidas na matéria nos dá uma primeira impressão deste campo que se situava no leste da Alemanha, como podemos atestar:

O Campo de Concentração de Buchenwald está situado numa região montanhosa e coberta de florestas. Ele data de 1934, e está mal instalado num terreno em declive e cheio de altos e baixos. Os muros e caminhos estão mal conservados; por ocasião da nossa visita eles estavam cheio de pó, que se erguia com o vento e no tempo de chuva devia ficar todo enlameado. Os barracões comuns do campo eram toscamente construídos de madeira, com chão de terra, não tendo janelas nem instalações sanitárias. Há também algumas construções mais sólidas, de tijolos, de dois andares. Sobre o portão principal do campo lê esta inscrição: “Recht oder unrecht – mein Vaterlan” (“Com ou sem razão, minha pátria”) (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald 24/07/1945).

Nas seguintes costuras da narração os autores fizeram uso de falas de sobreviventes. Interessante observar que não houve em nenhum momento da tessitura da narrativa o uso de falas de autoridades do campo, sejam as norte-americanas ou as alemãs. Parece que as pessoas comuns interessavam mais aos membros do

---

<sup>26</sup>O extermínio dos judeus começou com a invasão da União Soviética pelas tropas nazistas em junho de 1941. Mas foi a construção de seis campos de extermínio na Polónia, com câmaras de gás, a partir do final de 1941 que concretizou um plano organizado de genocídio dos judeus europeus. Os campos de extermínio tinham o nome do local onde eram construídos: Sobibor, Belzec, Chelmno, Treblinka, Auschwitz e Maydanek.

departamento britânico. Narrado em terceira pessoa as testemunhas aguçam a imaginação dos leitores por meio das parcas descrições contidas no texto, vejamos:

Fomos informados de que ainda havia cerca de 800 crianças no campo. Um menino de 14 anos, Abraham Kirchenblat, natural de Random, na Polônia, impressionou os membros da nossa delegação como uma testemunha inteligente e merecedora de confiança: ele declarou que tinha visto seu irmão de 18 anos de idade ter sido morto a tiros e seus pais serem levados, ao que supõe, para o crematório: ele nunca mais os viu. (*Folha da Manhã – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald - 24/07/1945*)

A narrativa jornalística nos informa que havia 800 crianças no campo. Essa massa de infantes continuaria a ser um dado, números sem rostos, mas que, após a descrição desta pequena testemunha, puderam ser concebidas por outros tantos que agora recebem a sua tímida composição como algo em que basear suas elucubrações.

De forma similar podemos dizer sobre os milhares de funcionários das fábricas do campo de Bunchewald. Todos seriam somente trabalhadores forçados se uma figura em si não pudesse trazer aspectos pessoais que nos aproximasse àquelas pessoas. Como podemos ver:

Um moço de 19 anos de idade, Joseph Berman, nascido na Letônia, mas educado na Inglaterra, tinha estado em vários campos; num deles, sofreu a perda do dedo indicador de uma das mãos quando um nazista, irritado pela sua morosidade no trabalho, empurrara sua mão numa máquina. (*Folha da Manhã – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald - 24/07/1945*)

Lage (2013) diz que os testemunhos contidos nas narrativas jornalísticas fundam *um comum* entre nós e os sujeitos distantes, como o que nos aproxima e, ao mesmo tempo, nos afasta dos sofrimentos dos outros. Assim, podemos entender o jornalismo não somente como um meio de transmissão de informações relacionadas ao cotidiano prático da sociedade. Mais do que isso, o jornalismo torna-se um lugar de identificação do Eu com o Outro nas suas mais diversas formas. A estratégia do testemunho na escrita jornalística, entre outras funções, cumpre sua finalidade em promover relação entre o Outro narrado e o leitor que o lê.

### **3.3.1 Muçulmano**

Adentraremos numa seção delicada de nossa análise quanto às informações publicadas na matéria sobre o campo de Bunchewald. Como dissemos, anteriormente, há um tipo de testemunha no campo que viveu a experiência deste lugar de forma plena e, por isso, não sobreviveu para narrar o seu testemunho. As testemunhas integrais,

agora, tomarão outro nome, pois a elas foi dada uma alcunha desde o campo e que permanece na boca daqueles que sobreviveram.

Como sabemos o campo de Bunchewald ativou um mecanismo próprio dos campos nazistas: acionar a morte por meio da fome. Não imaginamos como isso se deu, verdadeiramente. Imaginamos, simplesmente, que após um breve tempo, as pessoas, em decorrência da desnutrição, acabavam morrendo. E só.

Entretanto, o que alguns sobreviventes querem nos fazer crer é que o mecanismo da morte criou um novo tipo de (sub)humanidade. Surge uma espécie de homem que não vive como homem e muito menos é visto como tal pelos seus superiores ou pelos outros deportados. O que eles são, então? Todas as tentativas de respostas se repousam numa palavra atípica para o contexto. O termo que iremos mencionar causa estranhamento e ativa a questão do Outro num cenário em que esta questão só pode ser concebida fora da esfera da ética. No campo, o que há de humano num homem morre e a partir daí temos somente o *Muselmann*, em português, *muçulmano*.

Este outro tipo de homem é a testemunha integral de Agamben (2008). Como diferenciá-los dos sobreviventes? Na visão de Primo Levi (1988), eles são aqueles que não negociaram. Acompanhemos esta descrição do campo nas palavras do autor:

Em Auschwitz, no ano de 1944, dos velhos prisioneiros judeus (dos outros não vamos falar, suas condições eram diferentes), dos *kleine Nummer*, “números pequenos” inferiores ao no. 150.000, sobravam apenas centenas, e nenhum deles era um *Häftling* normal, que vegetasse nos *Kommandos* normais e que se contentasse com a ração normal. Restavam apenas os médicos, os alfaiates, os sapateiros, os músicos, os cozinheiros, os homossexuais jovens e atraentes, os amigos ou conterrâneos de alguma pessoa influente do Campo; e, além deles, alguns indivíduos especialmente cruéis, fortes e desumanos, que alcançaram cargo de Kapo, de Chefe de Bloco ou outro, por designação dos SS que, nessa escolha, demonstravam possuir um conhecimento satânico dos homens. (...) Quem não souber tornar-se *Organisator*, *Kombinator*, *Prominent* (oh, a eloquência cruel desses vocábulos!) acaba, em breve, “muçulmano” (PRIMO LEVI, 1988, p. 90).

Vejam que tornar-se um muçulmano é seguir a norma do campo. Percebam que, executar cada ordem recebida, comer apenas a ração oferecida no dia, obedecer à disciplina do trabalho e do campo era o itinerário certo para a morte. Transgredir era imperativo para escapar da (sub)condição do caráter humano no campo.

Mas como eram os muçulmanos? De acordo com Agamben (2008) todos os que se tornaram muçulmanos passavam por um desintegrar físico semelhante. Vejamos:

No que diz respeito aos sintomas da doença da desnutrição, devemos distinguir duas fases. A primeira caracteriza-se pelo emagrecimento, pela astenia muscular e pela progressiva perda de energia nos movimentos. Nesse estágio, o organismo ainda não está profundamente danificado. Para além da lentidão dos movimentos e da perda de forças, os doentes não mostram

outros sintomas. Com exceção de uma certa excitabilidade e de uma típica irritabilidade, nem sequer manifestam alterações de caráter psíquico. (...) Podia-se calcular que a segunda fase começava mais ou menos quando o indivíduo faminto havia perdido um terço do seu peso normal. Quando continuava a emagrecer, a expressão do rosto também mudava. O olhar tornava-se opaco e o rosto assumia uma expressão de indiferença, mecânica e triste. Os olhos ficavam cobertos por um véu, as órbitas, profundamente cavadas. A pele tomava um colorido cinza-pálido, tornava sutil, dura, parecida com papel e começava a descamar. (...) Os cabelos eriçavam-se, tornavam-se opacos e se rompiam facilmente. (...). O doente respirava lentamente, falava baixo e com grande fadiga. Dependendo da duração do estado de desnutrição, apareciam edemas grandes ou pequenos. (...) À medida que o estado de desnutrição aumentava, os edemas difundiam (...) Aos inchaços se acrescentava muitas vezes a diarreia, que frequentemente podia preceder o desenvolvimento dos edemas. Nessa fase, os doentes tornavam-se indiferentes a tudo o que acontecia ao seu redor. Eles se autoexcluíam de qualquer relação com o seu ambiente. Quando ainda eram capazes de mover, isso se dava em câmera lenta, sem que dobrassem os joelhos. Dado que a sua temperatura baixava normalmente até abaixo dos 36 graus, tremiam de frio. Observando de longe um grupo de enfermos, tinha-se a impressão de que fossem árabes em oração. Dessa imagem derivou a definição usada normalmente em Auschwitz para indicar os que estavam morrendo de desnutrição: muçulmanos (AGAMBEN, 2008, p. 51).

O estado de semimorte no qual se encontravam os muçulmanos perturbava os outros deportados. Evitá-los tornou-se uma reação normal naqueles que ainda mantinham em si resquícios de humanidade. Além de um estranhamento diante daquilo que nunca antes se viu, o muçulmano “é unanimemente evitado porque, no campo, todos se reconhecem no seu rosto apagado” (AGAMBEN, 2008, p. 60). A preocupação que assola o deportado “era não transparecer o muçulmano que estava se manifestando ao longo de sua estada no campo” (Idem, p.59).

O desinteresse e a frieza que os deportados manifestavam em relação aos muçulmanos não se davam somente pela simples indiferença. Havia, de forma contundente, um sentimento de rejeição traduzido na linguagem e de várias formas. Os outros nomes para os muçulmanos em outros campos demonstram os sentidos que derivam deste tipo humano do campo. Agamben (2008) diz que em Dachau o nome para os muçulmanos era *Kretiner* (idiotas), em Stutthof, *Kriippel* (aleijados), em Mathausen, *Schwimmer* (ou seja, quem fica boiando fingindo-se de morto), em Neuengamme, *Kamele* (camelos, que quer dizer, idiotas) e em *Bunchewald*– campo onde deriva a matéria em análise - *müde Scheichs* (isto é, imbecis).

Sobre o termo muçulmano Gagnebin (2008 *apud* Agamben, 2008) intui que tal expressão se torna obscura, no sentido de que não se exprime com clareza a relação do signo com o seu referente. Será realmente que os judeus denominaram seus semelhantes como muçulmanos pela forma como estremeciam seus corpos, como em prece? O efeito

de sentido para a autora recai mais em uma certa desforra de caráter racista contida na boca das vítimas do antissemitismo. Podemos pensar que a aniquilação de si mesmo por outrem reverbera recalques na relação do aniquilado com o Outro. Estes recalques tornam-se perceptíveis por meio da execução de ações semelhantes entre aquele que recebe a violência e, assim, a transmite para alguém que lhe está abaixo.

Além disso, após a libertação e quando os sobreviventes começaram a testemunhar percebeu-se que o muçulmano era geralmente excluído do relato e da reflexão destes. Incluir o não-homem seria atestar que houve uma redução sinistra da vida humana à vida nua e isso ameaça os conceitos de humanidade vigentes até hoje (AGAMBEN, 2008).

Todavia, às portas da libertação, em julho de 1945, aquele a quem ninguém quer tomar nota foi notado. Contrariando o instinto humano de se desviar deste Outro, o muçulmano - ou o imbecil – foi descrito no relatório do departamento britânico e se tornou notícia nas páginas do *Folha da Manhã*. Vejamos como testemunharam a respeito da massa dos muçulmanos do campo:

Muitos dos sub-alimentados não podiam falar, eles permaneciam num estado semicomatoso, e alguns nos acompanhavam com os olhos (...)Eles jaziam no chão, sobre e sob cobertas. Todos estavam num estado de extrema magreza. As roupas em geral consistiam numa camisa esfarrapada, camisola ou jaqueta de algodão, de sob as quais emergiam coxas não mais grossas de que um pulso normal. Um esqueleto seminu, cambaleando penosamente ao longo do corredor, como se estivesse sobre pernas de pau, ergueu o rosto, sorriu e cumprimentou (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald- 24/07/1945).

Ao usar os termos “esqueleto” e “pernas de pau” para se remeter ao corpo humano ali narrado vemos como que os muçulmanos ao serem descritos não conseguem ser inscritos com códigos que relevem a sua humanidade. Ao contrário, a inscrição destes se dá pela identificação com o que o mais próximo os poderiam expressar, pois não há nada parecido com eles na humanidade.

Narrar que um dos muçulmanos sorriu e cumprimentou os membros da delegação abre outros âmbitos de interpretação quanto à figura do não-homem. Outros efeitos de sentido colidem com a descrição dada por Agamben (2008) do muçulmano – homem que não afeta e nem se mostra afetado pelo mundo em que vive.

A notícia retoma novamente a representação daquilo que poderíamos chamar de muçulmano quando narra acerca do baixo índice de sobrevivência no campo, mesmo este em liberdade. Leiamos:

Os médicos membros da nossa delegação externaram a opinião de que não se poderia esperar que uma determinada porcentagem deles sobrevivesse

mesmo com o tratamento que estavam no momento recebendo, e que uma grande porcentagem, embora pudesse sobreviver, seria provavelmente de homens doentes e inválidos para o resto de suas vidas (*Folha da Manhã – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald - 24/07/1945*).

Podemos ver que a morte acompanha o campo sem que o mesmo estivesse implementando o mecanismo de produção de cadáveres. Cessa-se a rotina do aniquilamento, contudo continua-se a encaminhar para a morte aqueles que já há algum tempo dela vinham experimentado em vida.

### **3.3.2 Experiência com seres humanos**

O jornalismo prima por trazer em seus textos relatos que rompem com a normalidade, trazem o inusitado, o que tem potencial para desconcertar o leitor, aguçar sua curiosidade e retirar dele sinais de perplexidade. Ao ler sobre fatos trágicos podemos perceber que os mesmos vão de encontro com os valores da ética e, assim, confrontam nossos padrões culturais. Até agora entramos em contato com uma narração densa que faz com que questionemos a relação bem e mal contida num tempo anterior e numa cultura diferente da nossa.

Importa entender que a estrutura simbólica dada na cultura do campo<sup>27</sup> também vem a ser o que irá transparecer nas costuras dos fios da narrativa. *O que e, principalmente, como* o texto narrou o acontecimento traduz a engrenagem do campo e o vivifica num tempo posterior – o tempo do leitor. Ricoeur (1987a) lembra que “as formas simbólicas são processos culturais que articulam a experiência inteira” (Idem, p. 92). Com isso o autor se opõe à separação entre significação e ação ou mundo simbólico e mundo prático. Para Ricoeur (1987a) a significação, ou em outras palavras, os processos culturais estão incorporação à ação. Não é o simbólico que guia o viver, mas está atrelado a este e nele é decifrável pelos outros sujeitos do mundo.

---

<sup>27</sup>De acordo com a definição de Geertz (2008) o conceito de cultura não se traduz por “um poder, no qual podem ser atribuídos casualmente todos os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (Idem, p. 24). Nas leituras dos livros das testemunhas Primo Levi (1988) e Agambem (2008) havia um conjunto simbólico próprio daquele contexto que regia a vivência dos deportados. Este conjunto de símbolos não era criado e nem transmitido estritamente pelo poder nazista que lá operava, mas como ressalta Geertz (2008) toda a estruturação simbólica daquele contexto se liga a uma interação ponto a ponto, homem a homem -como numa teia de significação complexa. As testemunhas reconhecem que costumes e valores foram sendo criados e (re)adaptados dentre o grupo de homens alojados no campo e assim os descrevem em seus textos. Acreditamos que é importante para a pesquisa esclarecer este contexto e decidimos nomeá-lo como a *cultura do campo* no intuito de ampliar os âmbitos de interpretação contidos na notícia em análise.

Por isso, o sistema de símbolos em interação contido naquilo que denominamos como a cultura do campo não é aquilo que unicamente guiou a escrita do texto. Não o é, inclusive, porque para além das significações contidas na cultura do campo havia os símbolos à disposição no mundo e que esfacelam qualquer determinação causal. Tornase impossível ajuntar todos os segmentos culturais que constroem o texto – e nem é esta a nossa intenção - mas podemos fazer inferências, interpretar e, assim, abrir âmbitos de significação antes não esperados.

Apostamos que a mediação primeira para a análise está na configuração do texto. Neste iremos decifrar os sentidos incorporados a uma experiência prática dada num tempo prefigurado da narrativa e que lidas, atualmente, refiguram a experiência temporal do leitor. Esse trânsito de símbolos que integra tanto autor, texto e leitor contribui para o enriquecimento do processo de produção de sentido. Pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas interpretações a partir da perspectiva de quem a lê, propiciando, assim, a (re)criação da realidade, processo que nunca se finda.

O que propomos nesta dissertação é que, atualmente, ao lermos a notícia do campo podemos ver que a mesma traz simbolismos advindos de dois contextos possíveis. Num plano micro, um dos contextos é o campo e os processos culturais lá vividos. E, numa teia de contextualização macro, podemos dizer que figura a sociedade moderna ocidental.

Para Bauman (1998) o funcionamento do campo era um produto da modernidade. Nele se evidenciava uma maneira tipicamente moderna de se articular – racional, planejada, cientificamente fundamentada, especializada, eficientemente coordenada e executada. Nas palavras do autor o Holocausto

tem aspectos que não compartilha com nenhum dos casos de genocídios anteriores. São estes aspectos que merecem especial atenção. Eles tiveram um nítido sabor moderno. Sua presença sugere que a modernidade contribui para o Holocausto mais de forma direta do que por sua própria fraqueza e inépcia. Sugere que o papel da civilização moderna na perpetração e extensão efetiva do Holocausto foi um papel ativo, não passivo. Sugere que o Holocausto foi tanto um produto como um fracasso da civilização moderna (Idem, p. 112).

Pensem bem, caso houvesse no relacionamento entre carrascos e vítimas sentimentos latentes de fúria e ódio o Holocausto, enquanto programa da morte, talvez não tivesse acontecido. Ou se a Solução Final fosse baseada simplesmente em ações desmedidas executadas por um tirano movido por uma caprichosa e inconsequente ira

era bem certo que não teríamos os seis milhões de judeus exterminados. Prognósticos, guetos, perseguições, sim. Porém, não existiriam condições de executar um genocídio que previa a morte de 100 pessoas por dia, caso a comoção humana viesse a ser a base desta ação.

Desse modo, Bauman (1998) diz que o genocídio “caracteriza-se, por um lado, pela ausência quase absoluta da espontaneidade e, por outro, pelo predomínio de um projeto cuidadosamente calculado, racional” (Idem, p. 114). E que na verdade, a própria violência, neste contexto, “(...) tornou-se uma técnica. Como todas as técnicas, é livre de emoção e puramente racional” (Idem, p. 122).

Atentar para esta intersignificação contextual no texto jornalístico toca, novamente, na relação do Eu civilizado com o Outro que não faz parte da minha cultura. Entender que “o Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura.” (BAUMAN, 1998, p. 12) nos provoca a olharmos as outras texturas jornalísticas sem a verticalidade própria do Eu que conhece o Outro.

Dessa forma, ler as notícias sobre o Holocausto requer que nelas tenham mais que descrições, mas uma questão além que faça com que venhamos a refletir sobre o nosso olhar em relação ao Outro - diferente de Nós. Bauman (2008) toca nessa ferida e diz que

confiados, de tempos em tempos ouvimos falar de atrocidades de algum povo não muito civilizado e por isso mesmo espiritualmente afastado comete contra vizinhos igualmente bárbaros. Os euês massacraram um milhão de ibôs, depois de chama-los de vermes, criminosos, ladrões e sub-humanos sem cultura; os iraquianos envenenam com gás seus concidadãos curdos sem sequer se dar ao trabalho de insultá-los antes; grupos do povo tâmil massacraram cingaleses; etíopes exterminam eritreus; ugandenses exterminam a si mesmos (ou foi o contrário?). Tudo isso é triste, claro, mas o que tem a ver conosco? Se isso tudo prova alguma coisa, certamente prova como é ruim ser diferente de nós e como é bom estar são e salvo atrás do escudo de nossa civilização superior. (Idem, p. 108)

Fora a narração das testemunhas e dos muçulmanos o texto ainda precipita para escalas mais profundas de violência contra o homem do campo. Num dado momento, a delegação britânica decidiu comentar sobre as experiências científicas realizadas com seres humanos.

Percebam que narrar tais violências num relatório torna-se, no senso comum, aceitável. Entretanto, há de se ter coragem para publicar no jornal as cenas tecidas no texto. Podemos imaginar que o corpo editorial do *Folha da Manhã* tenha entrado em



discussão quanto ao conteúdo da notícia. Ou não. O interessante é perceber como foram narradas as linhas de sentido que mediam essa realidade de violência contra a humanidade.

De acordo com Cytrynowicz (1990) nos campos de concentração tanto da Alemanha como os de extermínio na Polônia eram feitas experiências com homens, mulheres e crianças. Algumas experiências ocorriam com as pessoas ainda vivas, outras não. E havia basicamente três tipos de experiências:

primeiro, para fins militares, testando condições de sobrevivência em situações específicas; segundo, testes de novos remédios para combater doenças e, terceiro, experiências cujo objetivo era provocar alterações genéticas para criar indivíduos de uma “raça superior” ou pesquisar métodos de esterilização em massa dos povos considerados inferiores. (Idem, p. 119)

O texto jornalístico diz que a delegação foi informada sobre as experiências científicas e o que lá viram foram um laboratório, recipientes contendo órgãos humanos e outros objetos que comprovam a possível hipótese de ter sido efetuado as tais experiências. Entretanto, a escrita deixa sua lacuna ao dizer que mesmo diante de um laboratório e de outras evidências não havia como os membros da delegação britânica atestarem de modo irrecusável a prática que lá ocorria.

A notícia mostra esse recuo narrativo que sinaliza uma precaução por parte da comissão em testificar como verdadeiro a prática de experiências com seres humanos. Entretanto, no subtítulo da matéria o jornal publica a seguinte frase em caixa alta: “Experiências científicas com seres humanos” ratificando a prática do uso de pessoas do campo para fins escusos na medicina. Vejamos:

#### EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS COM SERES HUMANOS

Fomos informados acerca de experiências científicas, tais como infestar prisioneiros com tifo a fim de obterem soro deles, levadas a efeito pelos médicos nazistas no campo; *mas não obtivemos evidência direta e irrecusável disso*. Vimos um laboratório com um grande número de vasilhas de vidro contendo espécimes conservados de órgãos humanos. As paredes do laboratório e de outras salas médicas estavam enfeitadas com máscaras mortuárias dos prisioneiros “mais interessantes”, ao que fomos informados. Muitas dessas máscaras apresentavam fisionomias de notável nobreza e refinamento (*Folha da Manhã – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald- 24/07/1945 – grifo meu*).

Novamente, a escrita apresenta um tom descritivo e sucinto para o fato relatado. Seja descrevendo recipientes nos quais continham órgãos humanos conservados, seja no uso da palavra “enfeitadas” para dizer sobre a disposição das máscaras mortuárias no laboratório, fica claro que a contenção na linguagem foi o modo escolhido para se lidar com o grotesco.

Logo adiante na narração temos a seguinte informação:

Fomos informados que Frau Koch, a esposa do comandante alemão, colecionava artigos feitos com pele humana. Obtivemos peças que foram identificadas por “sir” Bernard Splisbury como sendo de pele humana. Uma destas peças fazia parte, como se podia verificar claramente, de um “abatjour”. (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald- 24/07/1945)

O uso da pele das vítimas para a confecção de utensílios domésticos e estes decorando as casas dos militares alemães soa a nós como requinte de crueldade extrema. Ao ler a passagem acima os sentidos produzidos beiram ao chocante, incitam à revolta e nos fazem questionar os limites da maldade humana.

Portanto, a coisificação da vítima torna-se o mote da intriga narrada. A tessitura diz que na casa dos nazistas se “coleccionava artigos feitos com pele humana” e designava como “peças” utensílios feitos com pele humana, como o abajour – possivelmente imaginado na sala de algum nazista pelo leitor.

Nesse ínterim, torna-se mais evidente a coisificação da vítima pelo modo como a intriga é narrada. A pretensão de um afastamento do fato por parte de quem redige a narrativa, usando de técnicas como a imparcialidade e a objetividade, reforçam os sentidos de que os seres humanos ali narrados como peças são peças. Reitera-se, assim, a lógica da coisificação que era estabelecida pela cultura do campo. Podemos perceber que a narrativa em questão ao narrar acerca das vítimas reforça mais os sentidos destas como peças do que propõe linhas de sentido que indique que os restos mortais que proporcionaram a feitura dos objetos eram de seres humanos.

Portanto, temos que desconfiar deste texto jornalístico pela diluição de marcas textuais que induzem os seus leitores a diversos tipos e graus de comoção. Normalmente, um texto com tal conteúdo potencialmente seria cotado como primeira página do jornal. A escrita, por exemplo, se serviria de tons dramáticos provocando nos receptores estados de espírito catárticos, como: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, etc. (MOTTA, 2004).

Imaginemos que somos leitores do jornal *Folha da Manhã* no ano de 1945. Logicamente a exposição desta notícia sobre o modo como eram tratadas milhares de pessoas durante a guerra na Alemanha poderia nos assustar. Um modo tremendamente cruel de lidar com prisioneiros de guerra estava acontecendo naquelas terras: extermínio humano por meio da fome. Entretanto, um leitor mais desconfiado talvez ficaria ainda mais surpreso ao observar como se costurava entre as linhas de sentido da notícia um clima de aparente resolução eterna do conflito.

Apesar do tipo de acontecimento que estava sendo relatado não havia na textura do texto arremates coléricos, palavras que denotavam tons de perplexidade ou consternação. Parece que tudo foi minimamente especulado e escrito de forma a não produzir pânico em quem lê.

A coisificação da vítima como mote da intriga não é explorada no texto por um prisma entendido como jornalístico nos moldes das décadas de 1930 e 1940, como ocorreria com outros textos que comungassem dos mesmos conteúdos trágicos. A resposta mais simples para o por quê de tal narração ter sido assim tecida seria dizer que, na verdade, o texto é uma relatório oficial da Grã-Bretanha e que está sendo publicizado no jornal *Folha da Manhã*. Portanto, o texto obedece a normas estritamente políticas e informativas, não tendo que, necessariamente, estar dentro de um formato jornalístico para que venha a ser publicado no jornal.

Porém, podemos arrolar, inclusive, que a não utilização de recursos textuais tão usados no jornalismo inclui uma estratégia de poder utilizada pelo jornal para a suavização de debates em torno das implicações políticas, sociais e morais do acontecimento narrado.

Ao final da guerra os países aliados se juntaram em prol da reconstrução da Europa. O intuito era a construção de um ambiente pacífico, favorável ao crescimento econômico das nações e a formação de uma nova ordem capitalista capaz de trazer estabilidade política e econômica evitando assim o crescimento do socialismo, que saiu fortalecido no período posterior ao conflito (DIAS; RODRIGUES, 2004).

Reconstruir a Alemanha, nesse contexto, era uma ação necessária para retirar a Europa, como um todo, do estado de colapso econômico, social e político no qual se encontrava. O apoio dado, então, pelos países aliados à Alemanha influenciou nas relações de poder que ora ocorriam. O jornalismo como meio no qual são expressas as correlações de forças existentes deixou, por meio das narrativas jornalísticas, vestígios que revelam estratégias discursivas de suavização das situações encontradas no pós-guerra.

Era do interesse dos EUA e da Inglaterra – potências que eram sedes das agências internacionais de notícias – já em janeiro de 1945 propor planos para o futuro da Europa no pós-guerra e canalizar suas forças na reconstrução da economia mundial. Diante disso, podemos pensar que não era interessante para os aliados propagarem notícias que intensificassem ou vissem a aguçar nos leitores sentidos que relembrem a Europa enquanto lugar de conflito. Assim, a possibilidade de narrar sobre o campo de

concentração de Bunchewald no jornal tornou-se até viável, contudo, entendia-se que seria feito da forma mais comedida possível. Tal estratégia evitaria reforçar sentidos que interligariam a Alemanha e a Europa a situações de guerra, como o extermínio, fome, doenças, etc.

### 3.3.3 Zona cinzenta

Podemos nos perder em múltiplas hipóteses quanto a feitura desta notícia. Entre algumas delas, podemos elencar as tais: como o jornal *Folha da Manhã* obteve acesso a essa matéria? Qual/quem foi sua fonte? Será que esta notícia sobre o campo de Bunchewald é uma cópia idêntica ao relatório britânico apresentado ao rei Jorge VI? O jornal brasileiro acrescentou algo ou extraiu alguns blocos de escrita?

O que podemos dizer é que caso o relatório tenha sido editado para se tornar notícia nas páginas do *Folha da Manhã* muito pouco da estrutura de um arquivo descritivo – próprio dos relatórios – se perdeu. Na verdade, a predominância da escrita desta matéria se dá no formato de uma “exposição e relação dos principais fatos colhidos por comissão ou pessoa encarregada de estudar determinado assunto” (FERREIRA, 2010, p.1810). Esta é uma das definições do termo relatório dado no dicionário e coaduna bem com o contexto no qual o mesmo foi escrito, vejamos:

A delegação do Parlamento Britânico, que visitou o campo de concentração de Buchenwald, constituída do conde Stanhope e lord Addison, pela Câmara dos Lordes e cel. Wickman, “sir” Archibald South, sra. Tate, sr. Ness Edwards, sr. Sillverman, sr. Graham White (...) foi apresentado pelo Parlamento Britânico no dia 19 do mês de abril último, por determinação de S. M. o Rei Jorge VI. (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald- 4/05/1945)

O que se torna interessante observar é que apesar de um grupo de peso político ter sido destacado para esta missão de detalhar o que ocorreu nos campos na Alemanha de Hitler não há no transcorrer da intriga nenhuma discussão ou contextualização acerca do panorama político da época. Há um nítido enquadramento para a redoma do campo somente, não fazendo nenhum debate sobre a questão da política internacional em tempos de guerra.

Como já dito, diferente de outras notícias de guerra deste tempo do jornalismo brasileiro, a matéria do campo de Bunchewald não apresenta marcas enunciativas de um jornalismo como diz Antunes (2012) “sensacionalista, que se derrama em juízos, julgamentos e exploração do trágico” (p. 279). A relação maniqueísta entre bem x mal também se mostra suavizada. Não se falam de atritos no campo após a libertação.

Vemos que a relação carrascos x vítimas aparece pontualmente e quando existente não produz sentidos que façam o leitor se posicionar e optar entre um ou o outro lado. Caso desta maneira viesse a ser apresentado seria mais um relato que nos inscreveria “em uma cumplicidade e solidariedade de *nós* contra *aqueles* que mataram os *outros*” (ANTUNES, 2012, p. 286).

O texto traz pouco a figura dos algozes para a cena, intitulados como nazistas. Em compensação as vítimas são o foco da notícia, mas nem por isso tornam-se vitimizadas na trama. Reportam-se a elas como “prisioneiros” e são apresentadas de modo a não romper o sentido de pacificação que naquele lugar estava ocorrendo. São muito mais “prisioneiros” do que vítimas, pois a primeira alcunha os britânicos podem deslocá-la para à inscrição “libertos”, o que não podem fazer com o segundo termo: vítimas aquelas pessoas ainda são.

A palavra “prisioneiro” referente às pessoas encarceradas no campo é utilizada 15 vezes na matéria. A potência de sentido contida nesta palavra, dentro deste contexto, tem a ver com o que dela resvala. Aquele que é preso o é porque cometeu um delito. Ou, simplesmente, podemos dizer que prisioneiro seria aquele que é “aprisionado em ocasião de guerra” (FERREIRA, 2010, p. 1710). Entretanto, dentre as mais variadas e comedidas descrições, aparece no texto uma ressalva que é interessante para a nossa discussão. A matéria diz que

Embora os internados do campo sejam geralmente chamados de “prisioneiros”, eles não devem ser confundidos com os prisioneiros de guerra militares. Eram de três categorias principais: (a) internados políticos e judeus da própria Alemanha; (b) internados políticos e judeus da Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, etc., à medida que o Terceiro Reich se expandia, (c) a partir de 1940, homens e jovens “importados” para o trabalho forçado de vários dos países ocupados. (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald - 4/05/1945)

Era impossível fazer uma estimativa exata das várias nacionalidades dos que ainda permaneciam no campo: encontramos alemães judeus e não-judeus, poloneses, húngaros, tchecos, franceses, belgas, russos e outros? (*Folha da Manhã* – Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald- 4/05/1945)

Se os internados do campo não eram prisioneiros de guerra eles eram o quê, então? E se eram prisioneiros infratores, quais teriam sido os delitos deles? O texto introduz os judeus no acontecimento midiático, mas ao mesmo tempo o faz de tal maneira que pareça que no campo eles não fossem a maioria. Podemos desconfiar que, na verdade, os homens e jovens “importados” de vários países ocupados eram, em sua

grande porcentagem, judeus. Porém, o texto não se interessa em atestar que a esmagadora maioria dos internos eram judeus.

Ora aqui, ora ali o texto vai driblando este fato com citações das nacionalidades dos internos e mantendo oculto o fato de que a maioria dos prisioneiros que ali foram levados não foram trazidos porque o seu país foi ocupado pelos nazistas. Geralmente, a maioria que foi levada a um campo nazista estava lá por simplesmente ser judeu. Aí sim, podemos concordar com a matéria quando nos diz que os prisioneiros de Bunchewald são de um outro tipo, diferentes dos prisioneiros de guerra. O que pode causar estranhamento é a tentativa do texto de silenciar que havia *vítimas* no campo e que elas eram *judias*.

Primo Levi (1988) diz que algo que podemos relacionar ao termo prisioneiro apresentado na matéria. O autor-sobrevivente diz que para os deportados “o Campo não é uma punição; para nós não está previsto um prazo; o Campo é apenas o gênero da existência que nos foi atribuído, sem limites de tempo, dentro da estrutura social alemã” (Idem, p. 83).

Podemos entender que ser prisioneiro fazia parte da identidade do interno do campo. Numa estratégia discursiva preferiu-se usar a palavra prisioneiro do que o termo vítima. Como dito, não havia no texto a intenção de exaltar uma posição binária: algozes x vítimas. Ao ver os internos coube às testemunhas narrarem e podemos ver que narraram sobre os mesmos em suas mais variadas diferenciações: seja o prisioneiro que ganhava mais ração e tinha uma acomodação melhor, as crianças trabalhadoras das fábricas, os muçulmanos, os internos que foram utilizados em experiências científicas, os cadáveres em decomposição e os restos mortais queimados na casa mortuária. Em todas as descrições havia uma reserva de não torná-los, de forma aguçada, em vítimas.

Esta observação aqui relatada acerca da resistência do texto em tratar os internos como vítimas e especificá-los como judeus seria somente um artifício político? Claro que os interesses em jogo e as disputas de poder intervêm no *como narrar* o acontecimento. Entretanto, há outros atravessamentos de ordem simbólica que imprimem suas marcas no modo com a tessitura da intriga foi delineada.

De acordo com Ricoeur (1987a) “a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal” (p. 88). O que se configura no texto, neste sentido, é uma imitação da ação, um agir que se baseia numa compreensão prévia que temos do mundo ao nosso redor. Desse modo, se há um relato, uma narração essa adveio de um

agir que não se dá de forma desmembrada do mundo em que dele nasceu. A imitação da ação contida no texto se formula com outros: “Ademais, agir é sempre agir “com” outros: a interação pode assumir a forma da cooperação, da competição ou da luta” (RICOEUR, 1987a, p. 89).

O que se segue, então, num texto, é a ação narrada por alguém que extrai de uma compreensão prática uma compreensão narrativa do acontecimento. E o que será narrado só pode ser assim feito porque se dá no tempo e por meio de símbolos: “se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (RICOEUR, 1987a, p. 91). A mediação simbólica antevê que autor e leitor tenham na obra um repertório mínimo de símbolos em comum para que se estabeleça um compartilhamento de sentidos.

Entretanto, como narrar os campos de concentração se o que lá se deu inaugura uma compreensão de mundo antes não vivida ou narrada? Há de ter lacunas, incompreensões, faltas, estranhezas entre aquilo que é escrito e o que é lido. E são através delas que os leitores das notícias tomarão contato com o *modus operandis* que lá se efetivou. A cultura do campo se transforma em formas simbólicas a partir do momento em que se narra o seu cotidiano, seus agentes, meio e fim. Para Ricoeur (1987a) as formas simbólicas são processos culturais e são através de seu compartilhamento por meio da narração que irão se articular a experiência do vivido, isto é, da ação.

Desse modo o que queremos pleitear é que a notícia acerca do campo de concentração não suaviza a relação carrascos x vítimas por intenções puramente políticas ou por jogos de poder somente. Também não atenuaram esta relação por se tratar de uma escrita sucinta e objetiva – própria dos relatórios. Como nos relatam Primo Levi (1988) e Agambem (2008) havia na cultura do campo a certeza de que todos que lá se encontravam sobreviviam porque negociavam. E, portanto, testemunhar trazendo questões éticas baseadas na relação nobres e vis seria, no mínimo, formular um testemunho desonesto.

Ao não dar contornos de uma fala que sentencia lugares de réus e de vítimas os sobreviventes abriram um âmbito de compreensão a respeito do campo que nos desconcerta, pois não fala por meio da ética e do bem e do mal, mas aquém dela. A esta nova visão ética sobre o campo Levi (1988) a denominou “zona cinzenta”. Como diz Agambem (2008):

[a zona cinzenta] é aquela da qual deriva a “longa cadeia de conjunção entre vítimas e algozes”, em que o oprimido se torna opressor e o carrasco, por sua vez, aparece como vítima. Trata-se de uma alquimia cinzenta, incessante, na qual o bem e o mal e, com eles, todos os metais da ética tradicional alcançam o seu ponto de fusão (Idem, p. 30).

Ambos, nazistas e prisioneiros, alcançaram a subhumanidade no campo, quer pela execução da maldade radical dos militares alemães, quer pela perda da dignidade humana por falta de pão pelos deportados, a degradação do tipo humano alcançou baixezas nunca antes vistas. Nesse ambiente onde a ética está abaixo, aquém de sua abordagem tradicional torna-se de comum acordo dos sobreviventes de que vítimas e carrascos são igualmente ignóbeis, desprezíveis; a lição dos campos é a fraternidade da abjeção, da baixaza, do aviltamento, da degradação (AGAMBEN, 2008).

Desse modo, a partir da notícia do campo e dos pensamentos até aqui expostos podemos dizer que o quadro social da memória (Halbwachs, 1990) encontrado nas narrativas jornalísticas em relação às vítimas judias nos mostra que há um esquecimento da situação dos sobreviventes desse povo no pós-guerra. O que evidencia tal esquecimento são, primeiramente, as contínuas matérias publicadas desde 1933 acerca dos informes políticos nazistas contra os judeus e que após o final da Segunda Guerra (3/05/1945) cessam de ser veiculadas. Segundo, a falta de notícias acerca dos prisioneiros judeus que, por anos, eram noticiados como alvos da política racista de Adolf Hitler.

O silêncio que se encontra sobre os judeus nas páginas do jornal *Folha da Manhã* ainda permanece mesmo após a publicação de um relatório oficial escrito por autoridades britânicas relatando as barbáries cometidas contra os prisioneiros judeus no campo de Buchenwald. Não há por parte do editorial do jornal nenhuma nota ou matéria nas suas subsequentes publicações que venha a mencionar a matéria sobre o campo.

Pollak (1989) diz que a memória, enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, passa por um trabalho de enquadramento. No caso da memória coletiva, esse trabalho tem a ver com as lutas e negociações de grupos sociais em torno dos sentidos dos fatos e dos sujeitos neles envolvidos. O proposital silêncio dos judeus americanos (elite da comunidade judaica mundial), as políticas de Estado estabelecidas pelos EUA e a Inglaterra com a Alemanha e as relações de poder entre a hegemonia política e os conglomerados de comunicação no pós-guerra possivelmente influenciaram na seleção de quais fatos deveriam ser esquecidos e quais deveriam ser lembrados (noticiados).



Portanto, podemos constatar que o genocídio dos judeus na Segunda Guerra era pouco noticiado e, por conseguinte, pouco explorado e debatido no jornal *Folha da Manhã* durante o pós-guerra. O que vemos atualmente em relação à demanda do presente por testemunhos de sobreviventes, produções midiáticas que proliferam narrativas ficcionais, monumentos e museus que ressignificam a memória do Holocausto derivou-se desse trabalho de enquadramento da memória que não cessa e ainda irá propor novos delineamentos simbólicos a esse acontecimento.

## CONCLUSÃO

Andava distraída pelas ruas de Niterói. Em meio ao caminhar, virei o rosto para contemplar os exemplares que estavam expostos nas lojas de livros usados e parei de supetão. Havia um livro, bem cá à frente na organização da prateleira, chamado *Resistência*. A capa era sóbria, tons palhas e uma foto preto e branco mostrava arames enfarpados revolvidos e um casal abraçado sentado numa praça. Pensei comigo: “Sei, não. História romântica isso. E em plena Alemanha nazista. Decerto não irei gostar.” Mas o livro estava tão pra cá na sua disposição espacial, como se estivesse ainda mais à oferta (bem me parece que cá numa estratégia de venda, o que acham?) que acabei adquirindo a obra.

Levei o livro para casa e após alguns dias decidi folheá-lo. De uma simples olhada tornou-se uma leitura daquelas que sorvemos as letras como se estivéssemos famintos há dias. E a trama era surpreendente. O livro narra a vida da historiadora francesa Agnés Humpert escrito pela mesma, em primeira pessoa e em forma de diário nos tempos em que a França foi tomada pelas forças nazistas.

Agnés era uma dessas prisioneiras políticas que se viram, em favor da resistência que ofereceram para a não ocupação de seu país, presas pelo regime hitlerista e enviadas para campos de concentração nazistas. Bom, pelo menos, o texto não me frustrou, de começo. A paixão que pulsava o coração de Agnés não era por um alguém, necessariamente. Mas, sim, pela liberdade de seu país. Entretanto, o texto me enganou! Sim, uma pesquisadora do ramo de narrativas midiáticas foi pega num truque simples, estratégia textual das mais dissimuladas a que me envolveu...

Primeiro contarei como a tessitura da intriga é tramada no livro. No início, a organização do texto se deu com um breve prólogo sobre como era a vida de Agnés antes da ocupação alemã em Paris. Em seguida, as páginas seguem numa construção linear na qual a narradora decide narrar sobre o tempo como prisioneira em forma de um diário. Incrível. As tessituras eram organizadas em datas que se associavam perfeitamente com o calendário oficial da guerra. Portanto, do começo ao fim da narrativa a autora teve o cuidado de especificar os dias em que eventos históricos específicos ocorreram e noticiá-los aos possíveis leitores que leriam o seu diário de guerra.

Entretanto, o conteúdo do diário era escabroso. A situação de penúria chegando a subhumanidade era o que articulava a experiência narrada. Em todo o tempo sentiu

fome, acometida de dores e ferimentos os mais dolorosos – fruto do trabalho forçado nas fábricas nazistas – maltratada pelas guardas, sempre com frio, infestada de piolhos e poupada de qualquer bem material era a condição que Agnés conta em seu livro.

O diferencial de suas narrativas era o modo irônico e bem humorado de narrar a experiência do campo. As chacotas que fazia com as outras prisioneiras, a maneira verticalizada de se posicionar nas relações-entre (afinal, Agnés não era homossexual, nem ladra e muito menos judia. Era uma distinta prisioneira política) e a delicadeza de um rinoceronte quando se reportava à estupidez das guardas nazistas faz com que o texto seduza o seu leitor, como se lá estivéssemos.

Numa cálida madrugada, daquelas sugestivas para o envolvimento a dois - eu e o meu livro – foi o dia em que caí na real e percebi que fui enganada pela obra. Como uma moça que é seduzida pelo rapaz aproveitador e, logo após se entregar, se vê sozinha e percebe a cilada tramada, assim eu me senti em relação à estratégia usada no texto.

Fui iludida quando adentrei no mundo do texto tecido no livro e me esqueci de desconfiar do mesmo, como de buscar as faltas e as desordens contidas na narrativa. A princípio, não há do que duvidar quanto à verossimilhança do texto: realmente Agnés existiu e a sua vida como prisioneira é inquestionável enquanto fato histórico. Contudo, como pude realmente acreditar que aquilo que era narrado foi extraído do seu diário escrito no campo? Meus caros, a mulher descreve dia após dia que não há nem sequer um naco de sabão para se levar ou um pedaço de pano para remendar os rombos do seu uniforme. Como pude, num momento de embriaguez da leitura, ter fé que as folhas lidas eram reproduções de escritos que Agnés fez no campo e, posteriormente, após a sua libertação foram organizados, editados e publicados num livro chamado *Resistência*?

Ah! Tola fui. É óbvio que Agnés não possuía folhas e nem lápis para escrever páginas e páginas de sua experiência no campo enquanto lá permanecia. Tudo foi artifício e eu caí feito uma mocinha iludida por um jovem sedutor. Por isso que não gosto de romances. Eles me representam numa vivacidade insuportável.

Ciente que sou passível a envolvimento textuais dissimulados, que me iludem e me fazem cair em ardilezas das mais simples percebi que, como remédio para a minha inocência crônica, a dedicação a uma pesquisa crítica em torno das múltiplas narrativas que ventilam nos meios de comunicação seria a minha terapia. A presente dissertação, portanto, vem a ser um esforço de me desenlaçar de frágeis e acrílicos modos de ver o mundo (re)inventado pelos meios de comunicação e por suas narrativas midiáticas.

Não sou judia, não tenho parentes e nem amigos próximos convertidos ao judaísmo ou que se autodenominem judeus. Minha aproximação com o signo judeu se dá por minha filiação de fé: sou cristã. Para um maior aprofundamento dos textos das Escrituras torna-se necessário aprender sobre o contexto no qual foram escritos. Desse modo, os estudos sobre os judeus antigos em território palestino são meus alvos de leitura de tempos em tempos.

Portanto, posso dizer que sei um pouco sobre a cultura judaica e, por isso, muito do que foi escrito nas notícias – renarrações de narrativas ligadas à tradição judaica – puderam ser assimiladas com maior facilidade. Todavia, tal conhecimento também por pouco não me atrapalhou e minha orientação durante a pesquisa foi imprescindível para que eu não transformasse a dissertação numa pesquisa antropológica-teológica sobre os judeus.

Vale dizer que todo o conhecimento que eu possuía, até então, sobre os judeus tinha como crivo um olhar teocêntrico. Imaginem as tensões e crises que me alcançaram quando me propus a desenvolver uma pesquisa que visa entender um saber, o jornalístico, ciente que tal campo nasceu buscando as Luzes num prisma que rechaça a fala do Deus judaico-cristão.

Assim, o que pretendi problematizar por meio da figura do judeu é a ideia de um jornalismo que se pretende puro dentro dos seus parâmetros tecnicistas e que, ao mesmo tempo, transgride e desordena seus pilares de objetividade e imparcialidade. O questionamento que aparece no jornal *Folha da Manhã* sobre *o que é ser judeu?* remonta a uma outra questão que permeia essa pesquisa: *o que é jornalismo?*

Sem propor respostas prontas ou clichês continuo a pensar o jornalismo no viés das várias histórias que nos jornais são (re)inventadas e, desse modo, tornadas possíveis. Sendo assim, encontrar em meio às pesquisas os debates dos fundadores do *Folha da Manhã* em torno da tensão existente na época sobre o que o jornalismo *deveria ser* e o que ele *poderia ser* me acendeu uma fagulha. Percebi que as discussões que fermentavam nas redações em busca de um projeto editorial dito moderno nas décadas de 1930 e 1940 traziam questões relevantes para se pensar o jornalismo atual.

Afinal, qual é o modelo atual de um projeto editorial marcadamente jornalístico? Isso seria o que o jornalismo *deveria ser* nos dias de hoje? E em relação aos outros modos de se narrar os fatos do cotidiano? Como lidar com as múltiplas narrativas propagadas por inúmeros atores sociais e em vários suportes que trazem narrações de cunho informacional, descrevem acontecimentos temporais e localmente situados,

inserir sujeitos em relação e tem forte referência com a realidade em contexto? Como lidar com um jornalismo que não se compromete com o que ele *deveria ser* somente, mas que se inclina a narrar o cotidiano experimentando as muitas *possibilidades* nas estratégias discursivas e imagéticas e nos recursos tecnológicos disponíveis atualmente?

Desse modo, na presente pesquisa a tensão entre o que o jornalismo *deveria ser* e o que ele *poderia ser* foi tratada de modo a indicar as mudanças pelas quais passavam o discurso jornalístico brasileiro nas décadas de 1930 e 1940. E as questões que aqui apresento aprofundam as discussões contidas na dissertação e serão melhores trabalhadas dentro de uma tese de doutoramento. O intuito é tomar esta tensão como um problema nos estudos em Comunicação e a partir dela vir a propor modos outros de compreender o jornalismo de hoje.

Porém, agora não mais abordarei, em profundidade, os judeus em tempos de perseguição. Acredito que os fatos narrados sobre Israel e o mundo árabe na Palestina nos jornais atuais formariam um tema que possui correlação com as outras pesquisas por mim realizadas quanto agrega questões interessantes para o caminho acadêmico-epistemológico que estou a traçar. Portanto, juntamente com a problematização entre o que o jornalismo *deve ser* e o que ele *pode ser*, as próximas pesquisas se darão no sentido de investigar em que medida as narrativas dadas primordialmente no jornalismo, e em paralelo, no cinema, literatura e artes dão a ver os movimentos simbólicos em torno de Israel em contexto com o mundo árabe no território da Palestina. Faço minhas as palavras de um dito popular singelo e sábio: “Todo fim é um novo começo”.

## ANEXO

Tabela – *corpus* de análise

<b>Numeração das notícias selecionadas</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Tamanho (1/4, 1/3, 1/2 e 1 página do jornal)</b>	<b>Origem</b>
1	15/01/1933	A misteriosa cruz suástica e sua origem	1/3	Interna
2	4/02/1933	Sem pátria, mas influenciando em todas as pátrias	1/3	Interna; autor: José Custódio Alves Lima
3	1º/05/1934	Fundação de uma república judaica na África Ocidental Portuguesa	1/5	Havas
4	25/07/1934	Nos bastidores do Terceiro Reich	1/3	Colaborador internacional Max Stephens
5	08/08/1934	Graves desordens numa cidade da Argelia	1/4	Havas
6	9/08/1934	Os recentes incidentes entre árabes e israelitas em Constantina	1/4	United Press
7	30/10/1934	Os protocolos dos sábios de Sião	1/3	Havas
8	16/04/1935	O fantasma do “martyr”	1/4	Interna

9	14/06/1935	Manifestações anti-semita na Polónia	1/3	Agência Havas
10	25/06/1935	Continua a campanha contra os judeus	1/4	Agência Havas
11	25/07/1935	A noção de negociante foi importada de Israel	1/4	Havas
12	2/08/1935	Desmente-se que Hitler pretendia suprimir as representações religiosas de Oberammergau	1/4	Interna
13	2/08/1935	Protesto contra a perseguição aos judeus	1/4	Havas
14	4/08/1935	A imprensa alemã preocupa-se com o recrudescimento da campanha	1/4	Não é especificado no jornal a origem da notícia.
15	8/08/1935	A campanha anti-judaica na Alemanha	1/4	Agência United Press
16	8/08/1935	Pode um cidadão alemão prender um judeu?	¼	Agência Havas
17	13/08/1935	Os judeus do México vão boicotar os produtos alemães	1/4	Agência Havas
18	13/08/1935	Presos por contrabando	1/4	United Press
19	13/08/1935	Judeus agredidos pelos nazistas	1/4	United Press
20	15/08/1935	Estatística sobre a população israelita na Alemanha	1/4	Havas
21	15/08/1935	O problema ferroviário	1/4	Interna

22	17/08/1935	Demonstração anti-semita em Berlim	1/4	United Press
23	25/08/1935	Continua a agitação contra os judeus	1/3	Havas
24	28/08/1935	Congresso Sionista	1/4	United Press
25	17/09/1935	O início dos trabalhos – Foram promulgadas três leis de autoria do chanceler Hitler	1/4	Havas
26	22/10/1935	Mussolini e Hitler vistos pelos norte-americanos	1/3	Interna; por General Hugh S. Johnson (Ex-presidente do N.R.A.)
27	10/11/1935	Um povo que não muda	1	Interna
28	30/11/1935	A Alemanha continuará a combater o comunismo com todas as armas que dispõe	1/3	United Press
29	8/12/1935	As manifestações anti – semitas na Polônia	1/4	Havas
30	8/12/1935	Israel em Jerusalem	1	Jean Kerlecq
31	15/12/1935	Sugerida a criação do imposto contra a obesidade na Alemanha	1/4	United Press
32	17/12/1935	O anti-semitismo na Polônia	1/4	United Press
33	22/12/1935	Viagem a Terra Santa	1/3	
34	18/03/1936	Greve contra os judeus na Polônia	1/4	United Press
35	12/04/1936	Constituem os judeus uma nação ou uma simples comunidade	1/2	A.Guinzburg



		religiosa?		
36	7/05/1936	Accusado de ter sequestrado um jornalista judeu na Suíça	1/4	United Press
37	20/05/1936	Forças britânicas patrulham as ferrovias da Palestina	1/3	Havas
38	2/06/1936	Judaísmo Internacional	1/4	Interna; por De um observador integralista
39	14/08/1936	Os judeus de todos os países adoptarão a boicotagem contra os produtos alemães	1/4	United Press
40	5/09/1936	Bernard Shaw e os ditadores	1/4	Didier Avot
41	11/09/1936	Prosseguem os trabalhos do congresso nazista de Nuremberg	1/3	Havas
42	13/09/1936	Judeus chineses	1/3	William C. White
43	12/11/1936	Anti-judaísmo	1/2	Origenes Lessa
44	25/11/1936	Na polícia e nas ruas – VÃO SER EXPULSOS DO TERRITÓRIO NACIONAL	1/4	Interna
45	17/12/1936	Os alemães casados com judias não podem hastejar a bandeira nazista	1/4	Havas
46	10/08/1937	Divergências no Congresso sionista quanto a divisão da Terra Santa		
47	15/09/1937	Solicitada a Liga das		

		Nações a aprovação do plano de divisão da Palestina		
48	19/09/1937	A divisão da Palestina aumentara o ódio entre árabes e judeus		
49	31/01/1937	Para a revisão dos processos celebres	1/2	Benjamim Janos
50	18/08/1937	Tel-Aviv, a viva	1/3	Myriam Harry
51	10/09/1937	Os nazistas estariam se preparando para assumir o controle dos Estados Unidos	1/3	United Press
52	14/09/1937	Enquanto a questão colonial não for resolvida não haverá verdadeiro apaziguamento na Europa	1/2	Havas
53	20/01/1938	Os judeus da Rumania pretendem emigrar para o Brasil	1/3	Havas
54	20/01/1938	Expulsos todos os israelitas do Equador	1/4	United Press
55	16/02/1938	Livros e ideias	1/3	Rubens do Amaral
56	17/02/1938	Santo do dia: São Simeão, bispo e martyr	1/3	Pe. J. Cabral
57	17/03/1938	Critica a situação dos judeus residentes na Austria	1/4	Havas
58	28/04/1938	O governo do Reich autorizado a lançar mão da fortuna dos judeus que julgar necessária a economia alemã	1/3	United Press

59	28/04/1938	Intensificam-se os preparativos para a visita de Hitler a Italia	1/3	United Press
60	19/06/1938	Recrudescem na Alemanha as actividades anti-semiticas	1/3	United Press
61	7/07/1938	Mais de cinco milhões de judeus vivem na America	1/4	Havas
62	23/07/1938	Recrudescem as agitações anti-semitas em Vienna	1/4	Havas
63	2/08/1938	Receia-se um conflito entre o Vaticano e o governo facista	1/4	United Press
64	4/08/1938	Os resultados práticos da Conferência dos Refugiados	1/4	United Press
65	6/08/1938	Os judeus foram sempre os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e até certo ponto admirável racismo	1/3	Havas
66	9/08/1938	A questão racial na Itália está apenas no seu período inicial		United Press
67	10/11/1938	Falleceu o secretario da embaixada alemã em Paris	1/4	Havas
68	11/11/1938	Violenta offensiva contra os judeus	1/3	U.P.
69	11/11/1938	Redobram de violência as manifestações contra os judeus, na Alemanha	1/3	Havas

70	11/11/1938	Decretadas rigorosas disposições contra os judeus na Italia	1/3	United Press
71	12/11/1938	A situação dos israelitas no Reich será resolvida pelos meios legais	1/3	Havas
72	13/11/1938	Multados em um bilhão de marcos os judeus residentes no Reich	1/3	Havas
73	15/11/1938	Vedada aos israelitas a frequência das escolas públicas do Reich	1/3	United Press
74	16/11/1938	O presidente Roosevelt condena a perseguição aos judeus	1/3	Havas
75	22/11/1938	Sionismo	1/2	Interna
76	22/11/1938	O pesar da colônia israelita de São Paulo pelas perseguições religiosas no estrangeiro	1/4	Interna
77	14/01/1939	O problema judeu	1/3	Interna
78	27/01/1939	Provável solução para o problema israelita	1/3	Henri Kerillis (deputado por Paris)
79	29/01/1939	Proposta a concessão ao chanceler Hitler do Premio Nobel da Paz	1/4	Havas
80	08/02/1939	Victoriosa na conferencia dos ministros de fazenda a these brasileira sobre imigração	1/3	Interna
81	08/02/1939	O anti-semitismo perante a tradição Franceza	1/3	Henrique, conde de Paris
82	28/02/1939	Reuniu-se o Conselho de Imigração e	1/3	Interna

		Colonização		
83	28/02/1939	É viável a imigração de judeus para o Alaska	1/4	United Press
84	12/03/1939	Situação difícil de milhares de judeus expulsos da Italia	1/4	United Press
85	05/05/1939	Proibida temporariamente a entrada de judeus na Bolívia	1/4	Havas
86	19/05/1939	Os judeus protestam contra o plano sobre a Palestina	1/2	United Press
87	3/06/1939	A Palestina sob o regime do terror	1/3	United Press
88	8/06/1939	Ameaçam suicidar-se todos os judeus que se encontram a bordo do "Saint-Louis"	1/4	United Press
89	9/06/1939	"Saint Louis", navio phantasma	1/3	Interna
90	11/06/1939	Belgica e a Hollanda recusam-se a receber os refugiados judeus	1/4	United Press
91	24/09/1939	"Judeus economicamente preciosos"	1/4	Havas
92	28/10/1939	O povo judeu e seu futuro	1/3	Interna por Osvaldo da Sylveyra
93	23/02/1940	Homens e raças	1/3	Interna por Oliveira Ribeiro Netto
94	30/05/1940	O problema imigratório	1/4	Interna

95	08/06/1940	Os “enquistamentos” de São Paulo	1/5	Interna
96	02/08/1940	O desenvolvimento atual da Palestina		
97	25/08/1940	Judeuse árabes na Palestina – Direitos iguais, mentalidades inconciliáveis; aversão não confessada que vem de longe		
98	25/08/1940	O “perigo” semita	1/4	Interna
99	25/03/1941	Congresso dos israelitas das Américas	1/4	Reuters
100	25/04/1941	Será reformada a constituição húngara – declara o 1º. Ministro Bardossy	1/3	T.O.
101	31/08/1941	Spinoza, judeu sem dinheiro	1/4	Interna, por Attilio Milano
102	04/10/1941	Foram dinamitadas seis das sinagogas de Paris, não havendo ainda explicação oficial sobre o atentado	1/4	T.O.
103	05/10/1941	Lei da proteção da raça na Hungria	1/5	T.O.
104	5/10/1941	Os Estados Unidos de ontem e de hoje	1/3	Interna, por Jorge Martins Rodrigues (enviado especial das “Folhas” aos Estados Unidos)
105	22/08/1941	Anuncia-se que foram detidos na França cerca	1/4	Reuters

		de quarenta mil comunistas		
106	25/10/1941	Os judeus na Itália	1/5	T.O.
107	26/11/1942	Confirma-se que Hitler ordenou o extermínio de todos os judeus nos países ocupados	1/3	U.P.
108	16/12/1942	A perseguição movida pelos alemães aos judeus na Europa	1/4	Reuters
109	4/06/1943	Inconveniente a formação de um exército israelita	1/3	Interna
110	11/09/1943	Os Ádvenas	1/4	Interna
111	28/02/1945	O livre acesso às fontes de informação jornalística	1/3	Interna
112	13/07/1945	O Centro Hebreu Brasileiro de Socorro aos Israelitas Vítimas da Guerra	1/5	Interna
113	24/07/1945	Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald	1	Não especificaram a agência internacional
114	06/09/1945	Genocídio, um crime moderno	1/3	Externa, por: Pierre Van Paassen
115	6/10/1945	Depõem os antigos internados de Belsen e Auschwitz	1/3	Reuters
116	07/10/1945	O problema da emigração de judeus para a Palestina	1/4	Via radiotelegráfica de Wallace R. Deuel, correspondente do Chicago Daily News

117	27/10/1945	Resumo das principais atividades do Congresso Mundial Judaico	1/3	Interna
118	14/11/1945	Ponto de vista dos E.U.A. sobre a questão judaica	1/3	Externa, por Wallace R. Deuel
119	17/11/1945	Tel – Aviv, cidade jardim da Palestina, em sangue	1/3	Raul de Polillo
120	25/11/1945	O problema da imigração de judeus para a Palestina	1/3	Externa, por Haló Flaherty (diretor do serviço estrangeiro do Chicago Daily News
121	04/12/1945	O problema da Palestina	1/3	Salvador de Madariaga
122	07/12/1945	O fanático anti-semitismo do nazista Julius Streicher	1/4	Externa, por Edward P. Morgan (Correspondente do Chicago Daily News)
123	14/12/1945	O extermínio dos judeus aprisionados pela Gestapo	1/3	United Press

### TRECHOS DAS NOTÍCIAS

1. (...) Ora, ninguém mais anti-semitta do que esse judeu chamado Hittler. Dahi, possivelmente, a sua idéia de fazer da cruz “svastica” um simbolo contra os judeus. (...) Observe o leitor a photographia de Hitler nesta página. E veja que o chefe racista tem no braço esquerdo a sinistra cruz “sauvástica”. Por que? Ignoramos. Não sei se alguém já havia feito, anteriormente, essa observação. O facto, porém, é que Hitler, com sua cruz “svastica” no braço esquerdo, está desafiando a sorte. O mundo, ou melhor, aquela parte do mundo que acredita no poder mágico de certas coisas, irá acompanhar agora, mais de



perto, e com maior interesse, a acção do chefe racista, para saber até que ponto se devem levar a serio as superstições que atravessam os séculos. Intangíveis, sinistras, fascinadoras. (...) No Brasil... – No Brasil existem vários Partidos Sociaes-Nacionalistas; moldados na famosas legiões de Hitler. Por enquanto esses partidos contam apenas com os chefes e alguns partidário convictos. É de que crer, todavia, que elles chegarão, com o tempo, a arregimentar milhares de pessoas, formando hostes, poderosas. Ahi, então, se encontrarão, na necessidade de adoptar o symbolo gammado do chefe racista. (...)

2. Devido ao preconceito que se gerou millenarmente, o Israelita, o Judeu, não tem pátria. Desunida, não a restabeleceram. Trata-se de um estigma que se transmite de paes a filhos, onde quer que se encontrem e embora integrados no paiz há muitos anos. Em Nova York nos foi narrada uma deliciosa pilheria, que diz o seguinte: um Israelita, ao deixar uma synagoga, foi recebido a socos por um Irlandez. Aquelle, com a maior surpresa, interroga-o sobre o motivo de semelhante aggressão, obtendo esta resposta: “por haver crucificado Jesus Christo” Mas o Israelita, com a maior surpresa, objectava que “aquele crime havia sido perpetrado há mais de mil annos” ao que o Irlandez retruca que só agora delle tivera conhecimento... Uma vez, passeando em Broadway, tivemos occasião de ler no portão de um grande apartamento em letras garrafaes: “No Jew allowed here” “Aqui não se recebem judeus”, quando tão fácil seria não recebê-los, de outro modo, allegando haver falta de commodos.

3. LONDRES, 30 (H) – É a província de Angola, a Africa Occidental Portugueza, e não o Equador, como annunciava o jornal “Sunday Referee”, que será a sede da nova republica judaica. (...) Parece que se pretende estabelecer em Angola, um Estado autónomo (...) Prevê-se porém, que os meios sionistas se opporão ao projecto, sob a allegação de estar em contradicção com o objectivo da creação de um estado nacional judaico na própria Palestina.

4. Um factio curioso anda intrigando neste momento, os meios bem informados de Berlim. Ainda não se tomou a iniciativa de informar, a tal respeito, a opinião pública, seja por não se haver tomado uma decisão definitiva, seja por que se espera que vários corypheus jurídicos e políticos se pronunciem a proposito. Um empregado do banco, de Neukoeln, bairro bem conhecido na capital allemã, que responde pelo nome de Theodoro B., forçado à desocupação depois do advento do nazismo ao poder, procurou,

recentemente, um advogado muito conhecido, para submeter aos cuidados desse jurisconsulto o seu caso, realmente pouco banal. Theodoro B., judeu de nascimento, casou-se com uma ariana de que ainda não teve filho algum; contou que seu pae, Emanuel B., era descendente de uma velha família germânica, de pura raça ariana. Entretanto, um bello dia cerca de quarenta annos passados o pae se apaixonou por uma joven judia, e, para se casar com ella, não hesitou em se converter ao judaísmo. Depois de três annos casados, a joven morreu e Emanuel B., tornou a casar-se, desta vez com uma authentica ariana, de religião protestante. Por um sentimento de respeito para com a sua primeira esposa, sem dúvida, Emanuel continuou fiel ao judaísmo, que passou a ser a religião do seu filho Theodoro, nascido do segundo matrimonio.

- Coloque-se no meu lugar, doutor – disse, ao contar as suas desventuras, o homem em questão – eu não tenho uma gotta de sangue judeu nas minhas veias; meu pae e minha mãe descendem de velhas famílias germânicas e, apesar disso, e independentemente de minha vontade, sou um judeu, perdi o meu emprego e o respeito de meus amigos, e me encontro posto à margem da sociedade actual. Não peço outra coisa que não seja a faculdade de retomar a religião dos meus avós e de ter, portanto, direito ao título de bom ariano.

O advogado submetteu o caso à opinião de vários juristas e, sendo elle próprio um membro influente na seção local do Partido Nazista, expoz o problema também aos seus amigos políticos. As opiniões se dividiram extremamente, sobre um caso tão pouco banal, pois se uns julgam que Theodoro B. é, de accôrdo com as leis de racismo, um ariano puro, os outros, ao contrário, consideram que o facto de ter nascido na religião judia, cercado pelas suas cerimoniaes rituais, lhe fez perder, em definitivo, todas as suas qualidades germanicas. Como a questão não ficou resolvida, é possível que o caso seja enviado ao conselho legislativo da Côrte Suprema de Leipzig, e será esse conselho que dirá por ultimo, sobre esta maiúscula mas embaraçante difficuldade surgida no selo do Terceiro Reich Racista.

5. PARIS, - Os primeiros incidentes não differiram das frequentes rixas anteriores entre israelitas e mussulmanos. Segundo as ultimas noticias obtidas na noite de sábado e no domingo de manha a calma foi completamente reestabelecida. (...) As perturbações tinham conservado character exclusivamente anti-israelita, limitando-se à população israelita e indígena.

6. ALGER, 8 (U.P.) – O sentimento anti-semita dos mussulmanos parece ter sido exacerbado, aparentemente, pelas dívidas dos plantadores de trigos aos magnatas financeiros judeus. Não há dúvida que muitos árabes souberam aproveitar a oportunidade que lhes offereciam os conflictos nacionaes e religiosos para pilharem e incendiarem as casas de seus credores judeus e mesmo matarem a estes últimos.

7. BERNA, 29 (H) – Numeroso publico achava-se presente para assistir à primeira audiência do tribunal desta cidade, perante o qual se discute a questão da authenticidade dos chamados “protocolos dos sábios de Sião”. O processo é intentado pela União das Comunidades Israelitas de Berna contra a Liga dos Confederados Nacionaes e associações congêneres. Os autores pedem a confiscação e a interdição de vendas de numerosas obras anti-semitas e em particular dessa brochura referida. (...) Interrogado sobre o congresso sionista de 1897, o sr. Weizmann disse afirmar que não se realizara nenhuma sessão secreta, nem se tratara do estabelecimento da hegemonia israelita sobre o mundo.

8. E, annualmente, uma espécie de vingança do judeu... errante, contra Christo, o terrível dramalhão de Garrido, que eu aliás não costumo perder.

9. Manifestações anti-semitas, de character puramente local, verificam-se em Grodno, em consequência de um drama nos bairros suspeitos da cidade, onde dois indivíduos de origem judia assassinaram a facadas o christão Ladislass Kuszoz, com quem tinham questões pessoaes. Foram presos os assassinos, que se chamam Kantorowitz e Spem. Certos elementos aproveitaram-se do enterro da victima para promover manifestações no bairro judeu, onde quebraram vidros a pedradas e agrediram transeuntes, um dos quaes foi morto. A polícia prendeu vários manifestantes. A calma foi reestabelecida e a comunidade judia publicou um appello em que assegura aos israelitas inquietos com o eventual andamento dos factos, não haver motivos para preocupações.

10. O anti-semitismo continua a assolar a Allemanha. Em Sagan, na Silesia, foram collocados letreiros luminosos com a seguinte inscripção: “Os judeus são indesejáveis”. Em Waren, no Mecklemburgo, os hoteleiros decidiram collocar a mesma inscripção à entrada dos seus estabelecimentos.

11. O orgão official dos camponezes allemães declara que “A noção de negociante foi importada de Israel”, acrescentando o seguinte: “Os negociantes procuram comprar

barato e vender o mais caro possível. É por isso que tendo em conta os princípios da revolução nacional-socialista os camponeses alemães querem criar uma corporação nova, cujos nomes, sem mancha, venham dos nossos antepassados. Serão “distribuidores”. Assim serão denominados os nossos compatriotas que venderem aos consumidores os produtos camponeses a preços razoáveis.

12. Segundo informes publicados em Vienna, a celebre peça seria substituída por uma obra anti-semitica, cujo enredo gira em torno da sedução de uma moça alemã, por um judeu.

13. Organizado pela comunidade confessional israelita de Varsóvia, realizou-se um grande comício de protesto contra as perseguições aos judeus na Alemanha. A Assembleia prestou juramento de que continuaria a todo o transe a luta contra o hitlerismo e dirigiu à Sociedade das Nações um apello em favor dos israelitas alemães.

14. A imprensa alemã se occupa com o recrudescimento da campanha de diffamação e mentiras que está sendo levada a effeito por uma parte da imprensa estrangeira. Muitos são os exemplos citados pellos jornaes alemães, a respeito dos methodos inescrupulosos que certos meios estão usando com o fim de propagar noticias sobre pretensas “atrocidades” contra a população israelita e os catholicos da Alemanha.

15. Nuremberg, 7 – Falando aos jovens alemães que vivem no estrangeiro e se encontram presentemente em visita à pátria o Sr. Streicher manifestou-se nos seguintes termos: “Onde quer que os outros povos tenham trabalhado arduamente para converter os desertos em paizes férteis, os judeus apparecem para colher os frutos, tal como está acontecendo agora no sul do Brasil. Durante dois mil annos os judeus foram hospedes neste paiz e durante esse período elles envenenaram a intelligencia e a alma dos alemães.

16. A resposta a essa pergunta foi dada “Schwarzer Korpe” pelo dr. Zarck funcionario da directoria do Partido Nacional Socialista, com instruções e dados explicativos que não deixam margens e dúvidas. De conformidade com essas instruccões, qualquer cidadão allemão pode dar voz de prisão a um judeu nos casos abaixo especificados:

- a) Se houver flagrante de desrespeito público, isto é, se um judeu violando a hospitalidade alemã se exhibir em publico com uma mulher alemã;

- b) Se dansar em um baile com requebros e menelos insolentes;
- c) Si se singularizar por uma attitude espectacular nalguma estação balnear allemã.

Em casos taes considera-se que o judeu põe em perigo a ordem publica interna (...)  
Se o judeu oppuzer resistência, se não puder provar, cabalmente a sua identidade ou se houver receio de evasão, o allemão tem o direito de empregar a força. As instrucções não permitem amarrar e pôr a ferros o judeu, “se não em casos excepcionaes”.

17. Cidade do Vaticano, 12 – Os judeus do México deliberaram boycotar os productos allemães, comprando a preferênciam os similares mexicanos, em signal de reconhecimento pela hospitalidade que lhes é concedida.

18. Hamburgo, 12 – As autoridades nazistas prenderam os irmãos Hermann e Manfred Bauer, israelistas, e o empregado do banco Oscar Fischer, também judeu, sob accusação de estarem contrabandeando vinte mil marcos para o estrangeiro. A quantia foi apreendida.

19. Katowits (Silesia-Allemanha), 12 – Quando tentavam arrancar das paredes das ruas cartazes nazistas, de ataque aos judeus, vários israelitas foram aggreddidos. Em seguida os aggressores borraram a pixe a fachada das lojas dos commerciantes de origem semita, partindo-lhes as vitrines e janellas. A policia interviu, afinal, dispersando os manifestantes.

20. Berlim, 14 – O “Voelkischer Beobachter” publica novos dados estatísticos sobre a população israelita do Reich. O órgão official informa que residem na Allemanha 499.682 israelitas dos quaes 160.564 em Berlim, o que constitue 8,8% da população da capital. Em Frankfort a percentagem eleva-se a 4,7%. O jornal commenta que os judeus de Berlim formam portanto uma cidade da população de Wiesbaden. Os maiores núcleos israelitas estão localizadas no oeste burguez da cidade, onde os residentes judeus attingem a 18, 54% da população e o centro commercial de Kur-furstendam.

21. A seguir, falou o Sr. Alfredo Ellis Junior que concluiu o seu discurso sobre o problema ferroviário, iniciado em sessão anterior. Antes, porém, de abordar o assumpto que o levará à tribuna, o Sr. Ellis Junior esclareceu referências feitas, na primeira parte

do seu discurso, sobre os judeus. Disse que o seu pensamento estava sendo mal interpretado, porquanto não combate a raça israelita mas a mentalidade dos judeus onzenários<sup>28</sup>.

22. Berlim, 16 – Logo após o discurso do sr. Streicher ocorreu aqui uma demonstração anti-semita. O início dessa demonstração ocorreu quando um elemento da S.A. quebrou, com um ponta-pé a vitrine de doces e bombons em frente ao palácio dos Esportes. Depois desse gesto, explicou: - “Um porco imundo rasgou o cartaz de Der Stuemmer affixado nesta vitrine!” ao que a multidão começou a agglomerar-se no lugar, ouvindo-se alguém que vociferava: “Onde estiver esse judeu, agarremo-lo”. Por fim, um dos homens da S.A. induziu a multidão a dispersar-se, alguns dos presentes puzeram-se a cantar em cântico – Acorda Alemanha – Que pereçam os judeus.

23. Em Rathenow, pequena villa situada a 100 quilômetros de Berlim, foi impressa uma lista dos judeus estabelecidos na localidade, com os nomes, sobrenomes, endereços e profissões. A primeira parte da lista traz um desenho representando “um explorador” judeu, puchando um operário irmão preso por um cadeado no nariz e abaixo do desenho a seguinte inscrição: “Que é um judeu? um indivíduo vindo do Egipto que maldiz os anti-semitas, renega a sua origem, odeia a carne de porco, empresta dinheiro sobre penhores, pratica a “scroquerie”, anda descalço, não trabalha, entrega-se à mendicidade e à usura, sangra os animais e explora os homens. Não prestam para nada.”

24. Prosseguindo afirmou: -“Há a necessidade humana de libertar daquelle piedoso sentimento, que lhe suffoca o coração, todo o judeu que lê o que esta acontecendo aos nossos irmãos da Alemanha. O governo inglez poderia auxiliar-nos nesse trabalho, na Palestina. Infelizmente, porém, o governo britannico preferiu o caminho da neutralidade, dentro da armadura do mandato.” Depois dessa crítica, o orador reverteu à velha these, dizendo: - “A despeito dessa censura, os judeus não devem esquecer que a Inglaterra nos deu a oportunidade de cumprir uma missão histórica. Há, portanto, uma ligação moral entre nós e a Inglaterra.”

25. Nuremberg, 16 – Eram nove horas da noite quando o sr. Goering, presidente do Reichstag, subiu hontem à tribuna, para abrir a sessão. (...) Reinava na sala uma atmospheria suffocante. (...) As leis apresentadas pelo chanceller Adolf Hitler e

---

<sup>28</sup> Judeus que emprestavam dinheiro a juros.

promulgadas pelo “Reichstag” são as seguintes: 3º) – Esta lei, no concernente aos judeus, prevê penas severíssimas que vão, até a de prisão. As penas referentes às relações sexuais entre judeus e alemães vão até 10 annos de prisão celluar. O casamento entre judeus e alemães, e vice-versa, é rigorosamente prohibido e será annullado e sujeito a processo quando realizado no estrangeiro, afim de cahir sob a alçada da lei allemã. Penas menos severas, mas que attingem até um anno de prisão, são previstas contra os judeus que usarem a “cruz swastica”, ou as insígnias nacional-socialistas.

26. Que se deve dizer, agora, desse revolucionário da belleza e da simplicidade allemãs? Que valeram aos allemães a crueldade, a tyrania e a opressão dos nazi? Hitler! Antes de mais nada, censuramos o mundo por ter, em Versalhes, imposto, à Alemanha, um fardo impossível de ser supportado. Foi por esse acto que se preparou o terreno propício para a germinação da semente da dictatura. Isso, todavia, não excusa a actividade de Hitler. Não deve ser em virtude de sua raça que um judeu deixa de poder morar na Allemanha, da mesma forma que não se pode acceitar o conceito de que um indivíduo, por ser catholico, deve necessariamente ser inimigo publico. Só um louco que pensa dessa maneira. Os judeus e os catholicos allemães não são diferentes dos nossos concidadãos, nos Estados Unidos, pois tanto judeus como catholicos, são o que de melhor existe entre nós. Quando o Kaiser chamou às fileiras os seus muitos milhões de guerreiros, não lhes perguntou si eram judeus ou catholicos. Na verdade, taes perseguições não passam de um narcótico destinado a adormecer a nação allemã angustiada.

27. Quando a nova e rude política racial, instituída por Hitler, tornou impossível a vida dos Judeus na Allemanha, publicamos um documento artigo, demonstrando, tanto quanto nos era possível, que nada é mais arbitrário do que dizer “raça israelita”, por que os fieis ao Antigo Testamento não constituem propriamente uma “raça”, nem pelo sangue, nem pela cor e nem por outras características physicas. Há Judeus pretos, mongóes, de sangue escandinavo, germânicos, latinos e até gitanos. O Israelismo é uma crença, uma mentalidade, uma maneira de pensar. Sua característica principal, que tem sido por vezes mal compreendida, é a fidelidade à tradição, o culto de seus maiores, o respeito pelos costumes e ideias de seus antepassados, uma piedosa e mystica reverencia pelo passado. Eis os traços que distinguem os Israelitas, que lhes dão individualidade typica. E como essa tendência é nelles sincera e não resultado de um programma, de uma encenação, elles não podem ceder aos que lhes são diferentes; não podem mesmo

compreender que não se seja como eles são. E eis a base da lendária intolerância, que há tantos séculos o mundo censura aos Judeus. Ultimamente, estão ocorrendo em Hespanha, factos que ainda mais confirmam nossas afirmações. Como se sabe, quando os impiedosos decretos do Sr. Hitler tornaram por assim dizer impossível a vida dos israelitas na Allemanha, muitos milhões desses indivíduos, cujas famílias ali viviam há vários séculos, tiveram que emigrar e procuraram um novo lar na Palestina, nos Estados Unidos, na França ou aqui no Brasil, onde tantos Judeus estão ao abrigo de quaesquer perseguições ou preconceitos. Outros, em número não pequeno, procuraram o território de Hespanha, ou mais especialmente Barcelona, onde a população teve a surpresa de verificar que esses homens, mulheres e até crianças, residentes desde o nascimento na Allemanha e descendentes de outros Judeus ali estabelecidos há séculos... falavam hespanhol. Soube-se então, que eram Sefardistas, isso é, descendentes dos Israelitas expulsos pelo rei Ferdinando o Catholico, no fim do século XV, há mais de quinhentos annos. Feridos, então, como hoje, por uma ordem brutal de banimento, os Israelitas tiveram que deixar o território de Hespanha, como agora deixam o da Allemanha. E como nenhum paiz podia recebê-los em massa, espalharam por todo o mundo desde o norte da Europa até ao Extremo Oriente e o sul da África, mas até hoje conservam o idioma e os costumes, que haviam adoptado, durante longa permanência na península ibérica. Porque foi em Hespanha graças aos Arabes, que os Israelitas tiveram seu melhor período, na Europa, após o advento do Christianismo. Embora intransigentes, intratáveis no terreno das discussões religiosas, os Árabes toleraram em certa época mais facilmente os Judeus do que os Christãos. Estes, com os dogmas da Santíssima Trindade, a divindade de Jesus e culto dos Santos, lhes pareciam mais heréticos, mais inconciliáveis com suas crenças do que os Judeus, que também sustentam, com inabalável firmeza, a crença e o culto de um Deus único. Estes (os judeus) haviam se identificado a tal ponto com a Hespanha, que haviam abandonado ou esquecido o hebreu, a ponto de adoptar a língua hespanhola até para o culto divino. Sendo o livro de Esther e as Prophecias lidas nas synagogas de Aragon e Castella no mesmo idioma em que os philosophos exprimiam seus pensamentos (...) Houve, então, o êxodo dispersivo, como o de hoje, mas partindo e instalando-se nas mais diversas regiões do mundo, os judeus dessa época levaram o idioma adoptado por seus maiores e até hoje se mantem fieis a elles, constituindo um ramo especial aos israelitas, conhecido desde então com o nome de Sefardita ou Sefardi – que lhes fora dado pelos árabes. (...) O antigo bairro judeu de Barcelona consistia em um labytinho de ruas pequenas e estreitas, de que



restam apenas vestígios nos arredores da Cathedral. Ahi vivem elles felizes até 1492, o mesmo anno em que Colombo descobriu a América e os reis catholicos expulsaram os judeus da Hespanha. Quatro séculos depois, em 1915, alguns Sefarditas, expulsos pela grande guerra da Turquia, Grecia, França Marrocos, voltaram à Barcelona e, não sendo ali maltratados, offereceram agora abrigo aos fugitivos da perseguição de Hitler. E, hoje, os trezentos ou quatrocentos hebreu de há vinte annos são em Barcelona mais de cinco mil. Desse número, metade é sefardita, mas só se distingue da outra metade pelo idioma. Do ponto de vista religioso, nada os diferencia e essa circunstância; reforçada pelo espirito de fraternidade, mais forte nos judeus do que em qualquer outro povo, faz com que vivam todos na mais perfeita harmonia. Há entre eles ricos, remediados e pobres, há banqueiros, negociantes prestigiosos e vendedores ambulantes de gravatas e suspensórios. Detalhe curioso: entre elles são raros os analphabetos. Não vivem apertados em bairros especiais, mas reúnem-se em determinados cafés, comem em geral em restaurantes especiais. Mas isso todas as colônias estrangeiras fazem ali, como em toda parte.

28. Berlim, 29 - Interpellado relativamente ao fundamento essencial da legislação anti-semita, votada na sessão da Reichstag, reunida por ocasião do Congresso Nacional Socialista de Nueremberg, declarou Hitler: “A necessidade do combate ao bolchevismo é um dos motivos fundamentaes da legislação sobre os judeus na Alemanha. Essa legislação não é anti-semita, mas sim pró-germânica, acrescentou: “Mediante essas leis, os direitos dos allemães deverão ser defendidos contras as influencias semitas destruidoras.” O “fucherer” declarou ainda que, praticamente, todos os agitadores bolchevistas na Allemanha tem sido judeus e que também a Allemanha se acha separa da União Soviética por uma distância de apenas algumas milhas, tornando-se, assim, imprescindível uma série de medidas de protecção prática e permanente para a defesa do Reich contra “a actividade desses agentes, em sua maioria judeus, que dão vulto à propaganda communista.”

29. Varsovia, 7 – Na Universidade de Lwow os estudantes judeus, que não tem podido assistir as aulas há 8 semanas foram expulsos novamente da Faculdade de Direito. O deputado judeu Rubinstein, que protestou hontem na Camara contra as actividade anti-semitas verificadas na Polonia e lembrou as “brutalidades feitas contra os judeus na Allemanha.”

30. Foi lord Balfour, quem, no caracter de ministro das Relações Exteriores, declarou oficialmente ao mundo, a 2 de novembro de 1917 – isso é plena guerra – sua intenção de facilitar e auxiliar o estabelecimento do Lar Nacional para o Povo Judeu na Palestina. Foi em consequência dessa declaração que, terminada a guerra, o tratado de paz confiou à Inglaterra o mandato de governar a Palestina, com o encargo de fundar ahi um Estado judeu, ou pelo menos, favorecer o renascimento de uma nação hebraica, na terra de seus prophetas. Como um penhor de sua lealdade, a Inglaterra nomeou seu primeiro comissário na Palestina, sir Herber Samuel, que é israelita e eis o Sionismo em marcha(...) Quem vencerá? Os israelitas temperados por vinte séculos de perseguições não desanimam. Organizam-se para resistir.

31. Berlim, 14 – Sob a alegação de que os “ventres collosaes são uma coisa supérflua e sem mais razão de ser na nova Allemanha” o órgão anti-semita radical, “Judenkenner”, que se publica semanalmente, sugere a criação de uma taxa especial contra a obesidade por parte do governo nacional-socialista. A taxa poderá ser estabelecida conforme as cintas das pessoas ventrudas, devendo aumentar proporcionalmente, a cada centímetro da cinta, acima dos limites fixados pelas autoridades. Só será permittida isenção para os casos de obesidade resultante de doenças. Taes isenções o “Judenkenner” deseja que sejam concedidas unicamente aos arianos, ao passo que os judeus e franco-mações deverão pagar em quaesquer circumstancias. O articulista propõe para os judeus uma taxa acima de 17 vezes superior à dos arianos, sob a allegação de que “as estatísticas já tem demonstrado que o padrão de vida dos judeus é 17 vezes mais elevado do que o dos arianos.”

32. Varsovia, 16 – Os grandes proprietários de Thron, Posnan e de outras localidades polonezas, baixaram uma resolução unânime, a entrar em vigor no anno novo, em virtude de se supprimirem as accomodações aos judeus, salvo em certa e especificada zona da cidade, onde ficará permittido um apartamento judeu, para cada dez christãos.

33. Jerusalem, berçodo christianismo, é agora umacidade dos cristãos. Os soldados inglezes conseguiram apoderar-se della, expelindo para longe os dominadores mussulmanos. (...) Jerusalém offerece logoa o viajante o curioso espetáculo das suas vielas estreitas, em ladeiras, algumas constituídas por umas simples escadaecheias de gente com fatos vistosos: frades de hábito pretoe branco, irmãs de caridade, guardas da polícia, todos de preto, mulhere sembrulhadase m véos,

Árabes demantos listados de cões vivas,  
peregrinos e turistas, vindos de todos os pontos da Europa e da  
Ásia, desfilando em rápida sucessão. No meio dessa multidão passam camellos  
carregados de fardos, e a nos que caminham sob os gritos e surdecedores dos seus  
conductores. A visita a Jerusalém começa em geral pelo quarteirão dos christãos, onde atraa  
todos em primeiro lugar a igreja do Santo Sepulcro, que guarda as lembranças dos  
lugares onde Jesus soffreu e foi enterrado. É indizível a impressão que se tem logo à  
entrada. Transpondo a porta diante dos guardas musulmanos, o viajante esquece tudo e  
sente-se quase esmagado pela mysteriosa escuridão onde pairam nuvens de incenso e  
brilham as seintillações de um grande número de lâmpadas. Percorrem-se, uma após outra, as  
igrejas e as capellas destinadas aos diferentes cultos: gregos, latinos, armênios e coptas. Ouve-  
se um murmúrio incessante de preces e ladainhas abafado às vezes pelos sons  
graves do órgão. É com emoção mais intensa que o viajante  
percorre, ponto por ponto, os lugares onde Jesus passou: aqui, onde foi coroado de  
espinhos, allí onde foi pregado na cruz e adiante, finalmente, onde foi sepultado.

34. Iniciou-se hoje com o maximo vigor a greve dos syndicalistas polacos contra os  
judeus, à qual se associaram os coveiros, de sorte que a nenhum judeu foi dada  
sepultura. Todos os syndicatos das cidades polonezas de populações judaicas em geral  
realizaram manifestações grevistas.

35. Muito se tem falado e escripto, sobre a essência deste problema. Há muitas dezenas  
de annos que discutimos continuamente a questão: Que somos nós? Uma nação ou uma  
simples communitate religiosa? (...) É certo, porém, que os judeus não tem sido muito  
escrupulosos em questões de pureza racial. Todo homem, qualquer que fosse a raça que  
pertencesse, podia converter-se ao judaísmo; o convertido transformava-se em judeu  
não só pela fé, mas também, num sentido symbolico, em judeu pela raça. Por isso até  
hoje quando um convertido é convidado para ter na synagoga “Toran”, chamam-no  
“Abraham filho de Abraham”. De um modo symbolico, recebe a mesma alcunha que o  
judeu da mais pura raça... (...) Tudo isto é verdade, porém, não quer dizer que os judeus  
não se tenham considerado como nação. É preciso não esquecer que raça não é a mesma  
coisa que nacionalidade. Uma raça pode compreender várias nacionalidades. (...) Os  
judeus não constituem uma raça pura. Muito menos, as outras nações: porém isto não  
significa que eles não sejam uma nação. Se uma nação é um agrupamento humano, com

uma história comum e que, em consequência disso, se tem forjado uma psicologia particular e um ponto de vista determinado sobre a vida e sobre todos seus problemas, os judeus são uma nação, sem a menor dúvida.(...)Os judeus constituem uma nação sem Estado próprio. Nisto reside a tragédia judaica. Esse é o princípio e o fim da questão judia. Um povo disperso entre todos os povos, que em todas as partes é considerado como estrangeiro e que não pode abandonar seus costumes nacionais, seu aspecto nacional, sua individualidade nacional, embora quisesse fazê-lo. Um povo assim, deve sofrer, necessariamente. (...)O judeu nacionalista e o partidário da assimilação, que procura se esconder sob o manto religioso com o mesmo ímpeto e entusiasmo do nacionalista. Não fazem diferença entre o orthodoxo e o herético, entre o crente e o descrente. Todos são iguais. Para os perseguidores, o judeu permanece judeu queira ou não queira, seja religioso ou não seja, nacionalista ou internacionalista. Aquelles que querem se convencer de que são judeus apenas no sentido religioso e esperam por isso ser respeitados, logo se convencem do impossível. Os judeus alemães foram os primeiros a começar a negar a sua nacionalidade. Foram os primeiros a argumentar que não eram mais do que uma “comunidade religiosa”. Converteram-se em alemães mais “verdadeiros” do que os próprios alemães. Porém veio Hitler e ensinou-lhes que classe de alemães eram. E a Alemanha não é o único país do mundo e nem Hitler, o único Aman. Há outros países e outros Hitlers que nos perseguem. Todos os nossos protestos de que pertencemos e constituímos uma comunidade religiosa, servirão de bem pouco, pois elles pensam o contrário. E elles são os senhores e a elles compete decidir. E como dizia o velho profeta Jeremias: “É inútil te adornares; teus amantes te trahiram. Querem tua vida.”

36. Basileia, 6 – Um Tribunal Especial, composto de juizes e de cidadãos eleitos pelo povo, condemnou hoje, a tres annos de prisão, o alemão Hans Wesemen, supposto emissário nazista, accusado de ter sequestrado o jornalista germânico judeu anti-nazista Bertold Jacob, no dia 8 de março de 1935, levando-o para a Alemanha.

37. Londres, 19 – OS ÁRABES MOSTRAM-SE DESCONTENTES COM A LIBERTAÇÃO DOS PADRES JUDEUS. A libertação dos padres judeus suscita grande descontentamento entre os árabes

38. O integralismo não tem preconceito de raça. Não somos anti-semitas, mas há muita gente interessada em dizer. E os judeus tem sido os nossos grandes adversários.

Judaísmo e banqueirismo internacional são synonymo. Combater um e combater outro. E por isso nós combatemos o judaísmo organizado contra os legítimos interesses da pátria brasileira. Não, a raça judaica. Judeu por ser judeu, unicamente, não é considerado nosso inimigo. Só quando exerce actividade dissolvente, actividade “judaica”, é que elle é visado pela nossa força revolucionária. Ao judaísmo raça, ao judaísmo povo, o nosso respeito de homens, irmãos em Deus. Ao judaísmo opressor, toda a nossa revolta de povo oprimido, que conta com a protecção de Deus.

39. Genebra, 18 – O Congresso Mundial dos Judeus, depois de longos debates, approvou finalmente a resolução de boicotagem, reaffirmando que os israelitas de todos os paizes estão dispostos a combater o nacional-socialismo por todos os modos, mediante a boicotagem dos gêneros allemães.

40. A propósito da perseguição contra os judeus, diz Bernard Shaw: “Lançar a polícia no encalço de Einstein, porque elle é judeu, só se pôde justificar pelo facto de os judeus serem os inimigos naturaes do resto da raça humana, existindo como existe, uma perpétua guerra contra elles: dessa forma, todo gentio tem tanta razão de matar um judeu, como o soldado romano a tinha de matar Archimedes. Não há de resto, duvida alguma, que os judeus são as creaturas mais nocivas deste mundo. Todo historiador, ou todo psychanalista competente pôde apresentar uma grande somma de argumentos irrefutáveis, provando que o mundo seria melhor conduzido se os judeus nunca tivessem existido.

41. VIOLENTOS ATAQUES AO BOLCHEVISMO E AOS DIRIGENTES SOVIÉTICOS. Nurenberg, 10 – No Congresso do Partido Nacional Socialista, reunido em Nurenberg, o Sr. Goebbels ministro da Propaganda do Reich, pronunciou o seguinte discurso: “O bolchevismo é uma loucura criminosa e pathologica e, como tal, pode ser creado e orientado pelos judeus com o fim de aniquilar os povos civilizados da Europa, estabelecendo do mínimo semita internacional. O bolchevismo só poderia ser germinado em cérebros de judeus. (...) Schopenhauer dizia: “O judeu é o mestre da mentira.” Não devemos, pois, estranhar que o judaísmo e o bolchevismo estejam tão intimamente ligados.

42. Em junho de 1605, na mais de 300 anos, um chinez da cidade de Kai-Fang, chamado Fonan, perguntava pelo padre Matteo Ricci, num dos estabelecimentos da mansão jesuíta de Pekin. O chinez contou ao missionário que a comunidade de Kai-

Fang concentrava varias famílias que observavam as práticas judaicas centralizadas numa synagoga. No templo se conservavam as escripturas hebraicas e a comunidade era presidida por mestres e rabinos. PRÁTICAS JUDAICAS Os judeus, além de observarem as festas e dias de jejuns, praticavam a circuncisão. Não comiam carne de porco, descansavam no sabbado e rezavam três vezes por dia. (...) É muito interessante notar que o nome chinês das synagogas hebraicas “Ching Chen Ssu” – “templo da pureza e da verdade” – se estende actualmente a todas as mesquitas dos mussulmanos chineses. O judaísmo chinês está intimamente ligado ao mahometanismo do mesmo povo e este último emprega parte da terminologia e das práticas religiosas do primeiro, que já estavam estabelecidas quando se produziram as primeiras manifestações de religião mahometana. É curioso porém, que o mahometanismo se estendeu rapidamente, chegando a figurar, actualmente, entre as principaes religiões da China, enquanto que o judaísmo, apesar da sua longa história e tenacidade de sua existência em outras parte dos mundo está ameaçado de completo desaparecimento na China.

43. Acaba de ser publicado em portuguez, e está sendo um fragoroso sucesso de livraria, a collectanea, dos Protocollos que há mais 30 annos alarma os leitores do chamado mundo christão, pela revelação de um plano organizado e machiavellico de domínio universal. Os judeus negaram sempre authenticidade aos Protocollos. Os anti-semitas vieram reunindo provas cumulativas, anno após anno, de que esse compendio de cynismo e de maldade era producto exclusivo da mentalidade e da psychologia israelitas.(...)Os judeus serviram sempre de explicação, de bode espiatorio. Nos primeiros séculos as inundações como as seccas corriam por sua culpa. A exasperação dos camponeses por uma safra miserável ou pela fome della decorrente não chegava a incommodar o clero e os senhores porque antes uma voz intelligente insuflara a possível causa do mal: o judeu maldicto que matara Jesus. (...)Os Protocollos lembram muito a velha manobra occidental de attribuir ao judeu a culpa de todos os males e misérias que padecem os homens. Mostram o judeu como um todo uno, organizado e indivisível, omnisciente, omuspresente, o omnipotente, cheio de ódio e de fel, devorando as entranhas da humanidade. E’ elle próprio, desta vez, quem se attribue a causa da decadência e da corrupção do mundo actual. Os políticos se vendem? Por culpa dos judeus que os compram. A imprensa de todo o mundo mente, pertuba e desnorteia o publico? Por culpa do judeu que a corrompe. Os christãos se embriagam e se desmoralizam em noites de farras? Por culpa do judeu organizado que as propicia. O

christão saíu de casa, contou o dinheiro e foi contrahir moléstias injuriosas? Maldito judeu! crise, fomes e epidemias? E' o judeu!

44. É um romance de amor, começado na Allemanha, concluído no Brasil e com um epílogo que transtorna os nubentes, o que vamos narrar: Wainer Chaskel, judeu-alemão, quando da perseguição nazista aos semitas, resolveu embarcar, para o nosso paiz, como turista. Muniu-se do respectivo passaporte e aqui desembarcou. Apesar de estar ao par das leis que vedam a permanência de visitantes, além do prazo estabelecido, Weiner julgou poder ludibriar as autoridades, radicando-se nesta capital, onde conseguiu um emprego na casa Mappin Stores. Weiner deixará na longínqua pátria que o repudiava, uma noiva: Gertrud Clara Senftleben, allemã aryana. Não querendo submeter-se ao preceito nazista que proíbe terminantemente a união entre arianos puros e judeus, a moça tratou de seguir as pegadas do noivo e, adquirindo uma passagem de ida e volta (munindo-se assim contra alguma surpresa), também aqui desembarcou como turista. E, nesta capital, os dois apaixonados se uniram pelos laços matrimoniaes. Ignoravam os dois, assim como a maioria dos estrangeiros ignora, que existe uma severa fiscalização em torno dos passaportes.

45. Berlim, 16 – Por decisão do Ministério do Interior foi proibido a todos os allemães, casados com mulheres de sangue judeu, hastear a bandeira do 3.º Reich. Essa proibição se estende aos judeus que vivem com pessoas de sangue allemão.

46. (...)ONovoEstadodará maisjustae equanimeposiçãooajudaismomundial, umavezqueopovoerranteteriaformalmente osmesmosdireitosquequalqueroutragrandepotência(...)

47. (...)sercontempladoo estabelecimentodefinitivosostados arabesejudeusnaTerraSanta(...)os seuslugareseinstituiçõessagradasdevemser entregues permanentementeaoscuidadosdapotenciaque agir comandatariadaLiga(...)"

48. “(...)osr.Ghals,representantedoEgypto atacouplanoquea Palestinaem dois Estados(...)aumentaraodio entreosdois povos porseisrazões(...) Nãoosolucionariaoproblemadosjudeusno mundo(...)CreariadoisEstadospequenos dereligiõesdiferentese odios”

49. O PROCESSO DE JESUS – Não vamos aqui repetir a biographia de Jesus Christo, mas queremos apontar o facto surpreendente, neste último decennio, terem se dedicadoà

revisão desse processo puramente verbal um grande numero de historiadores, eruditos e juristas de todas as tendências e credos. Nessa revisão defendem-se os judeus. Um professor judeu da Universidade de Salonica pretende proclamar irresponsáveis, excepto Poncio Pilatos, a quantos intervieram no mais celebre processo da História. Segundo estes, os judeus apenas usavam uma forma de execução capital: o apedrejamento. (...) A crucificação era invenção romana e Poncio Pilatos foi o culpado. Não se tratará de uma questão de forma apenas? Os judeus parecem responsáveis da morte, mas não da maneira da morte...

50. Tel-Aviv, a viva, a judia, é uma cidade admirável, única no mundo pela sua formação e pelos seus paradoxos; é a cidade do judaísmo nacional, exprimindo-se em todos os idiomas internacionaes; é a cidade-refúgio dos perseguidores de todo o Universo, e que constroe as suas casas no stylo dos perseguidores; cidade fundada por amor à terra bíblica, e que se engorgita de tudo quanto é moderno; cidade ultra-moderna, onde todas as taboletas são hebraicas; cidade que foi bairro de Jaffa, a árabe, e que transformou Jaffa, a árabe, em bairro seu; cidade erguida sobre a areia, e que se tornou a rocha de Israel. Foi assim que vi Tel-Aviv, onde cheguei numa linda manhã de primavera. Tel-Aviv em hebraico quer dizer “colina da primavera”.

Numa grande sala clara, mobiliada à americana, com uma janela aberta para o mar da Judea e outras para os arbustos cortados à franceza, encontro-me com o sr. Diezengoff, homem de alta estatura e apparencia scandinava, fundador e prefeito de Tel-Aviv; trata-se de um personagem quasi llegendario; tem maçãs-do-rosto de typo tártaro e fala com acento alsaciano.

- Quer saber a origem de Tel-Aviv? É simples. Éramos quarenta judeus, suffocando no bairro sujo de Jaffa. Por que não poderíamos estabelecer, a algumas milhas dalli, à beira-mar, uma cidade nossa? Primeiro, erguemos barracas; depois casas se multiplicaram; a collectividade procurou um nome. Alguém propôz “Collina da primavera”. Era allegorico. É certo que não havia flores se não nas faces dos nossos filhos, nem jardins fora do nosso coração;mas aquilo era a primavera esplendida de Israel! Agora, Tel-Aviv tem dez mil casas particulares, além de prédios de concentração que bastam para receber todos os emigrados judeus da Alemanha. Cento e cinquenta mil judeus, numa cidade autônoma, com sua electricidade, os seus serviços de hygiene, as suas escolas, os seus cinemas, o seu rádio, o seu theatro, o seu conservatório musical, hospitaes, usinas, etc. Coisa extraordinária: - não há siquer uma fundação Rotschild,



nem uma instituição de caridade. Nós nos bastamos a nós próprios, e ignoramos o pauperismo. Temos o nosso casino, o nosso carnaval com gôndolas tel-avivianas, já célebres na bacia do Mediterrâneo. Teremos, em breve, os nossos jogos olympicos e, se Deus quizer, o nosso porto.

- E o conflicto entre árabes e judeus?

- Muito sério, mas não insuplantável. Já vencemos outros obstáculos; vencemos os próprios judeus...

- Os próprios judeus?...

- Sim, os anti-sionistas. Quase que comprometeram a nossa obra na Palestina.

- Então, há judeus anti-sionistas?

- Muitos. Há em primeiro lugar, os judeus indifferentes que, vivendo em paizes mais tolerantes e felizes, não concebem a necessidade de uma terra nacional para o judeu perseguido. Há, depois, os judeus fanáticos, os anti-sionistas-sionistas, se me permite a expressão. São perigosos, porque dispõem de grande poder no seio do judaísmo. Eram sionistas antes de Herzl e Nordau. Eram “amantes de Sion”, mas amantes mysticos, desejando, igualmente, a restauração da terra bíblica por meio de preces. Cobriram-nos de imprecensões e de anathemas, considerando-nos heréticos porque dispúnhamos de recursos profanos e porque conquistamos, sem revelação divina, a terra de Deus.

- E os árabes?

- Quanto aos árabes, enquanto o mundo nos deixou agir de acordo com o nosso modo de ver, entendíamo-nos muito bem com elles. Mas há quem se interesse por fazer com que não nos entendamos mais. Ah! O bloco árabe-judeu! Que pesadelo para os governos limitrophes!

- Mas os judeus tomam a terra aos árabes...

- Seria preciso saber a quem pertence esta terra. Não pertence ao camponez que nella trabalha. Quanto aos grandes domínios, foram dados, em sua maioria, no tempo dos sultões turcos, aos egypcios, aos libanezes, aos syrios, que nunca trataram dellas, abandonando-as aos beduínos. Há na famosa planície de Jesreel, lendária pela sua fertilidade nos tempos bíblicos, vastos campos que se tornaram tão argilosos, que só uma machina poderosa os pode lavar. De resto, a prova de que não empobrecemos os árabes está em que elles vem aos milhares da Syria, do Libano, da Transjordania, fascinados pela prodigiosa prosperidade da Palestina. Os nossos vizinhos, os lavradores árabes, não tiram proveito apenas da nossa irrigação, das nossas estradas, mas também

dos nossos methodos modernos de cultura, das nossas plantações, dos nossos dispensários, e até das nossas escolas.

- E como é que se ouve o povo falar em tantos idiomas estrangeiros em Tel-Aviv?

- Ah! Este é o ponto sensível. Sei muito bem que ainda somos uma torre de Babel. Isto se deve aos nossos emigrados. São polonezes, persas, húngaros, hespanhoes – gente que não estudou nem praticou o hebraico em sua juventude. Entretanto, ouça as crianças de Tel-Aviv: - são todas monolinguísticas, hebraicas. Só falam o hebraico, língua que se lhes ensina nas escolas, nos lyceus e nos lares; as línguas ditas “maternas” passam a ser “estrangeiras”. Essa é a nossa grande evolução. O nosso hebraico hoje falado é exactamente o hebraico da Bíblia, clássico, lyrico, adaptando-se, porém, a todas as necessidades modernas.

- Mas para que é que lhes servirá o hebraico, uma vez que ninguém o fala?

- Para crear a nossa alma judia e para integrar a nossa unidade nacional. As perseguições allemãs deram um resultado inesperado. Enriqueceram-nos, extraordinariamente, não de dinheiro, mas de disciplina, de meios technicos e de sciencia.

51. Chicago – O intento principal da união teuto-americana é o combate intenso aos judeus e a tudo que a elles diz respeito. Também faz parte do plano o combate ao communismo, porque, em sua opinião, “judaísmo e communismo são quase synonymos”, dizendo os chefes do movimento que dia virá que esses “cachorros de judeus e communistas procurarão tomar conta do poder, como tentaram fazer na Allemanha.”

52. Nurenberg, 13 – Referindo-se ao bolchevismo, como judeu, o “Fuehrer” disse: “Classifico esse problema como judeu, e como todos sabeis, não faço uma asserção gratuita, mas expresso um facto provado”. Declarou que “os judeus promoveram a democracia e as frentes populares, afim de organizar os grupos terroristas para “provocar a revolução, visando não o proletariado, mas os valores intellectuaes judaicos”, acrescentando: - “Nem moral, nem intellectualmente, elles são superiores; mas inferiores em ambos os campos.

53. Bucarest, 19 – Uma delegação de judeus da Bessarabia enviou um memorial ao ministro do Brasil em Bucarest, em favor dos judeus da Rumania, que tencionam

emigrar para esse paiz, em consequência das medidas em vista ou já tomadas, contra os semitas, pelo governo Goga.

54. Guayaquil, 19 – O decreto do chefe supremo do Equador expulsando os judeus residentes no Equador, declara que decisão visa favorecer os equatorianos e acrescenta: “Está demonstrado que os estrangeiros que chegam sem vintém ao Equador fazem grandes fortunas e mandam valiosas quantidades de ouro nacional às suas famílias estabelecidas em outros paízes. Declara que deseja corrigir tal anomalia e afirma que a medida devia ter sido adotada pelo governo há 40 annos.

55. A questão judaica, agitada no Brasil sob o figurino alemão, vem sendo posta em termos que não permitem ainda um juízo seguro aos que, sem ideias preconcebidas, estudam o assumpto imparcialmente, à procura da verdade que alicerce uma attitude em face da penetração israelita. Os anti-semitas pecaram pelo exagero e pela paixão com que se atiram ao combate e que lhes diminuem a capacidade de convencer. Sua campanha baseia-se numa obra, “Os protocolos dos sábios de Sião” de authenticidade muito contestada. E dahi derivam infinitas conclusões que se tornaram incríveis por si mesmas, tal a sua vastidão, pois fariam dos judeus a molla única da marcha da humanidade. Qualquer catastrophe que rebente no mundo é obra do semitismo.

56. Qualquer obstáculo levantado ao predomínio dos judeus, qualquer medida favorável aos princípios promanados da civilização christã, toda e qualquer campanha levada a effeito em nome do verdadeiro nacionalismo – tudo isso constitui anti-semitismo, na opinião dos judeus. Como christãos e como brasileiros, não podemos admittir o ódio aos judeus e a perpetração de violências, como as que os programs registram. Constituiria isso uma vergonha para a terra civilizada e christã de Vera Cruz; seria deshonor do nosso povo e o opprobio da nossa historia. Devemos, porém, acceitar e pôr em prática a outra espécie de anti-semitismo, isto é, a defesa de nosso patrimônio de costumes e de crenças, legado precioso de nossos antepassados. Não devemos nem podemos permittir que elementos extranhos venham exercer um predomínio injustificável sobre nós, com detrimento do que temos de mais sagrado e de mais augusto: pátria, família e religião. Nesse sentido, de defesa tríplice de nossa terra, de nosso lar e de nossa fé, acceitamos e admittimos como uma condição inelutável para o Brasil o anti-semitismo. Condemnando, franca e incondicionalmente, qualquer attentado ou violência

contra o indivíduo da raça hebréia, proclamamos a necessidade imperiosa do Brasil se defender do imperialismo financeiro, que os judeus tentam estabelecer sobre o mundo.

57. Viena, 16 – Patrulhas de jovens à paisana, ostentando braçadeiras com a cruz grammada, percorrem as ruas e assignalam à multidão os commerciantes israelitas, bradando “Morte aos judeus!” Outros passam pixe nas vitrinas dos estabelecimentos commerciaes, sobre cujas vidraças traçam em grandes caracteres a palavra “judeu”.

58. O decreto determina que todo judeu residente na Allemanha deve declarar às autoridades o montante de suas propriedades e fortunas, se excederem de cinco mil marcos.

59. Roma, 27 – Um grande numero de judeus italianos, alemães e austríacos assim como outras pessoas suspeitas, foram detidas nos últimos dez dias, como medida de precaução em face da nova visita de Hitler à Itália.

60. Berlim, 18 – Nas primeiras horas da tarde de hoje muitas lojas judaicas, situadas na Frankfurtstrss foram pintadas com legendas allusivas à nacionalidade dos seus proprietários, por grupos de meninos de 8 a 13 annos, munidos de brochas e latas de tinta. Em algumas paredes viam-se caricaturas, como por exemplo, a de um judeu pendurado em uma forca. Innumeros curiosos acompanhavam os pixadores.

61. Berlim, 6 – Segundo estatísticas officiaes allemãs, em 1937 existiam no mundo 16.800.000 judeus. Esta cifra, entretanto, não compreende senão os judeus de “religião mosaica”. As estatísticas allemãs fazem ressaltar que a terça parte dos judeus do mundo, ou seja pouco mais de cinco milhões, vivem na América, Nova York – segundo estatísticas – com 2.500.000 judeus, é a cidade do mundo que conta com mais elementos israelitas.

62. Vienna, 22 – No “ring”, em pleno centro da cidade, nas immediações da praça do Theatro da Opera, foram collocados seis enormes “placards”, que ostentam grotesca e monstruosa cabeça de um rabbino e os seguintes dizeres: “Os judeus são criminosos.”

63. Roma, 1 (U.P.) – O Vaticano continua a observar absoluto silencio sobre o curto e incisivo discurso do sr. Mussolini, pronunciado em Forli, no sábado passado e no decorrer do qual o chefe do governo repudiou a declaração do Papa de que “a Itália era

uma nação infeliz”, que imitava as ideias racistas da Alemanha e alimentava a intenção de executar o programa.

64. Londres, 3 (U.P.) – O correspondente do jornal “News and Chronicles”, a bordo do rebocador “Haertia Rartka”, que navega , actualmente em aguas do Danúbio, conta a odyssea de 46 judeus e da gentil esposa de um deles, que foram expulsos de Burgenland, em 16 de abril deste anno. Disseram que, depois de andar a toa, na floresta, durante quatro dias e três noites, chegando a um ponto que convergem as fronteiras da Austria, Hungria e Tchecoslovaquia, permittiram-lhes, viver em um rebocador velho alugado por phillantropos de Budapest e Praga, que se achava amarrado na praia, a quatro milhas do norte de Rajka.

O correspondente, que passou o dia a bordo do rebocador, diz que, quando chegou às 9h, os ocupantes do barco, que já estavam de pé desde às 5h, foram forçados a deixar a embarcação, fugindo aos insetos e outros animaes. Os ratos tinham devorado parte das solas dos sapatos das crianças. O rebocador, onde viviam os refugiados, estava dividido por dois tabiques de madeira (...)

Os refugiados receberam permissão para desembarcar, mas não podiam ir além de cem metros de distância, em qualquer direção. O mesmo jornal informa que o plano preparado para a evacuação gradual desses judeus visa a destinar alguns à Palestina e outros à Bolívia, onde se dedicando a trabalhos agrícolas.

O governo húngaro, segundo diz o mesmo correspondente, declarou que não permittirá que o rebocador fique por tempo indeterminado, amarrado à praia de Rajka. Por esse motivo, os judeus receiam apavorados que as autoridades mandem cortar as amarras da embarcação, deixando-a ao léo no Danúbio.

65. Roma, 5 (H) – O órgão semi-oficial “Informazione diplomática” publica, sobre o problema de raça, a seguinte nota, em que é fácil reconhecer o estylo peculiar ao sr. Mussolini:

“(...) os judeus foram sempre os apóstolos do mais integral, intransigente, feroz e até certo ponto admirável racismo. Os judeus sempre consideraram-se pertencentes a outro sangue e outra raça e chegaram a proclamar-se o “povo eleito”, dando assim prova de uma solidariedade racial acima de todas as fronteiras

E não queremos falar aqui da equação historicamente controlado, no correr destes últimos 20 anos, de vida européa entre judaísmo, bolchevismo e maçonaria. Não resta dúvida, portanto, que o ambiente esteja maduro para um racismo italiano.

66. “Por que esta lista? Porque os profissionaes italianos estão protestando violentamente contra esta invasão judaica, a qual com os seus methods peculiares de propaganda e valendo-se da conhecida solidariedade entre os judeus lhes está tirando toda a clientela.

67. MANIFESTAÇÕES CONTRA OS JUDEUS DE DIVERSOS PONTOS DA ALLEMANHA. BERLIM, 9 (H) – A recrudescia da luta anti-semita é devido ao attentado de que foi victima em Paris o secretário da legação germânica, sr. Von Rath, a propósito do qual os allemães resolvem tomar serias represálias. Em Herskled, os manifestantes queimaram a synagoga e praticaram outras depredações.

OS ISRAELITAS DEVEM SER TRATADOS COMO OS SUBDITOS DE UM PAIZ EM GUERRA. BERLIM, 9 (U.P.) – “Schwarz Corps”, órgão das tropas checas, prevendo em seu número de hoje a a expulsão de todos os judeus, estrangeiros residentes no Reich e o internamento de todos os israelitas allemães incapazes de viver dentro de sua comunidade, diz em parte. “Se os judeus nos declaram guerra – e isso já o fizeram – nesse caso devemos tratar os judeus da Alemanha como são tratados os membros de um paiz em guerra.”

68. PARIS, 10 (U.P.) – No íterim, um corpo especialmente, designado continua o inquérito para estabelecer os antecedentes do judeu Grynspan, em Paris. O jovem assassino continua em reclusão solitária, na prisão de Fresnes, não tendo ainda sido informado da morte de Von Rath.

69. BERLIM, 10 (H) – Os actos de selvageria levados a effeito em Kurfuesrtendam ultrapassam em violência, todos os commetidos até hoje. Columns de demolidores penetram nas casas, sobem aos escriptorios e quebram todas as vitrines. Os vidros caem com grande fragor, nas calçadas, móveis, papéis de negócios, cortinas e utensílios são lançados às ruas pelas janellas. Centenas de pessoas assistem impassíveis os acontecimentos. Todavia, em alguns rostos, notam os signaes de grande tristeza. (...) Todos os judeus residentes em Munich foram intimados a deixar esta cidade dentro do

prazo de 48 horas. Antes das 10 horas, todos eles foram obrigados a se registrar nos commissariados de Policia e a entregar as chaves dos seus concílios e garages.

70. ROMA, 10 – O decreto expedido pelo gabinete, em addição às medidas restrictivas já approvadas pelo Grande Conselho Fascista, estabelece que fica vedado aos judeus: 1º.) Possuir terras (...) 2º.) Possuir fábricas e outros estabelecimentos 3º.) Possuir interesses ou ter parte em qualquer industria relativa (...) Dispõe ainda o referido decreto que:

- a) Os filhos illegítimos de mãe judia e pae desconhecido devem ser considerados judeus;
- b) Os semitas ficam prohibidos de ter a seu serviço empregados domésticos de nacionalidade italiana; (...)

71. BERLIM, 11(H) – O ministro da Propaganda, sr. Goebbels, convocou para esta tarde os representantes da imprensa, “afim de desfazer alguns varios mal entendidos sobre os actos praticados contra os judeus nos dois últimos dias.” Affirma que existe entre o povo allemão e os judeu uma opposição tal que se torna necessária a intervenção do governo, porquanto os chefes políticos não querem que a questão seja resolvida pelo povo.

DESMENTINDO A NOTICIA DE EXPULSÃO EM MASSA. BERLIM, 11 (H) – A notícia de expulsão em massa dos judeus estrangeiro é inexacta. A Agência Havas está habilitada a informar que, até agora, não foi tomada nenhuma decisão sobre o caso, que continua a depender das medidas legislativas que serão tomadas opportunamente.

AS VIOLÊNCIAS PRATICADAS EM VIENA. VIENA, 11 (U.P.) – A cidade serviu de palco a actividades anti-hebraicas jamais verificadas nesta região desde a Idade Média. Os resultados daquellas actividades foram até agora os seguintes:

- 1º. – vinte velhas synagogas de diversas categorias foram completamente demolidas
- 2º. – milhares de judeus encheram os cubículos da cadeia ou se occultaram nos seus apartamentos;
- 3º. – as cadernetas das caixas econômicas, nas quais se acham registradas vultuosas sommas pertencentes àquelles mesmos milhares de judeus, foram depositadas no

gabinete do líder districtal nazista, aguardando a decisão do governo relativamente ao confisco;

4º. – um total um total indeterminado de israelitas – acredita-se que seja elevado – foi hospitalizado em consequencia das aggressões sofridas nas ruas, ao passo que um número maior ainda trata em casa suas escoriações;

5º. – centenas de estabelecimentos comerciais pertencentes a judeus – se não todos - foram fechados e seliados por tempo indeterminado;

6º. – muitas confeitarias, cafés e estabelecimentos de outro gênero foram terminantemente prohibidos de servir um judeu, sob pena de represálias.

72. BERLIM, 12 (H) – O Reich resolveu impor a todos os judeus a multa de um bilião de marcos como castigo do assassinato do sr. Von Rath. (...) A imprensa allemã contesta as informações publicadas nos jornaes estrangeiros sobre o numero de judeus presos no Reich, durante os dois últimos dias.

ARCEBISPO DE CANTERBUTY LEVANTA OS SEUS PROTESTOS CONTRA OS ACONTECIMENTOS DO REICH. LONDRES, 12 (U.P.) O arcebispo em carta dirigida a Times, sobre a Allemanha e os judeus, escreve: “Acredito falar pelo povo christão deste paiz, dando expressão immediata aos sentimentos de indignação que nos inspirou a leitura dos actos de crueldade e destruição perpetrados na Allemanha e Austria. Qualquer que seja a provocação de uma acção deplorável commettida por um único e irresponsável judeu, as represálias em tal escala representam vingança tão cruel e exagerada, que não podem ser possivelmente justificadas. (...)

MANIFESTAÇÕES ANTI-NAZISTAS, NOS ESTADOS UNIDOS. NOVA YORK, 12 (H) – A festa do armistício foi assignalada por manifestações anti-nazistas em muitos pontos dos EUA. Nesta cidade, uma delegação Pró-Paz e Pró-Democracia desfilou diante do consulado allemão, enquanto o sr. Oscar Schwoeller, presidente da Liga entregava ao cônsul um protesto contra as perseguições aos judeus allemães.

73. BERLIM, 14 (U.P.) – Noticia-se oficialmente que os judeus foram banidos de todas as escolas públicas do Reich.

74. WASHINGTON, 15 (H) – Na sua entrevista collectiva de hoje, com a imprensa, o Sr. Roosevelt exprimiu a profunda emoção do povo norte-americano, diante das



violências praticadas contra os judeus na Alemanha. Nessa ocasião, o presidente entregou aos jornais a seguinte declaração escripta: “As notícias chegadas do Reich nestes últimos dias chocaram profundamente o povo norte-americano. (...) Eu mesmo mal podia acreditar que semelhantes coisas pudessem se produzir na civilização do século XX. (...)”

75. Em mais de uma oportunidade, abordaremos esta columna, o problema judaico; analisamos-lhes os aspectos que vem interessando a opinião pública, em consequência da projecção do anti-semitismo no cenário internacional, e expuzemos alguns dos factores históricos, religiosos e económicos, que determinaram a situação diante a qual o mundo se encontra. A fim de esclarecer ainda mais os nossos leitores, vamos, hoje, traçar o marchado do sionismo, grande movimento redemptor dos judeus, que seligaintimamente a o destino da Terra Santa. Foi Moisés Hess o primeiro hebreu que levantou, em 1862, em conferências realizadas em Roma e em Jerusalém, a ideia de reunir em Israelitas num território propriamente bíblico da raça. (...) Theodoro Herzl, entretanto, tomou a chefia dos “palestinophilos”, de um movimento o nome de “sionista” (...) Em 1927, em plena conflagração europeia, a Inglaterra empregou grande número de soldados israelitas na conquistada Palestina. Dahi surgiu a promessa oficial, da parte do governo de Londres, no sentido de construir, na Terra Santa, o “Internacional judeu” (...) A colonização judaica na Palestina sempre offreu enérgica opposição da parte dos árabes nativos, também semitas, pela classificação idiomática, mas os mussulmanos pela religião. (...) Foi assim que se chegou ao “impasse” actual, em que o governo de Londres não sabe qual a decisão preferível – não pode abandonar os judeus, porque isto significaria a renúncia do mandato sobre a Palestina; não pode deixar de tomar em consideração as aspirações mussulmanas (...)

76. AMANHÃ, DIA DE JEJUM – Comunicam-nos da Synagoga Centro Israelita: “De acordo com a resolução do Rabinato, com a aprovação dos representantes de todas as Synagogas, foi proclamada para quarta-feira, dia 23, um dia de jejum em signal de sentimento pelo soffrimento dos nossos irmãos da Alemanha. Quarta-feira, às 16 horas, devem todas as casas commerciais israelitas cerrar suas portas, em demonstração de pesar e protesto contra as perseguições aos israelitas. Às 16:30, do mesmo dia, realiza-

se na Synagoga Centro Israelita, à rua Newton Prado, um escritório religioso, para o qual todos devem retirar convites.

PROTESTA A LIGA DOS ADVOGADOS – a Liga dos Advogados de São Paulo, órgão representativo da classe, reunida em sessão ordinária, pede a v. exa. seja seu intermediário na transmissão, ao presidente Roosevelt, de sua adesão ao protesto que a consciência jurídica universal levanta contra as atrocidades, praticadas na Alemanha, com a violenta postergação das garantias fundamentais do Direito e da Justiça, protesto que interpreta legítimos sentimentos da alma brasileira.

77. Todos os países de imigração, e conseqüentemente, todos os países do continente americano, devem estudar, com o maior cuidado, as decorrências lógicas das perseguições anti-semitas que se desenvolvem na Europa. A Alemanha, que é o “primeiro motor” do anti-semitismo contemporâneo, e a Itália, que vai seguindo, explicável ou inexplicavelmente, o caminho indicado por Berlim, quanto ao racismo, são nações de extraordinária capacidade de expansão. Quando a ideologia extremista da direita não se expande-se pela divulgação espiritual de seus princípios; e, seja pela posse de novas terras, seja pela infiltração mental, onde os fascismos apontam, brota, senão o anti-semitismo propriamente dito, pelo menos uma tendência a ver com maus olhos o elemento judeu. (...) O caminho que se aponta para o judeu é o da América. Não resta dúvida que a América, de pólo a polo, precisa de braços. Mas a imigração de que a América necessita é a quem vem disposta a ser assimilada pelo meio, e não a que aqui se instala com o propósito de formar kystos raciaes. Ora, o judeu que vem da Europa de hoje, onde é perseguido de morte, é creatura que traz, no seu espírito, pelo menos dois complexos: - o da inferioridade e o da perseguição. Pelo da inferioridade, une-se aos de sua raça, excluindo as relações com os elementos de outras raças ou religiões; pelo da perseguição, não está em condições psicológicas de fazer bom uso da liberdade que as democracias americanas garante. Assim, é preciso em se tratando do problema da aceitação dos judeus pelas nações das Américas, se pense, preliminarmente, numa re-educação do imigrante, afim de que elle, quando aportar em terras de Colombo, seja capaz de se conduzir de maneira diversa da que lhe era ou é habitual na Europa.

78. Foi preciso esperar pelo século vinte – o século dos navios a mazut, dos caminhos de ferro e dos aviões ultra-rápidos – para que o mundo europeu se fechasse aos hebreus, como consequência de uma das mais cruéis perseguições da história. Os jornais narram,

todos os dias, a sorte horrível dos fugitivos – mulheres, crianças e velhos – que, conseguindo, semimortos de frio e de fome, chegar a determinadas fronteiras de países vizinhos da Alemanha, são impiedosamente repellidos e entregues de novo aos seus carrascos.

Poder-se-ia crer que um refugio existisse para eles na velha pátria que é a Palestina. Mas não. Nem já elles são bemquistos. A Palestina, transformada em um teatro de uma luta sanguinária, também já lhes vae fechando as portas.

79. O senador social-democrata sr. Brandt enviou ao Comitê Nobel do Storting noruegues uma proposta, determinando que o Premio Nobel da Paz seja concedida ao chanceller Hitler.

80. O sr. Dulphe Pinheiro Machado, diretor do Departamento do Povoamento, que fez parte da delegação brasileira à Conferência dos Ministros da Fazenda do Brasil. (...)Resolvi, então, atacar o problema de frente, fazendo um longo relato de nossa legislação immigratoria, no tocante à defesa do nosso território contra o ingresso dos indesejáveis (...)

81. (...) A fundação de um Estado judeu, juridicamente constituído, simplificaria o problema do anti-semitismo internacional. Todos os países, e particularmente aquellos onde reina o anti-semitismo, deveriam ter interesse em facilitar a constituição desse novo tipo de Estado. No plano francez, a imigração judia, como, de resto, toda imigração estrangeira, apresenta-se sob dois aspectos: - o da defesa da unidade franceza e o da assimilação dos recém-chegados. (...)

82. PARA EVITAR A FORMAÇÃO DE COLONIAS RACIAES - O artigo 165 do decreto o. 3010, de 20 de agosto de 1938, preceitua que nenhum núcleo colonial será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade.

83. O sr. Dickstein disse que realizou um estudo completo das condições do Alaska, a fim de determinar se o mesmo offerece condições de adaptabilidade aos immigrados que nelle desejarem estabelecer colônias, particularmente os judeus expulsos da Alemanha e da Austria. As suas investigações demonstraram que o Alaska pode receber mais de um milhão de pessoas. O JAPÃO NÃO NEGARÁ HOSPITALIDADE AOS JUDEUS Falando aos representantes da imprensa, a propósito da attitude do governo japonéz com referencia aos judeus, o sr. Arita, titular da pasta das Relações Exteriores,

declarou que “em suas relações com os subditos estrangeiros, o Japão nunca fez discriminações, de sorte que os judeus estão sujeitos ao mesmo tratamento que tem dispensado aos demais estrangeiros. O governo nipponico nunca lhes negará a entrada em seu território, pelo simples facto de serem judeus.”

84. Informa-se que milhares de judeus expulsos da Itália tem estado a vagar pelos Alpes, de Nice a Menton, procurando penetrar na França pelas veredas das montanhas. Muitos deles experimentaram atrozes sofrimentos em virtude do frio e da fome.

85. Sabe-se que o governo da Bolívia prohibia a entrada de judeus durante o prazo de seis meses, mas permitirá o desembarque (...)

86. Assumem serias proporções as manifestações de hostilidade dos judeus contra a Inglaterra

87. Protestando contra o “Livro Branco”, os israelitas desenvolvem violento plano de attentados e assassínios em massa (...)

88. Anuncia-se que duzentos judeus, que se encontraram a bordo do “Saint Louis” tomaram a deliberação de se suicidarem, se o comandante do navio for obrigado a levá-los novamente para a Allemanha. O NAVIO REGRESSA A HAMBURGOD (U.P.) A propósito do caso do vapor allemão “Saint Louis”, a cujo bordo se encontram centenas de judeus emigrados da Allemanha, o ministro do Interior, sr. Ochoterena declarou não textualmente: “O caso do Saint Louis está definitivamente liquidado” (...)

89. (...) É que os israelitas do “Saint Louis”, receosos de perseguições tremendas e certas, tomaram a decisão trágica de, não lhes for concedida autorização para descer em paragens americanas, praticar suicídio collectivo, de preferência a regressar ao porto de Hamburgo. (...) Na América não se odeia o judeu, pelo facto de ser judeu; milhares e milhares de filhos de Israel ahi estão, para attestar a liberdade com que se movem e a lhaneza com que são tratados, em absoluto pé de igualdade, relativamente aos outros mortaes; mas não é justo, do outro lado, que a Europa lance ao novo mundo o que julga que não mais lhe serve, sendo justo, por lógica, o corolário que a America applica, defendendo-se de migrações em massa que não correspondem ao typo mais adequado às suas necessidades. Caberia à Europa a tarefa de resolver o seu problema judeu, de forma claramente humana. (...)

90. Os governos da Belgica e da Holanda, informaram que não receberão nenhum dos judeus que viajam no vapor “Saint Louis”. Em vista disso, o vice-presidente da Comissão Internacional de Auxílio aos Judeus, sr. Robert Pell, procurará persuadir os governos da Inglaterra e França a que lhes de auxílio. Sabe-se que a Comissão de Auxílio aos Judeus, nos Estados Unidos, se propoz a contribuir para a manutenção desses refugiados, se a Inglaterra e a França os admittirem.

91. Há actualmente na Allemanha ainda que isso possa surpreender, judeus “economicamente preciosos”. Com effeito o jornal “Magyar Nemzet” annuncia que na Allemanha os judeus especialistas serão admittidos em todos os empregos públicos. Contudo, serão distinguidos dos arianos puros por distinctivo com as iniciaes “W. W. J” – Judeu Economicamente Precioso. Os membros do partido poderão conviver com elles, mas somente em sigillo.

92. Os acontecimentos que sacudiram o mundo desde a expulsão dos judeus da Allemanha, até aos primórdios do choque entre árabes e israelitas, na Palestina, puzeram na ordem do dia uma raça que já parecia olvidada no mundo. Pouco, muito pouco se sabia da grande e mysteriosa família de Israel, além do que as passagens bíblicas offerciam. Agora, em pleno século de Marte – o século XX merece tal título – são contínuos os estudos que se fazem a respeito da “raça errante”. Assim, uma das revelações interessantes que se refere ao “Typo judaico”. Não há uma classe única de judeus, nem se pode considerá-los membros de uma raça pura, pois desde a eternidade constituíram producto do cruzamento de varias raças. A primeira derivação compreende o typo antigo ou oriental. A segunda é daqueles cujo elemento mediterrâneo se reforçou pelo cruzamento com os árabes ou com os europeus do sul. A terceira compreende os que, ao emigrar da Palestina para os Balkans e para a Europa Oriental, reforçaram seu cruzamento com a raça slava. Nenhum desses grupos viveu isolado. Os sephardins, expulsos da Hespanha, mesclaram-se aos judeus orientaes da Turquia, com os askenázicos (allemães) na Bohemia e Hollanda. A importância dos israelitas americanos surgiu durante a guerra e se affirmou depois della quando, graças à sua philantropia dotada de tão poderosos meios econômicos, puderam favorecer os seus compatriotas que se encontram na Europa sofrendo necessidades. Pensam os dirigentes judeus-americanos que o yiddish deve substituir o inglez, conservando ainda a tradição hebreia na religião, na ethica dos prophetas, na vida familiar e no folclore. (...)

93. Sob a capa de simples biologia e atingindo e cheio as multidões, procuram ideias racistas substituir todos os outros valores históricos e se tornar a base constructora de grandes povos. Disfarçadas com tinturas pseudo-científicas, accusam essas novas theorias a intenção cada vez mais evidente de se tornarem ideologia política, como arma de propaganda ou meio de luta, violando as mais elementares noções biológicas. A ideia fixa de sangue e de outras qualidades de raça pura, seduziu certos povos que não compreendem que no terreno histórico a científico, a pureza racial humana, a linha recta e sem mistura, se tornam, como já disse alguém “tão diffíceis de verificar quanto de definir.” (...) Assim também seria impossível procurar definir as características da raça dos judeus actuaes. Afora certas regiões, como a Tunísia, onde a população israelita mais ou menos se isolou ou foi isolada, por suas crenças religiosas ou pelos preconceitos dos que a cercaram, os grupos israelitas do mundo possuem os mais variados typos ethnicos. Isso se explica se verificarmos que alem da raça judia há a religião e a cultura judaica, e que há muito judeu de religião e de cultura que não tem uma gotta de sangue judeu. (...)

94. Temos visto na imprensa referencias à probabilidade de grandes imigrações européas, em consequência da guerra, depois de liquidado o tremendo conflicto que exhaure o velho continente. Dantes era assim. Depois de um período de choques guerreiros, as devastações materiaes e os desequilíbrios econômicos lançavam fora dos paizes belligerantes numerosas massas de trabalhadores, que procuravam outros recantos mais pacíficos do mundo, onde pudessem compensar-se dos prejuízos soffridos. (...) Por isso, houve grandes esperanças, a esse respeito, durante a conflagração de 1914. Mas logo se desfizeram as illusões. (...) E o facto é que os immigrants que recebíamos minguraram depois da paz, estancando-se as fontes que alimentavam as correntes de trabalhadores para o Brasil. A não ser que um grande cataclysm abata sobre a Europa e a subverta na miséria e na ruina, não devemos esperar a retomada do antigo rythmo da immigração. (...) Não podemos apelar senão para Portugal. Lá, há excedentes demographicos, que o governo desejaria encaminhar, em boas condições, para localizações propicias. Não sabemos mesmo porque, não tem eles sido trazidos para o Brasil, que os receberia como os immigrants que mais poderíamos querer. Bons trabalhadores, os portugueses são sempre benvindos, sob este aspecto, que é restricto. Além disso, consideramo-los optimo fator eugênico, que às suas virtudes próprias ajuntam à de identidade de língua, raça, costumes e religião. Assim

pudesse S. Paulo introduzir em dez annos um milhão de portuguezes na sua mistura racial! (...) Os povos de nível inferior, os bárbaros, os selvagens? Ou ao contrário, deveríamos estimar que viessem para cá outros povos de vida agrícola mais adiantada, capazes de influir para o nosso processo nesse terreno e em todo mais?

95. São Paulo, por exemplo, já possui – e é coisa que pode ser facilmente observada por todo mundo – arrabaldes que se distinguem pela raça que os povos. Temos o “bairro sírio”, o “bairro japonês”, o “bairro lituano”, o “bairro judeu”. (...) O Bom Retiro é tipicamente o bairro semita da Capital, como a Móoca é o lituano e como o “Jardim Paulista” e o “Jardim América” principiam a transformar-se em “enquistamentos” dos judeus apossados, mas de melhores posses.

96. Chegou ontem a São Paulo, viajando de avião o dr. A. Mibashan, representante da “Jewish Agency”, anexa ao Congresso Mundial Israelita, cuja missão se prende aos trabalhos de socorros que, em diversos países, estão sendo prestados às vítimas das perseguições anti-semitas, assim como aos esclarecimento da sua verdadeira situação. (...) A última vez que estive na Palestina – disse inicialmente o dr. Mibashan – foi há cerca de um ano, dois mezes antes de ser ali desencadeada a luta entre árabes e judeus. O número destes últimos, segundo o censo de setembro de 1933, era calculado em 500.000. Hoje, essa cifra aumentou consideravelmente. As dissensões que provocaram aquela luta desapareceram, atualmente. (...) Desde o começo da segunda grande guerra, cerca de 15.000 israelitas já entraram na Palestina. Muitos naturalmente não podem vir por mar. Fazem-no então pelos mais acidentados caminhos terrestres. No mês findo, 900 judeus emigraram na Terra Santa. A situação dos judeus no Velho Mundo – Em Varsóvia, por exemplo – disse – foi criado um “gheto”, onde os semitas não se podem retirar e onde se acham completamente privados de meios higiênicos, lutando contra epidemias que ali estão grassando (...) O dr. Mibashan, a essa altura, mostrou o apoio que os irmãos de religião e de raça daquelas vítimas lhe prestam, em todo o mundo, dizendo que, ainda recentemente, o Congresso Mundial Israelita por intermédio da Cruz Azul Internacional, enviou três vagões de víveres e material sanitário aos detentos dos “ghettos” cuja única salvação é a imigração. Aqui, o entrevistado salientou que os governos dos países anti-semitas não se opõem absolutamente a isso, uma vez que haja permissão de imigração noutra parte. (...) O dr. Mibashan pronunciou ontem à noite uma conferência no Círculo Israelita de S. Paulo, onde falou demoradamente da sua missão entre nós. Deverá ainda proferir duas outras, na sociedade “Bnai Brith” e no Templo Israelita, por ocasião do

nascimento de Theodor Herzl.

97. (...) Errante há vinte séculos, o povo judeu, tendo, afinal, direito de regressar ao seu país de origem, devia encontrar ali o apaziguamento, a serenidade. A verdade, porém, foi outra. Em vinte anos de luta corajosa, pertinaz, só tem encontrado desengano, perseguição, ameaça de escravidão ou de expulsão; e a perspectiva de um novo êxodo no mundo. (...)

Primorosos trabalhos de irrigação restituíram fertilidade ao solo; boas estradas cortaram o território em vários sentidos e novas cidades se ergueram, cidades modernas não mais cidades do Oriente, com suas populações amontoadas, rastejantes como vermes; não mais cidades como os ghettos da Europa, cheirando a miséria (...). Tel Aviv cresceu rápida e maravilhosamente; mas para que esse milagre se realizasse, foi necessário que milhões de homens se sacrificassem voluntariamente, que dezenas de colonos aceitassem, durante muitos meses, vida miserável; milhares de homens e mulheres se privassem, completamente, durante três anos, de ovos e leite, provisões que eram inteiramente reservadas às crianças. Em muitas regiões viviam sob tendas ou em miseráveis galpões de taboas. Uma casa grande e bonita: a crêche, onde todas as crianças, sem distinção eram educadas (...). Muitos estudantes abandonaram as universidades da França, da Inglaterra ou da Alemanha, renunciando à sedução das profissões liberais, para ir, tão distante, participar da obra comum (...)

98. Como vemos, de 80.000 israelitas que abandonaram a Europa e vieram procurar refúgio nas livres terras da América, apenas 530 instalaram-se no Brasil. Não tem razão, pois, os indivíduos assustadiços, quando gritam contra a invasão do Brasil pelos judeus. Não houve, até agora, absolutamente, invasão alguma, nem haverá, afirma-o mal, porque a entrada de qualquer estrangeiro em nossa pátria, seja ele da raça que for – exceção feita da portuguesa – é regulada por lei. A todo instante ouvimos que o Brasil está inteiramente tomado pela gente mosaica escorraçada da Europa. No entanto, os alarismos que melhor dizem do que qualquer outro argumento, ali estão enfileirados, precisamente no que respeito aos países da América, para desmentir os que vivem a tremer com medo de supostos fantasmas. Nem estes existem, nem os pobres judeus são o que deles dizem rancorosos inimigos. Mas seja lá como for, sosseguem os medrosos: não existe perigo. Foram somente 530 os israelitas que entraram no Brasil,



em 1938, quando no minúsculo Uruguay, aqui bem pertinho, elles se fixaram no elevado número de 3.115 pessoas e, na vizinha Argentina, quase 5.000 ou precisamente 4.919 novos semitas ali se estabeleceram. Se a quota de entrada dos judeus no Brasil for a de 530 por anno, para que aqui penetre o numero que o anno passado entrou na Argentina será preciso apenas... um decennio.

99. Nova York, 24 – O primeiro congresso israelita de todas as Américas terá lugar em julho de 1941 em Montevidéu, segundo anunciou o sr. Sthephan Wise, presidente da “American Jewish Congress”. Declarou o sr. Wise, que esse congresso, no qual se farão representar as comunidades judias de 22 nações americanas, terá três propósitos principais: reforçar os laços inerentes à concepção da vida americana, unir todos os judeus do hemisfério num programa comum, para ajudar os judeus espalhados pelo mundo inteiro, e mobilizar o auxílio para a realização de um “Commonwealts” judeu na Palestina, depois de terminada a guerra.

100. Budapeste, 24 – Terceiro, nova solução radical da questão judaica. Fez ressaltar a nova lei judaica em que se especifica, em forma clara, o conceito de “judeu” e que procura evitar aos judeus subirem aos altos postos administrativos, onde possam influir sobre o espírito e sobre a educação da juventude do país.

101. Dessa atrocíssima guerra, em que se empenham de um lado as nações, de outro o capital dos sem pátria, numa campanha negramente incompatível com o ápice de mentalidade que atingiu o homem, surgem, como gente aparte, unidos pela dor do mesmo, anátemas de proscritos, esses judeus sem dinheiro, mandados embora do nosso convyvio (...)

102. Vichi, 3 (T.O.) – Causou sensação o fato de terem sido destruídas seis sinagogas. Até ao presente momento não foi fixada a atitude oficial a respeito desse fato.

103. Budapest, 4 (T. O.) – No próximo dia 20 do corrente entrará em vigor a proibição para casamento entre judeus e não judeus, ao mesmo tempo em que também começarão a vigorar as sanções determinadas pela lei de proteção da raça.

104. Pouca gente sabe que os primeiros judeus chegados aos Estados Unidos vieram do Brasil. Em 1654, 37 deles aportavam em Amsterdã, a futura Nova York e obtinham permissão da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas para ali se estabelecerem. Estes judeus, fundadores da comunidade semita nos Estados Unidos, haviam sido

expulsos de Recife, após a capitulação dos holandeses. Depois, novos imigrantes judeus começara a vir dos Países Baixos, da América Central e do Sul, de Portugal e, em menor número, da Inglaterra, da Alemanha e da Polônia.

105. MILHARES DE JUDEUS PRESOS, 21 (U.P.) – A polícia francesa e as tropas alemãs realizaram uma diligência de grandes proporções no bairro Temple, em Paris, cujas casas foram todas varejadas. A investigação durou cinco horas e terminou com a detenção de 6.000 judeus, os quais foram removidos para os campos de concentração da zona ocupada.

106. Até 15 de outubro residiam na Itália 46.118 judeus – conforme se deduz de um comunicado oficial publicado hoje. Desses judeus, 39.445 possuíam cidadania italiana e 3.674 eram súditos estrangeiros. Até a referida data, haviam emigrado da Itália, definitivamente, 5.996 judeus de cidadania italiana.

107. WASHINGTON, 25 – O sr. Stephen, president do congresso hebreu norte-americano anunciou que o Departamento do Estado confirmou as notícias, segundo as quais Hitler ordenou o extermínio de judeus nos territórios ocupados. Acrescentou sr. Wise que os nazistas assassinaram cerca de 2.500.000 semitas na Europa. Segundo sr. Wise, somente em Varsóvia foram mortos 400.000 judeus mediante asfixia e inanição sistemática. PRESOS TODOS OS SEMITAS NA NORUEGA – LONDRES, 25 (R.) – Segundo informações recebidas pela Conferência Municipal de Judeus, realizada nesta capital, todos os judeus na Noruega, num total de mais de 2.300 pessoas, foram presos, pela polícia do sr. Quisling, em uma batida efetuada em todas as residências norueguesas. Todos os presos foram conduzidos a campos de concentração antes de serem obrigados a trabalhar no “norte da Noruega e na Polônia”. OS MÉTODOS MAIS CRUÉIS ESTÃO SENDO EMPREGADOS NA POLÔNIA – LONDRES, 25 (R.) – O governo polonês sediado em Londres recebeu informações de que métodos os mais cruéis estão sendo empregados na Polônia, afim de ser cumprida a ordem do sr. Hymmler, referente à extinção de metade da população judaica até o fim do corrente ano. Diz a informação em apreço que batalhões especiais, comandados por oficiais das tropas de assalto, apoderaram-se das vítimas. Pessoas de idade avançada, e os paralíticos são conduzidos ao cemitério e ali assassinados friamente. O restante das vítimas é carregada como mercadorias, em grupos de 150, embora os veículos tenham capacidade apenas para 40 pessoas. O soalho do caminhão é coberto por uma espessa

camada de cal ou de clorina, misturada com água. As portas dos caminhões estão sendo seladas. As infelizes vítimas vão ali tão apertadas que os que morrem de sufocação permanecem em montes, lado a lado com os que ainda vivem e daqueles que vão vagorosamente perdendo a vida pelas exalações do cal, da clorina e pela falta de ar, água e alimento. Quando chegam ao seu destino, geralmente, os caminhões só conduzem mortos. Os sobreviventes são então remetidos para campos especiais de concentração. Uma vez ali chegados são assassinados em massa. Apenas homens jovens e relativamente fortes são poupados, por isso que os mesmos fornecem valioso trabalho escravo para os alemães.

108. LONDRES, 15 – Condenando a perseguição aos judeus, o partido trabalhista britânico lançou hoje um apelo “à consciência da humanidade civilizada para que se erga num apaixonado protesto contra o mais sanguinário dos crimes da história, que está sendo agora representado na Europa pelo governo alemão, com a cumplicidade de seus satélites. Apelamos para todos aqueles que dispõem de poder e de influência na Europa para fazerem pelo menos esforços enérgicos para salvar as crianças. O apelo declara, ao mesmo tempo, que “existe ampla evidência de que estes crimes tem sido metodicamente organizados e estão sendo realizados com tal persistência que, dentro de pouco tempo, o povo judeu dentro das fronteiras da nova ordem alemã terá sido exterminado. Apelamos para os governos das nações unidas e outras que ainda se conservam neutras e para os seus respectivos parlamentos afim de que façam um solene e memorável protesto em nome da humanidade.

109. Trata-se da ideia da formação de um exército genuinamente judeu, com elementos sionistas, arregimentados na colônia judia que vive na Palestina. (...) Se os sionistas desejam dar a sua contribuição para a vitória contra o “eixo”, eles que se alistem, como os elementos de todas as outras religiões do mundo, nos exércitos “nacionais”. No exército norte-americano, por exemplo, há cristãos de todas as confissões, judeus, muçulmanos e até ateus. No exército da China, há muçulmanos, budistas, católicos, metodistas, etc. No exército britânico, há os indus voluntariamente alistados, que pertencem a todas as religiões hoje em vigor no Oriente. Não se faz um exército muçulmano-hindu, nem um exército metodista-chinês, nem um exército católico-estadunidense. Fez-se um exército britânico, que inclui indús de todas as seitas – um exército chinês que compreende chineses de todos os credos – um exército estadunidense que compreende cidadãos de Tio Sam, de todas as confissões. (...) O

exército sionista, que se projetou, mas cuja ideia se espera que venha logo a fracassar definitivamente além de estabelecer uma divisão odiosa, mesmo entre judeus, porque nem todos os judeus são sionistas, viria complicar extremamente o problema da estratégia das nações unidas, no Oriente Médio. (...) além do mais, se os sionistas querem lutar, há exércitos nos quais podem se alistar. E, acima de tudo, se querem liberdade, que lutem em conjunto, pela liberdade, não pelo sionismo em particular. O mundo inteiro combate pela igualdade das raças, dos credos e das cores. A existência de um exército sionista seria a destruição dessa igualdade e, portanto, o melhor argumento, na hora presente, a favor da propaganda, já desesperada do “eixo”.

110. O sr. José Joaquim das Neves solicita-nos a publicação da seguinte carta aberta, ao nosso colaborador sr. Vivaldo Coaracy: “(...) o anti-semitismo é um monstro de importação que não devemos permitir criar raízes entre nós. Mas como o sr. com seguro critério avança, embora pareça paradoxal, são os próprios judeus que estão preparando o fermento gerador do veneno, capaz de intoxicar o nosso organismo social. Horrorizando-me a incrível perseguição secular de seres semelhantes a nós, em vários pontos do globo, tenho voltada a atenção para esta palpitante questão no Brasil. Assim é que, quando algumas circunstâncias favorecem alguma intimidade com os israelitas, faço com que a palestra encaminhe para esse tema sempre atual. Procuo então convencê-los do grave erro em que reincidem ao tentarem implantar, em terra nova e vasta, visceralmente cristã, que os acolhe cordialmente, sem discriminação, essa mesma religião, esses mesmos usos e costumes, causa de tanta desgraça para eles próprios em outras plagas. (...) Sobre o tema judaico me tenho entretido com israelitas de várias nacionalidades, fazendo-lhes sentir a conveniência, desde que são recebidos por nós em qualquer imposição restritiva, de abandonarem suas velhas crenças, seus hábitos peculiares e se espalharem na comunhão brasileira, se confundirem e misturarem conosco. Tenho procurado abrir-lhe os olhos para a vida desassossegada que, eventualmente, estão preparando para os seus descendentes: os vexames, os atritos e quiçá, as lutas brutais.

111. (...) Mais de uma vez, o “Momento Internacional”, da Folha da Manhã, assinalou fases em que as democracias se viram em posição desagradável, em presença de realidades históricas, produzidas pela conflagração atual. O noticiário de guerra (...) tem sido submetido a tantos censores, a tantas retransmissões truncadas, a tantas modificações de expressões vocabulares, que, muitas das vezes, quando um telegrama

sai publicado, o que nele se contem passa a ser coisa muito diversa daquilo que em princípio se pretendeu comunicar. E o mais grave é que aquilo que se pretendeu comunicar tinha sentido a importância, ao passo que aquilo que resulta, depois das inúmeras filtrações dos esbirros do pensamento, nem tem sentido, nem acusa a menor importância. Quem perde, com isso, não é só o público. São também os governos, as nações, porque os governos tem interesse em que os povos que dirigem conheçam as razões dos seus atos, e porque as nações não podem conduzir-se com a devida nobreza, em oportunidades especiais, se não lhes comunica a verdade diante da qual são colocadas pela história.

112. Iniciou a campanha unida e única par ao auxílio e reabilitação dos israelitas sobreviventes na Europa, por intermédio do Congresso Mundial Judaico em prol do estabelecimento do Lar Nacional Judaico na Palestina, por intermédio do Keren Hayessod.

113. A delegação do Parlamento Britânico, que visitou o campo de concentração de Buchenwald, constituída do conde Stanhope e lord Addison, pela Câmara dos Lordes e cel. Wickman, “sir” Archibald South, sra. Tate, sr. Ness Edwards, sr. Sillverman, sr. Graham White (...) foi apresentado pelo Parlamento Britânico no dia 19 do mês de abril último, por determinação de S. M. o Rei Jorge VI.

Esse trabalho de observação pessoal, procedido pela comissão parlamentar britânica, pode ser assim resumido:

#### O CAMPO DE CONTRAÇÃO BUCHENWALD

O Campo de Concentração de Buchenwald está situado numa região montanhosa e coberta de florestas. Ele data de 1934, e está mal instalado num terreno em declive e cheio de altos e baixos. Os muros e caminhos estão mal conservados; por ocasião da nossa visita eles estavam cheio de pó, que se erguia com o vento e no tempo de chuva devia ficar todo enlameado. Os barracões comuns do campo eram toscamente construídos de madeira, com chão de terra, não tendo janelas nem instalações sanitárias. Há também algumas construções mais sólidas, de tijolos, de dois andares. Sobre o portão principal do campo lê esta inscrição: “Recht oder unrecht – mein Vaterlan” (“Com ou sem razão, minha pátria”).

O tamanho do campo é indicado pelo fato de ser a sua capacidade máxima, ao que se afirmava, de 120.000 pessoas. No dia 1º de abril último, o número de internados no campo era de 30.213. Poucos dias depois da chegada das forças norte-americanas (11 de abril), os nazistas removeram um grande número de prisioneiros, os quais eram calculados de 18.000 a 22.000. Alguns daqueles que os nazistas queriam remover (porque “sabiam demais”) conseguiram ocultar-se. Era impossível fazer uma estimativa exata das porcentagens das várias nacionalidades dos que ainda permaneciam no campo: encontramos alemães judeus e não-judeus, poloneses, húngaros, tchecos, franceses, belgas, russos e outros. Um relatório detalhado que nos foi apresentado por delegados de uma comissão dizia que até 1º de abril, o número total dos internados que haviam morrido ou teriam sido mortos em Buchenwald, ou imediatamente após a remoção dali para “campos de extermínio” subsidiários era de 51.572 – dos quais pelo menos 17000 a partir de 1º de janeiro de 1945. O campo foi agora inteiramente aberto, e um certo número de prisioneiros deve ter partido independentemente. Registros detalhados do campo, inclusive listas de nomes, foram deixados pelos nazistas; mas por ocasião da nossa visita, ainda não havia sido possível começar a organizar as listas daqueles, que permaneciam no campo, estando as autoridades médicas e sanitárias norte-americanas naturalmente preocupadas com a limpeza do local (um serviço em parte levado a efeito por civis alemães das vizinhanças, dos quais também eram diariamente organizados grupos para verem o que havia sido feito em seu nome e em seu meio) e com problemas relativos a cuidados médicos e de alimentação.

Embora os internados do campo sejam geralmente chamados de “prisioneiros”, eles não devem ser confundidos com os prisioneiros de guerra militares. Eram de três categorias principais: (a) internados políticos e judeus da própria Alemanha; (b) internados políticos e judeus da Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, etc., à medida que o Terceiro Reich se expandia, (c) a partir de 1940, homens e jovens “importados” para o trabalho forçado de vários dos países ocupados. Havia poucos britânicos, em qualquer ocasião, no campo: uma estimativa referia-se a “uns doze”. Quase todos esses internados eram civis. Falaram-nos de um para-queda francês, tenente Maurice Pertschuk, que fora feito prisioneiro em 1943 e transferido em trajes civis de Compiègne para Buchenwald, onde foi enforcado pouco antes da chegada das tropas norte-americanas. Obtivemos também um documento assinado pelo comandante de esquadrilha F. Yee-Thomas, capitão Henry Paole e tenente Stephane Hessel, testemunhando o fato de que

havia sido salvos da execução “graças a um plano prodigiosamente hábil, levado a efeito sob circunstâncias perigosas”, por Heinz Baumeister, de Dortmund, e pelo sr. Eugen Kogen, de Viena, que ainda se encontravam no campo.

Embora o trabalho de limpeza do campo tivesse sido iniciado mais de uma semana antes de nossa visita, devendo por isso as condições do mesmo terem melhorado consideravelmente, nossa impressão imediata (e a que se seguiu) foi a de uma imundície intensa e geral; o odor de decomposição e enfermidade subsistia em todo o campo. Um dos primeiros barracões que entramos era considerado dos melhores: estava dividido em pequenos compartimentos com chão de cimento e janelas, quatro das quais tinham sido usados, as autoridades americanas nos informaram, como cassino ao qual os prisioneiros de elevada categoria – os empregados em várias tarefas de inspecção, com ração extra e outros privilégios – tinham permissão para frequentar. Quando os norte-americanos chegaram encontraram quinze mulheres, as quais foram entregues aos cuidados do burgomestre de Weimar. Este barracão é um dos presentemente usados como hospitais de trânsito para alguns dos piores casos de depauperamento. Muitos dos sub-alimentados não podiam falar, eles permaneciam num estado semicomatoso, e alguns nos acompanhavam com os olhos. Outros falavam livremente, exibindo ferimentos, cicatrizes e contusões, que podiam ter sido causados por ponta-pés e golpes. Eles jaziam no chão, sobre e sob cobertas. Todos estavam num estado de extrema magreza. Fomos informados pelas autoridades norte-americanas que, desde a sua chegada, o número de mortos havia sido reduzido de cerca de cem por dia a 35, total este registrado no dia anterior ao da nossa visita.

As roupas em geral consistiam numa camisa esfarrapada, camisola ou jaqueta de algodão, de sob as quais emergiam coxas não mais grossas de que um pulso normal. Um esqueleto seminu, cambaleando penosamente ao longo do corredor, como se estivesse sobre pernas de pau, ergueu o rosto, sorriu e cumprimentou. Os médicos membros da nossa delegação externaram a opinião de que não se poderia esperar que uma determinada porcentagem deles sobrevivesse mesmo com o tratamento que estavam no momento recebendo, e que uma grande porcentagem, embora pudesse sobreviver, seria provavelmente de homens doentes e inválidos para o resto de suas vidas. Entre os que se encontravam neste barracão figuravam vários escritores e estudantes, e um membro do “Deuxième Bureau” francês, aprisionado em Varsóvia.

Os barracos comuns que visitamos tinham alinhados, de cada lado, quatro renques de tábuas, suportadas e divididas por traves horizontais. Em cada um dos pequenos cubículos abertos assim formados de cerca de 180 centímetros de largura e 60centímetros de altura, cinco ou seis homens tinham de dormir. Mesmo no estado de definhamento em que se encontravam, só havia espaço para ficarem numa posição: de lado. Muitos deles nos mostraram como tal coisa podia ser feita. Como roupa de cama eles utilizavam todos os trapos que podiam reunir. Montes desses trapos estavam sendo queimados pois ainda estavam infestados de parasitos.

#### BARRACÃO UTILIZADO COMO HOSPITAL

Havia uma superlotação semelhante no bloco 61, o qual estava sendo utilizado como hospital de emergência, principalmente os casos de tuberculoso e desinteria. Quatro, cinco ou seis homens tinham sido submetidos a intervenções cirúrgicas (realizadas sem anestésicos por médicos prisioneiros, numa tosca mesa de operações, numa extremidade do barracão, à vista dos outros pacientes), tinham que permanecer geralmente em cada um dos pequenos cubículos de tábuas. Aqui também não havia colchões. As excreções dos doentes de desinteria escorriam um cubículo para o outro. Quando os vivos ainda tinham forças o bastante, eles puxavam os mortos para o corredor de saída. Todas noites os mortos eram atirados a um pequeno anexo numa das extremidades do barracão e, todas as manhãs, eram ajuntados e transportados em carroças para o crematório ou, se desejados como espécimes, para os laboratórios de patologia dos médicos nazistas.

Muitos dos prisioneiros comuns trabalhavam numa grande fábrica de munições situada perto do campo, ou nas pedreiras; estes prisioneiros recebiam mais que a ração básica de uma caneca de sopa aguada e um pedaço de pão seco por dia. Somente os que possuíam o disco oblongo de metal com a marca “Essmarke KLB” estavam habilitados a receber as rações. Vimos papel-moda no campo, o qual os prisioneiros podiam ganhar trabalhando e gastar na cantina. Alguns a quem falamos fizeram o elogio da precisão com que a “Royal Air Force” bombardeara a fábrica (foram mortos, afirmou-se, cerca de 200 nazistas, 400 trabalhadores forçados e 150 mulheres nazistas residentes perto do campo, inclusive a mulher do comandante do campo de concentração e sua filha). As crianças, como os adultos, tinham de trabalhar oito ou mais horas por dia, nos sete dias da semana. Fomos informados de que ainda havia cerca de 800 crianças no campo. Um



menino de 14 anos, Abraham Kirchenblat, natural de Random, na Polônia, impressionou os membros da nossa delegação como uma testemunha inteligente e merecedora de confiança: ele declarou que tinha visto seu irmão de 18 anos de idade ter sido morto a tiros e seus pais serem levados , ao que supõe, para o crematório: ele nunca mais os viu.

## CASA MORTUÁRIA

A casa mortuária consistia em dois andares, os rés-do-chão e o subsolo. O acesso para o subsolo era por uma íngreme escada de pedra ou por uma “queda” vertical, atrás de uma porta-alçapão, através das quais, fomos informados, prisioneiros insubmissos ou inaproveitáveis eram precipitados para serem executados. O enforcamento parece ter sido o método regular de eliminação. No pátio perto de um pequeno monte de cinzas brancas, havia uma fôrca; no subsolo vimos grossos ganchos, a uma altura de cerca de 2,50 metros do solo, e outra fôrca. Fomos informados de que havia mais de quarenta desses ganchos, muitos dos quais os nazistas tinham retirado apressadamente antes de partirem. Foi-nos mostrado um pesado pedaço de pau, de cerca de 65 centímetros de comprimento, o qual, segundo nos disseram, era usado para liquidar todos aqueles que custavam a morrer; esse pau estava manchado de sangue. Os corpos eram transportados do subsolo para o crematório do rés-do-chão num elevador elétrico (semelhantes aos usados nos hospitais para as carrinhas de transportar macas). As carroças carregadas de cadáveres procedentes do barracão dos enfermos de desinteria e de outros barracões, a maior parte dos quais era privada até de seus trajes listrados de branco e azul, que eram a roupa usual do campo, chegavam até o pátio existente ao lado do crematório. Examinamos o último desses carregamentos, quando se esperava o reverente enterramento individual que, por ordem pessoal do general Eisenhower, as autoridades norte-americanas obrigavam os moradores da vizinhança a efetuar com suas próprias mãos. Os corpos começaram a decompor-se, mas nenhum dos que podemos ver apresentava sinais de morte violenta: todos pareciam, dado o seu estado de extremo emagrecimento, ter morrido de fome ou de doença. No crematório havia uma fila de espaçosos fornos arqueados, os quais continham ainda costelas calcinadas, crânios e colunas vertebrais. O prisioneiro encarregado de por os corpos nos fornos tinha uma das tarefas privilegiadas pois que gozava da vantagem de um quarto particular com móveis e cortinas, junto ao crematório. Ele nos disse que era comunista de Berlim, e que tinha a idade de 30 anos, acrescentando chamar-se Kurt Faulhaber. Esteve no campo durante

dez anos, mas tinha conseguido esta ocupação somente em janeiro último. Ele contou que dois outros prisioneiros alemães tinham como principal ocupação enforcar os condenados. Nenhum judeu jamais teria sido incumbido dessas tarefas, disseram-nos.

## EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS COM SERES HUMANO

Fomos informados acerca de experiências científicas, tais como infestar prisioneiros com tifo a fim de obterem soro deles, levadas a efeito pelos médicos nazistas no campo; mas não obtivemos evidência direta e irrecusável disso. Vimos um laboratório com um grande número de vasilhas de vidro contendo espécimes conservados de órgãos humanos. As paredes do laboratório e de outras salas médicas estavam enfeitadas com máscaras mortuárias dos prisioneiros “mais interessantes”, ao que fomos informados. Muitas dessas máscaras apresentavam fisionomias de notável nobreza e refinamento. Alegou-se que várias experiências de esterilização haviam sido praticadas da nossa delegação foram levadas à cama (no improvisado hospital norte-americano) de um judeu polonês, de número 23.337, de 29 anos de idade, que tinha sido operado com aquela finalidade. Outros prisioneiros submetidos à operações morreram, segundo nos informaram: e foi-nos afirmado que a política de extermínio dos judeus tinha suplantado de muito a de castrá-los. Fomos informados que Frau Koch, a esposa do comandante alemão, colecionava artigos feitos com pele humana. Obtivemos peças que foram identificadas por “sir” Bernard Splisbury como sendo de pele humana. Uma destas peças fazia parte, como se podia verificar claramente, de um “abathour”.

## O PIOR CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

Uma das afirmações que mais frequentemente nos eram feitas pelos prisioneiros era a de que as condições nos outros campos, particularmente nos da Europa Oriental, eram muito piores do que a de Buchenwald. O pior de todos os campos de concentração era, segundo muitos, o de Auschwitz; estes homens, todos eles, insistiam em nos mostrar os seus números de Auschwitz, tatuados em cor azul nos seus antebraços esquerdos. Um moço de 19 anos de idade, Joseph Berman, nascido na Letônia, mas educado na Inglaterra, tinha estado em vários campos; num deles, sofreu a perda do dedo indicador de uma das mãos quando um nazista, irritado pela sua morosidade no trabalho, empurrara sua mão numa máquina.

A despeito das desesperadas condições físicas de muitos prisioneiros, e seus longos anos de encarceramento, havia sinais de recuperação tanto mental quanto física. Vivos dizeres dando as boas-vindas às forças libertadoras, em inglês e em muitas outras línguas, estavam escritos na parte de fora dos barracões. Em cartazes novos viam-se as últimas notícias e bem escritas mensagens de propaganda, instrutivas e democráticas, a maior parte em alemão. Perto da entrada do campo havia uma efígie de Hitler em tamanho natural pendente de uma forca, com esta inscrição em alemão: “É preciso que Hitler morra para que a Alemanha viva!”

Os membros dessa delegação encerram o relatório organizado com as seguintes palavras: “Esforcemo-nos ao preparar este relatório, em escrever com comedimento e objetividade, procurando evitar inoportunas reações pessoais ou comentários emocionais. Concluímos, entretanto, com a declaração de que é nossa opinião bem pesada e unânime, diante da evidência que se nos ofereceu, que uma política de extermínio pela fome e de desumana brutalidade vinha sendo executada em Buchenwald, e isto durante um longo período; e que os campos de concentração como estes assinalam o ponto mais baixo de degradação a que a humanidade jamais desceu. A lembrança daquilo que vimos e ouvimos em Buchenwald será para nós uma obsessão permanente durante muitos anos.

114. Os judeus foram imediatamente privados dos meios elementares de existência, por expropriação e pela negação do direito de trabalhar.

115. Diante dos crimes cometidos em Auschwitz e Belsen, por ordem dos que se achavam na posse de plena autoridade, e em vista dessas mesmas autoridades nada terem feito para suspendê-los, torna-se evidente que as autoridades eram tão culpadas como qualquer outro. Julgo esses crimes como assassínios.

116. A questão repousa, por enquanto, sobre o que os burocratas chamam “termos de formulação política”. Mas o fato é que não se acha colocada em termos humanos. Para o presidente e os senadores, os mandamentos da alta moral tiveram e terão provavelmente estes resultados: 1º.) Foram dadas aos judeus novas e altas esperanças; foram encorajados a dizer e a fazer coisas que levarão a uma colisão com os árabes e ingleses e as autoridades responsáveis pela situação e bem estar em toda Europa. (...) 3º.) os anti-semitas tentarão cometer novos excessos contra os judeus para que a opinião americana se levante e, só assim, se fará algo para aliviar o sofrimento dos judeus.

117. São as seguintes as principais atividades do Congresso Mundial Judaico: 1) – O Congresso Mundial Judaico trouxe a judeus e não judeus os fatos autênticos sobre o programa nazista de destruir os judeus nos países da Europa; 2) – O Congresso quebrou a muralha de ferro da indiferença e silêncio dos países democráticos em relação com a guerra de Hitler contra o povo judaico; 3) – O Congresso preparou um programa de passos concretos para auxílio e salvação na base de informações autorizadas estando durante todo o tempo em estreito contato com os movimentos subterrâneos da Europa; 4) – Graças a constante esforço em despertar a consciência dos países democráticos conseguiu o Congresso facilidades no bloqueio alimentar e financeiro e desta maneira conseguiu fazer chegar às mãos dos judeus na Europa ocupada meios financeiros e alimentos; 5) – A intervenção do Congresso nos países democráticos levou ao conhecimento a política anti-judaica do governo rumeno e especialmente foi evitada a deportação dos judeus búlgaros para os campos de extermínio nazistas. Graças às atividades do Congresso conseguiu-se salvar os judeus da Dinamarca. Foram salvos cerca de 280.000 judeus na Hungria.

118. Washington, 13 – Havia fantasmas no banquete oferecido ontem à noite a Clement Attlee e Mackenzie King – fantasmas de milhares de judeus, assassinados na Europa pelos alemães, durante a guerra. Rabinos representam esses fantasmas. (...) Todos os fantasmas eram mais reais do que os rabinos podiam representar, apelando em prol de uma firme política americana relativa à Palestina, depois do terrível destino de seis milhões de homens. A força que move os rabinos é o desejo de salvar os judeus que sobrevivem. Esse desejo impele o governo de Truman a tomar alguma responsabilidade em favor dos judeus, com a abertura da Palestina aos israelitas que se encontram desamparados no continente europeu.

119. Há de parecer, à primeira vista que, sendo Tel Aviv a única cidade inteiramente judia do mundo, os seus habitantes devem viver em completa harmonia. Entretanto, o que se dá é fenômeno diverso. A quase totalidade dos habitantes procede do estrangeiro. Os sionistas procedentes da Inglaterra acham que são melhores do que os outros, e se conservam mais britânicos em Tel Aviv do que se mostravam emigrados da União Soviética, judeus na Grã-Bretanha. Os procedentes da Rússia czarista, ou sustentam costumes russos, preferindo “vodka” ou “whisky”, e “zakuska” às torradas. Os procedentes da Grécia e dos Balcãs perdem horas a fio, todos os dias, nas calçadas sentados à mesa dos cafés, fumando, fazendo intrigas e jogando xadrez. Os procedentes

dos Estados Unidos orgulham-se dos últimos tipos de geladeiras norte-americanas – e os procedentes da Itália ainda se recordam, às vezes com reverência, dos tempos de Mussolini. O mais típico dos judeus de todos os sionistas da Palestina é o judeu que procede da Inglaterra, o qual costuma olhar de cima para baixo para os outros, manifestando infinita piedade para com aqueles que não tiveram sorte de nascer ingleses.

120. Há setenta cinco mil judeus na Alemanha, cujos sofrimentos não podem ser tolerados num mundo livre. Vivem em velhos campos de concentração, estão razoavelmente bem alimentados e vestidos mas noventa por cento deles querem fixar residência na Palestina.

121. O problema universal é o da expansão do povo de Israel. Há espalhados pelo mundo uns quinze milhões de judeus. Como os judeus não tem pátria, o judeu é uma criatura de dupla solidariedade: há a solidariedade que os une como concidadãos do país onde residem, e há a solidariedade que os une a outros judeus do mundo. Esta última é complexa. Há judeus que sustentam a existência de um vínculo que liga entre si os indivíduos de uma mesma religião – isto é correligionários. É essa a tese que em recente data defendida, numa revista americana, um deputado de origem judia, argumentando que não há mais razão de se singularizar um inglês pelo fato de ser judeu como pelo fato de ser católico. Um judeu inglês que adota a fé católica ou a protestante continua sendo judeu por um não sei que natural que o distingue.

122. Nurembergue, 6 – Para Julius Streicher, todo o espetáculo desses crimes de guerra é perfeitamente claro. Os nazistas foram valentemente à guerra para livrar o mundo da dominação bolchevista e judaica. Como os nazistas perderam, os judeus e os bolchevistas se vingam.

123. Nuremberg, 13 – Perante o Tribunal que julga os criminosos de guerras nazistas, foi apresentada prova hoje de que em 1944 a Gestapo ofereceu à “venda” um milhão de judeus húngaros, a preço equivalente a dois dólares para cada um, alegando que a alternativa seria o extermínio desses hebreus nos campos de concentração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008

AMARAL, Marcio Tavares d'. **O Homem sem fundamentos**: sobre linguagem, sujeito e tempo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Tempo Brasileiro, 1995.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e diferença**: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns. 1 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origins and spread of nationalism. Londres: Verso, 1983.

ANTUNES, E. A temporalidade como chave de leitura para o discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, A.; SAMPAIO, A. de O.; FERREIRA, G. M.. (Org.). **Mídia, Discurso e Sentido**. 1ed.Salvador: Editora da UFBA (EDUFBA), p. 88-108, 2011.

\_\_\_\_\_. Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação. In: FRANCA, V. R. V. ; OLIVEIRA, Luciana. (Org.). **Acontecimento**: reverberações. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica, p. 269-292, 2012.

ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. In: **Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói. 2008.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASHERI, Michael; SALOMAO, Jaime. **O Judaísmo vivo**: as tradições e as leis dos Judeus praticantes. Tradução de Jose Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. História da imprensa brasileira. 4º ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

BAKHTIN, Mikhail – **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BARBOSA, Marialva. Temporalidade: uma questão mediática. Margem (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.9, p. 177-190, 1999.

\_\_\_\_\_. O filósofo do sentido e a comunicação. Conexão (Caxias do Sul), Caxias do Sul, v. 5, n.9, p. 139-150, 2006.

\_\_\_\_\_. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. In: **Em Questão**. PortoAlegre, vol. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BHABHA, Homi. O terceiro espaço. Entrevista a Jonathan Rutherford. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, no. 24, 35-41, 1996.

\_\_\_\_\_. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**: textos seletos de Homi Bhabha/organização: Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOFF, Leonardo. **Vida para além da morte**. O presente: seu futuro, sua festa, sua contestação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1978.

CAPRA, F. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARNEIRO, M. L. T. . **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. Fantasmas de uma geração. 3ª edição ampliada. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.) . O Antissemitismo nas Américas. **História e Memória**. 1ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

Cytrynowicz, R. **Memórias da barbárie**: a história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

DIAS, R. R.; RODRIGUES, W. **Comércio Exterior**. Teoria e Gestão. Atlas. São Paulo: 2004.

ENNE, A. L. S. . Algumas reflexões sobre a relação entre mídia, identidade e memória. In: **2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Florianópolis, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília:UNB, 2001.

FERRARA, Lucrécia – Radical indeterminação: epistemologia e objeto científico da comunicação. Trabalho apresentado no GT “Epistemologia da Comunicação”, durante o **VII Encontro da Compós**. São Paulo, junho de 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio ilustrado**. CURITIBA: Positivo, 2010.

FERREIRA, L. M. A., RIBEIRO, A. P. G. (Org.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FINKELSTEIN, N. **G.A indústria do holocausto**: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo. Edições Loyola, 2004

FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; FIGUEIREDO, V.L. de; GOMES, R. C. (Org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

FRIEDMANN, Georges. **Fim do povo judeu?** Editora Perspectiva. São Paulo, 1969.

GEHLEN, R. S. A guerra de Clara: um diálogo possível entre literatura, história e memória. *Literatura em debate* (URI), v. 4, p. 63-72, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.

GLEISER, M. **Criação Imperfeita**. Cosmo, vida e o código oculto da natureza. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, S. **Da diáspora** – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASENBALG, C. A., MUNANGA K. e SCHWARCZ, L. M. **Racismo**: Perspectivas Para Um Estudo Contextualizado Da Sociedade Brasileira. Volume 4 de Estudos & pesquisas. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

HUYSSSEN, Andréas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. IN: BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia Virginia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

IGEL, R. **Imigrantes judeus/escritores brasileiros**: o componente judaico na literatura brasileira. São Paulo: Perspectiva: Associação Universitária de Cultura Judaica: Banco Safra, 1997.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**. Uma história da Europa desde 1945. RJ: Objetiva, 2008.

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal**: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

LACAZE, Marie Thérèse. **O Amor Mais Forte do que a Morte** – Sionismo e Resistência Palestina. Editora Veja S.A., Belo Horizonte, 1983.

LAGE, L. R. . Jornalismo e o dever de memória. In: **9º Nacional de História da Mídia**, 2013, Ouro Preto. Anais do 9º Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, v. 1. p. 1-13, 2013.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.



- LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVINE, R. M. **O Regime de Vargas: Os Anos Críticos (1934-1938)**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LESSER, J. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- MACIEL, L. A. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.
- MARCONDES FILHO, C. J. R. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.
- MARCOS, M. L. **Ciências da Comunicação**. Princípio da relação e paradigma comunicacional. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- MATHEUS, L. C. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.
- MENDONCA, K. S. **A punição pela audiência**. Rio de Janeiro: Quartet / Faperj, v. 1, 2002.
- MICELI, Sergio . **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.
- MORIN, Edgar. **O mundo moderno e a questão judaica**. 1º.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. São Paulo: IMPRESS, 1981.
- MOTTA, L. G. F. . Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Contracampo(UFF)**, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 23-49, 2005.
- \_\_\_\_\_. Narrativa jornalística e conhecimento imediato do mundo: construção cognitiva da história do presente. **Comunicação & Política**, v. 24, p. 45-70, 2006.
- \_\_\_\_\_. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Cláudia Lago; Marcia Benetti. (Org.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 144-167, 2007
- NORA, Pierre. **Les lieux de Mémoire**. Paris, Gallimard, 1984. Tradução de Ana Paula Goulart Ribeiro.
- PARADA, Maurício. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.).

**Mídia e memória:** a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-56.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista:** jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

QUEIROZ, M. I. P. . Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. i, n.1, 1989.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades e a política de representação. In: Ferreira, L.M.A.; Orrico, E. G. D.. (Org.). **Linguagem, Identidade e Memória Social**. Rio de Janeiro, RJ: DP & A, p. 77-88, 2002.

RESENDE, F. A. As narrativas de resistência o discurso jornalístico: a necessária reinvenção do passado. In: **II Encontro de Pesquisadores em Jornalismo**, 2004, Salvador. II Encontro Pesquisadores em Jornalismo, 2004.

\_\_\_\_\_. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Contracampo(UFF)**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 85-101, 2005.

\_\_\_\_\_. O diário de Bagdá: conflito no cenário midiático contemporâneo. In: **IV Encontro nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2006, Porto Alegre. IV Encontro Nacional de Pesquisadores em jornalismo. Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. Discursividade e narratividade: vértices redimensionadas no Jornalismo. **Revista Fronteira (UNISINOS)**, v. IX, p. 81-90, 2007.

\_\_\_\_\_. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: Gislene Silva; Dimas Künsch. Christa Berger; Afonso Albuquerque. (Org). **Jornalismo Contemporâneo:** figurações, impasses e perspectivas. 1 ed. Salvador: Edufba, p. 119-138, 2011.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações.** Ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa** – tomo I. São Paulo: Papyrus, 1987a

\_\_\_\_\_. **Interpretação e Ideologias.** Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990

\_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

ROSSIGNOLI, L. Narrares incertos: ditos e desditos à luz do conflito árabe-israelense (1900-1950). 2011. 158f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estudos de Mídia) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2011.

SAID, Edward. **Cultura e Política**. Emir Sader (Org.). Trad. Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTAELLA, L. **Da cultura das mídias à cibercultura**: O advento dos pós-humano. Revista FAMECOS, Porto Alegre, p. 23-32, 2003.

SHOHAT, Ella. Os Sefarditas em Israel. In: **Novos Estudos**. CEBRAP 78, PP. 117-136, 2007

SOARES, Rosana de Lima – **Margens da comunicação**: discurso e mídias. São Paulo: Annablume, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

SORJ, B. Anti-Semitismo na Europa Hoje. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 79, p. 97-115, 2007.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

## **FILMOGRAFIA**

DIFAMAÇÃO. A indústria do antissemitismo. Direção: Yoav Shamir. Produção: Sandra Itkoff; Karoline Leth; Philippa Kowarsky; Knut Ogris. Roteiro: Yoav Shamir. Israel: First Run Features. 2009. 91 min.